

Antonio George Lopes Paulino

Economia Solidária

como Projeto Cultural e Político:
a experiência do Banco Palmas



**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROJETO
CULTURAL E POLÍTICO:**

a Experiência do Banco Palmas

Antonio George Lopes Paulino

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

Henrique Paim

Universidade Federal do Ceará – UFC

Reitor

Prof. Jesualdo Pereira Farias

Vice-Reitor

Prof. Henry de Holanda Campos

Edições UFC

Diretor e Editor

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselho Editorial

Presidente

Prof. Antônio Cláudio Lima Guimarães

Conselheiros

Prof.^ª Adelaide Maria Gonçalves Pereira

Prof.^ª Angela Maria Rossas Mota de Gutiérrez

Prof. Gil de Aquino Farias

Prof. Italo Gurgel

Prof. José Edmar da Silva Ribeiro

Antonio George Lopes Paulino

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PROJETO
CULTURAL E POLÍTICO:
a Experiência do Banco Palmas**



Fortaleza
2014

Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas

© 2014 Copyright by Antonio George Lopes Paulino

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Todos os Direitos Reservados

Edições UFC

Av. da Universidade, 2932 – Benfica – Fortaleza – Ceará

CEP: 60.020-181 – Tel./Fax: (85) 3366.7766 (Diretoria)

3366.7499 (Distribuição) 3366.7439 (Livraria)

Internet: www.editora.ufc.br – E-mail: editora@ufc.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Moacir Ribeiro da Silva

REVISÃO DE TEXTO

Francisca de Sá Benevides

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Luciane Silva das Selvas

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO

Carlos Raoni Kachille Cidrão

CAPA

Valdiano Araújo Macedo

Editora Filiada à



Associação Brasileira das
Editoras Universitárias

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária Luciane Silva das Selvas CRB 3/1022

P328e Paulino, Antonio George Lopes
Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas / Antonio
George Lopes Paulino - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.
398 p. ; 21 cm. (Estudos da Pós-Graduação)

ISBN: 978-85-7485-174-7

1. Redes de relações sociais - Conjunto Palmeiras (Fortaleza, CE). 2. Participação social - Conjunto
Palmeiras (Fortaleza, CE). 3. Associação dos moradores do Conjunto Palmeiras. I. Título.

CDD 302.14098131

Ao meu sobrinho Gabriel, com o desejo de que o presente construa um futuro pleno de amorosidade e encontros solidários entre as pessoas que sonham e lutam por um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, na pessoa do Espírito Santo, minha luz, minha força.

À minha mãe, Maria, e ao meu pai, Cici, pela dedicação e pelo apoio em meus percursos de estudante e profissional.

À professora Elza Braga, que me orientou durante o doutorado, do qual este livro é produto, agradeço pela presença cuidadosa e amiga nessa e em outras parcerias.

A todas e todos que me acolheram com atenção, confiança e carinho na Asmoconp e no Banco Palmas, muito obrigado. Sem essa ajuda, estou certo de que eu não teria chegado aqui. Agradeço especialmente a Sandra Magalhães e Joaquim de Melo, pelos diálogos, por tudo. Sei que são muitas as pessoas às quais devo gratidão. Mas gostaria de enfatizar meus agradecimentos a Jaqueline, Emanuela, Isiane, Isimário, Mariana, Maria, Elis, Claudemir, Otaciana, Dacília, Mário, Elias, Francisca, Socorro Alves, Socorro Cardoso...

Agradeço a Augusto Barros e Marinete Brito, líderes comunitários do Conjunto Palmeiras, que me proporcionaram o enorme prazer de ouvir suas narrativas sobre a história do bairro.

Ao casal José Lúcio e Clarisse, líderes comunitários da Brisa da Praia, na Barra do Ceará, sou grato pela acolhida e pelas conversas.

Agradeço à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFC, que, através do Programa de Auxílio à Publicação de Livros, tornou possível a realização de um sonho, a edição e distribuição deste livro.

Sou grato aos colegas de profissão, àqueles que contribuíram para minha formação e aos que comigo dividem os prazeres e as dores de ser pesquisador-docente em tempos de produtivismo acadêmico. Agradeço pelos encontros felizes vivenciados na amizade e no ofício e pelos momentos festivos especialmente a Simone Simões, Diocleide Lima, Isaurora Martins e Jania Diógenes, dentre outros nomes que me dão a honra da presença alegre e criativa.

Agradeço também aos estudantes que encontrei na vivência da pesquisa e da docência, por escutarem minhas narrativas resultantes do fazer antropológico, que se apresentaram menos como ensinamento do que como material mobilizador da reflexão e da crítica.

APRESENTAÇÃO

A produção intelectual em muitos aspectos assemelha-se ao trabalho do artesão que, ao construir, por exemplo, uma colcha de retalhos, recolhe uma série de pedaços de tecido para confeccionar seu produto. Inicialmente planeja o processo de trabalho, as características gerais da peça e, ao mesmo tempo, leva em consideração os retalhos de que dispõe do ponto de vista do tamanho, das cores e da combinação entre elas. A dimensão estética e o acabamento são desafios a serem perseguidos no processo de criação. Mesmo inicialmente planejado, as estratégias de reinvenção acompanham o desenrolar desse tipo de trabalho humano.

A transformação da tese de doutorado no livro *Economia Solidária como Projeto Cultural e Político*: a experiência do Banco Palmas foi uma ousadia perseguida por George Paulino, que contribuirá para difundir e ampliar o acervo teórico-empírico sobre a temática da economia solidária e mostrar que é possível construir novas formas de organização do trabalho, novos espaços de sociabilidade, e percorrer a assertiva de que “um novo mundo é possível”.

Trata-se de uma leitura prazerosa e instigante não somente pela atualidade do tema e do conteúdo que aborda, mas sobretudo pelo processo de objetivação do percurso investigativo, cuja abordagem etnográfica se entrelaça com a trajetória de George, trilhada desde a graduação em Ciências Sociais, na condição de intelectual orgânico.

George, quando aluno da graduação, foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Demonstrou interesse pela pesquisa voltada para os movimentos e as organizações sociais nos bairros populares de Fortale-

za, inicialmente nas comunidades da Barra do Ceará. O contato com a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp) realizou-se, inicialmente, através de seminários temáticos da UFC, quando algumas lideranças desse conjunto apresentaram em várias oportunidades, especialmente nas disciplinas Estado e Movimentos Sociais e Sociologia Urbana (anos 1990), suas experiências e o dinamismo das ações e mobilizações. Estas, inicialmente, circunscritas à melhoria da qualidade de vida diante da precariedade existente no Conjunto Habitacional (anos 1980): as lutas pela água, saneamento básico, transporte e outros. Posteriormente (anos 1990), a preocupação com a geração de renda e trabalho foi adquirindo concretude: Prorenda, o cartão de crédito (PalmaCard), o Banco Palmas e a criação de uma moeda social chamada palmares. Hoje denominada palmas, essa moeda passa a mediar as relações de troca da força de trabalho, dos produtos e/ou serviços, dinamizando a economia local. Dessa forma, os empreendimentos solidários se ampliam e se diversificam, e, ao mesmo tempo, a rede solidária ganha concretude nos planos material e subjetivo da comunidade.

É nesse cenário que George centraliza seu objeto de estudo, como se fosse um artesão, ao entrelaçar as contribuições teóricas com o material empírico coletado e vivenciado no trabalho de campo e nas observações realizadas, algumas delas quando ministrava cursos de formação para moradores e lideranças. No seu percurso investigativo destaca a dimensão comunitária/territorial e as tessituras da reciprocidade construídas nos diferentes momentos de estruturação dos empreendimentos solidários e seus desdobramentos simbólicos dentro e fora da comunidade. Sublinha, também, as tramas interinstitucionais articuladas com parceiros governamentais

e não governamentais e as várias estratégias de comunicação, redundando na ampliação da esfera pública, atribuindo publicação endógena e exógena ao Banco Palmas.

Segundo Hanna Arendt, o termo “público” evidencia duas acepções que se interconectam. Num primeiro sentido, público designa tudo aquilo que é “conhecido por todos”, o que é aparente, o que tem publicidade. Num segundo sentido, público assinala o que “pertence a todos”, fazendo alusão ao compartilhamento e à dimensão coletiva. No caso do Conjunto Palmeiras, trata-se de uma experiência solidária, que sedimenta novos valores – culturais, sociais e ambientais –, os quais explicitam avanços no bairro e em outros espaços em âmbito nacional e internacional. Esse dado fica evidente em face dos inúmeros convites encaminhados às lideranças para participarem de eventos, como também pela quantidade de estudos acadêmicos já realizados e pelas frequentes visitas recebidas de intelectuais, técnicos e militantes desejosos em conhecer de perto um banco popular em funcionamento.

Vale destacar, entre outros elementos, o “olhar multi e interdisciplinar” realizado por George ao gerar diálogos substantivos entre as Ciências Sociais – Sociologia, Antropologia e Ciência Política – e a constante articulação entre a microrrealidade da economia solidária na experiência do Banco Palmas e as macrodinâmicas que explicitam a crise no mundo do trabalho no contexto da globalização do capital, reproduzindo e gerando desigualdades e condições precárias de vida.

Esse vaivém analítico levou o autor a fazer exercícios dialéticos em duas direções: a primeira no sentido de superação do pensamento determinista que muitas vezes reduz a realidade à lógica dominante/hegemônica, deixando de reconhecer experiências que brotam no campo da solidariedade,

da reciprocidade, da cooperação e na perspectiva do empoderamento comunitário; na segunda, a resignificação da teoria com a imersão que faz no campo empírico indo além da mera coleta pontual de informações que muitas vezes reduz a capacidade de compreensão e, conseqüentemente, de explicação do complexo tecido social.

Pode-se afirmar que o trabalho de George logra realizar uma valiosa reflexão ao fazer um contraponto entre o desenvolvimento capitalista e a constituição das propostas atuais da economia solidária, as quais podem ser caracterizadas como uma forma de organização produtiva alicerçada na autogestão, na democracia participativa e na sustentabilidade ambiental. Com base nesses valores, promove empreendimentos solidários desencadeadores de uma nova sociabilidade entre os sujeitos envolvidos. Assim é possível ver que, para além da dinâmica desenfreada da busca de expansão do capitalismo e sua perseguição obstinada de lucro, os movimentos e as experiências, sobretudo quando se articulam em redes sociais, mobilizam sentimentos e atitudes em torno da crença de que uma outra economia é possível.

Além dos desdobramentos sociais, políticos e culturais ocorridos na sociedade civil, tais experiências têm incidido nas políticas públicas em âmbito nacional, mediante a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e em instâncias estaduais, através de institucionalidades que passam a tratar da economia solidária como uma política pública.

Para finalizar, convém salientar que a postura engajada de George não limita o seu olhar crítico perante os desafios e as contradições enfrentados pela economia solidária diante da lógica capitalista que aprofunda desenfreadamente a competição, o individualismo e o consumismo, entre outros aspectos.

Apesar disso, há evidências empíricas mostradas através de vários estudos acadêmicos sobre a economia solidária que apontam para um processo de construção histórica cujos aprendizados pedagógicos têm sedimentado um terreno fértil para as lutas e redes sociais e suas expressões positivas no campo organizacional e no cenário dos processos contra-hegemônicos em prol de uma sociedade mais justa e fraterna.

Fortaleza, 15 de abril de 2012

Elza Maria Franco Braga

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE ESTUDO.....	27
2 UM BAIRRO, UMA HISTÓRIA: CONTEXTO LOCAL E GÊNESE DO BANCO PALMAS.....	83
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: SIGNIFICAÇÕES HISTÓRICAS, TEÓRICAS E NATIVAS.....	151
4 “ACEITAMOS PALMAS”: CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA E PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESPAÇO LOCAL	217
4.1 Rede Palmas: Ações e Projetos Desenvolvidos na Experiência Local.....	261
5 BANCO PALMAS: AS CATEGORIAS PÚBLICO E PRIVADO NA EXPERIÊNCIA LOCAL.....	287
6 METÁFORA DA REDE: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MOVIMENTO CULTURAL E POLÍTICO	317
CONSIDERAÇÕES FINAIS	371
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	377

LISTA DE SIGLAS

- ABC – Agência Brasileira de Cooperação
- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
- ABVV – Associação Beneficente de Valorização à Vida
- ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
- AMA – Associação das Mulheres em Ação
- ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária
- ASMOCONP – Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras
- BNB – Banco do Nordeste do Brasil
- BNH – Banco Nacional de Habitação
- BPB – Banco Popular do Brasil
- CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará
- CDVHS – Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
- CEARAH Periferia – Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CEF – Caixa Econômica Federal
- CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços
- CIC – Centro Industrial Cearense
- CNCP – Centro Comunitário de Reabilitação e Educação Nutricional do Conjunto Palmeiras
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COELCE – Companhia Energética do Ceará
- CUT – Central Única dos Trabalhadores

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
EUROPEAID – Serviço de Cooperação
FAPAG – Fundo de Apoio a Projetos de Autogestão
FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBFF – Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza
FECOL – Fórum Econômico Local
FECOP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FLACMA – Federación Latinoamericana de Ciudades, Municipios y Asociaciones de Gobiernos Locales
FSM – Fórum Social Mundial
FSSF – Fundação do Serviço Social de Fortaleza
FUNCI – Fundação da Criança e da Família Cidadã
FUNDESOL – Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária
GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit
IAF – Inter-American Foundation
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSTRODI – Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
IULA – União Internacional das Autoridades Locais
LIEGS – Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social
MAUSS – Movimento Antiutilitário nas Ciências Sociais

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NEGIF – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família
NUCOM – Núcleo de Psicologia Comunitária
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
ONG – Organização Não Governamental
OP – Orçamento Participativo
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PALMATECH – Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PGU/ALC – Programa de Gestão Urbana para a América Latina e o Caribe
PIB – Produto Interno Bruto
PLIES – Plano Local de Investimento Estratégico
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRO – Partido Revolucionário Operário
PRORENDA Urbano-Ceará – Projeto de Cooperação Técnica
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
REDLASES – Rede Latinoamericana de Socioeconomia Solidária
RMF – Região Metropolitana de Fortaleza
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará
SEL – Système d’Exchange Local
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Controle do Estado do Ceará
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SINE-CE – Sistema Nacional de Emprego
STDS – Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
STROHALM – Fundação Holandesa
UAGOCONP – União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras
UCGF – União das Comunidades da Grande Fortaleza
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFC – Universidade Federal do Ceará
UNECOM – União das Entidades Comunitárias de Maranguape
UNITRABALHO – Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
URB-AL Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana
UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

Introdução

Desenvolvo aqui uma abordagem etnográfica com o propósito de compreender um projeto de construção simbólica e prática da economia solidária. Escolhi como referente empírico a experiência protagonizada pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), bairro situado na periferia sul da cidade de Fortaleza-CE. Essa entidade comunitária fundou no ano de 1998 o Banco Palmas, instituição de microcrédito que fomenta o funcionamento de uma rede de empreendimentos solidários no espaço local.

Entendo o trabalho realizado pela Asmoconp e pelo Banco Palmas como um processo estratégico de fortalecimento econômico, cultural e político do território local, fundamentado nos princípios da economia solidária, que têm como eixo simbólico e prático o fazer associativo e a cooperação entre sujeitos organizados numa rede de produção, distribuição e consumo de produtos e serviços.

A análise interpretativa que proponho resulta de uma pesquisa que se estendeu por mais de quatro anos, iniciada em 2003 e concluída em 2007, ano em que defendi tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, orientado pela professora Elza Braga. Este livro é uma adaptação do texto original da tese, do qual suprimi algumas citações, buscando tornar a leitura mais fluente e menos extensa. Passados quatro anos desde a defesa da tese, alguns dados contidos ao longo da escrita, especialmente os de natureza socioeconômica e os que se referem à rotina de atividades e projetos do Banco Palmas, podem ter sofrido alterações, mas não

têm substância para invalidar a análise aqui contida. Optei por não atualizar esses dados, tendo em vista assegurar a leitura do processo descritivo aqui problematizado e interpretado à luz do contexto e da época em que realizei a pesquisa.

Ao longo do percurso trilhado em campo, percebi que o cotidiano da Asmoconp e do Banco Palmas é emblemático no sentido de fornecer substância empírica para a compreensão do fenômeno da economia solidária através da descrição e análise do processo histórico pertinente a um caso específico. A partir desse enfoque particular, é possível estabelecer reflexões mais amplas sobre a esfera pública onde atualmente se articulam diversas instâncias da sociedade civil organizadas em torno de interesses comuns.

A experiência empreendida pela Asmoconp e o Banco Palmas materializa-se num contexto instigante, onde se percebe a força da mobilização comunitária na esfera pública local e a importância desse projeto específico num ambiente mais amplo, em que a dinâmica das redes de movimentos sociais marca presença expressiva. Nesse cenário, a economia solidária projeta-se como possibilidade histórica que vem sendo significada e construída na dimensão comunitária territorial. Dimensão que afeta e é afetada por processos que transcendem a lógica da localidade, configurando, portanto, redes de ações recíprocas não apenas no plano interno, mas também no fluxo de uma pluralidade institucional que se revela ao mesmo tempo solidária e tensiva. Dessa confluência, despontam caminhos possíveis para a construção de um movimento cultural e político, com potencialidade de impulsionar forças simbólicas e pedagógicas na construção do *ethos* da solidariedade e da cidadania participativa.

A estrutura do texto aqui apresentado está dividida em seis capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo, desenvolvo a problematização do objeto de estudo, bem como descrevo a proposta metodológica, cuja centralidade assenta-se no viés etnográfico interpretativo. No segundo capítulo – Um bairro, uma história: contexto local e gênese do Banco Palmas –, faço um passeio pela historicidade do Conjunto Palmeiras, reunindo elementos de memórias das lutas sociais dos moradores que se organizaram em torno de um movimento social instituído na década de 1970, cuja capacidade de articulação fortaleceu-se nos anos 1980, engendrando práticas favoráveis ao surgimento da experiência de economia solidária que teve início no final da década de 1990.

Nesse capítulo não encerro minha abordagem no contexto do bairro. Atento para os processos de crescimento demográfico e especulação imobiliária que caracterizam grande parte das problemáticas urbanas do município de Fortaleza, dentre as quais se encontram as principais causas da formação do Conjunto Palmeiras e das lutas sociais protagonizadas por seus moradores. Faço ainda inserções comparativas entre a história do bairro e o caso da comunidade Brisa da Praia, que se localiza na Barra do Ceará (periferia oeste), com o objetivo de tecer considerações sobre os determinantes socioeconômicos e políticos que definiram o cenário dos movimentos sociais de Fortaleza nos anos 1980 e 1990, cujas demandas principais configuraram-se em torno da questão habitacional.

No terceiro capítulo – Economia solidária: significações históricas, teóricas e nativas –, discorro sobre o processo de construção conceitual do fenômeno economia solidária. Faço um percurso que se inicia numa referência a fatores históricos e teóricos que antecederam o surgimento da configuração

atual da economia solidária, aludindo aos aportes elaborados pelos pensadores do socialismo utópico e a movimentos que deram significações diversas ao conceito de solidariedade. Nesse capítulo também discorro sobre abordagens aplicadas à noção de reciprocidade. E ainda apresento e analiso manifestações nativas pertinentes à significação da economia solidária na experiência do Banco Palmas.

O quarto capítulo – “Aceitamos palmas”: construção simbólica e prática da economia solidária no espaço local – condensa a maior parte da substância etnográfica deste trabalho. É nesse ponto que adentro com mais atenção ao processo de significação conceitual da economia solidária no cotidiano do Banco Palmas. Fundamentado no material empírico e em contribuições teóricas, descrevo e interpreto eventos e cerimônias que observei no contexto da Asmoconp e do Banco Palmas, tratando-os como situações expressivas de uma *performance* ritualística e espetacular. Tal *performance* é mobilizada no território local e na mídia, como forma de legitimar socialmente a experiência de economia solidária ali desenvolvida, reforçando sua dimensão simbólica e pedagógica e projetando-a como objeto de visibilidade pública. Descrevo também os principais símbolos, projetos e empreendimentos vinculados à Rede Banco Palmas.

No quinto capítulo – Banco Palmas: as categorias público e privado na experiência local –, mostro como a sociabilidade de vizinhança, o sistema de microcrédito, a moeda social circulante (palmas) e a rede de empreendimentos solidários do Conjunto Palmeiras tornam tênues as fronteiras entre a esfera da intimidade individual e o espaço da vida pública, fortalecendo laços de pertencimento e reciprocidade entre os moradores do bairro. Discorro também sobre as relações que

se tecem entre a esfera pública local e o espaço interinstitucional da sociedade civil onde se inserem a Asmoconp e o Banco Palmas, percebendo a economia solidária como projeto cultural e político cujo processo de construção é impulsionado por diversas redes organizacionais.

O sexto capítulo – Metáfora da rede: a economia solidária como movimento cultural e político – aprofunda a discussão esboçada no capítulo anterior. Aqui não enfatizo somente a dimensão de confluência que se observa entre o espaço local e a esfera global das redes de movimentos sociais. Ressalto também o lado tensivo que se configura em torno de críticas diversas que se manifestam em relação à economia solidária como fenômeno surgido no contexto da crise do capital e que não seria capaz de apontar perspectivas concretas de ruptura em face do projeto hegemônico neoliberal.

Para aprofundar esta leitura, recorro a aportes teóricos que refletem acerca das possibilidades e dos limites interpostos à economia solidária como projeto que se ergue a partir e dentro do chamado terceiro setor. Este setor é visto como um ente ambíguo que, por um lado, abriga interesses filantrópicos muitas vezes associados aos propósitos do mercado capitalista e, por outro, congrega diversas organizações realmente comprometidas com processos de empoderamento da sociabilidade comunitária em territórios locais.

Configuram ainda nesse capítulo apreciações nativas que põem sob um enfoque relacional posicionamentos críticos tendentes a apontar a economia solidária como movimento incapaz de emancipar-se do *ethos* do capital, haja vista, por fundar-se notadamente em relações de produção informais, a manutenção de experiências associativas que estariam reproduzindo diversas formas de precarização do trabalho.

Nas considerações finais, resumi os principais argumentos que objetivam sustentar minha afirmação de que a experiência protagonizada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas mobiliza um significativo processo de construção simbólica e prática da economia solidária, cuja força local tem demonstrado potencialidade de alcançar o espaço mais amplo da esfera pública, onde se tecem diversas redes temáticas e se articulam consensos possíveis nos novos movimentos sociais.

1

PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE ESTUDO

O fenômeno da economia solidária tem suscitado reflexões que se intensificam a partir da década de 1990 (século XX), formando uma tendência de análise centrada em macroquestões. O crescimento e a visibilidade desse fenômeno configuram-se no âmbito da crise do trabalho, caracterizada, principalmente, pelo desemprego estrutural decorrente do processo de reestruturação produtiva que delinea a sociabilidade do capital em tempos de globalização e transformações tecnológicas intensas (SINGER, 2000a).

Nesse contexto, as experiências de economia solidária erguem-se como expressão de alternativas no que concerne à inserção na esfera produtiva, constituindo um universo plural de práticas associativas classificadas como empreendimentos populares, cujo espaço inclui atividades informais, cooperativas, práticas de autogestão, sistemas de microcrédito, moedas locais circulantes, entre outras modalidades que demarcam o campo de um “mercado” cada vez mais visível e organizado (KRAYCHETE *et al.*, 2000).

Não se trata, todavia, de um fenômeno centrado na esfera econômica e no mercado, visto que as experiências em curso instituem-se, também, na esfera política mobilizada pela sociedade civil, como práticas portadoras de valores culturais que se manifestam sob o signo da solidariedade, do pertencimento comunitário e da reciprocidade. Nesse sentido, em suas diversas manifestações particulares, a economia solidária configura

um espaço cuja denominação melhor se define pelo termo socioeconomia solidária, pois se materializa não somente como um campo econômico, mas como uma economia política.

Não obstante a importância do campo simbólico e conceitual em formação na base e no movimento das experiências locais de economia solidária que se desenvolvem em diferentes espaços geográficos, a crise do mundo do trabalho mencionada acima parece atrair os debates que se engendram em face desse fenômeno para um conjunto de macroquestões. Muitas vezes tais questões incorrem numa posição próxima de uma leitura idealista ou normativa, articulada a uma questão-cerne: a economia solidária apresenta potenciais emancipatórios capazes de instituir um modo de produção alternativo ao capitalismo?

É fácil constatar que o teor generalizante da pergunta leva à formação de várias outras: a economia solidária manifesta-se em espaços onde o que predomina é apenas a tentativa ou a garantia de sobrevivência em meio às forças excludentes que operam no âmbito da crise do trabalho? Seria um espaço onde se mobilizam experiências que visam amortecer os impactos do fenômeno pobreza? Seria, mais do que isso, um universo plural composto por experiências particulares, mas que articulam interesses comuns, configurando redes de significados e ações capazes de projetar a transição para uma economia pós-mercado?

Em resumo, a perspectiva macroanalítica que se coloca em face do fenômeno economia solidária parece assumir duas tendências: por um lado, atenta-se para o cenário das práticas de grupos populares que se organizam para garantir a sobrevivência no contexto de condições materiais precárias, marcadas por processos de empobrecimento e desigualdade social crescente; por outro lado, percebe-se que a economia solidária pode ins-

tituir experiências inovadoras de ação pública que engendram uma tendência de desenvolvimento de novas formas de solidariedade e participação, perfil que alude ao fenômeno dos “novos movimentos sociais” organizados para a ação em rede.

A busca de respostas para questões que vão surgindo nos processos de reflexão sobre um fenômeno que se encontra em pleno movimento instiga ainda outro eixo de indagação: como a economia solidária manifesta-se concretamente no seio da crise do trabalho e no âmbito da globalização do capital? Como realidade que se substancializa rumo a processos de transição e emancipação? Como utopia? Que sentidos de utopia se delineiam nos horizontes da economia solidária?

Sem perder de vista ou desprezar a importância dessas questões que têm pautado diferentes leituras ou interpretações da realidade já empreendidas em diversos estudos realizados¹ sobre experiências de economia solidária, a pesquisa que desenvolvi para sistematizar a elaboração da tese de doutorado me trouxe a outro objetivo. Deixo claro agora que não pretendo apresentar aqui um estudo teórico sobre modos de produção – entendo que as Ciências Sociais contam com importantes referências nesse campo do conhecimento – nem buscar respostas

¹SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000a; SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002; SINGER, Paul & MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000; SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003; SOUZA, André Ricardo de et al. (Orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003; KRAYCHETE, Gabriel et al. (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de & LAVILLE, Jean-Louis. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

que apontem possibilidades de futuro para o capitalismo, para o socialismo ou, no que interessa à minha pesquisa, para a realidade do trabalho no âmbito da economia solidária.

Busco, sim, compreender, com o auxílio do trabalho etnográfico, como se constrói uma vivência específica no campo da economia solidária, observando e interpretando a dimensão simbólico-conceitual e prática que fundamenta processos organizativos mobilizados numa esfera associativa local. Assim, tomo como referencial empírico a experiência do Banco Palmas, instituição de microcrédito comunitário criada pela Asmoconp, situada na periferia da cidade de Fortaleza, Ceará.

O olhar etnográfico que lanço sobre uma experiência circunscrita não se encerra, no entanto, na perspectiva microanalítica, visto que a experiência da Asmoconp e do Banco Palmas apresenta características multidimensionais, num espaço onde é possível observar a dinâmica hodierna dos movimentos que atuam sob a lógica das chamadas redes sociais. O perfil de ação do Banco Palmas instigou-me, então, como pesquisador, a percorrer seu campo multifacetado, incorrendo, inclusive, em dificuldades quanto ao recorte necessário na construção do objeto da pesquisa.

Diante de tais dificuldades, optei por observar a experiência da Asmoconp e do Banco Palmas como um processo em curso, que se faz por um esforço de construção simbólica e prática, no cotidiano local. É nessa esfera particular que se institui uma rede interna de empreendimentos e projetos denominada sob o signo da economia solidária, articulada a um ambiente mais amplo, onde se encontram outras redes de movimentos que partilham determinados interesses políticos e valores culturais.

Nessa direção, proponho-me, neste trabalho, a realizar um esforço de interpretação de uma experiência local, cujo cotidiano é revelador não somente de dados descritivos, mas, também, fonte de reflexão sobre questões mais amplas de interesse para as Ciências Sociais, especificamente no que tange ao universo conceitual e prático dos chamados novos movimentos sociais, com ênfase no fenômeno da solidariedade. Tal fenômeno manifesta-se, inclusive, na esfera produtiva, engendrando sujeitos coletivos capazes de elaborar, pôr em prática e disseminar políticas não governamentais como alternativas e estratégias de enfrentamento da situação de pobreza.

Minha curiosidade científica em face do fenômeno da economia solidária foi estimulada no momento em que, pela primeira vez, ouvi falar sobre o Banco Palmas. No ano de 1999, tive a oportunidade de integrar uma equipe que facilitou a realização de um seminário de extensão universitária para associações de moradores localizadas na Barra do Ceará (bairro situado na costa oeste da cidade de Fortaleza). O evento foi planejado como atividade de formação popular, intitulado *Cidadania: um espaço em construção*.

Àquela época, cursava o Mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFC) e aproveitei a ocasião para coletar dados de pesquisa referentes à temática dos movimentos sociais que se organizam em função de demandas por moradia e condições de habitabilidade². Com orientação e coordenação da professora Elza Braga (Departamento de

² Na pesquisa que fundamentou minha dissertação de mestrado, trabalhei com outro objeto de estudo, cuja temática relaciona-se com o campo da educação. A dissertação foi defendida em agosto de 2002 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, com o título *A educação profissional sob o signo da qualidade: um jogo de duplo sentido*.

Ciências Sociais), estava em curso o aprofundamento de um projeto de estudo iniciado em 1993 no citado espaço social, focalizando processos organizativos que surgiram a partir de experiências de ocupação de terra e assentamento urbano.

O trabalho de campo realizado na Barra do Ceará proporcionou o acesso a significativas pistas de análise acerca do espaço público e político que se forma em torno de diferentes associações de moradores. A pesquisa revelou que a ação protagonista de lideranças e associados constitui substância social capaz de instigar a interlocução com órgãos do poder estatal, com força para influenciar processos de destinação e aplicação de recursos públicos, engendrando canais de acesso a conquistas de ordem material (moradia e infraestrutura urbana básica) e instituindo práticas de construção da cidadania e de apropriação do fazer histórico.

Todavia, a situação de pobreza extrema que, à época, caracterizava a maioria dos assentamentos pesquisados define-se não somente pela escassez de bens palpáveis, mas também pela vulnerabilidade das práticas associativas a interesses eleitoreiros que se manifestam através da mediação exercida por atores externos vinculados a partidos políticos e a órgãos governamentais, de onde partem a locação e a execução de determinadas políticas públicas. Nesse contexto, configuram-se práticas de ações assistencialistas e clientelistas, fenômeno característico de determinadas associações de moradores que vivenciam dificuldades de avanço na perspectiva do desenvolvimento autônomo e democrático.

Diante desse quadro socioeconômico que também tem suas raízes numa espécie de cultura política da dependência, o seminário de extensão universitária supracitado objetivou, sobretudo, proporcionar às comunidades pesquisadas uma

atenção que não se reduzisse aos interesses imediatos da pesquisa, mas que contribuísse para fortalecer suas experiências organizativas e suas práticas de luta pelo acesso aos direitos fundamentais que materializam a cidadania.

Com esse espírito e propósito, em uma das atividades de capacitação planejadas, as lideranças participantes do seminário deslocaram-se para o espaço da organização não governamental Cearah Periferia, onde assistiram a uma palestra em que se narrava a história das lutas sociais dos moradores do Conjunto Palmeiras e, dentro dessa narrativa, obtiveram também informações sobre um banco popular fundado nessa mesma comunidade, o Banco Palmas, hoje internacionalmente conhecido.

Também escutei essa palestra. E desde então já interessado pela temática da economia solidária, ressalto que a Asmoconp e o Banco Palmas têm sido as fontes instigadoras das reflexões que venho tecendo acerca do fenômeno associativo, especificamente no que tange às práticas e aos símbolos de solidariedade fundados em espaços de pertencimento ou de proteção social próxima (CASTEL, 2003).

Os princípios de fidelidade, confiança e reciprocidade (MAUSS, 2003a; CAILLÉ, 2002a), isto é, valores morais que perpassam a reciprocidade e a convivência associativa, despertaram a minha atenção quando ouvi a citada palestra. Naquela ocasião, não pude conter a curiosidade ao ver exemplares de uma moeda social local e de um cartão de crédito comunitário, o PalmaCard. Pensei nas comunidades da Barra do Ceará, em que áreas de risco, jovens e adultos desocupados (sem trabalho), violência e diversas carências de infraestrutura urbana constituem cenários que denunciam o malogro de determinadas políticas públicas governamentais, especialmente quan-

do tais políticas são implementadas como resultado de trocas eleitoreiras e não como conquistas oriundas da luta autônoma de indivíduos efetivamente associados e organizados.

Naquele momento, o olhar sobre o Conjunto Palmeiras provocava-me a perceber, de modo panorâmico, as áreas periféricas e pobres da cidade de Fortaleza, como as que se contextualizam na grande Barra do Ceará. Assim, algumas perguntas de partida surgiram como reflexões que, mais adiante, levariam ao esforço de problematização de um objeto de estudo. Resumindo, o processo tensivo de tal problematização teve início em torno de elaborações que, na verdade, representaram pistas condutoras para uma incursão sistemática em campo, inicialmente orientada por um conjunto de inquietações.

O que leva os moradores de um lugar visivelmente marcado pela situação de pobreza, como o Conjunto Palmeiras, a alcançarem uma base associativa capaz de mobilizar um sistema de crédito local comunitário?

Diferentes conquistas já alcançadas pelos moradores organizados na Asmoconp revelam-se como produtos não somente de reivindicações, mas também de ações de planejamento e execução coletiva, tal como ocorreu na construção de moradias, nas obras do canal de drenagem e, mais recentemente, na criação do Banco Palmas e sua carteira de projetos. Trata-se de um conjunto de lutas sociais marcadas pela radicalidade, aprendizado e construção simbólica e não apenas pela finalidade instrumental. Nesse sentido, como se engendraram as “ousadias” de uma comunidade que se constitui como espaço social onde as lutas contra a escassez não se encerram nos fins instrumentais ou utilitários, mas se expressam de modo intenso, para além do imediatismo, no plano da troca simbólica, da troca de valores e significados culturais?

Que motivações sustentam a luta por uma habitabilidade urbana digna, quando se percebe que essa luta não se limita ao desejo de melhorar as condições de moradia, mas, em perspectiva orgânica, estende-se a determinadas relações de produção e a formas de significação do trabalho, da economia, do mercado, da organização comunitária e do desenvolvimento local?

Embora sabendo que as respostas para essas questões não viriam de forma imediata, um fato específico despertou minha atenção. A história e a memória das lutas da Asmoconp revelam um percurso marcado pela construção de aprendizados no espaço local, em experiências de mobilização nas quais se destaca como fundamental, inicialmente, a radicalidade das ações reivindicatórias empreendidas pelos próprios moradores e, mais adiante, o apoio de atores sociais externos, como é o caso da ONG Cearah Periferia – que tem sede na cidade de Fortaleza e possui larga experiência na formação de pesquisadores populares – e de outras instituições que aportaram recursos e capital técnico aos processos organizativos do Conjunto Palmeiras.

Opera aqui a suposição de que a história local, marcada por uma forte e radical luta de base empreendida pelos moradores organizados do Conjunto Palmeiras nas décadas de 1970 e 1980 – em que se destaca a importante presença da Igreja católica com a ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) –, configurou terreno fértil para o desenvolvimento de uma experiência sólida e criativa.

No percurso dessa história, o contato posterior com políticas não estatais parece também ter influenciado no fortalecimento de um espaço onde a luta pela cidadania semeou princípios de uma cultura da participação autônoma, capaz de iniciar a formação de uma rede interna focada numa economia de base popular e solidária, apoiada também em redes exter-

nas de mobilização cultural e política. Configuram-se, assim, teias de relações sociais tecidas no cotidiano local e articuladas ao universo mais amplo dos movimentos sociais que atuam em rede (SCHERRER-WARREN, 2005).

É importante compreender que as ligações feitas no interior dessas redes acontecem não somente em função dos interesses materiais que nelas se mobilizam. Para além da necessidade e dos efeitos imediatos, as redes interna e externa em que se sustenta a ação do Banco Palmas cruzam-se também no plano do desejo, da vontade de mudança e da partilha de aprendizados, de símbolos e significados que se revelam como possibilidades culturais para se compreender e vivenciar relações de trabalho e de inserção na esfera política.

Se os reflexos da macroestrutura econômica são determinantes na gênese dos movimentos sociais hodiernos, motivações de caráter cultural também o são. E é assim que entendo o complexo universo no qual se faz presente o Banco Palmas: seu ambiente de ação não se restringe à oferta e ao gerenciamento de crédito popular, mas, sobretudo, estende-se à construção e ao fortalecimento de valores culturais centrados na cooperação e na associação solidária como alternativas possíveis ao pensamento hegemônico (BOURDIEU, 1998) que reduz a ação econômica a um suposto senso de sobrevivência e competição seletiva.

Nesse sentido, evoco agora os três princípios morais já citados, ressaltando que, no cotidiano do Banco Palmas, nas redes interna e externa em que o mesmo atua, tais princípios ou valores manifestam-se, muitas vezes implicitamente, como fundamentos de relações materializadas em atividades práticas de caráter econômico, produtivo e político, ao passo que essas relações se legitimam e se fortalecem em símbolos e sig-

nificados partilhados no espaço local, na esfera do pertencimento comunitário e na participação em diferentes canais de cooperação e mobilização externa.

Fidelidade, confiança e reciprocidade constituem, portanto, uma das bases significantes sobre as quais se ergue a experiência de socioeconomia solidária que se encontra em construção no cotidiano do Conjunto Palmeiras. Nessa experiência, o espaço micro da ação do Banco Palmas articula-se ao universo macro de redes de movimentos sociais que se tecem em torno de alternativas ao capitalismo global, configuradas num campo complexo, onde diversas categorias se manifestam e instigam o processo de pesquisa: economia, trabalho, solidariedade, cultura e poder, entre outras.

Logo de início, em meu primeiro contato com a história da Asmoconp e do Banco Palmas, eu ainda não havia acessado um conteúdo de informações substanciais que me proporcionasse as reflexões que ora busco sistematizar. A partir de 2002 e também em 2003, como professor substituto do Departamento de Ciências Sociais da UFC, organizei seminários temáticos com turmas de alunos dos cursos de Economia Doméstica e Geografia, incluindo em tais atividades pesquisas exploratórias no Conjunto Palmeiras e no Banco Palmas. Apesar de não ter acompanhado presencialmente as atividades de campo realizadas pelos alunos, considero que a organização desses seminários possibilitou a ampliação de meus conhecimentos sobre o Banco Palmas e do interesse pela experiência em foco.

Em 2003, tive a oportunidade de manter um contato direto com o Banco Palmas, quando fui convidado para desenvolver uma pesquisa a cargo da instituição. À época, o Banco Palmas estava participando do projeto Gestão do Conhecimento em Pobreza Urbana, operacionalizado pelo Programa

de Gestão Urbana para a América Latina e o Caribe (PGU/ALC)³. A tarefa empreendida nessa ocasião foi um estudo de caso sobre políticas sociais de combate à pobreza, realizado no município de Icapuí, Ceará⁴. O projeto citado orientou-se pela lógica da ação em rede, pondo em contato diversas cidades participantes, representantes de diferentes países, através do intercâmbio de aprendizados alcançados em estudos locais desenvolvidos em cada contexto específico.

Posso afirmar que a essa altura já tinha um conhecimento exploratório expressivo que me instigava a conhecer com maior interesse científico a experiência de economia solidária protagonizada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas. Assim, por ocasião do processo seletivo para o curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, elaborei um projeto de pesquisa para candidatar-me a compor a turma de alunos do ano 2004, obtendo aprovação.

Minha proposta intitulava-se *No dia em que os “filhos da precisão” pediram mais: histórias de comunidades urbanas em estado de pobreza*. Esse título refere-se ao fato de que, inicialmente, eu pretendia realizar um estudo comparativo entre as experiências associativas da Asmoconp (Conjunto Palmeiras) e da União dos Moradores da Brisa da Praia (Barra do Ceará).

Ao ingressar no doutorado, as reflexões teórico-metodológicas provocadas pelos conteúdos das disciplinas cursadas e a incursão no campo de pesquisa colocaram-me diante de um

³ Instituição apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

⁴ O relatório da pesquisa foi sistematizado por João Joaquim de Melo Neto Segundo e Antonio George Lopes Paulino. *Cidadania participativa: um espaço em construção – Políticas sociais de combate à pobreza em Icapuí (Ceará, Brasil)*. Fortaleza: Ágora XXI; Programa de Gestão Urbana – PGU, 2003. (Mimeo).

desafio: a tensão que perpassa o esforço de delimitar a problematização teórico-metodológica de um objeto de estudo tão notadamente complexo e multifacetado. Durante o percurso traçado, desde a apresentação do projeto até a sistematização do trabalho de campo, algumas mudanças de enfoque fizeram-se necessárias, resultando no recorte que agora tento apresentar.

O Banco Palmas foi inaugurado em janeiro de 1998. Suas operações começaram com o lançamento de um cartão de crédito (PalmaCard) e com a oferta de crédito para incentivo à produção local em empreendimentos populares. O desenvolvimento da experiência foi tomando curso em meio ao enorme desafio de buscar apoio para os projetos do Banco, sobretudo no que concerne à ampliação da carteira de crédito, que de início alcançou apenas R\$ 2.000,00.

A instituição começou a mobilizar também uma rede interna de economia solidária, através da moeda circulante local, hoje denominada moeda palmas (P\$). Diversos empreendimentos do bairro, nos segmentos de comércio e serviços, aceitam a moeda, que tem dupla função: faz a economia local gerar e circular renda internamente e representa um símbolo de pertencimento, um referencial pedagógico na disseminação dos princípios da solidariedade e reciprocidade.

O Banco Palmas estendeu também sua ação a um conjunto de empreendimentos que funciona no espaço da Asmoconp: PalmaLimpe (empresa autogestionária de produtos de limpeza), PalmaNatus (funciona em sistema de autogestão, na produção de cosméticos e fitoterápicos), PalmaFashion (atua na costura do vestuário), PalmaTech (escola popular voltada para a economia solidária), loja e feira solidárias (onde são comercializados produtos locais e de instituições parceiras, como, por exemplo, produtores de assentamentos de reforma agrária), entre outros.

Diversas atividades entraram depois na pauta do Banco Palmas, como o Projeto Bairro Escola de Trabalho, que educa jovens para a inserção profissional e o exercício da cidadania, tendo como espaço de ensino os próprios empreendimentos do bairro; o Projeto Jovens Consultores Comunitários, que prepara jovens para atuarem no sistema local de moeda circulante e nos processos de implantação de bancos comunitários em espaços de outros municípios; o Projeto de Arte-Educação, que mobiliza crianças e jovens do bairro em atividades no campo da música, com destaque para o Bloco Bate palmas, um instrumento cultural que vem animando o pré-carnaval local; a Academia de Moda Periferia, que atua na formação de jovens no campo da moda.

Todo esse conjunto de ações mobiliza o Banco Palmas em seu cotidiano interno, que também se articula a espaços externos, especificamente no que diz respeito às instituições de cooperação que aportam fomentos aos projetos locais. Assim, fica claro que, além de estimular uma rede interna em movimento, o Banco Palmas está presente em espaços mais amplos dos movimentos sociais e de atores parceiros, materializando a metáfora da organização social em rede.

Desde o início da pesquisa, tenho percebido que o ambiente do Banco Palmas é notadamente movimentado e performático. Cada projeto lançado, cada conquista alcançada passa por momentos de festividade, que se destacam como acontecimentos solenes e também lúdicos. Nesses momentos, um cerimonial ritualístico entra em ação, misturando a dimensão do trabalho associativo com o espaço lúdico e configurando um cenário “espetacular”. Entra em cena o “espetáculo” da celebração, da visibilidade pública e da atração de olhares, parceiros, apoios, curiosos, visitantes...

Nesse sentido, é expressivo e simbólico o *slogan* “Aceitamos palmas”, que pode ser visto no bairro na entrada de estabelecimentos comerciais ou de serviços, informando que ali se recebe a moeda social circulante palmas. É também visualizado nas *topics* que fazem o transporte de passageiros do bairro para outras localidades de Fortaleza, bem como no posto de combustíveis local.

Embora não se observe entre os sujeitos pesquisados uma intenção declarada nessa direção, penso ser possível afirmar que a expressão “Aceitamos palmas” aplica-se também à visibilidade que essa experiência local tem alcançado, atrairdo os olhares da mídia, os aplausos de admiradores, visitantes, representantes de políticas públicas governamentais e não governamentais, e a curiosidade de estudantes e pesquisadores.

No percurso histórico trilhado pelo Banco Palmas desde 1998, a instituição tornou-se um referencial no campo da economia solidária, fato que se constata pela presença ocupada em diferentes espaços de reflexão e debate sobre crédito comunitário e empreendimentos populares. Nesse contexto, o Banco Palmas tornou-se um multiplicador e disseminador da experiência local e agora atua como articulador das Redes Nacional e Cearense de Bancos Comunitários, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal.

Esse crescimento do campo de ação demandou uma estruturação específica do capital técnico do banco, dando origem, em 2003, ao Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, entidade que se classifica como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). O trabalho do referido instituto já vem-se materializando na assessoria à implantação de bancos comunitários

e moedas locais circulantes em diversos municípios do estado do Ceará e de outras unidades federativas do Brasil, e também fora do país, como na Venezuela.

Após essa breve descrição do conjunto de atividades e projetos do Banco Palmas, entendo que se torna mais claro o sentido da complexidade que caracteriza a experiência local de construção da economia solidária protagonizada pela instituição. Compreendo, também, que fica justificada a dificuldade de delimitação do objeto de estudo aqui proposto. Assim, algumas inquietações se interpuseram ao esforço de problematização. A observação empírica fez com que me deparasse com uma pluralidade de reflexões e indagações surgidas num momento de efervescência como perguntas de partida a se somarem a outras questões já apresentadas.

Como descrever a história do Banco Palmas, uma história em pleno movimento? Como apreender a dinâmica interna desse movimento e, ao mesmo tempo, não perder de vista as ligações que se fazem entre o espaço local e as diversas instâncias externas? Quais os símbolos e significados que se revelam e que dão substância conceitual às práticas de economia solidária protagonizadas no Conjunto Palmeiras?

Como compreender relações que se tecem numa rede de duplo tecido, que interliga parceiros diretamente vinculados ao bairro – os moradores organizados na Asmoconp e os que se classificam como empreendedores (produção, comércio e serviços) – e parceiros externos de diversas instituições governamentais e não governamentais, incluindo-se organizações de atuação nacional e agências de cooperação multilateral e bilateral?

Quais e como são os laços de reciprocidade que unem esses dois tecidos sociais? Quais são os componentes culturais que dão sustentabilidade conceitual e simbólica a essas relações que

parecem projetar as categorias do pertencimento e da reciprocidade para além do espaço local? De que modo essa base cultural se deixa compreender e interpretar nas situações práticas que envolvem categorias como economia e trabalho, produção e consumo, cooperação, solidariedade, participação comunitária, políticas públicas, desenvolvimento local, dentre outras?

Em meio a essa tempestade de perguntas e variados caminhos sinalizando para diferentes possibilidades de pesquisa, a investigação revelou pistas instigantes para que se configurasse com mais clareza o objeto de estudo. Nesse processo, o olhar etnográfico já em curso foi de fundamental importância. Foi em campo que consegui reunir, em quantidade e diversidade expressivas, dados empíricos e reflexões para subsidiar um recorte mais preciso e dar continuidade à pesquisa, quando o próprio material coletado impunha-me o risco de que eu me perdesse num labirinto de questões.

Na ocasião em que esbocei o projeto inicial da pesquisa, já tinha como referencial de partida a experiência da Asmo-comp e do Banco Palmas. Naquele momento, percebi a categoria do protagonismo⁵ social como instrumento heurístico para compreender os processos de enfrentamento coletivo da situação de pobreza no âmbito do Conjunto Palmeiras e como recurso para tipificar trajetórias diferenciadas em experiências

⁵ Termo utilizado para destacar os atores principais de um enredo cênico ou trama literária. Atualmente é empregado também no âmbito das Ciências Humanas em referência a processos históricos em que se configuram forças de ação agenciadas por um movimento social. “No Brasil atual, o protagonismo ampliou-se não somente entre vários setores da sociedade civil como invadiu a sociedade política, realizando parcerias com o Estado, desenvolvendo uma nova esfera pública” [GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 9. (Coleção Questões da Nossa Época, n. 123)].

de organização comunitária, tendo em vista também o já mencionado objetivo de comparar a história do bairro com a realidade observada em outra comunidade, a Brisa da Praia, que se localiza na Barra do Ceará.

Embora estivesse atento à noção de protagonismo social no sentido de considerar a importância histórica de lideranças comunitárias do Conjunto Palmeiras e da Brisa da Praia na mobilização de suas lutas locais, a intensificação do contato com o campo de estudo possibilitou-me aprofundar o processo de observação para que, após dispor de um maior acúmulo de material empírico, fosse construindo e sistematizando categorias de análise.

Notei, ainda, que o olhar inicialmente direcionado à história de movimentos sociais vivenciados em comunidades específicas não conduzia à necessidade de realizar um trabalho com enfoque comparativo presente de ponta a ponta no desenvolvimento da pesquisa. A intenção era apenas identificar elementos que explicassem por que o Conjunto Palmeiras apresenta sinais de uma trajetória política diferenciada do perfil que se observa em outras comunidades também marcadas por processos de luta e enfrentamento da situação de pobreza. Assim, entendi que a comparação entre as experiências da Asmoconp e da União dos Moradores da Brisa da Praia revela perfis distintos de participação social, que se caracterizam, de um lado, pela autonomia, radicalidade e criatividade das lutas de base e, de outro, por processos reivindicatórios dependentes de práticas assistenciais e clientelistas.

Levantar a memória das lutas e dos processos organizativos do Conjunto Palmeiras foi uma possibilidade de enfoque também ponderada para a investigação. Mas logo percebi que não era este o foco da pesquisa nem seria necessário que o

fosse. A associação dos moradores, as lideranças e os funcionários do Banco Palmas costumam registrar todos os momentos de organização da comunidade, eventos de formação de pessoal, solenidades e cerimônias de lançamento de projetos.

Tornou-se hábito fazer o registro de situações desse tipo através de relatos, fotografias e filmagens. Há na Asmoconp um acervo em que se documentam os momentos históricos desde o seu surgimento até a abertura do Banco Palmas, formado por diferentes mídias (cartilhas, cordel, fotonovela, livros, imagens, cartazes). Não se trata de um mero registro documental e cronológico. Os atos de lembrar e registrar são apropriados de modo subjetivo e também coletivamente. Têm um profundo significado simbólico, que eterniza as emoções vividas durante as lutas da comunidade e assinala as conquistas alcançadas como fruto do trabalho coletivo organizado⁶.

No que se refere à importância das categorias históricas do Conjunto Palmeiras para a pesquisa que realizei, essa documentação constituiu um material de consulta e análise indispensável, ao qual se acrescentam diversos estudos já sistematizados em livros, monografias, dissertações e artigos acadêmicos⁷. Todavia, a ênfase do meu olhar recai sobre a his-

⁶ Merece destaque o documento em formato de cartilha, intitulado *Memória de Nossas Lutas*, que, em dois volumes, conta a história do processo de conquista da urbanização do bairro (ASSOCIAÇÃO dos Moradores do Conjunto Palmeiras – Asmoconp. *Favela do Conjunto Palmeiras: habitando o inabitável*. Coleção Memória de Nossas Lutas, v. 1. Fortaleza: Asmoconp, 1990. Mimeo; ASSOCIAÇÃO dos Moradores do Conjunto Palmeiras – Asmoconp. *Conjunto Palmeiras: o canal de drenagem – A história de um povo que se organiza, busca parcerias e urbaniza seu bairro*. Coleção Memória de Nossas Lutas, v. 2. Fortaleza: Asmoconp; Expressão Gráfica Digital, 1998).

⁷ Ver, por exemplo: SAMPAIO, Inês Sílvia Vitorino. *Das fraquezas a força: o sentido do comunitário na ação popular*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza, CE, UFC, 1991; MATTOS, Geísa *et al.* (Orgs.).

toricidade dos processos mobilizados em torno da Asmoconp, principalmente os que convergem para criação do Banco Palmas e para o cotidiano deste.

Interessam, assim, não os aspectos meramente cronológicos, mas as representações que constituem o universo conceitual que perpassa a história da Asmoconp e do Banco Palmas, a rede de economia solidária articulada no interior do bairro e a articulação desta com redes de movimentos sociais que extrapolam o espaço local. Desejo então ter deixado claro que não assumo aqui uma perspectiva sincrônica alheia ao passado e às determinações históricas que nele tiveram sua origem.

A experiência etnográfica que vivenciei no Banco Palmas – cuja substância resultou de momentos dialógicos, das informações coletadas e das reflexões teórico-conceituais sistematizadas desde o início da pesquisa – levou-me a focar o

Palmeiras: registros de cidadania. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002; MATTOS, Geísa. “A voz do bairro: um candidato fora do mundo da política”. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de (Org.). *A produção da política em campanhas eleitorais*: eleições municipais de 2000. Campinas, SP: Pontes; 2003. p. 191-209; MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de & MAGALHÃES, Sandra. *Bairros pobres, ricas soluções*: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003a; MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de & MAGALHÃES, Sandra. *PLIES – Plano Local de Investimento Estratégico*: uma metodologia para gerar trabalho em territórios de baixa renda. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003b; BRAGA, Elza Maria Franco. “Socioeconomia solidária e a questão democrática: desvendando caminhos e utopias”. *Estado, cidadania e esfera pública* - Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, Imprensa Universitária, v. 35, n. 1, 2004. p. 57-67; PAIVA, Victoria Régia Arrais de. “Um projeto de inclusão social na perspectiva do trabalho autogestionário”. In: ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira & RODRIGUES, Léa Carvalho (Orgs.). *Transformações no mundo do trabalho*: realidades e utopias. Fortaleza: Editora UFC, 2005. p. 223-238. (Série Percursos, v. 6).

objeto de estudo na observação e interpretação das estratégias discursivas, dos símbolos e das práticas que os sujeitos locais mobilizam nos cenários interno e externo, no cotidiano e em eventos cerimoniais, onde são construídas e reproduzidas representações acerca do trabalho, da economia solidária, da participação social e do conceito de pobreza, dentre outros eixos de significação e elaboração de sentidos.

Desponta aqui a hipótese de que a ação protagonista mobilizada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas concretiza-se em um ambiente emblemático para se compreender processos sócio-históricos e culturais que estabelecem ligações diversas entre o território local e a dinâmica de um espaço mais amplo, constituído por redes de movimentos cujos pontos se interligam em interesses comuns ou consensos possíveis.

Diversos objetos temáticos que compõem a pauta dos movimentos organizados em rede – com abrangência nas dimensões local, regional, nacional e internacional – manifestam-se no cotidiano da Asmoconp e do Banco Palmas como eixos conceituais que se expressam em ações internas e em projetos desenvolvidos com instituições parceiras: enfrentamento da pobreza urbana; consumo sustentável; sustentabilidade socioambiental; cooperação e trabalho; participação e empoderamento⁸ comunitário; políticas públicas estatais e não

⁸ Emprego aqui esse conceito fundamentando-me na definição proposta por Peter Oakley e Andrew Clayton na obra *Monitoramento e avaliação do empoderamento* [Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo: Instituto Pólis, 2003]. Segundo os autores, a construção do conceito de empoderamento (do inglês, *empowerment*, vocábulo formado a partir do verbo *empower*, que significa autorizar, dar poderes) remete às décadas de 1980 e 1990, especificamente ao contexto dos debates aplicados à noção de desenvolvimento. Contrastando com o chamado paradigma da modernização, surgiram no âmbito desses debates paradigmas relacionados à escola do *desenvolvimento alternativo*, enfatizando a compreensão de que o enfrentamento da situação

estatais; Estado e esfera pública; equidade de gênero; pertencimento, capital social, solidariedade e reciprocidade; tecnologia social; realidade social na América Latina, entre outros.

Durante a pesquisa de campo, tive a oportunidade de acompanhar a presença do Banco Palmas em eventos que reuniram atores sociais contextualizados em ambientes es-

de pobreza condiciona-se a uma distribuição equitativa do poder, isto é, ao compartilhamento do poder. Nesse sentido, o conceito de empoderamento surge do reconhecimento das capacidades dos grupos oprimidos e marginalizados no que tange aos seus potenciais para agir e protagonizar um papel ativo nas iniciativas de desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento social pode ser significado como empoderamento, considerando-se os pobres não como carentes de apoio externo, mas como atores sociais capazes de criar experiências de desenvolvimento através da interação e da participação direta em ações nas quais se reconheçam as habilidades e os conhecimentos das pessoas. Nessa perspectiva, o empoderamento está relacionado ao processo de conscientização política dos indivíduos e das comunidades e, portanto, à capacidade de organização e negociação das esferas comunitárias. Enfatiza-se aqui a importância de entidades da sociedade civil através das quais se busca equilibrar a estrutura do poder diante do Estado, pressionando também as corporações empresariais no que concerne à responsabilidade social. Ressalto que o conceito de empoderamento deve ser pensado sob uma perspectiva de criticidade, que possa qualificar seus usos e os interesses aos quais se aplica, visto que sua apropriação tem-se materializado num contexto polissêmico, “adequando-se bem às perspectivas de desenvolvimento e às estratégias de diversos atores, desde as Organizações Comunitárias de Base atuando em campo, até instituições como o Banco Mundial e as maiores agências bilaterais e multilaterais” (OAKLEY; CLAYTON, 2003, p. 8-9). O olhar atento sobre as possíveis aplicabilidades desse conceito deve assegurar uma leitura crítica de sua real importância num contexto plural em que sua referência incorre no risco de converter-se em “lugar comum”, distanciando-se da complexidade de sua real compreensão. A forma crítica pela qual esse conceito é aqui compreendido é também identificada no trabalho de Maria da Glória Gohn. “Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas”. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 13-32. O termo afina-se também com a compreensão nativa observada no contexto da Asmoconp e do Banco Palmas, especificamente no que se refere aos processos de organização e participação comunitária pertinentes à noção de cidadania ativa.

pecíficos, mas tendo em comum determinados componentes relacionados à realidade social da América Latina, abrangendo também países do Caribe e até mesmo da Europa. No que concerne a especificidades da América Latina e do Caribe, as temáticas supracitadas configuram objetos de estudos, debates e ações práticas que se desencadeiam em redes sociais, geralmente tendo como eixo articulador a problemática do enfrentamento da pobreza urbana.

Ao observar esses momentos de encontro cujas agendas perpassaram o eixo temático mencionado ou parte do mesmo, pude constatar que o local e o global são categorias que, compreendidas sob a dinâmica de relações em rede, imbricam-se. Diante desse fato, não poderia assumir o desafio de problematizar um objeto de estudo focado no cotidiano do Banco Palmas sem direcionar a necessária atenção ao entrelaçamento das perspectivas micro e macro da realidade em estudo, sobretudo por considerar que a instituição interliga-se a diversas redes e movimentos que partilham o referido arcabouço conceitual e temático: Redes Cearense e Brasileira de Economia Solidária, Rede Latinoamericana de Socioeconomia Solidária (Redlases), a já citada Rede de Bancos Comunitários e o Fórum Social Mundial, entre outros.

Percebi, portanto, que o campo de ação do Banco Palmas configura-se, ao mesmo tempo, num território circunscrito e num cenário mais abrangente. Assim, apliquei uma atenção especial às estratégias discursivas e performáticas que o projetam como espaço social visível em redes locais, estaduais, nacionais e internacionais de movimentos organizados, ao passo que, de forma protagonista e “pedagógica”, constroem, no contexto local da referida instituição, significados e práticas de ação política e produção econômica sob o signo da economia solidária.

No que diz respeito ao território local, a história do Conjunto Palmeiras reforça a perspectiva de perceber os bairros pobres não somente como lugares de carência ou necessidade, mas, também, como espaços que abrigam sujeitos portadores de desejos e sonhos e em cujos laços de sociabilidade e pertencimento muitas vezes configuram-se ações organizacionais capazes de protagonizar processos de participação, em que se destaca a luta por melhores condições de moradia e de vida (BRAGA, 1995).

É importante ressaltar aqui que determinados sistemas de representações, significados e práticas encontram-se subjacentes à relação entre pobreza e ação política no contexto dos movimentos sociais de bairros. No caso do Conjunto Palmeiras, a experiência do Banco Palmas parece dar significado a um tipo de protagonismo político que se fundamenta em táticas discursivas e práticas focadas na mudança de valores, na inclusão social pela via do trabalho e na autonomia cidadã, como instrumentos aplicados à superação do estado de pobreza.

Sob essa lógica, lutar contra a situação de pobreza parece representar algo mais que almejar conquistas materiais, embora estas sejam de suma importância. É, na verdade, também importante pertencer a um espaço social e participar de suas lutas, em face de um mundo onde a pobreza normalmente é tratada como mero objeto da assistência ou, o que é mais grave, da exclusão e da indiferença ou, ainda, o que é muito comum, do clientelismo político.

Na fase exploratória da pesquisa, não pude enxergar com clareza alguns dados. Com o aprofundamento do trabalho de campo, percebi que os moradores organizados na Asmoconp constituem o foco da ação do Banco Palmas no espaço local,

visto que os projetos e as atividades desenvolvidas não configuram, por diversas razões, uma estrutura capaz de incluir diretamente toda a população do Conjunto Palmeiras.

No ano 2005, a oferta de microcrédito (financiamento, empréstimo) foi ampliada através de um convênio com o Banco Popular do Brasil, passando-se a atender também moradores do bairro não vinculados à referida associação. Essas observações levaram-me a dar mais atenção ao fato de que a Asmoconp e o Banco Palmas constituem espaços específicos de ação num bairro em que há outras esferas organizativas e de mobilização e onde habitam cerca de 30.000 moradores⁹, contingente considerado como bastante volumoso para que possa ser totalmente incluído nos programas e projetos da instituição.

A ida a campo não mais em caráter exploratório foi possibilitando-me enxergar a riqueza que o trabalho etnográfico poderia fornecer-me. Destaco aqui o registro que fiz de uma carreta realizada pelo Banco Palmas ao final do mês de junho de 2005, no dia 26, numa manhã de domingo, por ocasião do lançamento do uso da moeda social palmas nas *topics* que circulam pelo bairro, fazendo o transporte de passageiros para o Centro da cidade e em direção a outros bairros.

Foi um momento caracterizado por manifestações notadamente rituais, no sentido de que se destacou pelo cunho cerimonial e solene. Na frente do cortejo, ia um animador do Banco Palmas, uma de suas principais lideranças. Ele anunciava a novidade, chamando alguns moradores e comerciantes pelo nome, ressaltando qualidades e vantagens da moeda social; por onde passava, convidava os moradores a procurarem a associação.

⁹ (Cf. MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003b).

Desde então, fiquei de olho no que a antropóloga Mariza Peirano, parafraseando Stanley Tambiah¹⁰, entende por “abordagem performativa do ritual”, quando se trata da observação de cerimônias e eventos solenes que sinalizam a ocorrência de momentos especiais destacáveis do cotidiano de determinado grupo ou espaço social (PEIRANO, 2002, p. 25).

Esse evento chamou minha atenção. E confirmou a suposição de que no ambiente do Banco Palmas a ação protagonista é um instrumento estratégico e pedagógico. O protagonismo perpassa todos os projetos que se encontram em desenvolvimento na Asmoconp e no Banco Palmas. Os moradores organizados participam das lutas sociais locais ao passo que vão socializando valores e também aprendendo a desenvolver, com base em um dos princípios da economia solidária – *produzir e consumir para o bem viver* –, laços de trabalho para a construção de novas experiências no espaço coletivo.

O termo protagonismo não tem aqui o significado de ineditismo nem de pioneirismo. Apenas remete ao fato de que sujeitos associados, organizados e motivados ocupam lugar central no esforço de construção da cidadania ativa, materializando conquistas impulsionadas a partir de suas lutas e sedimentando representações que se tornam mais viáveis na operacionalização de projetos especificamente concebidos para deslançar processos com potencial de continuidade, durabilidade e disseminação.

É importante notar ainda o fato de que no Conjunto Palmeiras o movimento que se configura em torno do Banco Palmas não é fruto de uma iniciativa puramente espontânea

¹⁰ Ver TAMBIAH, S. J. “A Performative Approach to Ritual”. In: _____. *Culture, thought and social action*. Harvard, Cambridge: [s.n.], 1985.

dos moradores do bairro. A organização do Banco Palmas, por exemplo, em dados momentos recebe impulsos de sujeitos sociais que não moram na comunidade, mas que atuam diariamente na mesma.

Considerar o papel dessas influências não diminui, em minha leitura, a importância dos moradores como sujeitos históricos autônomos. O que quero ressaltar é o fato de que, no atual contexto histórico, marcado por novas configurações da dinâmica espaço-tempo e, em determinadas situações, caracterizado sob a lógica da formação de redes de ação coletiva, os movimentos sociais incorporam novos significados, símbolos e práticas, perpassados por saberes, experiências e articulações que, em dadas circunstâncias, são parte de um “capital” socializado por atores externos ao espaço local.

Outra questão também desponta em relação aos movimentos sociais do cenário hodierno: a identidade coletiva dos grupos organizados não está centrada somente na carência e na escassez material. Novos aprendizados, visões de mundo e projetos, com teor notadamente cultural, são compartilhados no espaço das lutas sociais, fazendo emergir processos de construção de representações e práticas sociais, como é o caso da experiência de economia solidária protagonizada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas.

Para aprofundar essas observações, direcionei minha atenção ao ambiente dessas instituições, onde percebi a citada *performance* cerimonial que é trabalhada em eventos-rituais, na qual também se manifesta uma dimensão espetacular de diferentes sentidos. Como já afirmei, o Banco Palmas apresenta-se diante do público do próprio bairro e de instituições externas de forma espetacular. Aqui o espetáculo não assume somente a dimensão de algo intencionalmente produzido para impressionar e atrair a atenção.

Já me referi também ao conteúdo simbólico da expressão “Aceitamos palmas”. A sentença refere-se à aceitação e circulação da moeda social palmas em estabelecimentos de comércio e serviços locais e nas *topics*. Mas penso que a referida frase parece estar também vinculada à dimensão do espetacular, do midiático, como uma mensagem que projeta símbolos e processos identitários. Ao acompanhar presencialmente eventos do Banco Palmas, percebi como os mesmos têm na categoria do animador uma figura central, que constantemente é aplaudida pelo público e conclama aplausos quando do lançamento de novos projetos, com repórteres, fotógrafos e câmeras de emissoras de televisão sempre por perto.

Nesse caso, o caráter espetacular configura-se como estratégia de animação do público e de legitimação do trabalho realizado perante a comunidade e instituições parceiras. É também um modo de estar presente no circuito globalizado das ONGs e das redes de movimentos sociais. É ainda uma forma de celebração e júbilo quando se mostra que projetos sociais operacionalizados por moradores de um bairro pobre podem impulsionar, de forma protagonista, a construção de experiências coletivas relativamente autônomas em relação à política partidária e à esfera estatal. O espetáculo revela-se, assim, como um recurso utilizado para resignificar a política também como espaço de celebração e compartilhamento. Enfim, as facetas do espetáculo na ação do Banco Palmas são diversas e, em dadas situações, visivelmente festivas, lúdicas, como nos momentos em que um ator vestido de palhaço diverte os que se encontram numa dada cerimônia ou evento.

A atenção dada a esses elementos que se apreendem num plano descritivo não conduziu este trabalho a uma perspectiva encerrada na narração etnográfica. Os resultados da

pesquisa não se aplicam diretamente a uma discussão sobre a prática da etnografia em si, nem se dirigem a uma empreitada no campo das teorias antropológicas. Compreendo aqui a etnografia como recurso que proporciona, a partir do olhar por dentro de uma microesfera, a provocação de reflexões mais amplas, inclusive sobre questões que não são determinadas exclusivamente no campo da cultura.

Percebo a experiência da Asmoconp e do Banco Palmas desta forma: como um processo dinâmico de construção simbólica e prática de uma realidade que se assenta na força do pertencimento a uma esfera local, potencializando laços sociais capazes de dar corpo e movimento a um projeto nomeado sob o signo da economia solidária. Há nesse fenômeno contornos notadamente determinados no âmbito de uma cultura política que se materializa num território específico, vivido e praticado socialmente. Mas há, também, ligações com outras esferas, no contexto dos movimentos sociais que se conectam em redes, onde se configura a complexidade do que se denomina economia solidária.

Em face dessas considerações, é necessário ressaltar que a problematização teórico-conceitual do objeto de estudo aqui proposta abrange um movimento de reflexão que perpassa as perspectivas micro e macro da realidade observada. Assim, entendo que os contatos estabelecidos entre o Banco Palmas e determinadas redes de ação revelam situações em que ocorrem diálogos possíveis entre a esfera pública estatal e o setor público não estatal, bem como demonstram novas características do modo de ser dos movimentos sociais no ambiente de relações mundializadas, quando se articulam agências e organizações de cooperação multilateral e bilateral em torno de projetos e atividades comuns.

No espaço local, a experiência protagonizada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas busca promover a inserção dos moradores numa espécie de política do cotidiano, materializada na organização comunitária e em momentos de aprendizagem sobre princípios e práticas da economia solidária. No ambiente externo, há diversos segmentos (Estado, ONGs, pesquisadores e intelectuais, agentes parceiros, agências de cooperação, mídia etc.) que também ingressam no debate suscitado em torno do banco. Trata-se de uma história em movimento, acontecendo com projeção interna e externa, pondo em cena uma pluralidade de atores sociais.

No plano interno, a solidariedade materializada nos laços de proximidade e vizinhança existentes no Conjunto Palmeiras entre os moradores organizados ou mobilizados em torno da Asmoconp e do Banco Palmas revela a importância da categoria pertencimento social; uma espécie de garantia de proteção. Tal garantia é instituída através do reconhecimento mútuo vivenciado por sujeitos que habitam o mesmo chão, enfrentam dificuldades e necessidades materiais semelhantes e compartilham desejos relativamente comuns no que concerne à melhoria de suas condições de vida. A ligação solidária é feita, nesse sentido, a partir de uma motivação política. Mas a associação grupal e a partilha de uma visão de mundo comum são antecedidas, em determinados casos, por laços de proximidade de indivíduos que, geralmente, já conhecem uns aos outros.

No cotidiano dos bairros populares e nas áreas marcadas pela pobreza na cidade de Fortaleza, predominam edificações do tipo horizontal. Entre outros, esse fator favorece o entrelaçamento da esfera pública com a esfera privada nas relações familiares e de vizinhança. Apesar das barreiras de relacionamento que surgem com o aumento da violência urbana, em

um bairro como o Conjunto Palmeiras, por exemplo, é possível perceber que as famílias não vivem isoladas no universo particular de suas residências.

É interessante notar que o hábito de passar parte do tempo conversando na casa do vizinho sem que essa situação se caracterize como uma visita formal é muito comum em diferentes bairros da cidade. A conversa amistosa ou marcada por elementos de conflito também acontece comumente em calçadas, botequins, vias públicas, onde as pessoas geralmente se conhecem e são capazes de informar sobre a vida privada das famílias residentes na vizinhança. Nesse contexto, são muito comuns práticas de ajuda mútua, fundadas numa ética da “proteção próxima” (CASTEL, 2003, p. 47-93), que estimula a partilha, a doação e a troca de alimentos, remédios, bebidas, favores, cuidados. Essas manifestações do pertencimento, da proximidade e da confiança constituem sinais que caracterizam espaços onde a ação protagonista focada na economia solidária pode encontrar campo fértil para se desenvolver.

Essas considerações levam-me a evocar aqui o pensamento de Georg Simmel (1858-1918), em “A metrópole e a vida mental”, artigo em que o autor discorre sobre a condição do indivíduo no contexto da metrópole moderna, onde predominaria um estilo de vida marcado pela impessoalidade e pela indiferença entre os sujeitos que não compartilham a mesma esfera da vida privada. O ritmo de funcionalidade da economia do dinheiro, segundo Simmel, domina a metrópole. Tudo é orquestrado tecnicamente para que o fluxo das relações funcionais do mercado não seja interrompido. Para tanto, a especialização técnica, o anonimato do eu em meio à multidão e a crença na liberdade individual representariam para o indivíduo solitário na metrópole um misto de dor e

gozo ou seriam a causa de uma inevitável “atitude blasé”, indiferente, insensível, produzindo um “estilo metropolitano de vida” (SIMMEL, 1967, p. 18-20).

É importante notar que o olhar de Simmel sobre a metrópole aplica-se ao ambiente de efervescência e aceleração da vida urbana, impulsionado no século XVIII e intensificado no século XIX. O artigo citado teve sua primeira publicação no ano de 1902. Imagino que se o autor tivesse podido acompanhar a evolução do século XX e o limiar do século XXI, certamente exacerbaria ainda mais a sua análise em face do ritmo acelerado que rumou ao que hoje se determina pelos fluxos de uma economia globalizada, em que ocorrem novas formas de domínio sobre o tempo-espaço (HARVEY, 2001; SANTOS, 1993).

Penso que o livro *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*, de Richard Sennett, também pode ser relacionado a essa linha de raciocínio no que tange à vida pública do indivíduo em um contexto de “alta modernidade”, como diria Arantes (2000, p. 14), ou de “condição pós-moderna”, como diria Harvey (2001, p. 291). Quando Sennett refere-se à questão dos papéis públicos nas cidades, discorre sobre a existência de uma geografia pública onde se movimentam diversas circunstâncias sociais e grupos de estranhos, sob o auxílio de um código comum. Tal código assegura a proteção dos limites da intimidade e das lealdades pessoais e também oferece segurança e conforto à orquestração da vida pública e impessoal. Sob essa lógica, os espaços de convivência podem ser vistos também como espaços de solidão e “a visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado” (SENNETT, 2002, p. 26).

Entendo que seja importante refletir à luz dessas ideias de George Simmel e de Richard Sennett no sentido de atentar para outras possibilidades de leitura sobre a vida na metrô-

pole e no mundo globalizado, direcionando meu olhar para um contexto diferente daqueles que foram vislumbrados pelos dois autores. Aqui, não tomo como referência nem a metrópole moderna do século XIX nem a visão exacerbadamente intimista a qual se refere Richard Sennett para definir tendências da vida pública hodierna. Compreendo que esses autores tiveram grandes intuições teóricas. Todavia, análises contextualizadas em ambientes específicos, no caso, em uma metrópole como Fortaleza, podem revelar dimensões diferenciadas de ritmos de vida e formas de convivência na vida pública, não necessariamente caracterizados pela impessoalidade ou pelo comportamento individualista.

Visualizo nesse momento, o outro lado da metrópole, que não é o ambiente onde opera e impera a aceleração da dinâmica do tempo-espaço em função da economia do dinheiro, mas sim, a face urbana que se revela na vida cotidiana de bairros pobres (e também de bairros populares ou não muito pobres), onde as relações de vizinhança e pertencimento processam outro ritmo de viver e formas de ser e conviver não intimistas.

Espero, no entanto, que esse olhar não me leve a uma idealização dos bairros pobres como lugares onde se destacam relações de estabilidade e aproximação, tampouco a idealizá-los como locais totalmente distanciados ou isolados do contexto tecnológico e histórico que caracteriza a dinâmica da aceleração global. Na verdade, trata-se de áreas urbanas também penetradas pela lógica do consumo midiático e onde se manifestam diversas formas de conflito nos processos de apropriação do espaço; conflitos que muitas vezes resultam em violência física, espalhando o medo como uma força que distancia e isola as pessoas em suas zonas de proteção privada. Por essa e por outras razões, as

fronteiras entre o público e o privado são, em certo sentido, muito tênues no cotidiano de territórios de baixa renda, como o Conjunto Palmeiras.

Apoiando-me, entre outros referenciais teóricos, na teoria das práticas elaborada por Michel de Certeau e seus interlocutores de pesquisa (CERTEAU, 2003; CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996), atentei para situações relacionadas aos processos de enfrentamento da condição de pobreza na comunidade do Conjunto Palmeiras. Percebi, então, que o cotidiano dos moradores organizados é permeado por atitudes e relações que muitas vezes se contrapõem a uma “atitude blasé” (SIMMEL, 1967, p. 19) e que podem contribuir para atenuar a influência determinante da lógica de mercado da globalização, a qual age como força de neutralização célere do espaço e do tempo concretos (HARVEY, 2001; SANTOS, 1993). Assim, penso que os laços de vizinhança e as redes de sociabilidade articuladas em torno da Asmoconp e do Banco Palmas são manifestações da força da solidariedade e do pertencimento a um espaço social não intimista.

No atual contexto, realmente se configura, em diferentes situações, um estilo de vida que se coaduna ao ritmo acelerado e impessoal das relações mobilizadas pela economia do dinheiro, como diriam Simmel (1967), Sennett (2002), Augé (2003) e Ferrara (2000), autores citados aqui como nomes que figuram na discussão sobre o fenômeno urbano no mundo globalizado. Todavia, é imprescindível considerar que as diferentes contexturas das condições de vida dos sujeitos que moram numa metrópole produzem e reproduzem não exatamente um estilo de vida, mas sim modos de viver e estratégias de sobrevivência diferenciadas, plurais, que se traduzem em distintas formas de sociabilidade e articulação do(s) indivíduo(s) com as práticas sociais que têm lugar no ambiente complexo e desigual de uma grande cidade.

No caso do Conjunto Palmeiras, especificamente no que tange ao espaço de ação da Asmoconp e do Banco Palmas, a solidariedade¹¹ revela-se como predominante em face do estilo impessoal e *blasé*. Essa solidariedade torna bem próximas ou inseparáveis as fronteiras entre o público e o privado, quando, por exemplo, o Banco Palmas concede crédito aos moradores ou quando busca controlar a inadimplência. É que faz parte da estratégia pedagógica da instituição a visita de um analista de crédito à residência do candidato ao empréstimo, bem como à vizinhança do candidato, com o objetivo de atestar sua conduta.

Essa “curiosidade” que adentra a vida privada de uma família ou de um indivíduo no espaço das relações de vizinhança mostra que o cotidiano dos que se articulam ou são articulados em torno do Banco Palmas recebe muito mais influências dos laços de pertencimento local do que da impessoalidade, da indiferença ou da atitude *blasé*.

As implicações dessa lógica da proximidade são vivenciadas no âmbito da “sociabilidade primária” (CASTEL, 2003, p. 48), mas não se esgotam aí, haja vista constituírem um terreno fértil para o cultivo de práticas associativas institucionalizadas e organizadas em torno de objetivos políticos e interesses comunitários. A proximidade gera, portanto, uma espécie de “capital social” (REILLY, 1999, p. 407-452) cujo espírito associativo pode ter potencial para engendrar a busca de melhorias no desempenho econômico local.

A referência ao conceito de capital social é tomada aqui de modo crítico. Trata-se de um conceito que, por um lado, tem provocado entusiasmados debates no meio acadêmico e, por

¹¹ A ênfase na categoria solidariedade não faz perder de vista a dimensão do conflito que também se encontra presente no cotidiano de uma associação de moradores e, nesse caso, a Asmoconp não é um ente político imune a relações de sociabilidade conflitantes.

outro, é apropriado de modo menos questionador por determinadas organizações que investem em projetos portadores de estratégias discursivas e operacionais de combate ao fenômeno da pobreza extrema, focadas na noção de desenvolvimento local.

O conceito em questão tem uma influência significativa do pensamento de Alexis de Tocqueville (2005; 2000), que apontou as propensões associativas estudadas nos Estados Unidos como núcleo central da experiência democrática daquele país (RIFKIN, 1995).

O centro da crítica a Tocqueville faz-se aqui no sentido de ressaltar que as práticas associativas devem ser devidamente qualificadas e definidas, para que se conheçam os fundamentos de suas ações. Assim, não se confunde, por exemplo, o associativismo meramente filantrópico com experiências organizacionais em que a democracia é anunciada como um processo em construção, dependente da participação autônoma e do controle social (D'ARAÚJO, 2003).

Em resumo, as diferentes acepções do conceito de capital social podem ser agrupadas em duas tendências. Por um lado, afina-se com a perspectiva neoliberal que apregoa a necessidade de um Estado mínimo e projeta o terceiro setor como espaço onde as experiências associativas formariam uma espécie de capital capaz de preencher os vazios resultantes do retraimento do Estado e produzidos pelo desemprego estrutural, tendo-se a solidariedade filantrópica como um terreno fértil para seu crescimento. Trata-se de uma acepção instrumentalizada por parte dos ideólogos do Banco Mundial.

Por outro lado, o conceito de capital social relativiza a noção de riqueza, ao projetar as experiências de organização comunitária autônoma como campo associativo capaz de produzir mecanismos de coesão e proteção social, constituindo,

portanto, riquezas que podem ser oportunizadas em processos de desenvolvimento local. Trata-se, assim, de uma aceção notadamente próxima do conceito de empoderamento comunitário, que também é concebido como instrumento de luta para a superação do estado de pobreza, através da construção coletiva de formas de controle social e acesso ao poder (OAKLEY; CLAYTON, 2003).

Considerando essas ponderações, é importante ressaltar que o conceito de capital social é tomado nesse estudo como recurso para a identificação de práticas que, partindo de uma rede de confiança mútua, alcançam o cenário produtivo podendo ser qualificadas como “riquezas” tão necessárias quanto o são as riquezas naturais ou o capital físico (REILLY, 1999, p. 407). Mas o interesse por essa abordagem conceitual não poderia encerrar-se nesse objetivo. A perspectiva crítica que deve orientar sua aplicação permanece atenta aos espaços de aprendizagem que se formam junto com as práticas associativas e de produção. Impõe-se não esquecer, portanto, que nos processos de surgimento de tais espaços a dimensão do conflito não está ausente.

O associativismo não é feito só de harmonia e funcionalidade orgânica, tal como desejava Durkheim (1995). A integração e o conflito são elementos complementares nos processos de sociabilidade, como afirmou Simmel (s.d.). O cientista político Marco Aurélio Nogueira também discorre sobre essa dimensão complementar, destacando o papel do conflito no campo da sociabilidade democrática e nas relações que se configuram entre Estado e sociedade civil (NOGUEIRA, 2005).

Nesse sentido, é imprescindível afirmar que a experiência da Asmoconp e do Banco Palmas, por desenvolver-se num contexto em que se articulam diversas parcerias e influências,

acontece num ambiente onde os processos de integração social também são compostos pela categoria da conflitualidade, mobilizada em face de relações e interesses plurais, embora projetados em consensos possíveis. Menciono, ainda, o fato de haver diversas entidades associativas no bairro, em torno das quais se configuram alianças possíveis, mas também se manifestam distintos interesses e perfis de ação.

Outra perspectiva também importante encontra-se relacionada a essa discussão sobre capital social inspirada no caso da Asmoconp e do Banco Palmas. Trata-se da compreensão do conceito de esfera pública nos espaços ocupados pela sociedade civil. Esta categoria situa-se entre os vazios que se produzem no processo de reforma do Estado e na presença de um mercado voraz, que passa a dominar significativas fatias da oferta de serviços de infraestrutura e seguridade social, outrora controlados pelo poder público.

Supostamente livre dessas duas macroinstâncias, a sociedade civil é um ente ambíguo¹², cujas expressões diversificadas no chamado terceiro setor tanto podem prestar-se à construção e ao fortalecimento de experiências inovadoras e

¹² Afirmar que a sociedade civil é um ente ambíguo é uma proposição que exige demonstração, tarefa a ser explorada com mais atenção no capítulo 5. No momento, é importante considerar que o universo plural onde se desenvolvem experiências associativas não vinculadas ao Estado e institucionalmente independentes da economia privada constitui-se um terreno de ambiguidades pelo fato de que o campo de forças mobilizado nesse contexto comporta tanto organizações de caráter autônomo e democrático, em que os sujeitos constroem suas próprias experiências, quanto abriga entidades executoras de ações assistencialistas e filantrópicas, que chegam aos seus beneficiários como pacotes já prontos e acabados, muitas vezes sob o signo ideológico da responsabilidade empresarial. Na verdade, são ações distanciadas da possibilidade de construção de uma real consciência política acerca da noção de cidadania ativa.

democráticas orientadas para o desenvolvimento local inclusivo e solidário, quanto podem promover ações limitadas a uma filantropia não politizada (NOGUEIRA, 2005, p. 57).

Não obstante a complexidade que caracteriza o multifacetado espaço da sociedade civil, interessa aqui destacar o papel das experiências associativas no que tange ao alargamento da esfera pública (ARAÚJO, 2004). São experiências que apresentam campos de interlocução com os agentes do Estado, constituindo também espaços de participação e controle social que podem contribuir para a disseminação de uma cultura política simbolizada pelo *ethos* da autonomia e do empoderamento local (BRAGA, 2003; 2004).

Assim, não somente o significado do que é riqueza pode ser relativizado sob um enfoque crítico do conceito de capital social, mas também a noção de poder – categoria que ocupa, em relação à funcionalidade das sociedades industriais, lugar central nas estruturas estatais, partidárias e de mercado, e que vem ganhando força no âmbito das lutas comunitárias e nos movimentos sociais. Ressurge, nesse contexto, a importância das utopias, dos ousados desejos de mudança, que, evocando o pensamento de Hannah Arendt (2006), mobilizam a política como ação e como processo, projetada para a conquista da liberdade, da emancipação.

É, portanto, no campo da proximidade e da vivência associativa que os agentes protagonistas do Banco Palmas articulam diferentes ações e programas de inclusão dos moradores na chamada rede de economia solidária, operacionalizando estratégias discursivas e práticas que dão contornos performáticos e significados plurais ao fazer econômico, à participação social e à relação do lugar com a esfera dos parceiros e atores sociais externos, configurando também instâncias de legitimação e reconhecimento tanto no espaço local quanto no

contexto de organizações que figuram na lógica das chamadas redes de ação e cooperação. É importante notar que o tecido formado por essas redes suscita novas estratégias de superação da pobreza experimentadas em espaços locais, sinalizando a possibilidade de disseminação para outros territórios.

A discussão sobre o atual cenário onde se manifestam experiências associativas diversas no seio da sociedade civil vem somar-se à já sinalizada complexidade conceitual que envolve a problematização do objeto de estudo focado nesse trabalho. Assim, as considerações sistematizadas até aqui reforçam a constatação de que a temática em foco exige um olhar abrangente. A leitura de uma realidade determinada pela presença de categorias que têm seu chão na historicidade local e, ao mesmo tempo, recebem influências de movimentos que extrapolam a perspectiva endógena exige um esforço de “imaginação sociológica” acurado, capaz de apreender as dinâmicas internas sem deixar de contextualizá-las no macro cenário que também se reflete sobre as mesmas (MILLS, 1982, p. 211-243).

Nesse sentido, a experiência da Asmoconp e do Banco Palmas instiga-me a pensar sobre as redes de reciprocidade que se tecem no espaço local e interno onde funcionam as referidas organizações, sem perder de vista os componentes simbólico-conceituais que também despontam no ambiente externo das relações tecidas com parceiros diversos.

Embora não tenha incluído em minha pesquisa de campo uma incursão presencial profunda nessa dimensão exógena, interessei-me por identificar o universo de categorias, símbolos e conceitos comuns que se manifestam no encontro entre sujeitos sociais vinculados ao Banco Palmas e atores externos ligados às instituições parceiras. Que expressões sim-

bólicas e práticas figuram no contexto dessas relações de troca em rede? Como se expressa a construção simbólica e material da economia solidária no cotidiano do Banco Palmas?

Tendo em vista essas indagações, busquei sistematizar os procedimentos metodológicos da pesquisa atentando para o fato de que as referências teóricas consultadas e identificadas não constituíam uma amarra conceitual, mas sim uma articulação de reflexões que foram problematizadas empiricamente, em face do movimento do real.

Logo na fase exploratória da investigação, observei a necessidade de aplicar um olhar multifocal sobre o objeto de estudo, na tentativa de alcançar pelo menos em parte sua complexidade, que se assenta em elementos sociológicos, históricos, antropológicos, econômicos, políticos e filosóficos.

É notório que a Sociologia tem desenvolvido um espírito de abertura a essa perspectiva interdisciplinar, buscando superar os reducionismos das abordagens estrutural e funcionalista. Nessa perspectiva, a compreensão sociológica da realidade não pode deixar de reconhecer a relevância que se manifesta nos fatores históricos, culturais e políticos, e a influência que a intersubjetividade exerce sobre os mesmos.

Confiante na substância epistemológica desse movimento, optei por trabalhar inspirado em uma sociologia compreensiva, no sentido de entender a realidade social como processo, como construção intersubjetiva. Assim, não me propus a operar com uma abordagem interpretativista ou reduzida ao esforço meramente interpretativo. Destaco aqui a importância da interpretação fundamentada no método hermenêutico-dialético, como percurso que revela fecundidade quanto aos desafios de sistematizar a complementaridade das dimensões explicativa e compreensiva implicadas a este objeto de estudo.

Segundo a perspectiva hermenêutico-dialética, para que a fala dos sujeitos sociais de um dado contexto seja compreendida, faz-se necessário ter como ponto de partida o interior da fala, do discurso. E como ponto de chegada, “o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala” (GOMES, 1994, p. 77).

Penso que essa ideia pode ser referendada através do pensamento de Michel Foucault (1926-1984) sobre a categoria poder. Foucault defende a premissa de que as situações processuais e a dinâmica dos acontecimentos devem ser analisadas tanto em sua *performance* imediata quanto sob uma perspectiva genealógica, evitando procedimentos analíticos reducionistas, encerrados no campo do simbólico ou em estruturas significantes (FOUCAULT, 1996, p. 1-14).

Considerando essa abordagem complementar como imprescindível, na realização da pesquisa de campo apoieme em técnicas do trabalho etnográfico (conversa, escuta, observação, registro de informações em diário de campo, caminhadas, acompanhamento de eventos e reuniões, registro de imagens e interpretação), associadas a outros recursos metodológicos (entrevistas estruturadas e semidiretivas, levantamento documental, análise de dados socioeconômicos e de materiais midiáticos e didáticos que são manejados no cotidiano da Asmoconp e do Banco Palmas).

O apoio da etnografia fez-se aqui notadamente necessário, pois a força do campo simbólico sobre o qual se desenvolvem as ações de economia solidária no Conjunto Palmeiras é bastante expressiva. A palmeira adotada como logomarca dos produtos e serviços do Banco Palmas é exemplar nesse sentido. Remete ao início dos 39 anos de história do bairro.

No começo, havia muitas palmeiras de carnaúba (*Copernicia prunifera*) na área lamacenta e isolada onde a Prefeitura Municipal de Fortaleza alocou as famílias dos primeiros moradores. Desde então, a palmeira deu nome ao lugar e, no ambiente de ressonância da Asmoconp e do Banco Palmas, produz significados concernentes a diversas categorias: pertencimento, conquista, orgulho e dignidade. Ademais, a imagem dessa espécie vegetal nativa simboliza uma experiência que hoje se destaca no Brasil: a criação de um banco de microcrédito por moradores de um bairro pobre.

O capital simbólico¹³ do signo palmas é tão expressivo que instiga a seguinte suposição: além da força determinante da necessidade material, um desejo de mudança, fundamentado, quiçá, num sentimento de honra, dignidade humana e pertencimento social que a condição de pobreza nem sempre pode abater, mobiliza significados e práticas associativas como as que podem ser observadas no ambiente da Asmoconp e do Banco Palmas.

Pistas da configuração desse fenômeno são identificadas também em instrumentos-símbolo como o cartão de crédito PalmaCard e a moeda circulante palmas. Tais símbolos chegam a causar estranhamento a quem só conhece a instituição bancária em seus moldes convencionais. Com efeito, alcança destaque um bairro pobre onde circula uma moeda social local e é aceito um cartão de crédito sem que se façam exigências contratuais do tipo das que prevalecem no sistema convencional de financiamento.

Todavia, penso que a existência de um universo simbólico que pode mobilizar atitudes direcionadas ao esforço de superação da pobreza não assegura o acorro espontâneo dos

¹³ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 2004. p. 107.

sujeitos aos processos originados no lugar onde moram. Na verdade, a presença significativa da categoria liderança sinaliza a constituição de processos caracterizados por uma prática social que aqui classifico pelo termo protagonismo.

Na experiência aqui focada configura-se um jogo de protagonismo político levado a cabo por lideranças locais, em mediação com assessores técnicos que já possuem um histórico de atuação no contexto da Asmoconp, com o apoio de ONGs e outras instituições parceiras.

A condução da ação protagonista influencia-se, em grande parte, pelo carisma, pela crença no dom do(a) líder a quem se credita capacidade de identificar e buscar soluções (WEBER, 1999). Nesse sentido, a categoria da reciprocidade manifesta-se na confiança que os moradores depositam em lideranças que articulam e administram os projetos do Banco Palmas sob o controle da Asmoconp; confiabilidade que, mutuamente, recebem de volta na forma de crédito ou empréstimo. Esse dom¹⁴ amplia-se para a esfera do bairro, no compromisso e na fidelidade dos que “livremente obrigam-se” (destaque meu) a produzir, comercializar, trocar e consumir localmente, compartilhando uma lógica do “consumir para o bem viver”¹⁵.

¹⁴ Ver: 1) MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003a [1925]. p. 183-314; 2) CAILLÉ, Alain. *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a.

¹⁵ “Consumir para o bem viver” é o título de uma peça de teatro popular encenada no Conjunto Palmeiras, cuja montagem é de direito reservado da Asmoconp. A peça teatral foi montada com jovens atores e atrizes do bairro, como parte de uma campanha de conscientização dos moradores para a prática do consumo solidário e sustentável. Fonte: *Consumir para o bem viver: uma peça de teatro popular que mostra o poder transformador do consumo solidário*. Cartilha. Fortaleza: Asmoconp; Banco Palmas, [s.d.], p. 5.

Dessas últimas observações, é importante considerar que a reciprocidade acontece num universo simbólico de dupla dimensão. Em uma, manifestam-se sinais espontâneos das relações de proximidade e pertencimento, já incorporados ao *habitus* (BOURDIEU, 1989, p. 59-73) dos que se mantêm mais próximos do dia a dia da Asmoconp e do Banco Palmas. Na outra, mobilizam-se estratégias discursivas e midiáticas, focadas na sensibilização pedagógica dos moradores do lugar diante de determinados símbolos e significados referentes a princípios e práticas da economia solidária.

Percebendo o duplo movimento que permeia a visibilidade do signo palmas, ressalto que os procedimentos metodológicos aplicados no presente estudo convergiram a uma preocupação especial com o universo simbólico que dá substância de significados à experiência de economia solidária protagonizada no Conjunto Palmeiras.

Devo ressaltar que não penso na perspectiva simbólica por influência do paradigma estruturalista, tal como a defenderia Lévi-Strauss (1983). Não me coloquei à busca de códigos ou estruturas significantes que, supostamente, seriam vivenciados de modo inconsciente pelos sujeitos pesquisados. Tentei, sim, aproximar-me da compreensão do que Clifford Geertz – inspirado em Max Weber e Gilbert Ryle – expressa pelo conceito de “descrição densa”, entendendo a cultura como um texto escrito a partir de uma teia de significados que somente aqueles que a vivenciam como nativos conhecem verdadeiramente (1989, p. 15-17).

A descrição etnográfica é, por conseguinte, marcada pela experiência da interpretação, como afirma Geertz: “o que chamamos de nossos dados são realmente nossa própria construção das construções de outras pessoas” (1989,

p. 19). Assim, o nativo é o intérprete principal de sua própria cultura e sua interpretação passa a ser a argamassa do processo investigativo.

Geertz atribui, em sua proposta de descrição etnográfica, um declarado valor heurístico à semiótica. Menciona Max Weber quando diz que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. E complementa: “assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 1989, p. 15).

Segundo Winfried Nöth (1995), o termo semiótica refere-se à teoria dos signos, a qual se aplica à interpretação de significados mobilizados nas linguagens, nas relações intersubjetivas, na leitura e compreensão de textos, na apreciação de imagens, situações e cenas da cultura. Essa definição parece tornar mais clara uma noção que Geertz não aprofunda conceitualmente e termina por gerar uma dificuldade de ordem metodológica.

Ora, se o ponto de vista nativo constitui a principal autoridade no processo interpretativo, quem autoriza o pesquisador a manipular técnicas de análise semiótica? Essa análise deveria ser feita pelo próprio nativo, considerando-se que é ele quem vivencia plenamente a sua cultura? Mas, nesse caso, o nativo teria consciência dessa percepção semiótica, ou deveria ser estimulado a conscientizar-se acerca dos sistemas locais de interpretação? (GEERTZ, 2003). Levantar dúvidas sobre o grau de consciência da compreensão nativa levaria o pesquisador a incorrer nos mesmos procedimentos do estruturalismo, modelo que busca mapear estruturas de significado supostamente não teorizáveis sob o ponto de vista nativo?

Diante dessas questões, percebi a necessidade de estar atento para não cair nas armadilhas do interpretativismo, como adverte Umberto Eco (2000, p. XIV):

[...] um texto, uma vez separado de seu emissor [...] e das circunstâncias concretas de sua emissão [...], flutua no vazio de um espaço potencialmente infinito de interpretações possíveis. [...].

O fato de ter utilizado técnicas de observação participante não me eleva à posição de autoridade etnográfica. Recorro aqui a James Clifford (2002, p. 17-62) para pensar no *status* que a observação participante alcançou no âmbito da antropologia profissional, a ponto de instituir a figura do etnógrafo como autoridade¹⁶, desde que tenha estado em campo por um dado período de tempo, participando do cotidiano de um determinado povo.

Não discuto aqui a validade da observação e da presença em campo, que considero irrefutável. Todavia, a substância de uma pesquisa está no diálogo do pesquisador com os sujeitos pesquisados, não simplesmente através da gravação de entrevistas estruturadas, mas como forma de fazer com que as vozes e as percepções nativas falem sobre a realidade pesquisada. Eis aqui um desafio: valorizar o trabalho de campo, mas sem reduzir as descobertas e os relatos da pesquisa à subjetividade do pesquisador que é “rotineiramente reproduzida na escrita e na leitura das etnografias” (CLIFFORD, 2002, p. 33).

Quero deixar claro, portanto, que, sem ferir os princípios éticos da pesquisa, não apresentarei meus informantes no anonimato. Identificarei as falas pelos nomes de seus autores, que, em face da notoriedade alcançada pelo Conjunto Palmei-

¹⁶ A crítica à autoridade etnográfica é identificada também em Clifford Geertz. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

ras através da Asmoconp e do Banco Palmas, demonstram gosto pela visibilidade pública. Mas o direito ao anonimato está assegurado a quem não quis se identificar.

Nos casos em que as falas ou os discursos nativos suscitaram dúvidas ou dificuldades de interpretação, busquei, através do diálogo com o interlocutor, encontrar o modo de ver a realidade que contextualiza suas ações e percepções. Para tanto, minha pesquisa não foi desenvolvida dentro de um roteiro amarrado ou engessado. Procurando atuar com flexibilidade e com um grau de espontaneidade possível, passei a maior parte do tempo em que estive em campo a fazer observações e anotações também resultantes de conversas informais. Por último, já na conclusão da coleta de dados, fiz entrevistas gravadas, utilizando esse recurso como estratégia para dirimir as dúvidas identificadas nas notas do diário de campo.

Como já informei, o início deste trabalho aconteceu em 2003, quando tive a oportunidade de participar de uma pesquisa realizada pelo Banco Palmas no âmbito do já citado projeto Gestão do Conhecimento em Pobreza Urbana. Essa experiência proporcionou-me contatos diretos com integrantes da instituição e despertou-me o interesse de elaborar um projeto de estudo para concorrer no processo seletivo que me levou a cursar o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

Desde então, começou a fase exploratória da pesquisa. Em 2005, passei a estar em campo de modo mais sistemático, observando, registrando eventos e conversando com diversos sujeitos locais. Nesse momento, já era conhecido e contava com a confiança de muitas lideranças, o que facilitou a entrada no campo da pesquisa e no cotidiano do Banco Palmas. Tornou-se comum estar em companhia de

uma das principais lideranças técnicas do Banco Palmas, conquistando, assim, a proximidade e confiança do pessoal ali presente no dia a dia.

É importante informar que não estive em campo diariamente, a não ser em determinadas situações, quando surgiu a necessidade de acompanhar eventos cuja duração estava planejada para mais de um ou vários dias. Esse procedimento não seguiu as normas da pesquisa etnográfica tradicional, tarefa que exigiria do pesquisador a presença em campo por um longo período, na condição de morador temporário do lugar em estudo.

Ressalto que minha escolha por não habitar temporariamente o campo de pesquisa justifica-se, dentre outros motivos, pelo ritmo de funcionamento do Banco Palmas, cujo expediente de trabalho ocupa apenas os turnos manhã e tarde e, principalmente, por ter direcionado o foco da investigação para os eventos, as cerimônias e as solenidades em que se manifestam com maior intensidade os elementos simbólicos e as representações discursivas da experiência local de economia solidária.

Apesar de não ter habitado no lugar onde desenvolvi a pesquisa, considero que, em vários momentos, apropriei-me de procedimentos de observação participante, sobretudo quando pude envolver-me diretamente em eventos realizados pela Asmoconp e pelo Banco Palmas, em determinadas situações como ouvinte presente em atividades de formação pedagógica na temática da economia solidária; em outras, como colaborador em tais atividades e no projeto Gestão do Conhecimento em Pobreza Urbana.

Tendo em vista as características de uma observação que não se processou nos moldes da etnografia tradicional, evoco aqui a noção de observação flutuante. Numa comparação de ordem metodológica com a observação participante, o antropólogo Marcio Goldman (1995) entende a observação flutuante como

forma de trabalho de campo que se aplica ao ambiente e ao ritmo cotidiano das sociedades de larga escala, onde o pesquisador dificilmente encontraria a funcionalidade rítmica relativamente estável observada por antropólogos que se dedicaram ao estudo de sociedades tribais, a exemplo de Bronislaw Malinowski (1884-1942), que pesquisou os nativos das ilhas trobriandesas¹⁷, e de Evans-Pritchard (1902-1973), que produziu uma etnografia sobre os Nuer¹⁸, agrupamento pastoril do Sudão Meridional.

Assim, seguindo o ritmo de uma observação flutuante, nas idas e vindas que vivenciei entre o Conjunto Palmeiras e minha distante morada em outro bairro da cidade de Fortaleza, Bonsucesso, e nos percursos que, durante a pesquisa, realizei em outros espaços onde o Banco Palmas também se fez presente, senti-me como um sujeito *fazendo antropologia na metrópole*. Inspirado no antropólogo José Guilherme Magnani (2000, p. 20), percebi que a pesquisa realizada no contexto de uma grande cidade leva à necessidade de superar “a tentação do ‘padrão aldeia’ e assim articular a singularidade de seu objeto com outras variáveis da vida urbana” (destaque do autor).

O trabalho de observação exigiu intenso movimento de minha parte, como pesquisador que se encontrava sozinho em campo, sem ajudante, manuseando diferentes recursos. Esse movimento se fez no desafio de acompanhar o ritmo próprio do Banco Palmas, que é, também, notadamente intenso. Diversas vezes tive que correr para não perder oportunidades de conversar, escutar, fotografar, fazer anotações no diário de

¹⁷ MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico ocidental*: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

¹⁸ EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. (Coleção Estudos).

campo e gravar falas; toda essa pluralidade de ações acontecendo em função do registro de determinado evento ou cerimônia que se encontrava em curso.

Outras vezes, aproveitei a ida ao bairro para praticar a lógica da reciprocidade, pelo menos no sentido de oferecer algo em troca pela atenção e pelo afeto que recebi dos sujeitos que trabalham na Asmoconp e no Banco Palmas. Com esse espírito, passei a adquirir e consumir produtos comercializados na loja solidária do banco. E também contribuí como colaborador voluntário no projeto Bairro Escola de Trabalho, compondo a equipe de facilitadores do módulo de formação básica ministrado para duas turmas iniciais.

Essa relação de proximidade possibilitou o ambiente de informalidade e espontaneidade no qual realizei o trabalho de observação, além de ter provocado em mim um sentimento de satisfação pessoal. Todavia, essa aproximação e o sentimento de pertença dela resultante não me fizeram perder de vista a dimensão do estranhamento, peça fundamental na prática da etnografia e nos processos de reflexão crítica.

Por falar em estranhamento, considero também necessário esclarecer o sentido que se aplica ao termo “nativo” nesse trabalho. O vocábulo tem aqui a função metodológica de distinguir os sujeitos pesquisados do sujeito pesquisador, realçando a dimensão da alteridade e do estranhamento que se faz presente no trabalho etnográfico. Não significa, portanto, que os chamados nativos necessariamente tenham nascido no lugar que constituiu o campo da pesquisa. Aliás, é importante enfatizar que o Conjunto Palmeiras tem apenas 39 anos e que seus primeiros moradores procedem de outros bairros.

Compreendendo o emprego da palavra nativo com esse significado, posso afirmar que minha vivência de campo no Conjunto Palmeiras oportunizou o fecundo exercício de cruzar

proposições teóricas com informações e sinais empíricos. Assim, categorias que operam no contexto nativo – tais como as noções de comunidade e socioeconomia solidária, por exemplo –, foram caracterizadas a partir de componentes conceituais identificados na linguagem manifesta no cotidiano local.

O trabalho de pesquisa foi concluído no início do mês de dezembro de 2007. No conjunto da experiência, estabeleci alguns intervalos ou retiradas para processar, à luz das referências teóricas, as informações coletadas. Como produto das incursões em campo, reuni vasto material: um diário de campo de mais de 400 páginas manuscritas, gravações de eventos e entrevistas em fitas cassete (20 horas de gravação, aproximadamente), fotografias digitais, documentos publicitários, material didático e veículos informativos editados pela Asmoconp e/ou pelo Banco Palmas.

Em relação ao material fotográfico que produzi durante a pesquisa de campo, devo ressaltar que não tinha a pretensão de atuar no campo da chamada antropologia visual. Não me considerava, àquele momento, como pesquisador preparado em termos técnicos e teóricos para operar com fotografias no sentido de tratá-las como “narrativas” ou “códigos visuais” que comporiam um “método de pesquisa” (BITTENCOURT, 1994, p. 225). Minha intenção era bem modesta: desejava com o uso das imagens fotográficas apenas ilustrar situações observadas em campo. Assim, busquei facilitar uma aproximação entre o texto escrito e a pesquisa etnográfica, observando imagens captadas em diversos momentos e situações. Todavia, por razões de natureza técnica e de editoração, não foi possível inserir essa linguagem na presente publicação.

Para concluir esta seção, retomo agora as considerações acerca do referencial teórico que fundamenta as discussões aqui propostas, enfatizando que a categoria da reciprocidade

– em relação à qual o legado de Marcel Mauss no já citado *Ensaio sobre a Dádiva*: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas (2003a [1925]) representa uma obra de expressiva atualidade – é imprescindível para a compreensão dos sentidos da economia solidária. Assim, em relação à experiência do Banco Palmas, indago frequentemente: o que faz uma instituição de crédito emprestar dinheiro sem garantias cadastrais, senão a “obrigação” mútua e a confiança que têm origem na proximidade e no pertencimento a um lugar?

A revisão das bases teóricas deste trabalho de pesquisa provocou também um interessante cotejo entre as abordagens de Michel de Certeau (1925-1986) e Pierre Bourdieu (1930-2002). Percebi que a Asmoconp e o Banco Palmas constituem um campo fértil para a pesquisa de práticas cotidianas, especialmente aquelas que, em bairros pobres, mobilizam *trajetórias, táticas, retóricas e astúcias* (CERTEAU, 2003, p. 37-53) de cidadãos e cidadãos que ocupam o espaço da economia e da política como sujeitos de necessidades e desejos, enfrentando a situação de pobreza em busca de uma vida digna. São sujeitos que praticam o cotidiano, inventando-o, criando-o historicamente.

Determinados argumentos apresentados por Michel de Certeau demandam um diálogo com as ideias de Pierre Bourdieu, especificamente no que concerne à noção de *tática* (CERTEAU, 2003, p. 45), que se aplica à definição de ações caracteristicamente engenhosas, assentadas na consciência do sujeito quanto a oportunizar ocasiões para possíveis ganhos no jogo social.

Ambos os autores concordariam com a premissa de que, no jogo da vida cotidiana, os sujeitos da ação tática normalmente não vivenciam a necessidade de transportar o conteúdo de tal ação para a forma de um discurso estruturado. O impor-

tante seria mergulhar na ocasião e dela tirar proveito. Todavia, para Bourdieu (1989), que se apoia no conceito de *habitus*, o(s) sujeito(s) de uma ação encontra(m)-se influenciado(s) por categorias estruturadas e estruturantes do poder simbólico, sendo que a atitude prática operacionaliza-se em torno de categorias e símbolos culturalmente incorporados na vida social, os quais são evocados e mobilizados de forma tácita, portanto, mais ou menos inconsciente, de modo diverso da atitude *tática* que, segundo Michel de Certeau, manifesta-se conscientemente.

A noção de *tática* desenvolvida por Michel de Certeau distancia-se do conceito de *habitus* teorizado por Bourdieu (1989, p. 59-73) exatamente porque a *tática* é uma atitude engenhosa do sujeito que se coloca como praticante de um lugar, enquanto o *habitus* representa, sobretudo, um senso prático das coisas, que se orienta pelas regras de um jogo social fortemente determinado diante da eficácia do poder simbólico (BOURDIEU, 2003, p. 69-78). O indivíduo, inserido em um campo do poder (BOURDIEU, 2004, p. 52), mobiliza o *habitus* menos de forma *tática* (consciente) e muito mais de forma *tácita* (inconsciente).

Interessa também a esta discussão a crítica feita por Marshall Sahlins à teoria da prática. Em sua argumentação, o antropólogo nem se dirige a Michel de Certeau nem a Pierre Bourdieu. Sua crítica recai sobre abordagens funcionalistas e economicistas que, sob uma compreensão utilitarista da cultura, influenciaram o pensamento de diversos antropólogos. Em contraponto, Sahlins faz a opção pelo conceito de *razão cultural*, enfatizando a dimensão simbólica que preenche de sentidos a ação prática dos indivíduos que pertencem a um determinado contexto sociocultural (2003, p. 105).

Segundo essa ideia, é correto dizer que, no contexto do Banco Palmas, a oferta e a obtenção de crédito, uma conquista material, não seriam condição suficiente para que se caracterize uma cultura prática da economia solidária. A construção simbólica e conceitual, que é uma construção do espírito ou *ethos* de um lugar social, é igualmente valiosa e imprime significados aos ganhos materiais. Nesse sentido, é também fundamental refletir sobre abordagens que buscam descrever a cultura a partir de suas manifestações rituais e performáticas (TURNER, 1974a; 1974b; 2005; DAMATTA, 1997; PEIRANO, 2002), tratando-as como recursos teóricos para compreender os componentes simbólicos da experiência protagonizada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas.

As reflexões teórico-metodológicas tecidas durante a pesquisa aludem às principais categorias e conceitos articulados na elaboração da minha tese de doutorado, de cujo texto fiz a adaptação para esta escrita. Mas os fundamentos teóricos abordados não se encerram nos autores que mencionei nesse capítulo. A pesquisa de campo concretizou-se em percursos instigantes e em meio a desafios de problematização que dinamizaram a relação entre teoria e trabalho empírico, suscitando o cruzamento de olhares na leitura de uma realidade multifocal e mobilizando o princípio de complexidade, essencial no processo de construção do conhecimento.

Se me formulassem agora uma pergunta com o objetivo de saber qual contribuição ou que novo elemento minha pesquisa traz para o conhecimento do fenômeno economia solidária, diria que no percurso da pesquisa de campo e no processo de reflexão e elaboração da escrita busquei compreender tal fenômeno como uma construção social em curso, que acontece como historicidade, fazer histórico. Assim, dian-

te de tantos estudos já realizados sobre a economia solidária, percebo a necessidade de avanço para além de leituras que, embora de suma importância, tratam o fenômeno apenas no sentido de recuperar o processo histórico cronológico de sua gênese, entendendo-o como resposta social surgida em meio à crise do trabalho no contexto da reestruturação do capital.

Meu esforço no sentido de acrescentar algo novo a essa discussão materializou-se na difícil delimitação do objeto de estudo, que aqui tentei sistematizar com o propósito de conhecer uma experiência local denominada economia solidária, percebendo-a como fenômeno social que se entrelaça em ações de construção simbólica e prática, no cotidiano de um espaço vivido por sujeitos em movimento. Portanto, fui buscar no Conjunto Palmeiras, mais especificamente na Asmoconp e no Banco Palmas, a possibilidade de tecer uma leitura etnográfica através da qual tentei observar, compreender e interpretar como os sujeitos locais significam essa história em construção e como pensam essa experiência que foi batizada com o nome de economia solidária.

2

UM BAIRRO, UMA HISTÓRIA: CONTEXTO LOCAL E GÊNESE DO BANCO PALMAS

Já perto de concluir minha pesquisa de campo, fui numa manhã de feriado ao Conjunto Palmeiras para realizar uma entrevista. Lá encontrei em pleno contentamento Augusto Barros Filho – seu Augusto, líder comunitário e um dos fundadores da Asmoconp¹⁹ –, o qual, em sua casa, me contou com alegria que o lugar fora elevado à condição oficial de bairro. Era apenas o começo de uma longa conversa em que uma das lideranças mais marcantes da história do Conjunto Palmeiras evocaria as memórias das lutas travadas pelo movimento social local nas décadas de 1970 e 1980.

O título oficial de bairro foi concedido, após diversas investidas de reivindicação ao poder público municipal, no dia 31 de outubro de 2007, em audiência realizada na Câmara de Vereadores. Mas já havia um tempo significativo, a contar, pelo menos, desde meados dos anos 1990, que o Conjunto Palmeiras reunia as características de um bairro, por seu contingente populacional – 25.000 moradores²⁰ –, pelo sentimento de pertença dos que lá habitam e pelas condições de infraestrutura urbana arduamente conquistadas através das lutas locais.

¹⁹ Seu Augusto hoje integra a Associação Beneficente de Valorização à Vida (ABVV), entidade comunitária que ele fundou após desligar-se da Asmoconp. Não obstante a quebra de vínculo direto com a Asmoconp, seu Augusto continua apoiando o trabalho desenvolvido por essa organização.

²⁰ Fonte: Associação (1998).

Seu Augusto estava radiante, orgulhoso. Segundo ele, como bairro o Conjunto Palmeiras terá uma delimitação geográfica mais reconhecida, com autonomia territorial em relação ao Jangurussu, onde estava situado antes da concessão do título. Assim, segundo ele, haverá mais clareza no direcionamento de serviços e políticas públicas para o lugar.

Na caminhada do ponto de ônibus até a casa de seu Augusto, segui olhando as ruas do bairro e admirando a paisagem ao meu redor, onde se notam ruas com traçado bem definido, nas quais transita um serviço de transporte público relativamente satisfatório, se comparado ao que se percebe em outros bairros pobres da cidade de Fortaleza–CE. É fato: os moradores do Conjunto Palmeiras têm como retorno de suas lutas um lugar em processo de urbanização já expressivo, onde hoje se apresenta uma paisagem certamente bem diferente da que se configurava no passado, quando os primeiros moradores ali foram estabelecidos, em 1973.

Em relatos de lideranças, ouvi várias vezes dizer que o Conjunto Palmeiras era, no começo de sua ocupação, preconceituosamente conhecido como palmeira dos índios²¹, denominação que significava um lugar pantanoso, marcado pela presença numerosa de palmeiras de carnaúba (*Copernicia prunifera*) e pelo abandono a que ficaram submetidos os morado-

²¹ A referência ao nome do bairro quando proferida por moradores e lideranças comunitárias do lugar às vezes se manifesta pela expressão Conjunto Palmeiras, outras vezes como Conjunto Palmeira – forma mais comum no ambiente da Asmoconp e do Banco Palmas – ou apenas como Palmeira. Oficialmente, o bairro está registrado como Conjunto Palmeiras. Uma explicação possível para o uso do nome do bairro com a palavra palmeira no singular alude à necessidade de evitar que a origem do nome do bairro seja confundida com uma homenagem ao clube de futebol Palmeiras. Outra versão aponta para uso da palavra no singular como forma de valorizar o símbolo que deu origem ao nome do bairro, a palmeira de carnaúba (*Copernicia prunifera*).

res lá instalados, sem serviço de transporte, energia elétrica, água tratada e encanada, esgotos, escola, posto de saúde, sem nenhuma infraestrutura urbana.

O bairro localiza-se na periferia de Fortaleza, zona sul, com distância de aproximadamente 18 km em relação ao centro da cidade, que fica na zona norte. Está situado vizinho ao Conjunto São Cristóvão – que se enquadra na área correspondente ao bairro Jangurussu – e ao trecho da Rodovia BR 116 que contorna parte do bairro Messejana. Há 39 anos iniciava-se o assentamento das primeiras famílias, oriundas de diferentes áreas de risco da cidade e também de regiões centrais onde a especulação imobiliária já impulsionava a expulsão de famílias assentadas em espaços que passaram a interessar no processo de “modernização” da capital do Ceará. Assim, o povoamento do Conjunto Palmeiras deu-se a partir de uma ação executada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, em plena vigência do autoritarismo desenvolvimentista que caracterizou o governo dos militares.

O processo de assentamento da população deu-se numa superfície demarcada em 180 hectares. A área foi dividida em 100 quadras com 36 lotes de 200 m² cada. O tamanho dos lotes foi reduzindo-se à medida que a população crescia, passando para 160 m² e chegando até a 120 m². Inicialmente, 1,5 mil famílias foram removidas para o loteamento, provenientes da favela do Lagamar, Aldeota, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil e favela Verdes Mares. As causas da remoção dessas famílias variam: algumas estavam desabrigadas em decorrência de enchentes, sobretudo as que foram retiradas do Lagamar, e outras passaram por processos de desapropriação de terrenos nas

favelas de origem, sendo que, em determinados casos, a desapropriação ocorreu em áreas de crescente especulação e valorização imobiliária²².

Em 2003, o Conjunto Palmeiras²³ completou 30 anos de história, data em que sua população já somava, aproximadamente, 30.000 habitantes; em sua maioria, moradores semianalfabetos, vivendo no mercado informal, dos quais 80% apresentavam renda familiar estimada abaixo de 2 salários mínimos. Em termos de infraestrutura urbana, o bairro que

²² Cf. Associação (1990), Melo Neto Segundo e Magalhães (2003a; 2003b).

²³ Como foi dito no início deste capítulo, o Conjunto Palmeiras estava oficialmente inserido, até o final de outubro de 2007, na área do bairro Jangurussu. Essa situação dificultou, por décadas, a sistematização de dados socioeconômicos que tratassem de forma desagregada a realidade específica da população do Conjunto Palmeiras. Registro aqui tal dificuldade como algo também vivenciado pela Asmoconp e pelo Banco Palmas, o que refletiu também em minha pesquisa no que concerne à necessidade de uma caracterização mais precisa do contexto socioeconômico do bairro, no sentido de perceber e diferenciar a realidade do lugar antes e depois da implantação do Banco Palmas. Todavia, contei com informações sistematizadas em documentos produzidos pela Asmoconp e pelo Banco Palmas, como fontes que se alimentam de dados qualitativos e de levantamentos próprios realizados na área quando da elaboração e execução de projetos de intervenção local focados na geração de trabalho e renda e/ou com outras finalidades. Em relação aos números supracitados, esses não correspondem a uma atualização precisa. Após o desmembramento do Conjunto Palmeiras do bairro Jangurussu, a contagem precisa do contingente populacional ficou, de início, ainda mais difícil, haja vista que ainda não havia uma contagem oficial sistematizada e publicada, o que veio depois com os levantamentos demográficos realizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Determinadas lideranças consideram que a população local abrange uma área ampla formada pelo Conjunto Palmeiras, Palmeiras II e Planalto Palmeiras, totalizando,

hoje conta com 35 anos em nada se assemelha ao loteamento iniciado nos anos 1970. As lutas da comunidade organizada levaram à conquista de energia elétrica, abastecimento de água, drenagem, calçamento e pavimentação de ruas, construção de escolas, praça, transporte público, dentre outros equipamentos e serviços.

Ao transitar pelo bairro, percebo a visibilidade de um mercado local onde se movimentam diversos pontos de negócio, tais como mercearias, mercadinhos, lanchonetes, locadoras de vídeo, bares, lojas de material de construção, vendas de frutas, verduras e legumes, açougue, farmácias, posto de combustíveis, revendedores de gás de cozinha, pequenas unidades informais de produção, lojas de vestuário, além de estabelecimentos de serviços, tais como salões de cabeleireiros, acesso a jogos de informática e internet, dentre outros. Ademais, o bairro conta com a presença de diversas organizações: igrejas, entidades e associações populares, Centro de Nutrição, Centro Social Urbano, postos de saúde etc.

Hoje o Conjunto Palmeiras tem uma visibilidade impressionante na cidade de Fortaleza, no ambiente acadêmico local, na mídia. Tornou-se conhecido nacional e internacional-

aproximadamente, entre 42.000 e 45.000 moradores. É importante ressaltar, porém, que a atuação intensiva do Banco Palmas concentra-se na área habitualmente denominada Conjunto Palmeiras. As fontes consultadas para acessar os dados aqui apresentados foram: entrevistas realizadas por mim com lideranças locais; Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp). *Desenvolvimento local sustentável: o exemplo da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras com o Banco Palmas*. Fortaleza: Asmoconp; PRORENDA, 2000; MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES (2003a; 2003b); SILVA JR., Jeová Torres. *Avaliação de impactos e de imagem: Banco Palmas 10 anos*. (Relatório de Pesquisa). Juazeiro do Norte-CE: LIEGS/UFC, 2008. (Mimeo).

mente. Tal visibilidade não se deve mais, no momento atual, à precariedade alarmante que marcou as condições de moradia no lugar entre as décadas de 1970, 1980 e início dos anos 1990. Também não se explica mais em virtude da radicalidade das lutas locais que marcaram tais períodos. A projeção do Conjunto Palmeiras como referência para se pensar a questão das condições de habitabilidade urbana e a temática do desenvolvimento local deve-se hoje, sobretudo, à presença do Banco Palmas²⁴ no fomento à economia solidária no bairro.

É interessante transitar pelas ruas do Conjunto Palmeiras e ver, nos diferentes tipos de estabelecimentos citados acima, a frase: “Aceitamos palmas”, informando que ali circula uma moeda local. A entrada no bairro já leva a perceber isto. Logo antes do posto de combustíveis, à margem esquerda da Avenida Castelo de Castro, via pública que liga o Palmeiras ao bairro vizinho, São Cristóvão, avista-se uma placa publicitária, onde se lê uma saudação de boas-vindas e informação sobre a moeda palmas.

Mas o cenário de fama em que hoje se insere o bairro não faz perder de vista as singularidades contidas nas memórias de sua história. Uma história que se inicia numa cidade marcada por um processo de crescimento demográfico intenso, observado principalmente a partir dos anos 1970, e também pela especulação imobiliária, fatores determinantes na configuração socioespacial de um grande centro urbano onde se percebe o fenômeno da concentração de renda manifesto na apropriação desigual dos espaços para a habitação.

²⁴ O Banco Palmas localiza-se na sede da Asmoconp, na Avenida Val Paraíso, 698, Conjunto Palmeiras, Fortaleza-CE.

Segundo dados fornecidos em 2008 pela Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), à época, a capital do Ceará era a 4^a maior cidade brasileira em número de habitantes²⁵, onde um terço de sua população vivia em favelas que, ao todo, somavam 624 áreas. A migração de famílias do interior do estado para a capital é uma das causas desse fenômeno. Tais famílias geralmente não dispõem de condições econômicas para adquirir um imóvel por compra nem para pagar aluguel, tendo como saída a ocupação de terrenos particulares sem utilização e, o que é mais comum, a construção de barracos em áreas de risco, situadas à margem de rios e canais ou em encostas de morros. O fenômeno em questão também se deve à reprodução de situações de pobreza nas novas gerações. Os filhos oriundos de famílias que já vivenciaram a ocupação de um terreno urbano em área de risco casam e constituem nova família, gerando uma constante demanda por esse tipo de habitação.

Outra causa relacionada ao processo de favelização de Fortaleza é a especulação imobiliária que também ocorre através da ocupação ilegal de terrenos, especificamente no que concerne à ação de indivíduos que, ao conseguirem um assentamento, seja por meio da chamada “invasão” ou através de políticas públicas habitacionais, terminam vendendo o imóvel adquirido, passando a buscar novos espaços para ocuparem novamente. Essa prática, bastante comum, gera um fenômeno que se convencionou chamar “indústria da invasão” de terrenos urbanos, denominação que produz

²⁵ A classificação de Fortaleza como 4^a maior cidade do Brasil fundamenta-se em números sistematizados pelo IBGE, através das estimativas das populações residentes realizadas em 2006. Segundo tal fonte, a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) concentra 3.415.455 habitantes e o município de Fortaleza abriga um total de 2.416.920 moradores, ficando abaixo, em termos populacionais, respectivamente, das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

efeitos pejorativos em relação aos movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra urbana, haja vista que determinados processos de ocupação fundamentam-se no direito legítimo à habitação, reconhecido constitucionalmente.

Há que se considerar também o fenômeno da “expulsão branca”, que ocorre em áreas com tendência a tornarem-se vulneráveis à especulação imobiliária, atingindo sobretudo famílias que, por insuficiência ou ausência de renda, não dispõem de recursos para continuar morando em áreas que passaram por processos de urbanização, onde a implantação de determinados equipamentos e serviços implica a cobrança de taxas. Conseqüentemente, as famílias mais pobres são levadas a negociar seus imóveis, passando a ocupar outros terrenos em áreas de risco, reproduzindo quadros de habitabilidade precária ou miserável.

É importante salientar que a cidade de Fortaleza é cenário de um processo de favelização cujas raízes remontam aos anos 1930, quando o fluxo migratório de famílias que partiam do sertão cearense em direção ao litoral começa a tornar-se fato notório, resultando inicialmente, dentre outros fatores, na ocupação desordenada da zona costeira oeste.

Na obra *Mar à Vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*, o geógrafo Eustógio Dantas (2002) atenta para a segregação espacial que caracteriza o processo de crescimento da cidade, observando uma configuração onde se destacam os espaços ocupados pela elite das áreas ocupadas pelos pobres, fenômeno que revela a força do capital no processo de especulação e valorização da terra urbana; processo esse em que sobressaem interesses relacionados à lógica do crescimento econômico e às preferências habitacionais das classes abastadas.

O autor observa ainda que a política pública de organização do território urbano em Fortaleza nos anos 1970 levou ao reforço da lógica de segregação dos espaços da cidade, fato que resultou na adoção de políticas de controle social materializadas na tentativa de erradicação das favelas em áreas que passavam a interessar no processo de especulação imobiliária e que tendiam a valorizar monetariamente imóveis visados pelos interesses habitacionais e de lazer da elite. Segundo o autor, parte da população assentada no loteamento denominado Conjunto Palmeiras é oriunda dessa intervenção governamental em espaços urbanos próximos às áreas centrais (DANTAS, 2002).

As políticas de controle social e as tentativas de erradicação de favelas contextualizam-se no período da ditadura militar, instaurado a partir de 1964, ano em que foram criados, pela Lei Federal nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). No livro *Os Labirintos da Habitação Popular: conjunturas, programas e atores*, a socióloga Elza Braga (1995) analisa esse momento histórico, ressaltando a importância que a política de moradia então alcançava na sustentação da ordem social vigente.

Considerando-se a lógica desenvolvimentista que marcou o período da ditadura militar, é importante observar que a preocupação do governo com a política habitacional não surgia como resposta sensibilizada às necessidades da população empobrecida. Havia, sobretudo, um cuidado em conter a expansão de espaços onde se difundiria a possibilidade de perturbação da funcionalidade social então imposta (BRAGA, 1995).

O processo de assepsia urbana é, de fato, um fenômeno comum aos modelos de configuração das cidades no Brasil, principalmente nos grandes centros (TOSCANO, 2003). As políticas voltadas para a chamada “modernização” de vias pú-

blicas, aliadas ao enobrecimento de determinadas áreas urbanas, produzem, ao mesmo tempo, tentativas de erradicação de favelas, acelerando a especulação imobiliária que, por sua vez, impulsiona a formação de novas favelas. No caso da cidade do Rio de Janeiro, para citar mais um exemplo do fenômeno em questão, a história revela que ali se desenvolveram de modo emblemático as características de crescimento urbano aqui mencionadas, num processo que remonta ao início do século passado (MATTOS, 2007; ZALUAR, 2007).

Em relação ao contexto histórico das políticas de assepsia urbana realizadas em Fortaleza na década de 1970, Elza Braga focaliza esse período ao referir-se às políticas urbanísticas que objetivaram “modernizar” a cidade e aos processos organizativos que emergiram no cotidiano de populações segregadas em favelas. Em sua leitura desse fenômeno, ela destaca a experiência vivenciada pelos moradores do Conjunto Palmeiras.

[...] A expulsão dos pobres era, naquela época, uma exigência do poder público municipal, na perspectiva de reutilizar tais espaços para desenvolver projetos urbanísticos e, assim, contribuir para galgar o status de metrópole moderna, segregando a população favelada em áreas distantes do núcleo urbano.

Fortaleza, como também outras cidades brasileiras, foi cenário de numerosas mobilizações da população no final da década de 70 e, nos anos 80, gestou diferentes formatos organizativos. É nesse contexto que surgem vários movimentos de bairros, dentre os quais merece destaque a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp) por aglutinar diferentes forças sociais, sedimentando aprendizados e saberes, que consolidaram, ao longo de três décadas, diferentes tempos políticos [...] (BRAGA, 2004, p. 60).

É importante notar que as memórias do processo de remoção das famílias oriundas de diversas áreas da cidade para o assentamento do Conjunto Palmeiras revelam que a referida ação ocorreu em perfeita consonância com a política habitacional vigente no regime autoritário. No caso específico de Fortaleza, a Prefeitura Municipal encarregou-se de reproduzir com fidelidade as diretrizes dessa política normativa, integradora e autoritária.

Em 1974, eu morava no Lagamar, aconteceu uma grande enchente, fiquei um mês no estádio Presidente Vargas, depois a prefeitura trouxe a gente para cá para o Palmeira, viemos num caminhão. Deram 500 telhas e 06 forquilhas e a gente se virou pra fazer o resto. [...]. Nessa época o prefeito era o Vicente Fialho... ele foi muito bom, dava feijão para a gente... era duro mas servia muito – depoimento de Do Carmo, moradora do Conjunto Palmeiras, extraído da Cartilha Memória de Nossas Lutas, v. I (ASSOCIAÇÃO, 1990, p. 7).

Eu morava na favela Moura Brasil, tinha os que morava no Poço das Dragas, Favela Verdes Mares, Moura Brasil, Morro das Placas e esse mundo por aí. Aí o governo começa a construir grandes avenidas e retira as famílias de lá e jogaram no Palmeira – depoimento de Antonio, morador do Conjunto Palmeiras, extraído da Cartilha Memória de Nossas Lutas, v. I (ASSOCIAÇÃO, 1990, p. 7).

Outros moravam em terrenos particulares, foram despejados e trazidos para cá.

[...]

A Fundação dava um prazo de trinta dias para construir a casa, caso contrário, perderia o terreno – depoimento de Augusto Barros Filho, liderança comunitária do Conjunto Palmeiras, extraído da Cartilha Memória de Nossas Lutas, v. I (ASSOCIAÇÃO, 1990, p. 8 e 10).

Os depoimentos supracitados revelam que os primeiros moradores assentados no loteamento do Conjunto Palmeiras foram conduzidos para lá a contragosto, sem opção, sem poder de escolha. É importante ressaltar, contudo, que esse fato, ocorrido em plena vigência do autoritarismo militar, não fez com que os sujeitos de uma história que então recomeçava – a ideia de recomeço tem aqui o sentido de ilustrar a situação de quem passou a enfrentar um “novo” processo de sociabilidade em outro contexto de moradia, distante do ambiente das práticas cotidianas outrora vivenciadas nos lugares de origem – ficassem numa atitude de passividade diante das manobras realizadas pelo poder público municipal.

A realidade de abandono, descaso e profunda precariedade em que foram largados os primeiros habitantes do Conjunto Palmeiras começou a alcançar visibilidade no contexto da cidade de Fortaleza quando seus moradores reconheceram a força e a potencialidade do poder de organização coletiva e passaram a demonstrar esse poder com radicalidade, sem medo, enfrentando a necessidade cotidiana de sobreviver em meio a um ambiente hostil, isolado da cidade. Tal enfrentamento ocorreu diante das mesmas forças autoritárias que para lá os conduziram. Em diversas situações, as lideranças que ali surgiam tiveram que, apoiadas pela fé vivenciada na Igreja católica, enfrentar a força repressora do Estado materializada na presença violenta da polícia armada.

“O meu início na comunidade do Conjunto Palmeira foi a partir da década de 1977, logo quando cheguei no Palmeira. Eu cheguei no Palmeira, o Palmeira não tinha praticamente nada e a gente celebrando as novenas nas ruas, nas casas e debaixo de mangueiras, a gente fazendo orações e cultuando Maria, mas chegou o momento que a gente di-

zia: olha, a gente reza muito, canta muito, mas não resolve o problema. Então foi a partir dali que a gente começou a se movimentar para as reivindicações, para o desenvolvimento social do Palmeira, social e cultural do Palmeira, que antes não tinha nada, nada, nada. O Palmeiras foi criado em 1973, na época do Governo Virgílio Távora, e em 1974 começou a vim os primeiros moradores pra cá. Foi assim uma... foi uma desorganização total, de onde a gente morava pra vim pra cá. O Governo, naquela época... toda a especulação imobiliária, a gente ter vindo pra cá e deixar o centro da cidade. A gente morava mais perto do centro e as coisas se tornavam mais fáceis. Então, eles achando que os industriais [...], assim, que eles estavam fazendo muita pressão, então eles acharam por bem tirar nós de lá [...].”

.....
“[...] o Palmeira hoje é visto... a nível de município, Estado e nacionalmente e até internacional, internacionalmente. E muitas pessoas vê o Palmeira como uma comunidade bem organizada. Tudo o que nós temos foi através da luta, sofremos, a polícia bateu muito na gente, assim, invadiram a nossa casa e, assim, a gente não teve medo dessas questões. A gente foi ameaçado de morte várias vezes, mas a gente deixou o medo de lado e a gente teve de avançar. Duas coisas: ou a gente avançava ou então perdia tudo, toda a história. [...]” (Entrevista com o líder comunitário Augusto Barros Filho, gravada durante a pesquisa de campo, em 2/11/2007).

Em 1973 e nos primeiros anos que se seguiram ao início do assentamento de famílias no Conjunto Palmeiras, a realidade era dura. Nem se podia dizer, em face da completa inexistência de infraestrutura urbana, que as famílias ali alocadas habitavam em uma cidade. Nas palavras do líder comunitário Augusto Barros, citadas acima, percebe-se que

a situação de escassez e abandono começa a dar sinais de mudança quando a comunidade passa a refletir sobre suas condições de existência e moradia naquele espaço e, então, os moradores passam a dar visibilidade a uma série de reivindicações por transporte, energia e água, como demandas principais de uma luta que a partir daí se estenderia e incorporaria outras pautas nas décadas seguintes.

Nesse contexto, o Conjunto Palmeiras desponta como referencial importante no âmbito dos movimentos sociais de bairros em Fortaleza. Tais movimentos punham em cena sujeitos sociais instigados pela escassez material, mas cuja ação não se reduzia à busca pelo acesso a uma infraestrutura mínima de habitabilidade. No movimento protagonizado no Palmeiras, por exemplo, estava em cena também a construção de uma identidade política e o sentimento de pertença a um lugar que, mesmo configurando-se como inabitável, abrigava famílias portadoras de valores e símbolos culturais vinculados à esfera religiosa e à ação que fazia avançar o chamado movimento da esquerda no campo da política partidária.

Nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos sociais de bairros já constituíam uma força política capaz de mostrar que os moradores organizados, ainda que, em diversas situações, estivessem vulneráveis a manobras assistenciais e clientelistas, portavam também a bandeira da cidadania, como espaço a ser construído na “recusa do esquecimento” e no “saber ter direitos” (DIÓGENES, 1992, p. 117-120).

Entre os conflitos materializados no seio de diversas forças políticas e as estratégias mobilizadas por lideranças comunitárias conscientes dos direitos fundamentais da cidadania, ganhou força o movimento urbano em Fortaleza, num processo de organização que envolveu sujeitos ligados diretamente

aos espaços dos bairros por eles habitados e agentes “externos” relacionados à Igreja católica, aos partidos políticos e às ONGs (BRAGA, 1995, p. 139).

É importante esclarecer que, na década de 1980, a configuração dos movimentos sociais de bairros em Fortaleza fez-se em meio à manifestação de práticas e estratégias de articulação conflitantes, mas que os conflitos e os consensos possíveis que emergiram nesse contexto não se materializaram somente nas relações dos moradores com as forças representantes do poder público. Os conflitos se expressaram, também, nos processos de oposição e articulação entre forças político-ideológicas distintas, internas ou próximas dos próprios movimentos.

As forças articuladoras dos grupos de movimentos de moradores se distinguem, entre si, por suas práticas e concepções político-ideológicas, as quais se expressam através de três eixos principais: Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), que congregava, em 1988, cerca de 435 associações de bairros e, desde sua criação (em 1982), tem passado por várias mudanças em sua composição política, sendo o Partido Comunista do Brasil (PC do B) a força hegemônica nessa trajetória; União das Comunidades da Grande Fortaleza (UCGF), que reunia, em 1988, aproximadamente, 120 associações, as quais se relacionavam politicamente com o Partido Revolucionário Operário (PRO) e com segmentos do PT²⁶; Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que articulam o conjunto das CEBs existentes nos bairros periféricos da cidade.

Além dessas três forças, existem [...] movimentos

²⁶ Partido dos Trabalhadores.

e associações de bairros que, por diversos motivos, consideram-se “independentes” desses eixos políticos aglutinadores, entretanto, em determinados momentos, realizam alianças com os grupos mencionados, a partir da identificação de objetivos comuns: luta pela defesa da terra, por moradia [...] (BRAGA, 1995, p. 139-140).

Diante desse contexto plural que marcou e, de certa forma, ainda caracteriza o ambiente das forças políticas onde se articulam os movimentos sociais de bairros em Fortaleza, é necessário compreender que os conflitos e consensos resultantes da inserção dessas forças nas esferas locais resultam não somente da disputa pelo poder empreendida por diferentes categorias político-ideológicas, mas, também, da própria relação inevitável entre a dimensão particular do bairro e o campo mais estrutural e complexo da cidade. Assim, os movimentos sociais de bairros constituem um espaço público que transcende a busca individual da satisfação de carências, alcançando a esfera da política, a partir da identificação do eu com o outro e da percepção de que a ação política não se localiza apenas no domínio estatal (DIÓGENES, 1992).

As ações empreendidas pelas associações de moradores, pelos movimentos de bairros, dão clareza à ideia de que a política é, em certo sentido, expressão de poder. Nessa acepção, o poder não é uma entidade centralizada em uma instância supostamente homogênea, o Estado. Como define muito bem Michel Foucault, o poder é uma força densa e difusa (1996, p. 221). Embora se concentre como força no aparelho administrativo, ordenador e repressor representado pelo Estado, o poder assume múltiplas faces. Uma dessas faces é a força que o anseio pelo reconhecimento de direitos e a luta por justi-

ça alcança no âmbito dos movimentos sociais, questionando o Estado, desafiando-o, tornado-se diante dele uma força de interlocução e, portanto, de poder.

No caso do movimento de bairro engendrado no contexto do Conjunto Palmeiras, a configuração do poder como fenômeno dinâmico, que não se permite enquadrar na força normativa e disciplinar da legislação e do Estado, torna-se emblemática. É interessante evocar aqui momentos históricos em que os moradores do Palmeiras, na radicalidade de suas lutas, enfrentaram as conveniências de um Estado autoritário e repressor.

“[...] em 1978, veio para o Palmeira o Presidente da República, ele era General, na época da ditadura, ele veio inaugurar o Centro Social Urbano. E eu estava lá, muita gente do Palmeiras. Na época a polícia me chamava de comunista – bem que eu queria ser comunista, mas não sabia o que era um comunista – e eu pedi a palavra e disse: olha, ainda hoje o Brasil não tem homes competente para administrar o país. Então chiaram. Um trabalhador maltrapilho, dizer aquilo na frente de um General era um desabafo, era assim... era um insulto muito grande pra ele, mas pra mim era um desabafo pra mostrar a nossa miséria e a nossa pobreza como estava. [...]. E, a partir dali, a polícia começou a me perseguir [...]. Nós deixamos o Centro Social Urbano quase sem ninguém. Todo o pessoal que tinha lá na época, mais ou menos umas seiscentas pessoas tinha lá, fumo tudim pra Associação dos Moradores. [...]” (Entrevista com o líder comunitário Augusto Barros Filho, gravada durante a pesquisa de campo, em 2/11/2007).

Outros trechos dessa mesma entrevista com Augusto Barros são reveladores do poder que lideranças comunitárias do Conjunto Palmeiras souberam mobilizar no sentido de exercer uma cultura de recusa em face do abandono protagonizado pelo

poder público, cultura que se materializou em ações de clara ousadia e coragem, instigadas pela força das necessidades materiais e pela consciência de que os moradores do bairro tinham direitos a serem reconhecidos e atendidos pelo Estado, ainda que sob a força da pressão coletiva, não obstante o risco da repressão armada que poderia ocorrer mesmo quando já não vigorava mais o regime político fechado que marcou a ditadura militar.

“Nós já tinha conseguido a energia, já tinha conseguido o transporte, com muita dificuldade. Tudo o que o Palmeira tem foi a custa de muita luta, de muita chibata mesmo. Mesmo assim, a gente não desistiu da caminhada. Chega a questão da água. A questão da água, nós não tinha água no Palmeiras. Nós tinha dois chafarizes e a gente começou a se organizar. [...]. Veio uma empresa no Palmeiras, eu trabalhei nessa empresa na tubulação central do Palmeiras. A tubulação era 1.600 milímetro o diâmetro dela e cabia eu em pé dentro. [...]. A água que veio pra Fortaleza passa no coração do Palmeira e nós num temo água. O que é que nós íamo fazer? Nós começamo a se articular. E foi um momento tão bom: juntava criança, jovens, gente adulto, velho, mulheres, gestantes mesmo com aquela força mesmo da gente conseguir... conseguirmos a água com muita luta. E na época a polícia veio, queria prender a nossa presidente da Associação [...]. E a gente foi na Cagece²⁷. A gente foi na Cagece pra negociar [...]. A Cagece não negociou com a gente. A gente foi até o Governador, na época era o Ciro²⁸

²⁷ Companhia de Água e Esgoto do Ceará.

²⁸ O entrevistado refere-se a Ciro Ferreira Gomes, governador do Ceará eleito sob a legenda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para mandato exercido entre 1991 e 1994. Mas há aqui um desencontro de informações. Na publicação *Bairros pobres, ricas soluções*: Banco Palmas, ponto a ponto (MELO NETO SEGUNDO;

e ele conversou com a gente e deu um prazo de 30 dias pra colocar água no Palmeiras. Nós voltamos para casa. Com 30 dias o Governo não instalou a água. E a gente voltou pra lá: olha, nós agora não vamo se responsabilizar pelo o que a gente fizer com os canos que passam pra Fortaleza. Aí nós já tinha se articulado, técnicos já tinham avisado a gente que a gente tivesse muito cuidado, porque a gente ia estourar os canos [...]. Aí com 15 dia o Governo mandou fazer o trabalho de instalação de água no Palmeira e nós exigimo: e nós queremos... todos funcionários lá tem que ser morador do Palmeira e ainda com carteira assinada. Então eles fizeram isto. [...]” (Entrevista com o líder comunitário Augusto Barros Filho, gravada durante a pesquisa de campo, em 2/11/2007).

Nos trechos de entrevista supracitados, nas conversas que tive com lideranças do Conjunto Palmeiras, em depoimentos que escutei e nas observações que fiz em campo, para mim fica clara a ideia de que nesse bairro revela-se uma singularidade histórica. Não quero afirmar com isso que em outros bairros de Fortaleza as lutas dos movimentos sociais não tenham configurado também processos políticos importantes no que diz respeito à ocupação e resistência na terra para garantir o acesso à moradia e aos equipamentos e serviços de infraestrutura urbana mínima. Nesse sentido, o Conjunto Palmeiras não é singular.

Em diversas comunidades onde tive oportunidade de pesquisar durante a década de 1990, na Barra do Ceará²⁹, zona

MAGALHÃES, 2003a, p. 12), os fatos relatados nos trechos de entrevista supracitados remetem ao ano de 1988, quando Tasso Jeressaiti, à época ainda vinculado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), governava o estado do Ceará.

²⁹ Refiro-me à pesquisa desenvolvida através do projeto Ocupações de Terras Urbanas em Fortaleza: o legal e o legítimo em questão, realizada no âmbito do Programa de Iniciação Científica da UFC, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com orientação e

costeira oeste de Fortaleza, também pude conhecer processos de mobilização popular que empreenderam uma interlocução com o poder público e, através dessa relação, alcançaram diversas conquistas. Mas o que desejo destacar aqui é a autonomia política sob a qual as lutas comunitárias articuladas em torno da Asmoconp no Conjunto Palmeiras foram travadas, característica que tornou os moradores menos vulneráveis ao clientelismo político e eleitoreiro.

As lutas dos moradores do Palmeiras para a instalação de energia elétrica, acesso ao sistema de transporte público, água encanada, dentre outras demandas, constituíram um capital simbólico marcado pela consciência política de que a força coletiva pode muito mais, exercendo uma pressão direta e radical sobre o poder público, do que a interlocução mediada entre lideranças comunitárias e agentes eleitoreiros com poder de barganha e influência em instâncias dos governos municipal e estadual, situação que se revelou como bastante comum nos casos das comunidades pesquisadas na Barra do Ceará.

Brisa da Praia é o nome de uma das áreas estudadas na Barra do Ceará, entre 1993 e 1996, comunidade já citada no primeiro capítulo da presente obra. No ano de 1999 tive a oportunidade de retornar a essa comunidade para a realização de um seminário focado na temática da cidadania, direcionado às lideranças comunitárias da Barra do Ceará, como atividade de extensão organizada pela UFC, através de uma equipe coordenada pela professora Elza Braga, conforme já foi referido.

coordenação da professora Elza Braga, do Departamento de Ciências Sociais da UFC. Participei dessa pesquisa integrando uma equipe de bolsistas. O relatório final foi apresentado em 1996 com o mesmo título do projeto de pesquisa (PAULINO; SOUZA; ALVES, 1996).

Na ocasião pude constatar o que já percebia no período anteriormente citado. As lideranças comunitárias que estavam no comando da União dos Moradores da Brisa da Praia ainda eram as mesmas e portavam o mesmo discurso e a mesma prática antes observada: a ideia de que para terem as demandas da comunidade atendidas pelo poder público necessitavam do “apoio” de algum político, que, normalmente, se fazia intermediar por um “cabo eleitoral”³⁰ encarregado de mapear possíveis votos em troca do exercício de influência nas instâncias governamentais. Esse tipo de relação configura o que aqui denomino protagonismo assistencial-clientelista, compreendido como prática política que, em diversas situações, emperra os processos de construção autônoma da cidadania no âmbito dos movimentos sociais de bairros.

Em relação ao Conjunto Palmeiras, não pretendo afirmar que as lutas locais foram desenvolvidas sob uma perspectiva puramente apartidária. Na verdade, a experiência da Asmoconp se instituiu com um caráter mais autônomo, con-

³⁰ Cabo eleitoral é uma categoria que atua fora e dentro do tempo de campanhas eleitorais, constituindo uma espécie de correia de ligação entre as bases eleitorais e um determinado candidato, tentando também ampliar tais bases. Normalmente, os indivíduos aplicados a essa tarefa são beneficiados com algum ganho material ou prestígio com o político para o qual trabalham e, geralmente, medeiam também a relação de troca de interesses entre eleitor e candidato, facilitando, muitas vezes, a conhecida prática ilegal da compra e venda de votos, ainda que seja de modo disfarçado numa relação mediada por lideranças comunitárias. A fidelidade a partidos políticos e a candidatos nem sempre acontece, pois o cabo eleitoral costuma estar ao lado de quem pode ou quer lhe recompensar materialmente ou garantir-lhe um campo de reconhecimento entre figuras do meio da política e de outras instituições e serviços públicos, o que, numa relação clientelista, pode lhe assegurar acesso a vantagens de ordem moral e material. Uma versão mais atual desse tipo apresenta-se sob a figura de “apoio” ou “assessor”, termos que de alguma forma disfarçam a carga simbólica negativa da condição de cabo eleitoral.

figurando uma forma de ação que aqui denomino protagonismo autônomo e participativo, haja vista a aproximação dos sujeitos internos do bairro com forças políticas historicamente alinhadas aos partidos e movimentos de esquerda, que então articulavam, sob a bandeira do socialismo, ações de construção de uma consciência que se aplicasse à transformação da realidade social marcada pela desigualdade reproduzida sob o modo de produção capitalista. No caso da Brisa da Praia, a intermediação entre lideranças locais e representantes da política partidária sempre demonstrou clara vulnerabilidade eleitoreira diante das investidas praticadas por parte de lideranças de partidos ligados às forças da direita.

O papel da esquerda no âmbito dos movimentos de bairros em Fortaleza foi determinante no processo de abertura de caminhos para a ascensão de suas forças na política partidária do município. Nesse contexto, diferentes partidos marcaram presença como organizações que contribuíram significativamente no processo de transição do regime autoritário para a abertura política no final da década de 1970 e primeira metade dos anos 1980, bem como possibilitaram, no campo das lutas protagonizadas nos bairros por melhores condições de moradia, a disseminação de uma consciência política pautada não somente na luta por conquistas imediatas, mas focada também numa identidade política orientada pelos princípios da igualdade de direitos e justiça social.

Foi sob essa lógica, transcendendo a caracterização do mero oportunismo eleitoreiro, que no Conjunto Palmeiras lideranças comunitárias articularam, por opção consciente, uma parceria com partidos de esquerda que permanece viva nessas primeiras décadas do século XXI. Já na década de 1980, a força de uma esquerda emergente, aliada às lutas dos movi-

mentos sociais de bairros, rendeu uma importante conquista para o Partido dos Trabalhadores (PT): a eleição de Maria Luiza Fontenele, em 1985. No Conjunto Palmeiras, a então candidata contou com o apoio de lideranças locais. E, no contexto mais amplo da cidade, seu mandato abriu espaços para o fortalecimento dos movimentos populares (DIÓGENES, 2001).

Se, por um lado, a gestão de Maria Luiza valorizou a participação popular através dos espaços então abertos para lideranças oriundas dos movimentos sociais e do fortalecimento destes, por outro lado, essa opção política e administrativa, que fez intensificar a presença de atos de contestação popular e greves, despertou nas elites e na mídia o imaginário da desordem, do caos. Fortaleza passava a ser vista como uma cidade desgovernada, abandonada, entregue ao lixo e aos buracos que se formavam no asfalto de ruas e avenidas. Todavia, é importante ressaltar que a referida gestão sofreu constantes investidas de boicotes, que culminaram, em 1988, nos motes eleitorais mobilizados na campanha de Ciro Gomes, então candidato pelo PMDB à Prefeitura de Fortaleza.

Com a eleição de Ciro, o processo de ascensão das forças de esquerda ao poder administrativo no Ceará passa por um resfriamento, que começa a tomar corpo já em 1986, com a eleição de Tasso Jereissati para o Governo do Estado, candidato sob a legenda do PMDB, em coligação com o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Sua vitória alavanca o chamado “projeto das mudanças”, então encabeçado por um grupo de empresários ligados ao Centro Industrial Cearense (CIC), em oposição ao “conservadorismo dos coronéis”.

Conforme assinala a obra citada de Diógenes (2001), depois de eleito, Tasso Jereissati rompe com o ex-governador Gonzaga Mota, em cuja gestão, nos últimos dois anos, foram ocupados

postos importantes por nomes ligados ao PC do B, partido que o havia apoiado em anuência com forças expressivas dos movimentos populares, mas que no segundo ano do mandato rompeu com o governo. Assim, o movimento esquerdista alcança espaços de poder nas esferas municipal e estadual, espaços que logo são desocupados em função de outros arranjos políticos.

Nesse contexto, com o malogro dos partidos de esquerda nas eleições municipais de 1988, com o fim da gestão de Maria Luiza Fontenele, e em consequência das investidas de cooptação empreendidas pelo Governo Tasso Jereissati com as lideranças comunitárias, os movimentos sociais de bairros – especificamente em determinados espaços onde as sementes de consciência política autônoma não conseguiram germinar com expressividade – tornaram-se claramente vulneráveis à barganha eleitoral materializada na interlocução entre representantes vinculados a instâncias governamentais direitistas e líderes de associações de moradores cujo histórico não configurou uma identidade política significada na expressão de demandas e lutas coletivas não imediatistas.

Se o foco temporal dessa caracterização histórica dos movimentos sociais de Fortaleza fosse o final da década de 1990 e a presente década, talvez eu estivesse incorrendo numa posição maniqueísta ao analisar quadros políticos diferenciados a partir das categorias esquerda e direita, sobretudo em face do atual cenário, onde representantes dos chamados partidos de esquerda ocupam espaços de poder nas esferas governamentais do município de Fortaleza, do Estado do Ceará e do Governo Federal. Todavia, refiro-me, ainda, ao contexto histórico anterior a este novo momento de ascensão da esquerda.

Na atualidade, a relação de representantes dos movimentos sociais no Conjunto Palmeiras com a política partidária é bastante clara. O apoio a candidaturas ditas de esquerda trans-

parece de forma cada vez mais declarada e reconhecida como um meio legítimo de influenciar tendências políticas sensíveis a causas sociais favoráveis às demandas do bairro. Mas, nesse caso da aliança com as esquerdas, o discurso nativo parece não reconhecer a possibilidade de configuração da prática do clientelismo na relação que lideranças comunitárias travam com políticos (vereadores e deputados) e seus assessores.

Lembro aqui de uma pesquisa feita pela antropóloga Karina Kuschnir na cidade do Rio de Janeiro, a partir da qual elaborou sua tese de doutorado defendida em 1998, tendo publicado um artigo proveniente da mesma sob o título “Uma pesquisadora na metrópole: identidade e socialização no mundo da política”. Durante o trabalho de campo, a pesquisadora citada buscou relativizar pré-noções que ela mesma carregava consigo, pelo fato de sempre ter votado em candidatos da esquerda, especificamente do PT, e, familiarizada com o universo simbólico esquerdista, ter incorrido na tendência de rotular a ação dos chamados políticos tradicionais como algo maléfico.

Por fazer parte de um universo em que sua inserção política lhe fazia crer que no PT não se encontraria a ocorrência do tipo “político tradicional”, mas, ao contrário, a reprovação a tal modelo, a pesquisadora, ao ingressar no subúrbio da Zona Norte carioca para pesquisar o cotidiano da política, buscou polarizar o modo de fazer política do PT com o perfil de atuação de uma vereadora local, vista sob o rótulo mencionado. Ao perceber o juízo de valor da pesquisadora, ainda que a mesma não o revelasse de modo explícito, a vereadora que se tornou sua interlocutora levou-a a rever suas pré-noções (KUSCHNIR, 2003).

Ora, o que a pesquisadora passou a perceber foi o fato de que a vereadora, como “nativa”, elabora seu próprio juízo sobre sua atuação política. Percebeu, também, que o

que parecia familiar em seu universo de inserção partidária, ainda que apenas como eleitora, poderia então se tornar estranho a partir da comparação com o fazer política de um parlamentar vinculado ao PT.

Parece-me que a experiência de campo vivida pela antropóloga supracitada sugere uma interessante reflexão sobre a leitura maniqueísta que pode ser produzida a partir de uma polarização por rótulos entre atuações de lideranças comunitárias alinhadas à esquerda ou à direita partidária. Segundo minha vivência em campo, no caso da Barra do Ceará, especificamente na comunidade Brisa da Praia, a relação de troca de interesses entre liderança comunitária e representante de instâncias governamentais não é vista necessariamente sob a ótica negativa do assistencialismo ou do clientelismo, ainda que, em diversas situações, essa troca se configure apenas como barganha eleitoral. O que se percebe, na verdade, é que, nesse caso, o líder comunitário não ressalta, explicitamente, a figura do apoio externo na condição de “cabo eleitoral”, mas como “assessor político” que facilita a conquista de recursos para a comunidade.

“[...] ele como assessor do prefeito, na época Antônio Cambraia³¹, nós tivemos muito apoio da Prefeitura. [...] É tanto que as drenagem nós tivemos o apoio maciço do Dr. Ageu Costa³², ajudano a gente pra que os processo e os pedido

³¹ Prefeito de Fortaleza eleito pelo PMDB, com mandato exercido entre 1993 e 1996.

³² Filiado ao PMDB na década de 1990, Ageu Costa inseriu-se expressivamente no espaço político da Brisa da Praia, exercendo, ele mesmo ou através de assessores, a função de mediador na apresentação de demandas da comunidade às instâncias governamentais, atividade que foi recompensada com o apoio de lideranças locais a candidaturas suas ou apoiadas por ele.

dos aúficio da gente chegasse mais fácil na mão do prefeito” (Entrevista com José Lúcio, líder comunitário da União dos Moradores da Brisa da Praia, gravada durante pesquisa de campo exploratória, em 25/11/2003).

Em relação ao que pude observar no contexto do Conjunto Palmeiras, em específico no ambiente da Asmoconp, na compreensão da relação que se trava entre o espaço da organização comunitária e a política partidária, parece ficar mais clara a ideia de que o apoio manifesto a um determinado candidato ou partido representa, sim, a troca de interesses, mas que se prolonga para além dos votos conquistados e do período de campanha eleitoral. Manifesta-se o apoio através da colaboração no período de campanha para que o político utilize seu poder de influência a favor de projetos e bandeiras defendidos no espaço local. Portanto, a troca de interesses, nesse caso, não se configura como mera barganha eleitoreira, nem se encerra numa pauta imediatista, como, por exemplo, a demanda por calçamento de ruas ou qualquer outra obra dessa natureza. Há, aí, uma relação política mais amadurecida e fortalecida na esfera local, em que lideranças comunitárias se impõem nessa relação de troca como agentes propositores de políticas públicas.

Durante a campanha eleitoral de 2006, tive a oportunidade de acompanhar uma visita realizada à Asmoconp e ao Banco Palmas por candidatos que de lá partiram para a praça do bairro, de onde saíram em caminhada pelas ruas, na companhia de um grande contingente de moradores e lideranças comunitárias locais, ligadas à Asmoconp e a outras organizações. Marcaram presença os seguintes candidatos: Cid Gomes, como candidato a governador do estado sob a legenda do PSB e partidos coligados; Inácio Arruda, do PC do B, can-

didato a senador da República; Raquel Marques, candidata a deputada estadual pelo PT; Eduardo Barbosa, candidato a deputado federal pelo PT, dentre outros.

Na ocasião, fui informado por lideranças locais de que a adesão da Asmoconp a tais candidatos devia-se à busca de apoio para projetos relacionados à economia solidária. No caso, a candidata Raquel Marques já vem desempenhando esse papel desde quando contribuiu no processo de criação do Banco Palmas. Do candidato Eduardo Barbosa, em virtude de sua atuação em favor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), esperava-se o apoio às demandas de populações assentadas em terras de reforma agrária, bem como ao desenvolvimento da economia solidária.

Durante a visita, lideranças técnicas do Banco Palmas entregaram ao então candidato a governador um projeto de criação de bancos comunitários no Ceará, em relação ao qual Cid Gomes assinou um termo de compromisso para implementá-lo caso fosse eleito. A comunidade estava manifestando também seu apoio à reeleição do presidente Lula (PT) como forma de favorecer a conquista de espaços institucionalizados nas políticas públicas para as bandeiras de luta mencionadas.

É importante lembrar que naquela ocasião a Asmoconp demonstrou abertamente o apoio a tais candidatos. Inclusive, lideranças locais saíram em caminhada pelas ruas do bairro com os candidatos em campanha. Mas nos dias seguintes, dada a ocorrência de visita de fiscalização da Justiça Eleitoral ao ambiente da associação em busca de material de campanha, a adesão às candidaturas mencionadas passou a ser tratada de modo mais discreto, sob a forma de apoios individuais

de determinadas lideranças que, fora do espaço da Asmoconp, faziam visitas de campanha nas residências do bairro e participavam de reuniões e outras atividades de articulação em favor da eleição dos candidatos citados.

Nos trechos de entrevista citados a seguir, realizada em novembro de 2007, a interlocutora reconhece a importância que se configura na relação entre liderança comunitária e política partidária. Mas sua fala não classifica o apoio a candidaturas como ação empreendida por uma coletividade ou determinada para o coletivo, no caso, a Asmoconp, e sim como iniciativa individual, focada nos interesses da comunidade.

“Em época da política, né, partidária aqui a gente não, assim, determina, né? Mas aí um Joaquim, uma Marinete da vida, né, uma Sandra tem os seus políticos, que pode acontecer de ser o mesmo e pode acontecer de cada qual votar em pessoas... em candidatos diferente. [‘E quando acontece de ser o mesmo? Vamos imaginar que seja um pequeno consenso?’ – pergunta feita por mim, como pesquisador e realizador da entrevista]. Eu me ausento, o Joaquim e a Sandra não faz campanha. Eu me ausento, porque eu vou fazer a campanha lá fora; pra não misturar. [...]. Olha, o objetivo é de adquirir mais benefício para o bairro através daquele candidato. Como agora, [...] o Palmeira que se transformou em bairro, foi através de um político, um político do PT. Então, toda vida que a gente se agrega a um é com interesse no benefício pro bairro. A gente sabe que é obrigação. Mas hoje, né, através do sistema e como o sistema está, nós temos que trabalhar com o interesse, né, no objetivo de adquirir alguma coisa pra o bairro” (Entrevista com Marinete Brito da Silva, diretora da Asmoconp, gravada durante a pesquisa de campo, em 6/11/2007).

A antropóloga Eunice Durham (1984) analisa uma tendência percebida na ação de tais movimentos em artigo intitulado “Movimentos sociais: a construção da cidadania”. Parece, segundo a autora, que lideranças dos movimentos sociais, de um modo geral, tenderiam a declarar uma opção apartidária quando da referência ao âmbito coletivo das organizações que integram.

Retomando agora as memórias das lutas travadas pelos moradores do Conjunto Palmeiras nos anos 1970 e 1980, é importante analisar dados que se transparecem na fala de uma das lideranças do bairro quando a mesma, num dado momento, aponta como fato negativo a influência da política partidária no campo do movimento local e, em referência à chamada esquerda, narra a importância do apoio recebido de agentes de partidos que marcaram presença na comunidade, citando também a ação de sindicatos e da Igreja católica, representada nesse contexto pelas CEBs, como forças alinhadas aos propósitos do movimento local.

“Então um dia nós criamos a UAGOCONP. O que era UAGOCONP? União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras. Era como se fosse uma federação. As associações se reunia, é... apresentava seus pequenos projetos e a gente aprovava. Então muitas associações desistiam da caminhada, por quê? Porque a gente não aprovava o projeto deles quando a associação era feita na casa da pessoa. [...]. Então, essas pessoas que criaram associações em época de eleição, a gente deixou de lado. O Palmeiras tinha 6 ou era 7 associações, fora os grupos de organizados, que era o grupo de jovens, culturais, grupo de teatro, quadrilha. Então juntavam 23 grupos com tudo isso. E quando a gente viu que esses grupo só queria mesmo trabalhar em busca de candidaturas... eles se tornavam cabo eleitorais de políticos, então a gente deixava e não aprovava o projeto deles. [...].”

Em relação ao nosso desenvolvimento, o Inácio Arruda, [...] ele como presidente da Federação de Bairro e Favela de Fortaleza, ele apoiou muito nossas lutas, o Inácio Arruda. Eu entrei no PT em 13 de março de 1980. Quando o companheiro Joaquim trabalhava na Arquidiocese, ele foi candidato pelo Partido dos Trabalhadores. E eu... eu estudei todos os documentos de todos os partidos políticos. E o que mais se aproximou de mim foi exatamente o PT. O PT foi quem se engajava a mim, muito, nos meus trabalhos. Eu achei assim, um momento do PT, um momento que combinou com nós das CEBs, com nós que participava do Movimento de Mulheres. Eu apoio muito o Movimento de Mulheres. [...]. Então o PT teve um grande momento [...], o PCB³³ teve um grande momento, o PC do B, o PDT³⁴, esses partidos mais históricos. [...]. O PDS³⁵ foi o primeiro partido que me chamou pra mim ser candidato a vereador. E eu não aceitei. Não aceitei e disse lá na missa, disse na igreja: 'olha, o PDS tá me chamando pra mim ser candidato a vereador, eu já tô dizendo aqui nessa Santa Missa que eu não aceito'. [...]. Então contando toda essa história, os partidos de esquerda, os sindicatos... os sindicatos vinham fazer trabalho no Palmeira. Então a gente chamava. Nós nunca chamamos foi partido de direita. [...] Falamos dos partidos políticos, falamos do apoio da esquerda, e que foi interessante, é... as igrejas, foi muito importante na vida e a busca do desenvolvimento. [...]' (Entrevista com o líder comunitário Augusto Barros Filho, gravada durante a pesquisa de campo, em 2/11/2007).

³³ Partido Comunista Brasileiro.

³⁴ Partido Democrático Trabalhista.

³⁵ Partido Democrático Social.

A fala citada acima indica que o movimento de bairro organizado no Conjunto Palmeiras buscava, por um lado, fazer uma assepsia da influência eleitoreira de cabos eleitorais ligados a partidos políticos de direita e, por outro, convivia com uma pluralidade de forças políticas alinhadas à esquerda, as quais foram consideradas como instituições de apoio nos processos locais de mobilização e reivindicação. Esse fato remete novamente à análise elaborada por Eunice Durham. Mas aqui surge uma crítica à tendência generalizante que aparece na leitura apresentada pela autora quando se refere à relação dos movimentos sociais com partidos políticos como se a mesma se configurasse no plano da clandestinidade.

[...] essas infiltrações e manipulações (que aliás, contribuem para complicar a questão da base de classe desses movimentos) são parte integrante do processo de mobilização e elementos importantes para entender o caráter plenamente social desses movimentos. São essas ligações políticas “clandestinas” que estabelecem elos entre mobilizações restritas, centradas no interesse de alguns, com forças sociais e políticas mais universalizantes, presentes no conjunto da sociedade. [...] (DURHAM, 1984, p. 30, grifo da autora).

Pensando nos movimentos sociais sob uma perspectiva mais geral, ampliando o foco desta leitura para além dos movimentos de bairros, compreendo que, em determinadas situações, o que parece ser, por exemplo, uma ação espontânea do movimento estudantil ou a expressão radical de uma greve mobilizada por dada categoria sindical, pode ser, na verdade, um evento protagonizado por lideranças partidárias. A característica de clandestinidade que se pode configurar nessas situações é a omissão verbal do fato de que forças partidárias

estariam à frente da manifestação. Ocorrendo a verbalização pública da ligação entre interesses partidários e a deflagração de um movimento de greve, tal fato pode resultar na decretação da ilegalidade da ação. No entanto, nessas manifestações coletivas, bandeiras de partidos sempre são erguidas publicamente. Onde estaria, então, a clandestinidade?

Cito novamente o depoimento de uma liderança comunitária do Conjunto Palmeiras, onde se revela a expressão de uma consciência de classe ou de uma identidade política que remete à ideia da necessidade de articulação entre o movimento local e as forças políticas de atuação num espaço mais amplo:

“[...] Então, é... nós somos criticado? Somos, porque talvez... nós tenha uma visão diferente e nós não temo medo de ter a visão que a gente tem. Toda campanha política eles tá lá se vendendo. E nós não estamos. O Banco Palma tem seu candidato? Tem. Mas quem é o candidato que o Banco Palma apoia? São pessoas comprometida. Eu tenho o meus candidatos. Eu tenho. Eu não vou apoiar qualquer pessoa. Pra mim apoiar um político, eu tenho que saber a história, do passado, o presente dele. O futuro, não posso dizer, mas o presente e o passado, tem que estudar a história daquele político. Por isso que eu apoio o Artur Bruno³⁶, porque sei a história do Bruno desde quando ele era estudante, sei a história dele, né? É... sei a história dele como advogado, como radialista e como professor. [...] O Bruno sempre teve uma história voltada para o desenvolvimento do estado do Ceará. Sempre, sempre, sempre. O Bruno tem espaço em toda a sociedade, em todas as categorias, o Bruno

³⁶ Reeleito como deputado estadual em 2006 e eleito para deputado federal em 2010, pelo PT, com longa trajetória no partido, possuindo experiência também como vereador.

tem espaço. [...]” (Entrevista com o líder comunitário Augusto Barros Filho, gravada durante a pesquisa de campo, em 2/11/2007).

O trecho de entrevista supracitado focaliza a dimensão da política partidária na ação de um político específico. Todavia, invalida, em certo sentido, a ideia de clandestinidade pensada por Durham (1984), ao mesmo tempo que reforça outra ideia também apresentada pela autora. É preciso considerar aqui a época de publicação do artigo citado, ou seja, o ano de 1984, quando ainda se punha em curso o processo de abertura política, de transição para a democracia política. Nesse contexto, acho que seria mais real a configuração de clandestinidade na relação entre partidos políticos e movimentos sociais.

A reflexão apresentada pela autora revela – no que concerne à época de sua elaboração e ao contexto hodierno – fecundidade quanto à percepção de que as relações articuladas entre movimentos sociais, partidos políticos, as chamadas forças progressistas da Igreja católica e outras instituições dedicadas à defesa dos direitos humanos, apontam para a configuração de um campo mais amplo da política, fazendo a ligação entre os interesses particulares e localizados dos movimentos sociais e a esfera da própria sociedade, no sentido de construir ações com potencial de implicar uma interlocução com o Estado e a provocação de mudanças de ordem estruturante.

Até aqui, tenho tentado mostrar, através da articulação entre reflexões teóricas e dados empíricos, que a ação dos movimentos sociais de bairros no Brasil, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, tem posto em cena um esforço de reconhecimento e construção da cidadania. Esta leitura é apresentada com clareza no artigo supracitado:

nos movimentos sociais, de um modo geral, a passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação é mediada pela afirmação de um direito (DURHAM, 1984, p. 29).

É notória a expressão dos movimentos sociais como espaços onde se materializa a construção da cidadania, considerando-se o contexto brasileiro e de outras nações latino-americanas, historicamente marcadas pelo domínio da colonização e pela presença de governos ditatoriais. No caso do Brasil, é importante mencionar o esforço de construção da cidadania política, expresso nas lutas que se configuraram como fundamentais no processo de transição democrática que culmina, em 1988, na promulgação de uma constituição mais aberta à participação política e condensadora do reconhecimento legal de diversos direitos sociais básicos.

A Constituição de 1988 abre espaço para uma organização mais efetiva da sociedade civil, passando a regulamentar a formação e o funcionamento de organizações e conselhos de participação popular, fato que representa um avanço no sentido de impulsionar processos de descentralização do poder do Estado (ARRETCHE, 1996).

O processo de reforma do Estado configura, nesse contexto, novos arranjos institucionais para a política e para a gestão das políticas públicas, possibilitando a abertura de caminhos para a construção de uma cultura política de contraponto a práticas tradicionais pautadas no assistencialismo, no clientelismo e na apropriação da coisa pública por interesses privados. Todavia, faz-se necessário reconhecer que, dada a força dessa política tradicional no cenário brasileiro, arraigada em séculos de uma história em que se fortaleceu um Estado paternalista, patrimonialista e centralizador, em dadas situações a chamada descentralização pode representar nada mais do que um mito, palavra aqui compreendida sob o sentido de falsa verdade.

Assim, é preciso ter clareza para perceber que, no seio da sociedade civil, no âmbito dos movimentos sociais, materializa-se um cenário ambíguo, onde são postas em cena práticas de acesso a uma cidadania outorgada, regulada por um Estado clientelista, ainda que sob o disfarce de conselhos de participação muitas vezes cooptados ou arranjados com a soma de forças políticas locais de cunho tradicional. Ou seja, nesses casos, a centralização e a participação funcionam apenas no plano da retórica ou no discurso que transparece na declaração de planos governamentais.

Não obstante, é necessário também reconhecer que o processo de construção da cidadania encontra caminhos possíveis para fazer a democracia avançar da mera condição de democracia representativa rumo à democracia direta ou participativa. No Brasil há projetos já empreendidos e/ou em andamento através dos quais são abertos espaços para o controle social da gestão pública, como é o caso do Orçamento Participativo (NAVARRO, 1999; SANTOS, 2006), executado pelo PT em diferentes experiências administrativas, dentre outras, na Prefeitura de Porto Alegre e no Governo do Rio Grande do Sul (GENRO; SOUZA, 2001), na Prefeitura de São Paulo, no município de Icapuí-CE e na cidade de Fortaleza, na gestão da prefeita Luizianne Lins.

Embora se reconheçam os limites interpostos na construção de experiências desse tipo – limites configurados entre a vontade de intervenção popular e as possibilidades concretas de decisão, entre as demandas por políticas públicas apontadas pelos movimentos populares e a real capacidade e vontade de concretização por parte dos governos, dentre outros –, o Orçamento Participativo (OP) e a formação de conselhos locais de

participação são espaços que vêm sinalizando a possibilidade de avanço no que tange à construção simbólica e prática de uma nova cultura política, potencialmente capaz de dar corpo, através do acesso à cidadania participativa, a uma “democracia ascendente” (MARTINEZ, 1997, p. 78), avançando para a complementaridade entre democracia participativa e democracia representativa (SANTOS, 2006, p. 373).

Todavia, as possibilidades de avanço são, muitas vezes, limitadas em nome da governabilidade, ou seja, da sustentabilidade política de lideranças partidárias que ascendem ao poder administrativo e, para executarem seus projetos, ainda que apenas em parte, abrem-se a diversas alianças, configurando um campo confuso, onde não se sabe verdadeiramente quem está à esquerda, à direita ou ao centro. Em nome da governabilidade, abre-se mão da sonhada hegemonia socialista, configurando-se uma outra hegemonia, que se distancia da radicalidade das lutas e se atém ao campo dos acordos e das reformas pontuais e “possíveis”.

É nesse contexto que a chamada esquerda ocupa espaços no poder hoje. Em relação ao Governo Federal, do PT, o cientista político Marco Aurélio Nogueira adverte que a expressão mais adequada para classificá-lo em termos de orientação e posicionamento político é “governo de centro-esquerda” (2005, p. 27). E no que se refere à gestão de Luizianne Lins, também do PT, seria correto usar a mesma expressão. Assim, fica em aberto uma questão: há como empregar, hoje, os termos esquerda e direita, quando a chamada esquerda se encontra no poder e as forças de oposição não se concentram mais à direita, emergindo também do seio da própria esquerda? Como classificar a esquerda hoje, se ela está, ao mesmo tempo, no poder e na oposição; oposição que também se configura na ação

de partidos que defendem a radicalidade na política, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e o recém-criado Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), fundado por dissidentes do PT?

No que concerne à categoria dos conselhos locais de participação anteriormente citada, a Prefeitura de Fortaleza tem incentivado a mobilização de Conselhos Populares, que funcionam nos bairros e têm relação com o sistema operacional do Orçamento Participativo. No início da gestão municipal do PT, anunciou-se a intenção de fortalecer os movimentos populares de bairros através de tais conselhos, na tentativa de reanimá-los após anos seguidos de gestões que teriam enfraquecido o espaço organizacional em diversas comunidades. Sem questionar a legitimidade dos Conselhos Populares, considero, contudo, ser importante atentar para os efeitos que podem surgir no que tange à autonomia política e cultural dos movimentos locais quando os mesmos são articulados através de uma política pública formalmente conduzida por forças partidárias em exercício do poder.

Diante desse quadro complexo em que se configura o cenário político dos movimentos sociais no atual contexto, compreendo que se torna cada vez menos apropriado tecer leituras analíticas que buscam situar a força das associações de bairro em posições claramente determinadas à esquerda ou à direita. Não quero afirmar com isso que as opções partidárias de lideranças comunitárias e moradores de bairros não demonstram mais uma relação com identidades políticas específicas. Afirmo, sim, que a radicalidade do posicionamento político esquerdista cede espaço para a lógica da negociação e da formação de consensos possíveis, pautados em demandas específicas.

Cito abaixo o depoimento de uma líder comunitária do Conjunto Palmeiras, ligada à Asmoconp e ao Banco Palmas. Em sua fala, datada ainda de 1998, já se percebe a tendência de condução das lutas locais sob uma perspectiva menos radical e mais flexível:

“Eu penso que hoje ninguém pode ser radical. A gente tem que ir ocupando espaços, sendo inteligente. No Prorenda³⁷ a comunidade foi esperta e soube se organizar. Fizemos amizade com os técnicos e sabíamos o momento certo de fazer nossas propostas. Tinha vez que a gente perdia, tinha vez que ganhava. O importante era garantir que o poder de decisão ficasse com o Conselho Local – depoimento de Socorro Alves, líder comunitária da Asmoconp, extraído da Cartilha Memória de Nossas Lutas. v. II” (ASSOCIAÇÃO, 1998, p. 16).

A flexibilidade como estratégia de negociação a que me refiro não significa, contudo, que as lideranças comunitárias do movimento protagonizado pela Asmoconp se encontram abertas a alianças com qualquer partido. Como já afirmei anteriormente, há, no seio do movimento, uma história de alianças com forças políticas denominadas de esquerda que continua há décadas. O que desejo ressaltar é o fato de que, como agentes de interlocução com o poder público, com o Estado, os movimentos sociais de bairros

³⁷ O Prorenda Urbano-Ceará é um projeto de cooperação técnica, iniciada em 1990, entre os governos do Brasil e da Alemanha, representado no Brasil pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e na Alemanha pela Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ). Desde sua inserção no Ceará, o Prorenda promoveu ações em nove comunidades de Fortaleza e outros quatro municípios do interior do estado, através de parceria em cogestão entre comunidades e instituições, com coordenação da Secretaria de Planejamento e Controle do Estado do Ceará (Seplan) e executado por diferentes instituições estaduais e municipais. Fonte: ASSOCIAÇÃO (2000).

hoje demonstram a necessidade dessa flexão, materializada em consensos possíveis, influenciando as políticas públicas a favor de suas demandas pontuais.

Essa lógica estratégica não se classifica nem à esquerda nem à direita. Nos processos de organização política dos moradores de bairros, tanto os espaços associativos que manifestam um perfil mais delineado de autonomia política, quanto aqueles que se revelam mais vulneráveis às práticas clientelistas costumeiramente atribuídas aos políticos de direita lançam mão da flexibilidade e tendem a expressar formas de ação não radicais ao se relacionarem, como interlocutores, com diferentes instâncias do poder público.

A capacidade de interlocução com o Estado não pode ser vista, porém, sob a ótica exclusiva da estratégia de ação. Há aí um elemento simbólico muito importante. Diferenças ideológicas não são deixadas de lado simplesmente em função de um jogo determinado por interesses estratégicos. Tais interesses surgem de um campo que se configura, ao mesmo tempo, como material e simbólico, pondo em cena duas importantes categorias: igualdade e comunidade (DURHAM, 1984, p. 28).

A palavra comunidade, várias vezes empregada nessa escrita, começa agora a alcançar uma definição contextualizada sob a ótica dos próprios movimentos sociais. É difícil conceber a ideia de comunidade em face do contexto dos grandes centros urbanos, onde o indivíduo, indiferenciado em meio à aceleração da lógica competitiva que se configura numa relação tempo-espço marcada por efemeridades, é reconhecido como pessoa nos ambientes onde prevalecem relações de sociabilidade sustentadas em laços de pertencimento ao espaço local, “que se estruturam na vida privada: a família, os parentes, os amigos, os vizinhos” (DURHAM, 1984, p. 28).

A ideia de comunidade não se aplica aqui a significar que nesses espaços de “proteção próxima” (CASTEL, 2003, p. 47) não se configuram diferenças e conflitos. Mas que, reconhecendo-se como iguais diante das mesmas carências e de desejos de mudança comuns, os indivíduos percebem a força solidária que se forma no espaço habitado e passam, na experiência comunitária, a se enxergarem como pessoas, operando uma passagem da dimensão privada para uma esfera pública fundada em laços de proximidade e reconhecimento mútuo (DURHAM, 1984).

Nesse sentido, o conceito de comunidade é mais do que uma categoria teórica que pode ser pensada a partir de diferentes abordagens, através de pensadores da Sociologia, como, por exemplo, Max Weber (1999)³⁸; Émile Durkheim (1995)³⁹; Georg Simmel (s.d.)⁴⁰; Ernest Gellner (1997)⁴¹; Norbert Elias (1997)⁴²; N. Elias e John Scotson (2000)⁴³; Robert Castel (2003)⁴⁴ e Zygmunt Bauman (2003)⁴⁵. É, principalmente, uma categoria incorporada ao universo simbólico nativo, significando que os moradores de um lugar sentem que pertencem ao mesmo, que o reconhecem

³⁸ WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v. 1. Brasília, DF: Editora da UnB, 1999.

³⁹ DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

⁴⁰ SIMMEL, Georg. *Estúdios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Universidad, [s.d.].

⁴¹ GELLNER, Ernest. “Cultura, limite e comunidade”. In: _____. *Antropologia e política: revoluções no bosque sagrado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997. p. 56-72.

⁴² ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

⁴³ _____. & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

⁴⁴ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

⁴⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

como chão comum às pessoas que o habitam e onde vivem necessidades semelhantes, e, mobilizados pelo desejo de mudança, em busca por melhores condições de vida, constroem uma esfera de ação política. Em dadas situações, o termo comunidade configura também como sinônimo de lugar, de território demarcado, de bairro. Agentes governamentais também costumam empregar a palavra comunidade para referirem-se a tais espaços.

Em *Os Estabelecidos e os Outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, o sociólogo Norbert Elias e o professor John Scotson, ao estudarem uma pequena comunidade inglesa próxima de Leischester, ao final da década de 1950 e início dos anos 1960, percebem elementos de unidade e tensão que caracterizam, entre os moradores do lugar nomeado ficticiamente Winston Parva, o poder em um espaço onde foram verificadas relações de proteção à sociedade dos *estabelecidos*, numa clara diferenciação em face dos *outsiders*, ou seja, os novos habitantes que se agregavam ao povoado industrial pesquisado.

Assim, onde, segundo as estatísticas, haveria uma comunidade relativamente homogênea, Elias e Scotson (2000) perceberam que as relações vivenciadas entre os moradores revelavam, na verdade, campos de proximidade e tensão cultural. Não obstante, os autores citados compreendem que o conceito de comunidade parte do reconhecimento de pessoas que habitam um mesmo lugar, onde se desenvolvem interdependências comunitárias (ELIAS; SCOTSON, 2000). Essa definição por eles apresentada é aqui entendida como aplicável ao sentido de comunidade observado no processo de assentamento e organização política dos moradores do Conjunto Palmeiras.

Na fala de uma das minhas interlocutoras, entrevistada no Conjunto Palmeiras, percebo a ideia de comunidade materializar-se na percepção de que a organização coletiva

e a mobilização em prol de melhorias para o lugar habitado fazem com que os sujeitos históricos moradores de um território “comum”, ainda que em meio a diferenças e conflitos, sintam-se próximos e “iguais”. Dessa relação de proximidade e do desejo de mudança, surgem espaços apropriados coletivamente, instituindo-se como canais de participação numa esfera pública que se destaca pelo pertencimento a uma rede de proteção local, de vizinhança.

“As primeiras reuniões, né, da comunidade, foram na minha casa. As duas primeira reunião eu não participei, porque eu achava que os problemas não tinha nada a ver comigo. O pessoal... eu cedia o espaço e o pessoal me chamava pra participar, eu dizia: ‘não, pode discutir, pode conversarem, né, eu tô aqui dentro, aucupada, né, depois eu vou’ e nesse depois eu não aparecia, né, lá onde tava acontecendo a reunião na própria minha casa, né? Mas na terceira vez, aí eu me sentei na roda, comecei a discutir, todo mundo sentado no chão [...]. O lado da minha casa era uma sombra muito grande, é piçarra, eu limpava muito, né, e ali a gente sentava e fazia as reuniões, né, ao lado da minha casa. E na terceira reunião que houve na minha casa foi que eu comecei a participar. Aí fui me envolvendo, fui me comprometendo, né, e fui assumindo os compromissos, né, com a comunidade e pela comunidade. [...]. Eu moro aqui derne de 75. [...]. Era muito difícil, né, porque eu trabalhava no Centro da cidade. Então, como não tinha transporte, né, e eu tinha que ir pra Messejana de qualquer jeito, e muitas vezes eu perdia, né, o único transporte que tinha pra vim pra cá, que era o nome especial e nem isso eu sabia o que era especial, né, tão analfabeta eu era, né? [...]. Pra melhorar a situação [...], a

gente começou a se organizar, vimos que só através da organização e da união era que se conseguia alguma coisa. Aí começamo a se reunir, se reunir, aí tiramos uma comissão, que era pra fundar uma associação de moradores. Essa comissão que chamava pró-associação, é... essa comissão trabalhou um ano, né, pra organizar essa associação que hoje nós estamos e através dessa associação foi que nós reivindicamos, aí foi criando outros movimentos, né? [...]. Aí tinha a Igreja católica, que a Igreja evangélica ainda não tinha. A Igreja católica, tinha alguns grupo da Igreja católica, né, e se juntava junto à Associação de Moradores, que essa Associação dos Moradores é a primeira, né, a mais velha. E nós se juntava, né, e através da organização do movimento era que a gente fazia as reivindicação. E fomo conseguindo de tudo um pouco, por isso que hoje nós temos um banner aqui na Associação, que diz, né, que ‘Deus criou o mundo e nós criamos o Conjunto Palmeira’, que na verdade nós não tinha nada: não tinha água, não tinha transporte, não tinha luz, não tinha... não tinha só nada, quando nós iniciamos aqui o Palmeira. [...]” (Entrevista com Marinete Brito da Silva, diretora da Asmoconp, gravada durante a pesquisa de campo, em 6/11/2007).

Por meio de conversas e entrevistas que me levaram a aprofundar meu conhecimento sobre as memórias do processo de organização dos moradores do Conjunto Palmeiras, percebi também que, quando as lutas locais são vivenciadas não somente por atores internos, o sentimento de pertença e a ideia de comunidade parecem expandir-se para o universo de apoios externos.

No caso da presença marcante da Igreja católica – representada nas CEBs, cujo perfil de ação vincula-se à Teologia da Libertação⁴⁶, através da qual se expressa, por meio da evangelização, uma opção preferencial pelos pobres que resulta não somente em ação religiosa, mas também em inserção no campo da política –, tal presença se fez de modo interno e ganhou reforço de lideranças religiosas que passaram a morar na comunidade. Outros atores foram também se aproximando da luta, como os já citados partidos de esquerda, e outras organizações que ali aportaram conhecimento técnico, educacional e político às forças locais, como é o caso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Esse processo de aproximação entre o espaço local e atores sociais com inserção numa esfera mais ampla da sociedade é resgatado na memória de uma das principais lideranças técnicas do Banco Palmas:

“Meu envolvimento teve início em janeiro de 1984, bem precisamente isso, porque eu morava em... Belém do Pará, eu era no seminário lá, interno, seminário tradicional, seminário católico, né? E o bispo daqui, o Dom Aloísio Lorscheider, ele tava abrindo uma experiência chamada Paz na Periferia, que era... Qual era a ideia dele? Era de que se você é seminarista e mora no seminário tradicional, quando você sai, você fica burguês e não quer trabalhar mais nas favelas, nas comunidades. E ele queria jovens seminaristas que morassem já na favela e que estudassem Teologia e que depois continuassem nessas comunidades e tal.

⁴⁶ A compreensão da importância histórica da Teologia da Libertação como força propulsora dos movimentos populares no contexto latino-americano é abordada por Ilse Scherrer-Warren em *Redes de movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005. Ver principalmente o capítulo II, intitulado “Redescobrir nossa dignidade”: avaliação da utopia da libertação na América Latina, p. 27-48.

Pra ser mais preciso, eu vim pra Fortaleza, saí de Belém pra Fortaleza em janeiro de 1984, mas quando eu cheguei aqui eu fiquei lá no Jangurussu, na rampa do Jangurussu, minha primeira morada, eu e mais dois seminarista, já nessa experiência. Três meses depois, portanto em abril, né, aqui no Conjunto Palmeiras tinha uns padres que tavam indo embora e o Cardeal me convidou pra eu vim pra cá como seminarista e pra fazer um trabalho aqui. [...]. Em 88 eu terminei o curso de teologia, já tava tão envolvido com a comunidade e com as lutas comunitárias, com o partido político, com o PT; terminei não me ordenando e continuei morando aqui, mas não me ordenei padre, né? [...]. Na verdade, nós já tínhamos a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, tava se iniciando, ainda assim bem embrionário, uma pequena casinha, com o quadro de sócio ainda bastante fragilizado, a diretoria ainda bastante fragilizada, mas já tinha um processo de organização da Associação dos Moradores e um pouco mais fortalecido e mais consistente, as CEBs, as Comunidades Eclesiais de Base, muito aí na carona da Teologia da Libertação, que naquela época tava aí no seu apogeu, muito também porque os padres que moravam aqui anteriormente, o Padre Zé Maria e o Padre Bernardo, eram padres da igreja... que a gente chama de igreja progressista. Então tinha um grupo de CEBs organizado, tinha uma Associação de Moradores organizada, mas um pouco enfraquecida, eu podia dizer assim, no seu processo de lutas mais concretas. Havia, do ponto de vista político, uma influência forte do PCB, o Partido Comunista Brasileiro, que naquela época o PCB, ele tinha uma articulação muito forte em Fortaleza dentro das associações dos moradores. Era o PCB e o PC do B. Pelo fato do grupo hegemônico da diretoria da Associação ser do PCB, [...] então o

PCB tinha uma influência forte aqui no bairro. A nível da sociedade civil, a FASE, nessa época ainda existente em Fortaleza, com uma presença muito forte na comunidade por dentro da Associação dos Moradores e... pro movimento, aquele contexto próprio daquela época de 84... dos movimentos sociais. Os movimentos comunitários começaram a se reorganizar, a tomar uma posição mais crítica. E o contexto do bairro é um contexto de forte pressão pelos serviços, principalmente a água, né? A água que sempre foi uma grande bandeira aqui no Conjunto Palmeiras, a água encanada, que não tínhamos água encanada. O pessoal tomava água comprada em carroças. Embora o bairro tivesse problema de esgoto, tivesse problema de drenagem, tivesse problema de iluminação, mas a falta de água potável, digamos assim, era talvez o mais grave problema daquela época. Então havia uma articulação, um eixo temático muito forte em cima da luta pela água. [...]” (Entrevista com Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas e coordenador geral do Instituto Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 5/11/2007).

Ao ouvir seu Augusto Barros relatando suas memórias sobre as lutas, reivindicações e conquistas dos moradores, ficou claro que inúmeras imagens e fatos permanecem vivos em suas lembranças, como peças importantes de um cenário marcado pela força da solidariedade e do pertencimento a uma esfera comunitária. Assim, algumas necessidades básicas foram atendidas pela força desse *ethos* solidário, fazendo surgir serviços e instituições como a Emergência Comunitária (veículo utilizado para o transporte de doentes), a Funerária Comunitária e as bodegas comunitárias.

“[...] *Aqui no Palmeira era muito pobre e ainda é muito pobre. Mas... as próprias assistentes sociais se aproveitavam das pobres mulheres que nós tinha aqui no Palmeiras. O Palmeira, muito mato; o que era que elas faziam? Pegavam as mulheres, botavam pra limpar os matos e o pagamento era dia de sábado e o que era o pagamento? Era pacote de macarrão, massa de milho, bolacha. Então aquilo foi irritando a gente. Mesmo eu como um trabalhador, sem ter grandes conhecimentos, assim, na história brasileira, mas a gente começou a ver a coisa diferente. Eu digo: ‘olha, isso é um absurdo. Pega muitas mulheres, coloca no sol, arrancando mato e limpando os terrenos e por quê que o próprio Governo não fazia isso com suas máquinas?’ Usavam nossas mulheres, mãe de família, explorando no sol, pra limpar os terrenos. Então, sempre fui contra tudo isto. Eu sempre fui contra o sistema capitalista, mesmo a gente ainda vivendo o sistema capitalista. Porque a maioria do nosso povo não sabe nem ainda o que é o capitalismo, imagina o socialismo que a gente pensa como deve ser mais tarde. É... então a gente ficou irritado. [...] E veio um projeto interessante aqui no Palmeiras, que foi o povo do Projeto Rondon [...]. Até que chegou o momento que nós agradecemos o Projeto Rondon e disse: ‘olha, já dá pra nós caminharmos com os nossos próprios pés’. Foi a partir dali que nós criamos a Emergência Comunitária, criamos uma Funerária Comunitária... criamos a Associação dos Moradores, criamos bodegas comunitária e assim a gente foi se desenvolvendo. [...] É... nós conseguimos criar bodegas comunitária, o povo muito necessitado, a gente conseguia... criamos três bodega das comunitária e funcionou por muito tempo. Essas bodegas, nós comprava os materiais, vamos dizer aqui... os produto de base e*

vendia por um preço bem mínimo. Talvez a gente tivesse hoje um lucro... dois centavos, três centavos, que a gente tinha só pra botar a gasolina num carro e ir comprar novamente. Toda semana nós renovava nossas compras. E funcionou por muito tempo. [...]. Quebrou. Por quê? Porque às vez a pessoa chegava na casa do padre e dizia: 'padre, nós tamo passando fome mermo'. E o padre: 'vá lá no Augusto, diga a ele que lhe dê tanto'. Aí a gente dava, claro! Pronto. E... inda avançou, uns três a quatro ano as bodegas funcionaram. [...]' (Entrevista com o líder comunitário Augusto Barros Filho, gravada durante a pesquisa de campo, em 2/11/2007).

A incursão empírica que realizei no Conjunto Palmeiras durante a pesquisa de campo, as reflexões teóricas suscitadas antes, durante e após o trabalho de observação e as conversas com moradores e lideranças comunitárias levaram-me a compreender que os processos organizativos e as redes de sociabilidade constituídas no âmbito das experiências dessa comunidade não podem ser atribuídos de forma unilateral ao fenômeno da escassez, muito embora a vulnerabilidade produzida pela dificuldade ou pela impossibilidade de acesso aos direitos humanos fundamentais seja aqui compreendida como força determinante na gênese de diferentes formas de inserção social.

Busco ressaltar, no entanto, que além da força determinante da necessidade material, um desejo de mudança, que parece despertar-se de um sentimento de dignidade e de um orgulho próprio que a condição de pobreza, ainda que pesada, não consegue desanimar, mobiliza significados e práticas específicas de ação social, em determinadas situações acentuadamente marcadas pela astúcia e pela indisciplina em face de valores morais predominantes e da ordem sociojurídica

vigente. No início de tudo, os moradores do Conjunto Palmeiras não tinham acesso a sistema de transportes, água encanada, rede de esgotos, energia elétrica... Não dispunham do mínimo de infraestrutura urbana. O bairro foi, na verdade, construído pouco a pouco, através das lutas, do trabalho protagonizado pelos moradores, com ousadia, radicalidade, criatividade e celebração autônoma pelas conquistas alcançadas.

“[...] Teve o movimento da energia [...]. A energia também foi uma grande luta. Nós chegamos no Palmeira e não tinha energia. Pra gente conseguir energia no Palmeira, a gente trouxe o superintendente da Coelce⁴⁷, de noite, colocamos ele num lugar escuro, que não tinha energia e ele terminou caindo dentro dum buraco. E... então ele deu toda razão a gente. Ele deu toda razão a gente e foi instalada a primeira parte de energia do Palmeiras. Quem queria inaugurar? O Prefeito de Fortaleza, a Fundação de Ação Social de Fortaleza e... as autoridades queriam e nós moradores não aceitamos. ‘Não. Nós não aceitamos vocês inaugurar a energia no Palmeiras’. Porque se a gente fosse aceitar a inauguração feita por eles, ia aparecer na mídia toda. ‘Pois então, deixe que nós inauguremos, não aceite... não vem ninguém deles’. Nós inauguramos a... foi feita em frente à casa da Marinete, fizemos a nossa festa como a gente poderia fazer e a partir daí o povo foi acreditando mais naquele momento e a gente foi avançando. [...]” (Entrevista com o líder comunitário Augusto Barros Filho, gravada durante a pesquisa de campo, em 2/11/2007).

A análise dos depoimentos supracitados suscita aqui um diálogo com o pensamento de Michel de Certeau (2003) em *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Na obra são tra-

⁴⁷ Companhia Energética do Ceará.

balhadas perspectivas metodológicas férteis, sobretudo por enfatizar o campo de pesquisa e o cotidiano dos sujeitos pesquisados como espaços de puro movimento, apropriações e reapropriações de significados em face de suas práticas sociais. Assim, o autor produz uma teoria das práticas cotidianas atentando para os “desvios” praticados pelos sujeitos que se encontram numa dada ordem e nela vivenciam a tensão entre a ordem e a indisciplina no fazer diário de suas relações, interações e trajetos.

Instigado por essas ideias, percebo que a história da Asmoconp e do Banco Palmas revela a mobilização de “trajetórias”, “táticas”, “retóricas” e “astúcias” (CERTEAU, 2003, p. 37-53) de cidadãos e cidadãos que ocuparam o espaço da política como sujeitos portadores não somente de necessidades, mas também de desejos, enfrentando a situação de pobreza em busca de uma vida melhor. E assim, tais sujeitos vivenciaram a invenção do cotidiano, criando um bairro onde antes nada existia: apenas uma terra pantanosa, resultante de uma natureza de carnaubais devastada.

Portanto, do ponto de vista simbólico, mesmo que não fosse reconhecido oficialmente, o Conjunto Palmeiras já se configurava como bairro bem antes de ser considerado como tal pela legislação do município de Fortaleza. Em 2007 foi legalizado diante do poder público como um lugar, como um território demarcado na planta urbana. No entanto, há décadas já se tornou um lugar social, pelo fato de ter sido construído, coletivamente, como espaço socialmente praticado. É nesse sentido que Pierre Mayol, um dos autores do segundo volume de *A Invenção do Cotidiano*: morar, cozinhar, compreende o significado da categoria bairro:

Ora, o bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo o mundo) em que se insinua pouco a pouco um *espaço privado particularizado* pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço. A fixidez do habitat dos usuários, o costume recíproco do fato da vizinhança, os processos de reconhecimento – de identificação – que se estabelecem graças à proximidade, graças à coexistência concreta em um mesmo território urbano, todos esses elementos “práticos” se nos oferecem como imensos campos de exploração em vista de compreender um pouco melhor esta grande desconhecida que é a vida cotidiana (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, grifos do autor).

Definir a categoria bairro implica, também, proceder a uma distinção conceitual entre as categorias espaço e lugar. Para Michel de Certeau, o lugar determina-se por um sinal de estabilidade, sendo uma ordem em que se impõe uma lei fundada no sentido do “próprio”:

[...]. Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns *ao lado* dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (CERTEAU, 2003, p. 201, grifos do autor).

Em relação ao conceito de espaço, Michel de Certeau o define como “um cruzamento de móveis” que, de certa forma, é

[...] animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...]. Diversamente do lugar, não tem portanto nem a univocidade nem a estabilidade de um “próprio”. Em suma, o *espaço é um lugar praticado* (CERTEAU, 2003, p. 202, grifos do autor).

A construção social do Conjunto Palmeiras como espaço praticado revela a vivência de uma história marcada pelo sentimento de pertença ao bairro. Seus primeiros moradores foram removidos para lá por decisão do poder público municipal, mas a construção do lugar deu-se com o trabalho e a luta social alavancada pelos habitantes de um chão inicialmente inabitável. Esses habitantes construíram um bairro e depois de muito tempo o mesmo foi reconhecido como tal. Todavia, o reconhecimento tardio foi celebrado por lideranças locais, como seu Augusto, citado já no início deste capítulo quando falei do seu contentamento em face dessa conquista alcançada pela comunidade.

“Pra mim é uma das grandes vitória de toda a nossa história, porque o Conjunto Palmeira, ele não era bairro de Fortaleza, ele foi criado... Por que que deu o nome Conjunto Palmeiras? Aqui tinha muita palmeira, inicialmente tinha muita carnaúba, tinha muita árvore chamada de palmeira mesmo, por isso que chamou o nome Conjunto Palmeiras. Aqui não é um conjunto feito pelo Governo, porque num conjunto é aquele quando o Governo assume tudo e faz tudo, as casa

com seu modelo já com água, energia, banheiro, escola e tudo. Nós aqui... 'Deus fez o mundo e nós criamos o Conjunto Palmeiras', nós moradores, as associações. [...]. Pra mim, o Palmeira, ele é um conjunto de terra mal dividida. Mas sempre a gente quis que o Palmeira fosse... um bairro de Fortaleza, um novo bairro, porque nós entra no grande Jangurussu. E quando vinha os nossos endereço, ele vinha... vinha de Jangurussu, às vezes o carteiro começava a procurar lá do Castelo, o nosso endereço aqui. Os próprio Correio estão achando bom essa história. Então isso é uma prova que nós ainda continuamos vivo na luta do dia a dia. [...]. Vai melhorar? Melhora em algumas coisa. Mas melhora cem por cento? Não. Mas melhora na situação da história, na origem do Palmeiras. Por que mudar o nome Palmeiras? Não. [...]. Pra mim, o Palmeiras continua com o nome Conjunto Palmeira pela origem do Palmeiras e as lutas continuam avançando. [...]. O que faz o bairro avançar é o nosso compromisso da luta do dia a dia. É você pensando na questão futura. Eu sempre... eu questionava: o Palmeira tem que continuar. Por quê? As crianças que nasce hoje, daqui... quando eu morrer elas não vão saber o nome, não vão saber a história. Então é preciso que o bairro sempre fique aí com o nome, pra eles começarem a aprender a história. Cuma foi que nasceu o Palmeiras, quem liderava no Palmeiras, quem estava à frente, por que que o nome continua até hoje? Exatamente pra continuar a origem. Então pra mim é uma das grandes vitórias. E não discriminamos, assim, o Palmeiras. [...]. O Palmeiras sempre... já foi muito visto por aí como um bairro altamente perigoso. Hoje o pessoal já vê o Palmeira diferente. [...]. O Palmeira está diferente hoje, porque tem um Joaquim, porque tem um Augusto, porque tem uma Toinha que... tentando fazer

a imagem do Palmeira brilhar mais [...]” (Entrevista com o líder comunitário Augusto Barros Filho, gravada durante a pesquisa de campo, em 2/11/2007).

Buscarei agora sintetizar os principais momentos da história do movimento comunitário protagonizado pela Asmo-comp no Conjunto Palmeiras, sinalizando fatos que antecederam a criação do Banco Palmas. Antes, penso ser interessante enfatizar que os trechos de entrevista supracitados parecem emblematicamente reveladores de um valor histórico que evidencia o pertencimento ao bairro, o orgulho pela memória do bairro. Assim, com título oficial alcançado, embora os moradores não necessitassem dele para que se sentissem habitando um bairro – pois já empregavam o termo há muito tempo –, o reconhecimento legal da condição de bairro foi celebrado como sinal de uma nova conquista, através da qual seu Augusto, outras lideranças e moradores reiteraram o sentido de uma luta que continua no dia a dia avançando.

Como afirmei em outras passagens deste texto, as lutas locais foram ousadas, marcadas pela força, pela coragem, pela esperança focada em mudanças necessárias, desejadas, buscadas coletivamente. Evocando o pensamento de Espinosa, a filósofa Marilena Chaui (2002), em artigo intitulado “Sobre o medo”, ressalta a importância dessas paixões humanas que movimentam uma negação do medo, contra a passividade e em favor da liberdade.

Compreendo que assim se manifestam os afetos mobilizados no movimento comunitário que tem o Conjunto Palmeiras como cenário. Cenário de lutas simbolizadas pela autonomia, contra a passividade. Não obstante a imposição de um regime político fechado e autoritário (ditadura militar), as lideranças do Conjunto Palmeiras venceram o medo e se

organizaram com autonomia. Em 1977 articulam a já mencionada Emergência Comunitária. No ano seguinte, conseguem a construção de um templo da Igreja católica e, com a ajuda de padres, obtêm a presença de um médico, a formação de um núcleo de mulheres e a instalação de uma creche. Ainda em 1978, as CEBs chegaram ao espaço local e fundou-se o grupo Juventude Cristã do Palmeiras (Jucrispa). Data daquele ano um conjunto de outras conquistas importantes: uma Casa de Parto e a construção da Escola Audaci Barbosa, do Centro Social Urbano (CSU) e do Posto de Saúde Pedro Sampaio (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003a, p. 11).

O Centro Comunitário de Reabilitação e Educação Nutricional do Conjunto Palmeiras (Centro de Nutrição – CNCP) é também uma referência de peso no espaço local, conquistado no ano de 1984. Hoje a instituição atua na prevenção e no tratamento da desnutrição e outros problemas nutricionais, realizando também um trabalho social focado no enfretamento das situações de pobreza, exclusão, fome, violência e analfabetismo, em parceria com associações comunitárias, serviços de saúde, educação, cultura e assistência social. O Centro de Nutrição e a Asmoconp mantêm relações de parceria em diversas atividades de mobilização da comunidade. Destaca-se aqui a Marcha pela Segurança Alimentar e Nutricional, evento político e cultural realizado a cada dois anos, em que se ressalta a temática do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Em 1979 intensifica-se a luta da comunidade pelo acesso à água tratada e energia elétrica, impulsionando a consolidação da Asmoconp, que teve seu estatuto registrado em 2 de fevereiro de 1981. Segundo depoimentos de lideranças locais, no início a associação tinha um quadro pouco expressivo no que concerne ao número de sócios,

mas que foi aos poucos se ampliando. À época da conclusão da pesquisa (2007/2008), havia 1.585 sócios cadastrados. Devido a limitações de espaço físico, os sócios são convocados por etapas para a participação nas assembleias que ocorrem trimestralmente, sendo que a cada etapa em torno de 60 a 80 sócios participam dessas reuniões ordinárias regulamentadas por estatuto.

O ano de 1991 marca um momento importante na história da Asmoconp e do Conjunto Palmeiras: a realização do Seminário Habitando o Inabitável. Foi definido, então, um plano estratégico para urbanizar a área, apresentando como demanda principal a construção de um canal de drenagem, cujas obras se estenderam até 1995, com a participação e o controle presencial dos moradores organizados e com recursos financeiros e técnicos provenientes de um convênio firmado entre o Governo do Estado, a Prefeitura de Fortaleza e o Governo alemão, através da Sociedade Alemã de Apoio Técnico (GTZ).

As condições de infraestrutura urbana foram conquistadas em parte, mas outras demandas, de natureza estrutural, foram surgindo. O crescimento do desemprego registrado durante a década de 1990 – intensificado ante o processo de globalização e reestruturação do capital⁴⁸ – e o perfil socioeconômico dos moradores, caracterizado por baixa escolaridade e precária qualificação para o trabalho especializado, foram fatores que influenciaram, dentre outros, nas dificuldades de várias famílias permanecerem ocupando seus imóveis.

⁴⁸ Ver TEIXEIRA, Francisco J. S. & OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

Alguns dos serviços instalados, se, por um lado, influíram na melhoria das condições de vida, por outro, exigiram mais comprometimento da renda, já bastante reduzida ou insuficiente. Como consequência, parte significativa das famílias estava vendendo suas casas e indo morar em favelas, reproduzindo assim o ciclo de pobreza extrema em que viviam.

Para nosso espanto e desespero, identificamos que 30% das famílias tinha menos de dois anos de residência no bairro. Isso trazia a tona uma realidade nova: os moradores do Conjunto Palmeira que durante 20 anos lutaram pela urbanização, não podiam mais viver no próprio bairro que construiram. Antes não existiam taxas de luz, água, esgoto, telefone ou IPTU⁴⁹. Agora tudo fazia com que morar no Palmeira fosse “luxo” para uma população desempregada, vivendo de biscates e sub-empregos. E tinha mais um agravante, a especulação imobiliária também havia chegado no Palmeira e os mais pobres vendiam suas casas para os que tinham melhores condições financeiras (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003a, p. A16-B16, grifos do autores).

Diante desse quadro, em 1997 a Asmoconp e outros segmentos organizados do bairro (igrejas, pastorais sociais, associações, creches, escolas, rádio e jornal comunitários, grupos de jovens, de mulheres, de alcoólicos anônimos, de teatro, dentre outros) realizaram o II Seminário Habitando o Inabitável, ocasião em que foram avaliados os resultados do primeiro seminário e apontaram-se estratégias de ação para os anos seguintes.

⁴⁹ Imposto Predial e Territorial Urbano.

Constatou-se que o bairro estava semiurbanizado, haja vista a implantação dos serviços básicos de infraestrutura (redes de energia, água potável, drenagem, pavimentação e esgotamento sanitário). Mas o processo de urbanização não fora capaz de desencadear oportunidades de geração de trabalho e renda. Com base nessa análise, a principal deliberação tomada durante o segundo seminário apontou para o planejamento de um projeto de geração de renda, como forma de “[...] possibilitar às pessoas da comunidade morar no bairro que construíram” (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003a, p. B16).

O Banco Palmas, nome escolhido em homenagem à história do Conjunto Palmeiras, é o principal fruto do planejamento suscitado a partir do II Seminário Habitando o Inabitável. Fruto que não demorou muito a ser colhido: no ano seguinte, 1998, dia 20 de janeiro, ocorreu a solenidade de inauguração do Banco Palmas, ocasião em que cinco produtores locais obtiveram crédito e vinte famílias receberam o cartão PalmaCard.

A corrida em busca de crédito financeiro e de instituições que acreditassem e confiassem na proposta exigiu muito esforço e alcançou resultados de pequena monta. Apenas a ONG Cearah Periferia investiu no empreendimento. Àquela época, a referida organização possuía um Fundo de Apoio a Projetos de Autogestão (Fapag), destinado a iniciativas de entidades comunitárias, e emprestou R\$ 2.000,00 para o começo do Banco, valor que deveria ser pago no prazo de um ano, com juros de 1%. Foi um início marcado por dificuldades. Mas convicção, trabalho e apoio interinstitucional têm, desde então, mobilizado a rede de ações e relações que se vem ampliando ao longo do processo.

O Banco Palmas tem agora 14 anos de história. História que se confunde com a da Asmoconp, onde foi criado. Asmoconp que hoje se confunde com o Banco Palmas e

vice-versa. A expansão da experiência tem sido constante no que concerne à conquista de projetos criados e executados pelo banco. Conseqüentemente, em 2003 surgiu o Instituto Banco Palmas, organização criada para dar suporte técnico e captar recursos para os projetos desenvolvidos pelo banco, bem como para reproduzir a metodologia dos bancos comunitários em outras comunidades.

Nesse percurso, o movimento comunitário protagonizado pela Asmoconp no Conjunto Palmeiras alcançou outro perfil. Não tem mais aquela feição de movimento reivindicatório, radical. Parece cada vez mais criativo e inquieto. Uma inquietude agora centrada na busca pela geração de trabalho e renda para os moradores do bairro, como processo significado nos valores da economia solidária. Trata-se, portanto, de um novo processo de construção simbólica e prática da realidade, focado na disseminação de valores políticos orientados para o mercado local, no sentido de embasá-lo e fortalecê-lo na perspectiva da solidariedade, da produção e do consumo inclusivos. Assim, o movimento local se articula em um novo formato que hoje caracteriza os movimentos sociais: a ação em rede (SCHERER-WARREN, 2005; GOHN, 2004; 2005).

Os chamados novos movimentos sociais encaminham-se, cada vez mais, para a formação de consensos possíveis entre organizações que se identificam entre si em torno de objetivos comuns, mantendo íntegras as especificidades de suas bandeiras e ações. São movimentos que buscam a construção de caminhos culturais para se pensar e fazer uma outra mundialização: a dos interesses de crianças, jovens, idosos, homens e mulheres, etnias e minorias oprimidas pela força de culturas dominantes e por um mercado cada vez mais competitivo e seletivo (SANTOS, 2006). São movimen-

tos que se articulam em redes cujas teias partem de universos multiculturais. Movimentos que continuam na luta instigada pela força de necessidades materiais, mas que se afirmam como portadores de símbolos de culturas diversas, como protagonistas de uma história em construção.

Nesse contexto, a Asmoconp e o Banco Palmas se articulam em redes de movimentos que lutam no enfrentamento da situação de pobreza, urbana e rural, construindo significados de uma economia alternativa, a economia solidária, que também se afirma como economia política – haja vista que fortalece o espaço local na perspectiva do empoderamento – e como sistema cultural – ao imprimir novos significados às práticas de produção, troca e consumo de bens e serviços, enfatizando o princípio do “bem viver”. Suas bandeiras de luta são comuns às dos desempregados, dos subempregados, dos precariamente inseridos no mundo do trabalho, dos excluídos de tal mundo. Bandeiras comuns também aos que lutam pela proteção socioambiental, pela agricultura familiar e urbana, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, cidadãos e cidadãs.

Compreendo que, apesar das conquistas já alcançadas no Conjunto Palmeiras, a Asmoconp e o Banco Palmas ainda não atingiram o topo da história ali protagonizada. Será que algum dia esse ponto será alcançado? Onde estaria tal ponto? Há um rumo predefinido para as possibilidades de desenvolvimento do bairro? É difícil encontrar respostas para essas questões. Mas penso ser mais apropriado pensar que no Conjunto Palmeiras configura-se uma história em pleno movimento, fazendo-se no cotidiano. Até aqui, busquei apreender a dimensão multifacetada desta história. E, nesse esforço, identifiquei elementos de singularidade na história do movimento organizado no bairro. Singularidade mani-

festada na autonomia, na radicalidade das lutas comunitárias ali desenvolvidas, no aprendizado e na criatividade que hoje se fortalece na ação conjunta da Asmoconp e do Banco Palmas.

É possível dizer que esse aprendizado materializa-se como um *habitus*, ou seja, como uma força prática que resulta do conhecimento construído nas lutas locais. Como diria Bourdieu (1989, p. 61), trata-se aqui de um *habitus* compreendido como tal em função de suas “capacidades criadoras, ativas e inventivas”. Nesse sentido, a experiência histórica acumulada pela Asmoconp representa um suporte simbólico e prático de importância inestimável no que tange à configuração de um espaço favorável à construção da economia solidária; espaço esse que contextualiza a ação do Banco Palmas, onde se desenvolve um esforço de unificação de práticas em torno de uma ideia, de um estilo de fazer economia.

Assim, a história da Asmoconp não é memória estanque de fatos que se somam numa sequência cronológica. Constitui-se como *habitus*, como sistema simbólico em movimento. Entendo que a cada vez que os sujeitos ou agentes institucionais do Banco Palmas evocam a história da comunidade local – e esse exercício faz-se de modo assaz frequente –, estão pondo em ação um capital simbólico (BOURDIEU, 2004, p. 107) de alto valor no campo do sentimento de pertença.

Ao recontarem a história dos processos organizativos do Conjunto Palmeiras, os sujeitos que protagonizam a experiência do Banco Palmas estão pondo em cena, também, um capital simbólico forte, grande, rico; uma força capaz de reforçar a legitimidade de uma experiência em curso, em processo de construção. Nessa esfera de ação, a história local representa, portanto, uma referência cara, com notável poder de eficácia simbólica e de mobilização da crença coletiva em torno desse empreendimento da Asmoconp, denominado economia solidária.

Considero que seja importante aqui deixar claro que, ao destacar a força do *habitus* e do capital simbólico presente na história da comunidade, não é minha intenção delinear para o Conjunto Palmeiras uma imagem de exclusividade no âmbito dos movimentos sociais de bairros de Fortaleza. A pesquisa que realizei na Asmoconp e no Banco Palmas foi motivada pela percepção de que ali se desenvolve, desde a criação do banco, uma experiência de economia popular e solidária fundada, em seus elementos simbólicos e práticos, num terreno que se revela fecundo para a germinação dessa experiência, haja vista o aprendizado acumulado ao longo de quatro décadas de lutas e conquistas.

É certo que em Fortaleza outras experiências foram e estão sendo construídas. Já citei a história da Brisa da Praia, comunidade onde seus moradores resistiram na permanência em terras ocupadas durante a década de 1980, ainda que não fossem oficialmente reconhecidos como donos daquele chão. Se no Conjunto Palmeiras seus moradores construíram símbolos de orgulho e pertencimento a um espaço socialmente praticado, como a moeda palmas e vários outros instrumentos que aludem ao nome do bairro, na Brisa da Praia também houve uma simbolização do lugar. Sua história também apresenta sinais de que o sentimento de dignidade mobiliza o exercício da inserção na esfera pública: a memória das lutas locais tem como marco simbólico “a peleja para sair da lama”⁵⁰ e o próprio nome da comunidade, Brisa da Praia, parece representar um símbolo de pertencimento e afeição ao lugar.

⁵⁰ Expressão destacada em um folheto de cordel reproduzido pela comunidade Brisa da Praia como forma de comemorar e registrar a conquista da drenagem e pavimentação das principais ruas do lugar, em 1995/96 – *A peleja da Brisa da Praia para sair da lama: ontem a lama, hoje a brisa* [s.d.].

Os processos organizativos dos moradores do Conjunto Palmeiras e da Brisa da Praia têm contextos históricos marcados pela presença de atores sociais externos, como segmentos específicos da Igreja católica, ONGs, assessores de partidos políticos e parlamentares, agentes dos governos municipal e estadual e federações de entidades comunitárias. Apesar dos 16 anos de diferença no que diz respeito à gênese de tais comunidades, ambas têm o ano de 1995 como marco histórico, quando conseguiram melhorar suas condições de habitação, através da conquista do sistema de drenagem.

Não obstante as similitudes identificadas, peculiaridades também se ressaltam: quanto ao macrocenário político que situa a gênese de cada experiência, o povoamento do Conjunto Palmeiras resultou – como já informei – de remoções executadas pela Prefeitura de Fortaleza, em plena vigência do autoritarismo desenvolvimentista. A comunidade Brisa da Praia, por sua vez, formou-se da ocupação caracterizada como ilegal, onde se assentaram moradores oriundos de áreas circunvizinhas, em 1989, numa década marcada pelo crescimento do número de entidades populares de bairros, durante o chamado processo de transição da ordem autoritária para a ordem democrática.

As lutas sociais na Brisa da Praia também foram árduas. Os moradores edificavam suas casas, que logo eram derrubadas em ações violentas originadas das reclamações de supostos donos das terras, que, na verdade, pertenciam à União. O depoimento de uma líder comunitária revela que a situação era precária, tensa, conflitante e dramática: [Quatro casas que a

senhora fez foram derrubadas?]. “Foi derrubadas por três vez, quatro com essa. Essa ficou”. [E como eram?]. “De taipa. Duas de paia e uma de taipa, coberta de teia”⁵¹.

Apesar da força de resistência demonstrada pelos moradores da Brisa da Praia durante a década de 1990 e dos diversos apoios externos que aportaram contribuições às lutas locais, a comunidade não conseguiu acumular um aprendizado que lhe propiciasse a autonomia necessária para o avanço político e que resultasse na construção de experiências coletivas de desenvolvimento local como forma de enfrentar a pobreza econômica. Assim, a vulnerabilidade das lideranças locais a manobras clientelistas e eleitoreiras não lhes permitiu avançar rumo a um aprendizado capaz de potencializar intervenções inventivas como a que se observa no Conjunto Palmeiras.

Diante desses fatos históricos, penso que alcançam sentido empírico as categorias de análise que identifiquei quando da elaboração do projeto de pesquisa para cursar o doutorado. Compreendo que especificidades políticas e culturais ressaltam a classificação do movimento comunitário construído no Conjunto Palmeiras em relação ao que pude observar na história da Brisa da Praia. Nessa comunidade, configurou-se o que denomino protagonismo assistencial-clientelista. No Conjunto Palmeiras, pôs-se em cena uma experiência de protagonismo autônomo e participativo, num ambiente de vivências comunitárias que formaram, em torno do aprendizado político e do saber técnico acumulados historicamente, um campo fértil para a concepção e o desenvolvimento do Banco Palmas.

⁵¹ Trecho de entrevista com Maria Garcia Rodrigues, conhecida como dona Clarisse, líder comunitária da União dos Moradores da Brisa da Praia, gravada por pesquisadores do projeto Ocupação de Terras Urbanas: o Legal e o Legítimo em Questão – CNPq/UFC, em 19/10/1995.

A leitura interpretativa que venho tecendo neste capítulo pode ser corroborada através de reflexões elaboradas pela socióloga Elza Braga (2004), também conhecedora das histórias da Brisa da Praia e do Conjunto Palmeiras⁵². Em relação a este bairro, ela enfatiza as características de um movimento cuja ação não se restringiu ao campo das reivindicações, pois ocupou também espaços de produção cultural, acumulando saberes reconhecidos como fundamentais no processo de afirmação de uma identidade coletiva, no surgimento de lideranças e no empoderamento da comunidade local.

Após concluir este esforço de descrição e análise dos percursos históricos trilhados pela Asmoconp desde a gênese do movimento comunitário local até a criação do Banco Palmas, no capítulo seguinte concentro-me no elemento central do objeto pesquisado: a economia solidária como fazer histórico, como construção simbólica e prática de um movimento social de bairro. Mas antes de iniciá-lo, é importante ressaltar que o Conjunto Palmeiras não é o único espaço de Fortaleza onde se realizam projetos focados em empreendimentos populares para a geração de trabalho e renda. Em outros bairros estão em curso movimentos desse tipo.

Há, por exemplo, a experiência protagonizada no bairro Bom Jardim, no Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), através da Agência de Desenvolvimento Local e So-

⁵² O projeto de pesquisa *Ocupações de Terras Urbanas em Fortaleza: o legal e o legítimo em questão*, desenvolvido em comunidades da Barra do Ceará entre 1994 e 1996, com orientação e coordenação da professora Elza Braga (Departamento de Ciências Sociais da UFC), teve como campo de aprofundamento analítico a comunidade Brisa da Praia (PAULINO; SOUZA; ALVES, 1996). Em 1999, Elza Braga dá continuidade à pesquisa, com um novo projeto intitulado *A Ocupação de Terras Urbanas: espaço de sociabilidades e de resistências* (BRAGA, 1999).

cioeconomia Solidária (Fundesol). No bairro Novo Mondubim, há também um projeto em curso, organizado pela Associação das Mulheres em Ação (Ama). Há práticas afinadas com a economia popular e solidária em desenvolvimento também no Pirambu – onde funciona um empreendimento de reciclagem de lixo – e na Granja Portugal – onde se organizou um grupo de produtores locais que realizam uma feira no bairro –, dentre outras experiências que podem ser encontradas na cidade.

Devo dizer também que a opção por estudar a história da Asmoconp e do Banco Palmas não resultou em atribuir exclusividade ao perfil de radicalidade, criatividade e autonomia que se manifesta nas memórias das lutas locais. Entendo aqui que os bairros pobres abrigam sujeitos portadores de carências e de desejos. Mas compreendo que esse fenômeno não é uma particularidade do Conjunto Palmeiras.

Quando elaborei minha proposta de projeto de pesquisa para cursar o doutorado, tinha em mente a vontade de estudar experiências de movimentos sociais cujas lutas desenvolveram-se na perspectiva do enfrentamento da situação de pobreza urbana. Assim, percebendo a visibilidade que a experiência com a economia solidária protagonizada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas alcançou no contexto dos olhares focados na análise dos movimentos sociais urbanos, e considerando também que o movimento comunitário local já acumulava uma história de três décadas, senti-me instigado a conhecer essa história de perto e por dentro, num ambiente em que características simbólicas e práticas dos novos movimentos sociais hoje se materializam de modo emblemático, possibilitando compreendê-las num cenário histórico mais abrangente.

Nesse sentido, meu objetivo ao elaborar este capítulo foi descrever e analisar a história local como fenômeno contex-

tualizado na dinâmica dos movimentos de bairro que emergiram na cidade de Fortaleza nas décadas de 1970 e 1980 e que passam por novos arranjos culturais e políticos desde os anos 1990 até o momento presente, como mudanças mobilizadas em face de uma nova realidade que se configura sob diferentes e interligados cenários: a mundialização das forças produtivas; a transformação do mundo do trabalho; a redefinição do perfil do Estado e a emergência institucional da cidadania participativa; as novas redes de ação coletiva e as manifestações plurais da sociedade civil.

3

ECONOMIA SOLIDÁRIA: SIGNIFICAÇÕES HISTÓRICAS, TEÓRICAS E NATIVAS

“Antes de chegar ao palmas, quando a topic estava entrando no Conjunto Palmeiras, perguntei a um jovem que estava sentado ao meu lado: ‘o que quer dizer aquela faixa amarela ali na frente?’. Eu estava referindo-me à propaganda da moeda palmas afixada ao para-brisa da topic. O jovem ficou meio sem saber o que eu estava perguntando. Apontei e disse: ‘aquela faixa, Aceitamos palmas’. Ele disse: ‘é o palmas’. Perguntei: ‘o que é isso?’. Ele disse: ‘é a moeda que circula aqui na comunidade’. Perguntei: ‘você conhece essa moeda?’. Ele disse: ‘ainda não vi’. Uma jovem sentada ao meu lado apontou na direção do Banco Palmas. Em seguida, perguntei a outro jovem à minha esquerda: ‘você sabe o que quer dizer aquela faixa amarela, Aceitamos Palmas?’. Ele disse: ‘é o dinheiro daqui do Palmeiras’. Perguntei: ‘você conhece esse dinheiro?’. Ele disse que não.” (Trecho do meu diário de campo, datado de 25/1/2006).

Começo este capítulo reproduzindo uma abordagem registrada em meu diário de campo, na intenção de mostrar que os significados conceituais e práticos da economia solidária passam por um processo de construção simbólica, por um aprendizado. No capítulo anterior, dei ênfase ao sentimento de pertença e ao sentido da vivência comunitária que os moradores do Conjunto Palmeiras construíram ao longo de anos marcados por lutas e conquistas coletivas. Todavia, o bairro possui um contingente populacional volumoso. É

compreensível, portanto, que nem todos os moradores e moradoras conheçam de perto o Banco Palmas e utilizem a moeda circulante local, moeda palmas.

Na viagem de *topic* que mencionei acima, e em muitas outras realizadas durante a pesquisa de campo, percebi esse fato. Comecei a me certificar também do fato de que a economia solidária não se faz apenas por intenções e projetos planejados. Trata-se de um processo de construção simbólica, mobilizado cotidianamente na rede de economia solidária local e em momentos especiais, quando conhecimentos práticos e conceituais são transmitidos através de atividades de educação e formação.

Na data correspondente ao trecho de diário de campo supracitado, no começo de uma tarde de quarta-feira, dirigi-me à Asmoconp para observar uma aula ministrada à primeira turma de alunos e alunas do Projeto Bairro Escola de Trabalho, que funciona como metodologia focada na preparação de jovens para a inserção profissional em empreendimentos do próprio bairro e para o exercício da cidadania.

Naquele dia, Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas, estava integrando a equipe de facilitadores do curso. Através de sua fala e dos ensinamentos que transmitia, percebi que a significação da economia solidária é construída num campo de sentidos contrapostos ao signo da competitividade, que se apresenta como uma das marcas da economia capitalista.

“Joaquim estava compondo a equipe de instrutores do Bairro Escola naquele dia. Ele usava, de vez em quando, o tom de fala descontraído e jocoso de sempre, estimulando a participação dos alunos. Ele estimulava a turma a não desenvolver, no curso, uma atitude de competição, mas que um deveria ajudar a levantar o outro, diferenciando o sentido da economia solidária

do sentido que orienta a economia capitalista, em que 'o dinheiro é o centro de tudo'. Na economia solidária o 'centro é o ser humano'” (Trecho do meu diário de campo, datado de 25/1/2006. Os destaques são meus e realçam pontos da fala de Joaquim).

Na ocasião, Joaquim apresentava alguns *slides* que ressaltavam diferenciações entre a economia capitalista e a economia solidária. Vez por outra, alguém chegava do lado de fora do salão onde estava acontecendo a aula e interrompia a fala de Joaquim para lhe dizer algo. Parecia ser um sinal de que havia coisas diversas necessitando da sua decisão ou do seu encaminhamento. Essa e inúmeras outras situações sinalizaram-me que o cotidiano do Banco Palmas tem um ritmo de ação intenso. Suas lideranças técnicas vivem muito ocupadas, sempre em atividade.

Durante a apresentação dos *slides*, o instrutor procurava dialogar com a turma ao estabelecer comparações entre a economia capitalista e a economia solidária. Falava que na economia capitalista prevalece a “ética do eu” e na economia solidária, a “ética do eu e nós”. Algumas alunas opinaram sobre a economia capitalista. Uma delas disse que no capitalismo “você é o que você tem”. Uma outra falou sobre o socialismo e disse que este é a mesma coisa que a solidariedade representa. Joaquim perguntou se alguém já havia presenciado no Conjunto Palmeiras alguma situação em que prevaleceu a “ética do eu e nós”.

Nesse momento, Joaquim mencionou situações de empréstimos feitos entre vizinhos no bairro, o que me fez lembrar a abordagem apresentada por Robert Castel (2003, p. 47-60) quando refere-se ao significado das zonas de proteção próxima que se criam e se fortalecem no contexto da “sociabilidade primária”

e que representam territórios de segurança, sustentados em relações de “interdependência”. Se um sistema local de “interdependência” configura-se numa “sociabilidade primária” forte e coesa, a solidariedade local neutraliza o risco da “desfiliação”.

As práticas de proteção social vivenciadas no Conjunto Palmeiras, desde o princípio de sua história, não dependem somente da *sociabilidade primária*, haja vista que, ao longo de três décadas, a comunidade contou com a mediação de instituições especializadas na assistência social aos empobrecidos. Todavia, compreendo que a definição proposta por Robert Castel é fecunda para se pensar que a economia solidária, embora seja construída com a intervenção de práticas institucionais e conceitos especializados no que tange à proteção social, ou seja, fundados numa *sociabilidade secundária*, ergue-se, principalmente, sobre o sentimento de pertença e sobre a lógica comunitária que se materializa na *sociabilidade primária*.

É nesse sentido que, em sua aula sobre os princípios da economia solidária, Joaquim ressalta a “ética do eu e nós” e, mostrando um *slide*, faz a seguinte comparação. Na economia capitalista prevalece uma norma: “amigos, amigos; negócios à parte”. Na economia solidária, prevalece uma outra conduta: “amigos, amigos; negócios também” (informações registradas em meu diário de campo, em 25/1/2006).

Durante a apresentação dos *slides*, Joaquim de vez em quando ilustrava sua fala tomando como referência alguns exemplares de produtos fabricados nos pequenos empreendimentos ligados ao Banco Palmas. Sua intenção era ressaltar os sentidos da produção e do consumo solidários, como comportamentos que contribuem para o fortalecimento da economia do bairro, estimulando o princípio do “consumo para o bem viver”.

Após um intervalo concedido para que os alunos saboreassem um lanche, a aula foi retomada e conduzida por duas facilitadoras também ligadas a projetos do Banco Palmas, Otaciana e Isiane, que citaram determinadas propagandas e comerciais de televisão como tipos de publicidade que não favorecem o “consumo para o bem viver”, desvalorizam a mulher, o ser humano e fortalecem a lógica da economia capitalista.

Ainda na apresentação conduzida por Joaquim, outro *slide* reforçava o exercício de comparação entre as duas lógicas econômicas em questão. Segundo o conteúdo do *slide*, a economia capitalista sustenta-se na “propriedade individual”, impulsionando a “concentração de riquezas”. Na economia solidária, destacam-se os princípios da “propriedade coletiva” e da “distribuição de riquezas”. Para enfatizar tais princípios, ao mostrar produtos oriundos de empreendimentos autogestionários estimulados pelo Banco Palmas, Joaquim buscava também sensibilizar a turma para o consumo desses produtos que, naquele momento, ele manejava como signos de mediação⁵³ entre sua fala e a significação do objeto desta fala, a economia solidária.

A reprodução de trechos da fala de Joaquim evidencia um esforço de disseminação pedagógica dos princípios da economia solidária, orientado, por um lado, pela crítica à lógica da produção, do consumo e da acumulação privada que caracteriza a economia capitalista e, por outro lado, pela alusão à economia solidária como experiência focada na propriedade coletiva e na distribuição e circulação da renda gerada em seu campo de ação.

⁵³ Sobre a função mediadora do signo, ver Lucia Santaella. *A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 24-25.

“Sabe o que é isso aqui? Quem já viu? [...]. É um detergente, é? [...]. Quem é que faz isso aqui, quem é? [...]. Quem é o pessoal da PalmaLimpe? [...]. São cinco jovem que comandam a PalmaLimpe. Eles que fazem isso. [...]. Cês conhece o Ipê. [...]. Conhece? Conhece a Limpol? Cê sabe como é que eles fazem isso aqui no Palmeiras? [...] como é que eles fabricam? Já viram? [...]. Deixe eu falar pra vocês. [...]. Eles fazem com um balde [...]. E a Ipê, faz num balde ou é num negócio eletrônico? [...]. Quem é que tem mais força pra vender? É a Ipê ou são eles? [...]. Então, não tem saída! Meu povo, ou a gente se junta tudim, pra colaborar ou então vai dar só pra quem é grande. Não é verdade? [...]. Agora, eu vou voltar aqui pra minha sardinha. Nós que não produzimo e só consumimos também podemos fazer muita coisa. Ou você vai comprar Ipê, Limpol ou vai comprar PalmaLimpe. [...]. Inda tem tudo isso: faz muito rápido, não precisa de ninguém pra trabalhar e a PalmaLimpe emprega gente do bairro, daqui do Palmeira, né? Eu tô falando da PalmaLimpe como um exemplo. Tem costureira, confecção, tem artesanato, [...] e tem um monte de coisa, né? [...]. Vocês querem fazer parte de que economia, capitalista ou solidária? [...]. Pronto, na economia solidária, a propriedade é individual. [‘Não, na economia capitalista’ – diz uma aluna]. Economia capitalista. Propriedade individual. Eu sou o dono da terra, eu sou o dono da empresa [...]. Economia capitalista, ele é o dono da empresa, ele é o dono do capital, ele é o dono do dinheiro. Na economia solidária, não; essa renda é distribuída coletivamente. A empresa, ela não é individual, ela é coletiva. [...]” (Trechos da fala de Joaquim de Melo, durante aula ministrada à primeira turma do Projeto Bairro Escola de Trabalho, em 25/1/2006).

Após introduzir este capítulo com a apresentação de alguns dados etnográficos, busco fundamentar o sentido do título proposto, *Economia solidária: significações históricas, teóricas e nativas*. Como tentarei mostrar nas páginas seguintes, há uma expressiva produção acadêmica sobre o fenômeno da economia popular e solidária dentro e fora do Brasil. Parte desse material, que pude identificar em minha revisão de literatura, será trabalhada aqui, como forma de sistematizar um processo de discussão que se encontra em movimento. Movimento que se faz nos espaços ocupados pelos sujeitos que protagonizam experiências específicas denominadas sob o signo da economia solidária. Movimento que se faz, também, no calor dos debates e das apreciações analíticas dessas experiências.

Por perceber a economia solidária como fenômeno que, no momento, encontra-se em gestação, possibilitando pensar num vir a ser, num devir em construção, compreendo ser necessário conhecer com acuidade histórica, teórica e empírica experiências de produção e consumo que vêm sendo classificadas como solidárias. Entendo que, no esforço de construir conhecimento sobre o fenômeno em questão, aqueles que se dedicarem a essa tarefa deverão levar em conta, fundamentalmente, as expressões simbólicas e conceituais que se manifestam nas práticas “nativas”, ou seja, entre homens e mulheres que se colocam em movimento como protagonistas de uma história em construção. De fato, a economia solidária não está pronta em lugar nenhum, mas está em construção, em diferentes espaços.

O emprego do termo “nativo” necessita aqui de um esclarecimento. Em relação ao caso da experiência protagonizada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas, configura-se um campo de ação que se coloca em sintonia com a esfera dos

novos movimentos sociais. E, nesse contexto, torna-se complicado falar em linguagem nativa, haja vista que o universo simbólico-conceitual que se manifesta no território local recebe influências de outros espaços vinculados em redes onde se entrelaçam sujeitos e parceiros diversos. Portanto, quando me refiro aqui a significações nativas sobre a economia solidária, há que se considerar o cenário multicultural em que essas significações se revelam.

Faz-se necessário ponderar, também, em termos teórico-metodológicos, sobre a esterilidade que adviria da atitude de não considerar como possível o fato de que, em determinadas situações, as significações teóricas produzidas a partir das pesquisas e dos debates acadêmicos podem influenciar as significações nativas e vice-versa. Ressalto aqui a complexidade conceitual que envolve um fenômeno cujas manifestações concretas materializam-se numa diversidade de práticas associativas que se tornam objeto de estudo sob interesses e enfoques diversos, conforme demandas específicas de segmentos do campo científico e de instituições de fomento a projetos aplicados ao desenvolvimento local e à geração de oportunidades de trabalho e renda em comunidades contextualizadas na situação de pobreza.

Em determinadas abordagens teóricas da economia solidária, percebe-se, de início, a referência à visibilidade do fenômeno como consequência ou resposta à crise do mundo do trabalho que se acirra sob a lógica do capitalismo global e da reestruturação dos sistemas produtivos. Ou seja, enfatiza-se o desemprego estrutural como fator determinante no surgimento e/ou crescimento de experiências associativas e de cooperação, num contexto em que ganham espaço empreendimentos populares e informais. Nesse cenário, a economia solidária

chega a ser pensada como “solução não-capitalista para o desemprego”, como caminho para a “geração de renda e alternativa ao liberalismo” (SINGER, 2000a, p. 118-139).

As práticas de produção e distribuição classificadas como solidárias constituem um campo plural, onde não se encontram experiências formatadas em um modelo unívoco; isso implica também denominações variadas (economia popular, economia popular e solidária, socioeconomia solidária) que, no entanto, remetem ao associativismo, ao trabalho cooperado e a experiências autogestionárias (KRAYCHETE, 2000, p. 15-16).

Na obra *Economia Solidária: uma abordagem internacional*, confirma-se a característica de pluralidade concernente às iniciativas de produção, distribuição, financiamento e consumo que se desenvolvem no âmbito da sociedade civil e se originam em meios populares, geralmente alinhadas ao associativismo e ao cooperativismo. Os autores do livro informam também que as práticas classificadas sob o signo da economia solidária variam quando classificadas de acordo com as diferentes regiões e países onde se desenvolvem (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Perspectivas analíticas que despontam para explicar o fenômeno da economia solidária revelam que os empreendimentos associativos surgidos no seio da crise do mundo do trabalho representam soluções para os que foram excluídos ou marginalizados da esfera produtiva no mercado formal, mas também podem sinalizar para a possibilidade de surgimento de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico. Na introdução do livro *Uma Outra Economia É Possível: Paul Singer e a economia solidária*, os organizadores da obra anunciam esse viés interpretativo referente ao tema em questão (SOUZA *et al.*, 2003, p. 7).

A percepção do crescimento de práticas produtivas orientadas pelo princípio da solidariedade conduz à crença de que estão em cena não apenas soluções paliativas para o problema do desemprego. Enfatiza-se, portanto, a possibilidade de que as experiências de economia popular e solidária sejam protagonistas do desenvolvimento local, como formas concretas de resistência e oposição à dinâmica capitalista. A obra *Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável* aponta essa tendência (ARROYO; SCHUCH, 2006).

O esforço de compreensão teórica de um fenômeno emergente como a economia solidária não pode perder de vista um fator determinante. Embora as experiências em produção cooperada ou autogestionária desafiem pontos específicos da lógica de reprodução do capital, o fato é que tais práticas estão em curso em um contexto histórico marcado pela dominação econômica, cultural e política do modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 2005).

Nesse contexto de dominação ampla em que se sustenta o sistema do capital, parece tarefa complicada pensar a economia solidária como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo. Não obstante, há estudiosos do fenômeno que consideram essa possibilidade, como, por exemplo, o economista Paul Singer (2000a; 2002; 2003), referência obrigatória quando se trata da temática em foco, já citado neste capítulo.

O economista Aécio de Oliveira, citado antes da referência a Paul Singer, acredita na superação histórica do sistema do capital. Superação que, segundo ele, não se fará através do foco no trabalho, mas na transcendência do trabalho como objeto

de precarização⁵⁴, através da “construção prática de formas de sociabilidade ‘fora’ da lógica da produção do valor” (2005, p. 185, grifos do autor). Nesse sentido, a superação do sistema do capital passa, necessariamente, pelo campo da política; ou seja, pela emergência do indivíduo social pensado por Karl Marx (1818-1883) nos *Grundrisse*⁵⁵.

No dia 14 de setembro de 2006, tive a oportunidade de assistir à cerimônia de defesa da tese de doutorado de Aécio Oliveira, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. O título de sua tese é *Para uma Socioeconomia Política da Transição: possibilidades e limites da economia solidária*. Durante sua apresentação, o autor referiu-se a uma situação que considera como um dilema: “a economia solidária está dentro do capitalismo, mas não é capitalista”. Para explicar sua afirmação, o economista disse que há uma tensão crucial na economia solidária, manifestada na seguinte questão: “a economia solidária compõe estratégias de sobrevivência ou as estratégias de sobrevivência levam à configuração da economia solidária?”. Trata-se, portanto, de uma tensão entre renda e perspectiva emancipadora. Concluindo, o autor afirmou que “a economia solidária pode significar uma práxis pedagógica”⁵⁶.

Compreendo que essa práxis pedagógica sugerida pelo autor da tese supracitada corresponde ao que ele também entende como “a construção de espaços de contraponto para práticas diferenciadas de organização do ‘trabalho’

⁵⁴ A discussão sobre a centralidade do trabalho tem também como importante referência, dentre outras, a contribuição de Ricardo Antunes: *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Mundo do Trabalho).

⁵⁵ MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) - 1857-1858*. 10. ed. Argentina: Siglo Veintiuno, 1985.

⁵⁶ Informações registradas em meu diário de campo, em 14/9/2006.

(e da vida)”, ou seja, como uma “construção por negação”, como um “processo transicional de ruptura categorial” (OLIVEIRA, 2005, p. 188). Assim, a visão desse economista não leva a perceber a economia solidária como mero instrumento de formas complementares à economia capitalista, embora reconheça que há fortes limites políticos e culturais para que a primeira possa conduzir seus sujeitos à emancipação do trabalho.

Em relação às abordagens referenciadas sobre a economia solidária até aqui, configura-se um campo de considerações teóricas plurais: em alguns casos enfatizam-se as práticas associativas como instrumentos de neutralização da força do desemprego estrutural, que funcionam como forças de inclusão de trabalhadores marginalizados no contexto de tal crise. Em outras situações, a ênfase recai sobre o potencial transformador que a economia popular e solidária pode acumular no sentido de apontar caminhos para a construção de um campo econômico orientado para o desenvolvimento local e comunitário. Em outras, analisam-se com maior profundidade crítica os limites que o fenômeno em questão apresenta quanto às possibilidades de constituir uma força alternativa, capaz de engendrar um novo modo de produção e distribuição e, assim, superar o domínio do sistema do capital.

Talvez seja possível pensar numa síntese de todas essas abordagens, considerando a economia solidária como possibilidade histórica e não como alternativa já dada ou concebida aprioristicamente. Os espaços sociais que se constroem sob o signo da economia solidária podem – no sentido de um vir a ser – instituir formas de sociabilidade aplicadas à superação da contradição existente entre a apropriação privada do trabalho e a produção coletiva de bens e serviços.

Outra leitura do fenômeno visualiza a emergência de uma esfera pública plebeia como manifestação sociocultural capaz de regular conflitos, favorecendo a constituição da sociedade-do-bem-estar⁵⁷. Essa leitura é trabalhada pela socióloga Neyára Araújo (2004, p. 44, grifos da autora) em artigo intitulado “Sob os SELs de França: uma esfera pública plebeia desponta. Ensaio de interpretação sociológica do *Système d’Exchange Local* (SEL)”. Como se lê na terminologia original em francês, a autora analisa sistemas de trocas locais. Na experiência de tais sistemas, segundo ela, é possível perceber sujeitos em ação na esfera da política, organizados “como face sociocultural do ‘fundo público’”.

A noção de fundo público, denominada por Francisco de Oliveira⁵⁸, é compreendida aqui como um conjunto de elementos associados na realização do valor, imprescindíveis no processo de reprodução do capital. A partir dessa noção, a autora entende os sistemas de trocas franceses (SELs)⁵⁹ como espaços onde se constitui uma esfera pública plebeia cuja ação redimensiona os sentidos do valor, diferenciando-se, portanto, da esfera pública burguesa, consolidada no século XIX como face sociocultural da mercadoria. Assim, os SELs de França

⁵⁷ As expressões esfera pública plebeia e sociedade-do-bem-estar foram apropriadas, respectivamente, das obras de: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984; e ROSANVALLON, Pierre. *La nouvelle question sociale*. Paris: Éditions Le Seuil, 1995.

⁵⁸ OLIVEIRA, Francisco de. *O surgimento do anti-valor*. São Paulo: Estudos CEBRAP, 1989.

⁵⁹ A experiência com os SELs teve início em 1994 numa localidade da zona rural francesa (em Mirepoix, Ariège) e já alcançou a soma de 200 grupos organizados, abrangendo a participação de 30.000 pessoas em todo o território francês. Os SELs funcionam como microssistemas comunitários organizados em torno de três critérios que regulam a troca de bens e serviços: troca local, troca sem dinheiro e troca solidária (ARAÚJO, 2004).

são uma possibilidade de revigoramento solidário das localidades e expressam um esforço de negação da competitividade globalizada (ARAÚJO, 2004, p. 32-43).

O entendimento de que a economia solidária põe em cena práticas que possibilitam pensar na concepção e disseminação de valores não capitalistas é destacado também por Elza Braga (2004, p. 59) em artigo apresentado sob o título “Socioeconomia solidária e a questão democrática: desvendando caminhos e utopias”. A autora analisa a experiência desenvolvida pela Asmoconp no Banco Palmas, ressaltando a questão da democracia como importante elemento que se estimula através de práticas associativas denominadas solidárias. Embora se refira à socioeconomia solidária como campo onde se configura uma esfera política, sua leitura não focaliza a democracia apenas sob a perspectiva da política. Como espaço produtor de valores não capitalistas, a economia solidária instiga debates acerca das dimensões econômica e social da democracia.

O campo teórico-conceitual acionado até agora para significar a economia solidária segundo elaborações produzidas no meio científico faz referência ao momento histórico atual. Aplica-se à compreensão da visibilidade do fenômeno no contexto da crise mundial do trabalho e do atual processo de expansão global do capitalismo. Mas é importante atentar para o fato de que a economia solidária não é uma expressão totalmente nova. Trata-se, na verdade, de um movimento econômico, político e cultural que remete a raízes históricas do cooperativismo, contextualizadas no começo do século XIX, quando já se manifestavam de modo intenso os efeitos perversos do capitalismo industrial (SINGER, 2005).

Em trabalho intitulado *Economia Solidária: um modo de produção e distribuição*, Paul Singer e Souza (2003) afirmam que esse campo da economia popular não é fruto de uma cria-

ção intelectual, é, sim, “uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (SINGER e SOUZA, 2009, p. 13, grifo do autor). Mas o economista citado reconhece, todavia, os fundamentos ideológicos⁶⁰ subjacentes à difusão deste fenômeno: o chamado socialismo utópico, sistema de ideias que aparece na primeira metade do século XIX, tendo como principais pensadores Henri-Claude de Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1873) e Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), na França, e Robert Owen (1773-1858), na Inglaterra.

Considerado uma das fontes de inspiração do marxismo, o socialismo utópico recebeu de Marx essa denominação como crítica ao viés idealista contido em suas proposições, as quais não revelavam uma perspectiva objetivamente concreta no sentido de apontar para a transformação estrutural das relações de produção na sociedade industrial capitalista. Não obstante a legitimidade da crítica marxista, os socialistas utópicos lançaram as bases de idealização de sistemas econômicos orientados pela lógica da solidariedade.

No início do século XIX, a Revolução Industrial consolidava-se na Europa, consagrando o pensamento liberal que difundia a autorregulação da esfera econômica como princípio irrefutável do sistema capitalista. Nesse contexto, Saint-Simon representa, então, uma referência no que concerne à disseminação dos ideais associativistas (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 25).

Saint-Simon desenvolveu um pensamento com proposições contraditórias. Se, por um lado, preconizou a organi-

⁶⁰ O termo ideologia é empregado aqui com o sentido análogo de sistema de ideias e não como falsa verdade ou falsa consciência, tal como fora definido no pensamento marxiano. Ver MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. [1848].

zação associativa dos trabalhadores – à época, representados na categoria dos artesãos – e combatia com veemência a aristocracia, por outro lado, não pregava princípios afeitos a um socialismo realmente revolucionário, em virtude do teor positivista e normativo de suas ideias.

Ele não propunha, portanto, uma transformação do sistema produtivo da época como movimento a ser protagonizado pelos artesãos. Defendia que o Estado deveria ser confiado à classe dos industriais, a qual comandaria o processo de organização das forças produtivas, incentivando a harmonização entre proprietários e artesãos num sistema em que esta última classe estaria fortalecida e unida em práticas associativas. Assim, considerava as ciências, as artes, os industriais e os artesãos como as forças verdadeiramente úteis da sociedade, ao contrário do que pensava a respeito da aristocracia francesa (SAINT-SIMON, 1986 [1819]).

Charles Fourier também exerceu grande influência na constituição do socialismo pré-marxista, embora seu pensamento não apontasse perspectivas de mudança revolucionária para a sociedade de seu tempo. Suas proposições se destacam, contudo, principalmente pela idealização do chamado sistema de *falanstérios*, modelo que chegou a atrair a atenção de Friedrich Engels (1820-1895), companheiro de Karl Marx na concepção das premissas do chamado socialismo científico (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 26).

Apesar de ter sido filho de família rica, herdeiro de volumosa fortuna, Fourier defendia a organização da sociedade através do espírito associativo, por ele compreendido na idealização da chamada produção societária. Em oposição ao comportamento individualista, Fourier propunha a formação de *falanges* ou *falanstérios*, que deveriam funcionar como as-

sociedades concebidas não apenas em bases econômicas, mas também como sistemas de integração afetiva que, através da união solidária, proporcionassem a realização do trabalho com prazer e entusiasmo. Embora tenha contado com adeptos que se organizaram conforme tais premissas, suas ideias configuraram-se, entretanto, como utópicas. E, defendendo esses sistemas ideais numa conjuntura em que prevaleciam interesses individualistas e predatórios, típicos da cultura predominante na civilização do capital, Fourier morreu pobre.

Ele renunciava o que hoje se tornou um princípio da produção e distribuição de bens nos sistemas econômicos solidários, qual seja, a compreensão e a prática de uma racionalidade orientada pela lógica da articulação conjunta de produtores e consumidores, como forma de encurtar barreiras do tempo-espaço e aumentar os ganhos coletivos, eliminando o quanto possível a figura do atravessador (FOURIER, 1986 [1829]).

Em Pierre-Joseph Proudhon, as práticas de economia solidária encontram referências para a defesa da apropriação e gestão coletiva dos meios de produção (autogestão), para a concepção de bancos comunitários e sistemas de microcrédito direcionados ao financiamento da produção em empreendimentos populares e para a organização de sistemas de trocas locais que funcionam sem a intermediação do dinheiro em sua forma convencional.

Considerado como precursor do anarquismo – movimento socialista que se diferencia em relação ao marxismo, principalmente por radicalizar sua posição diante do Estado, defendendo a ideia de que a ordem social é possível na ausência desta instituição e advogando a passagem direta da sociedade capitalista para a sociedade sem Estado –, Proudhon projeta-se como crítico ferrenho da propriedade privada (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Robert Owen, proprietário de um grande complexo da indústria têxtil situado em New Lanark, em 1817 apresentou ao governo britânico um plano de reversão dos fundos de sustento aos pobres para que fossem investidos na compra de terras e construção de aldeias cooperativas. Agregando proposições dos outros socialistas utópicos, Owen ficou conhecido pela idealização de uma sociedade comunista, que seria organizada através da formação de colônias cooperativas, de onde despontaria o objetivo de promover o fim da propriedade privada dos meios de produção. O socialista utópico britânico projetou-se também como filantropo, em virtude do tratamento concedido a seus trabalhadores (SINGER, 2002).

As ideias e práticas defendidas por Robert Owen e demais pensadores denominados socialistas utópicos influenciaram enormemente o cenário político e econômico do século XIX na Europa e nos Estados Unidos. Se os ideais utópicos não galgaram um patamar de radicalidade capaz de abalar as estruturas do sistema do capital, grande foi a contribuição de seus mentores no que concerne ao surgimento de experiências associativas importantes para a defesa da saúde e da vida dos trabalhadores, em meio ao desequilíbrio e sofrimento produzidos no contexto da expansão consolidada do liberalismo.

Já ao final do referido século, as associações e cooperativas de operários tornaram-se vulneráveis à repressão mobilizada pela classe patronal e à hostilidade dos governos. Ainda assim, conseguiram instituir princípios que permanecem atuais no campo do associativismo e do cooperativismo (ARROYO; SCHUCH, 2006).

É importante tecer aqui uma breve consideração histórica sobre a denominação de socialismo utópico que foi dada

ao sistema de ideias proposto pelos pensadores supracitados. Sob uma dada perspectiva, falar em socialismo utópico chega a soar de forma pejorativa, haja vista a desqualificação que esse campo de pensamento sofreu em face do avanço do socialismo científico, denominação aplicada às teses desenvolvidas por Karl Marx e Friedrich Engels. Os seguidores das teses marxianas tomam-nas como instrumento da práxis revolucionária, na perspectiva da construção do chamado socialismo real – aqui compreendido como processo de concretização do socialismo científico – através da implantação de mecanismos de transição do socialismo para o comunismo.

Um ponto central da tensão criada entre os princípios do socialismo científico e os ideários do socialismo utópico é a ênfase dada à radicalidade da luta de classes preconizada pelas teses marxianas, luta que deveria culminar na revolução protagonizada pelo movimento proletário unificado, contra os proprietários dos meios de produção e contra toda forma de propriedade privada. Nesse sentido, emerge o centro da crítica ao socialismo utópico, cujas proposições apontavam perspectivas de reforma do sistema do capital e não sua transformação radicalizada através da revolução socialista.

Num movimento de aproximação e tensão entre teoria e prática política, a Revolução Russa de 1917 torna-se emblemática como experiência do socialismo real. Esse fato histórico passa a inspirar outras revoluções. Mas o sonho e o propósito teórico e político de alcançar uma sociedade sem classes e sem Estado vão ficando enevoados sob a autoridade de líderes comunistas fechados ao processo de construção democrática do socialismo. Nesse contexto, a possibilidade de instituir uma economia fundada em bases solidárias vai também se esgarçando.

Outros momentos históricos produzirão um cenário em que o sistema de ideias da economia solidária reaparece. Primei-

ro, a crise de superprodução que marca o período de 1929-1932, quando a economia mundial vivencia prejuízos enormes que refletem no aumento generalizado do desemprego, trazendo à tona as falácias do liberalismo, principal motor ideológico da civilização do capital. Nesse ambiente socioeconômico turbulento,

[...] a massa operária se reúne novamente para a formação de associações/cooperativas de consumo e de habitação como forma de defesa e de auto-ajuda para solucionar problemas de classe (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 28).

Posteriormente, observa-se o declínio do socialismo real no Leste Europeu, no final dos anos 1980 e início da década de 1990. As forças do liberalismo ressurgem com um poder devastador e atingem o ideário socialista, decretando o *fim da história*. O capitalismo configura-se, sob a onda neoliberal, como o grande vencedor. Seria o ocaso do sonho socialista enfim “derrotado”. Nesse mesmo período histórico, acelera-se a marcha da globalização da economia capitalista, paralela à reestruturação dos processos produtivos na indústria e nos demais setores econômicos. O desemprego avança em proporções alarmantes, configurando-se como desemprego estrutural, consequência do chamado processo de acumulação flexível, que então passa a dominar as relações de trabalho, mas ainda em coexistência com práticas do modelo de produção taylorista-fordista (HARVEY, 2001).

O receituário neoliberal – afinado em diversas perspectivas (econômica, cultural e política) acordadas entre as forças do capital financeiro internacional que se reuniram no Consenso de Washington ao final da década de 1980 – mobiliza, então, um processo de ajuste dos Estados nacionais no circuito da mundialização do capital. Nesse contexto, os países centrais passam por um processo de reforma estatal, em que declina o

perfil do Estado de Bem-Estar Social, configurando-se como uma política de livre expressão do mercado em que se reduz a intervenção direta do Estado no funcionamento da economia. Nos países semiperiféricos, como no caso do Brasil, onde nunca se concretizou o chamado bem-estar social, a reforma passa por processos de privatização e desmonte da máquina estatal, como estratégias que se complementam com o foco prioritário do Estado no ajuste da economia interna à nova lógica mundial (CARVALHO, 2001).

Nesse quadro socioeconômico acirram-se processos de empobrecimento dos trabalhadores e marginalização das classes que já se encontravam excluídas ou inseridas precariamente no mundo do trabalho, assim como se enfraquece o sistema de proteção social administrado pelo Estado, em face da desregulamentação de direitos trabalhistas e previdenciários historicamente conquistados. Diante da ameaça do fim dos empregos e do retraimento do Estado como provedor de políticas públicas de proteção social, entra em cena com maior visibilidade o chamado terceiro setor, constituído por um universo plural de experiências oriundas da sociedade civil, que emergem no cerne desse processo de crise e reestruturação mundial do sistema capitalista (RIFKIN, 1995).

Em meio a esse conjunto de transformações históricas, a economia solidária ressurgiu sinalizando a possibilidade de reinvenção das utopias. Nesse sentido, as práticas solidárias podem ser representadas por uma metáfora tão bem formulada por Pierre Bourdieu: *contrafogos*. Reinventar a solidariedade econômica em época de competitividade intensa, de globalização seletiva, é como acender fogos de defesa do espaço local em direção às investidas do discurso dominante, da retórica neoliberal que se arvora a decretar o fim da história (BOURDIEU, 1998, p. 7-8).

Contrariando esse discurso, a economia solidária dá provas de que a história encontra-se em pleno movimento, construindo caminhos possíveis para a organização comunitária, para a associação de trabalhadores que se articulam em torno de valores outros, como contrapontos aos processos excludentes que se reproduzem sob a lógica da acumulação flexível do capital. Surgem, na materialização humanizada do espaço-tempo local e concreto, possibilidades históricas de luta em face da compressão do espaço-tempo mundializado. Despontam, desde as esferas locais, formas de sociabilidade que se articulam num movimento maior, em rede, possibilitando pensar numa outra mundialização e dando visibilidade ao *ethos* fraternal e à utopia, quiçá à concretude de que é possível irmanar pessoas na luta pela igualdade de direitos e pelo direito à diferença, na perspectiva de solidificar uma economia cidadã (ROUILLÉ D'ORFEUIL, 2002, p. 153).

Em conferência proferida na abertura do II Encontro de Ciências Sociais do Estado do Ceará – *Democracia e Novas Utopias*, na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em 14 de novembro de 2007, o filósofo Manfredo Oliveira, professor do Departamento de Filosofia da UFC, apresentou um olhar relacional sobre a utopia. Segundo ele, utopia não significa, necessariamente, quimera irrealizável. Num sentido histórico, utopia significa o possível e se materializa como espaço de possibilidades. Significa que a realidade não está acabada e pronta. A realidade é um desafio do ser humano: um ser que está para além de si mesmo, capaz de se projetar no futuro. A utopia abre-se, portanto, para o ideal da emancipação.

Penso que as experiências de economia solidária que se encontram em curso em diferentes comunidades no mundo

encarnam esse espírito utópico do possível, do vir a ser. Nessa perspectiva, podem sinalizar caminhos para a emancipação cultural, econômica e política em face do pensamento único e das práticas liberalistas.

Em relação ao caso brasileiro, entendo que a história da economia solidária é construída aqui como força de esperança por uma emancipação possível. Suas configurações são postas em cena no contexto das transformações históricas mencionadas acima como tentativas de respostas aos desafios que desde então se colocam para os trabalhadores em meio à crise do sistema do capital e dos sistemas de proteção social comandados pelo Estado.

A economia solidária começou a surgir, no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em 1991, tem início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção, que retoma as operações e assim “salva” os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. Três anos depois, diversas empresas autogestionárias com esta origem fundam a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária – Anteag (SINGER, 2003, p. 25).

Nesse contexto socioeconômico se inicia uma nova onda de institucionalização das diversas e complexas expressões da economia popular e solidária no Brasil. Surgem entidades de movimentos sociais, entre elas

a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), por iniciativa da CUT (Central Única dos Trabalhadores), como resposta ao desafio de que o formato sindical já não dá mais conta do conjunto de relações de trabalho em desenvolvimento nem da condição da maioria dos trabalhadores do país que não exercem suas atividades com carteira assinada, condição prévia para a vida sindical. Surge a Anteag [...]. As tradicionais Cáritas (entidade católica) e a Fase (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional) incluíram em seus trabalhos nas comunidades o desafio da construção da economia solidária, por meio de programas específicos (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 35).

Outros movimentos vão-se somando às instituições supramencionadas, com destaque para o campo educacional, onde surgem investimentos na formação de saberes e capacidades técnicas aplicadas ao desenvolvimento da economia solidária no Brasil:

Como decorrência do grande movimento da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que mobilizou milhões de pessoas entre 1992 e 1994, surgiram também em meados da década de 1990 as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que pertencem a universidades que se dedicam à organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, às quais dão pleno apoio administrativo, jurídico-legal e ideológico na formação política, entre outros. Há hoje ITCP em 14 universidades brasileiras, desde Fortaleza, no Ceará, até Pelotas, no Rio Grande do Sul. Várias outras estão em processo de formação [...] (SINGER, 2003, p. 25).

Em meados dos anos 1990 têm início em várias universidades as incubadoras de cooperativas populares, [...] originando-se destas experiências a Unitrabalho (Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho) e diversos grupos de pesquisa científica. Enquanto isso, diversas experiências de empreendedorismo popular de sucesso se propagam e se organizam, [...] sob a forma de fóruns, redes, associações que expressam novas dimensões de solidariedade, algumas fortemente impulsionadas pelos Bancos do Povo das administrações petistas, que se referenciam nos princípios da economia solidária e iniciam a institucionalização daquilo que poderá vir a ser um novo sistema financeiro (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 35-36).

No início da década passada, mais precisamente no biênio 2002-2003, um novo fato histórico vem reforçar o processo de institucionalização da economia solidária no país. A ascensão das forças de esquerda ao Governo Federal, através da eleição de Lula, sinaliza – não obstante os limites de avanço desse governo no que tangia a uma ruptura robusta da política nacional com os mecanismos de pressão do sistema neoliberal no mercado mundial – a configuração de uma conjuntura favorável ao desenvolvimento de práticas econômicas solidárias, haja vista a criação, dentro da estrutura executiva, de uma secretaria específica voltada para a promoção de políticas públicas focadas no incentivo a empreendimentos populares (ARROYO; SCHUCH, 2006).

A Asmoconp e o Banco Palmas representam agentes de notabilidade nesse contexto. A experiência acumulada na construção da economia solidária no Conjunto Palmeiras desde a criação do Banco Palmas em 1998 conferiu-lhes legitimidade na Senaes. Esse fato impulsionou o surgimen-

to do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, organização que atua na captação de recursos para o Banco Palmas e, em parceria com a Senaes, facilita e estimula a reprodução da metodologia dos bancos comunitários em diferentes comunidades situadas em municípios cearenses e em outros estados brasileiros.

Em resumo, nas últimas décadas o Brasil viu surgir uma pluralidade de experiências fundamentadas na lógica da inclusão solidária, alcançando expressividade organizacional em diferentes segmentos econômicos e regiões. Além de iniciativas já mencionadas, como a criação da Anteatg, da ADS e das incubadoras de cooperativas populares, outros casos são dados a conhecer através da obra *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, organizada por Paul Singer e André Ricardo de Souza (2003).

Trata-se de uma referência importante no que concerne ao processo de desenvolvimento da economia solidária no Brasil. O livro reúne textos de vários autores que se dedicam a analisar experiências desenvolvidas em diferentes estados localizados nas regiões Sul e Sudeste, abrangendo associações autogestionárias e cooperativas de trabalhadores da indústria; instituições aplicadas à oferta de microcrédito comunitário para pequenos empreendedores rurais e urbanos; luta pela terra protagonizada pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a organização de assentamentos onde foram criadas cooperativas de produção agropecuária, em defesa da agricultura familiar; cooperativas criadas no âmbito da organização sindical; Clubes de Trocas solidárias com ênfase em normas éticas e ecológicas; dentre outros exemplos citados na obra.

O Perfil da Economia Solidária no Brasil, resultado de um mapeamento que a Senaes/MTE⁶¹ realizou em 2005 em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), revelou que, à época, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) brasileiros concentravam-se em maior número na região Nordeste.

Foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários em 2.274 municípios do Brasil (o que corresponde a 41% dos municípios brasileiros). Considerando a distribuição territorial, há uma maior concentração dos EES na região Nordeste, com 44%. Os restantes 56% estão distribuídos nas demais regiões: 13% na região Norte, 14% na região Sudeste, 12% na região Centro-Oeste e 17% na região Sul (BRASIL, 2006, p. 15).

O mapeamento supramencionado foi apresentado em publicação intitulada *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. O documento integra-se a uma base de dados denominada Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies). Embora não tenha sido possível incluir no Sies todos os empreendimentos existentes na abrangência territorial do país, devido a limites e dificuldades encontradas quando da realização da pesquisa, essa fonte é reveladora do quanto as práticas econômicas solidárias vêm crescendo em termos institucionais no Brasil.

Nesse campo vasto e plural, onde emergem e se legitimam diversas experiências, uma instituição destaca-se em virtude do seu poder de articulação:

⁶¹ Ministério do Trabalho e Emprego.

[...] a instituição mais importante que se consolida no período atual é o FBES (Fórum Brasileiro de Economia Solidária), ponto de convergência de várias vertentes como o Fórum de Socioeconomia Solidária, empreendimentos solidários, incubadoras, entidades de assessoria e gestores públicos afinados com os princípios da economia solidária, que, ao mesmo tempo que conecta várias experiências de referência nacional, se articula internacionalmente a partir do FSM – Fórum Social Mundial (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 37).

Não obstante a diversidade de práticas que se configuram no universo das experiências de associativismo e cooperativismo existentes nos mais diferentes países, regiões e localidades, a autogestão é um dos princípios centrais a ser fielmente seguido, no sentido de evitar que o ideal da emancipação econômica e política dos trabalhadores se distorça no que Paul Singer (2003, p. 15) denomina “formas degeneradas de economia solidária”.

Em processos de resistência à produção autogerida por trabalhadores, manifesta-se, dentre outros fatores, um preconceito de ordem racionalista. Trata-se de uma situação em que prevalece o argumento cientificista da eficiência e da competência racional, que tão bem se ajustou aos modelos de produção taylorista-fordista e se torna ainda mais robusto no contexto da chamada acumulação flexível. Não se deve negligenciar o fato de que administração de empresas exige conhecimentos. Mas é importante compreender que o saber aplicado aos processos produtivos e gerenciais adquire-se, sobretudo, na experiência do *chão de fábrica*, na troca de conhecimentos que se faz no âmbito das próprias relações de trabalho.

Essa crítica ao cientificismo dos processos administrativos não entende que a administração de empresas prescinde do conhecimento científico. Compreende que numa

organização econômica solidária, os conhecimentos e as informações necessárias nos diferentes processos devem estar ao alcance do coletivo. Se os meios de produção são de propriedade coletiva, o trabalho deve ser organizado e administrado por comitês eleitos democraticamente; os conhecimentos devem ser também coletivos e as decisões devem ser tomadas em assembleia (SINGER, 2003).

Dentre as experiências que se configuram no âmbito da economia solidária, o Complexo Cooperativo de Mondragón, fundado no País Basco (norte da Espanha) em 1956 pelo padre José Arizmendiarreta a partir de uma escola profissional, é hoje considerado a mais importante referência e classifica-se como empreendimento coletivo orientado sob os princípios do “socialismo autogestionário” (SINGER, 2000b, p. 42). Trata-se de um caso emblemático para se pensar as possibilidades de avanço e os limites que são postos ao desenvolvimento de uma economia solidária autêntica e concreta em meio às dificuldades determinadas pelo sistema do capital (SINGER, 2002).

Mas em outra análise apresentada pelo mesmo autor, o Complexo Mondragón é visto como uma instituição que se transforma em face da competitividade econômica no contexto europeu. A flexibilidade adotada em ambiente de concorrência estaria levando a experiência em foco ao risco de degeneração dos princípios solidários. Ainda assim, o exemplo de Mondragón, dentre outros, inspirou a prática autogestionária em outros países, disseminando um movimento materializado internacionalmente (SINGER, 2000b).

Após essa caracterização histórica dos movimentos que antecederam e/ou impulsionaram o ressurgimento de experiências associativas guiadas pelo espírito de solidariedade em países europeus e no Brasil, retomo a abordagem sobre

os componentes conceituais que convergem à significação da economia solidária. Trata-se de um fenômeno que não se encerra no plano da economia em si, o que significa dizer que uma interpretação economicista ou reduzida ao campo econômico não daria conta de explicar a complexidade dos sentidos que se manifestam em práticas associativas carregadas de símbolos e valores morais, não necessariamente determinados pela lógica utilitária. Assim, três categorias socioantropológicas despontam nessa interpretação conceitual: solidariedade, dádiva e reciprocidade.

No contexto das transformações econômicas, culturais e políticas vivenciadas nos séculos XVIII e XIX em função do assentamento consolidado da sociedade industrial, as crises e turbulências que se avultavam como consequências das mudanças institucionais e dos valores morais então em curso instigaram a ciência em diferentes perspectivas. Acima, mencionei as soluções apresentadas para as problemáticas que se engendraram nesse período histórico segundo as teses socialistas disseminadas pelo movimento marxista. Conforme tal perspectiva, a sociedade da época não vivenciava propriamente uma crise, mas um processo crônico de exploração econômica e política da classe operária pela classe dos proprietários dos meios de produção. Apenas a revolução socialista poria fim a essa ordem desigual.

Mas essa não era a única leitura da realidade que se fazia presente naquele momento da história da sociedade industrial. Com grande vigor também se punha em cena a tese positivista, defendida com devoção “religiosa” pelo francês Auguste Comte (1798-1857). Segundo o positivismo, a sociedade deveria ser pensada através da metáfora do organismo ou analogia orgânica, o que significa dizer que era concebida

como um organismo vivo, constituído de partes integradas e coesas, funcionando em harmonia. Assim, o positivismo foi também denominado organicismo.

Comte pensou o desenvolvimento da sociedade através de duas categorias da física: a estática e a dinâmica. Entendeu que as sociedades evoluem de formas simples para formas complexas. Uma força estática seria responsável por preservar elementos permanentes da ordem funcional, compreendidos como instituições vitais para o funcionamento harmônico do todo. Uma força dinâmica representaria a passagem do simples para o complexo, o que explicaria a realização do progresso por meio da industrialização. Enfatizando a força estática na explicação da realidade, o positivismo defendeu a ideia de que os conflitos sociais e os movimentos reivindicatórios deveriam ser contidos sempre que representassem risco para o equilíbrio no funcionamento da sociedade.

Influenciado pelo positivismo de Auguste Comte, o francês Émile Durkheim (1858-1917) também desenvolve uma abordagem funcionalista na obra *Da Divisão do Trabalho Social*, publicada em 1893. Percebendo a sociedade como um organismo vivo, Durkheim teoriza sobre a existência de duas formas de solidariedade: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. Ambas as formas são caracterizadas pela divisão do trabalho segundo a morfologia que se configura nas chamadas sociedades simples e sociedades complexas (DURKHEIM, 1995).

Para o autor, as sociedades simples determinam-se pela predominância de um tipo coletivo comum, em que as consciências se assemelham como resultado de um processo de socialização fundamentado, de forma difusa, na educação e no direito, instituído sobre crenças comuns. Assim, constitui-se

a solidariedade por similitudes, num agregado homogêneo, coeso, onde o indivíduo não se pertence, ou seja, não se diferencia como parte integrante de um todo. Todos são iguais, no sentido de que atendem às regras estabelecidas pela crença numa consciência comum que se materializa na proximidade, na semelhança, nas relações sociais absolutamente primárias, configurando, portanto, a solidariedade mecânica.

As sociedades complexas configuram-se como resultado do progresso da divisão do trabalho social. A solidariedade mecânica reduz-se à medida que o processo de individualização avança, fazendo surgir na organização social um sistema de funções diferentes e especiais, estabelecido como base profissional de um todo coeso. A integração do corpo social, nesse caso, faz-se pela interdependência, materializando a solidariedade orgânica.

Quando, nas sociedades complexas, a divisão do trabalho ocorre de modo equilibrado e harmônico, tal divisão caracteriza-se, portanto, como normal. Ou seja, os indivíduos agem no sentido de realizar a finalidade maior de sua existência em sociedade: a cooperação. Quando os interesses individuais de tipo egoísta sobressaem, instaura-se o risco do desequilíbrio e a divisão do trabalho pode caracterizar-se como fato anormal ou patológico.

Concebendo a sociedade de sua época sob essa perspectiva, Durkheim atenta para o desequilíbrio social que então se reproduzia na tensão entre capital e trabalho. Contudo, não compartilhava das teses socialistas revolucionárias. A solução por ele apresentada é funcionalista. Assim, ressalta o papel histórico das corporações e associações como forças importantes, capazes de conter os interesses individualistas no processo de divisão do trabalho. E como solução contraposta às formu-

lações socialistas radicais, propõe uma moral pautada no racionalismo científico, enfatizando a necessidade de que novas corporações viessem a resgatar o princípio de cooperação e o ideal da fraternidade humana, concebidos como forças vitais para o restabelecimento da harmonia nos sistemas produtivos.

Entendendo a noção de solidariedade como sinônimo de solidez e coesão do corpo social, o sociólogo francês recomenda como solução para corrigir os abalos sofridos por essa solidez na sociedade industrial em crise o estreitamento solidário dos laços entre trabalhadores e proprietários ou patrões. Preconiza, portanto, a solidariedade entre classes distintas, demarcando um posicionamento teórico bastante diferenciado em relação à ideia de solidariedade defendida por Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (2008 [1848]), que aí aparece como solidariedade de operários organizados politicamente em torno de uma consciência de classe.

O pensamento de Durkheim sobre a solidariedade não surge como marco zero de uma teoria. Aparece como versão refinada de uma linha de pensamento denominada solidarista, no período pós-revolucionário francês. Em todos os matizes desse campo ideológico, revela-se o significado do termo proveniente do latim clássico, *solidus*, que é sinônimo de coisa compacta, sólida. Como expressão específica utilizada no antigo direito romano, o termo *in solidum* referia-se às relações estabelecidas entre credores e devedores, em que cada parte era responsável por si mesma, percebendo-a como um todo, portanto, como solidária (OLIVEIRA, 2007, p. 22).

No século XIX, no contexto francês, a categoria solidariedade é apropriada por diferentes intelectuais. Simonde de Sismondi (1773-1842) adota a palavra como parte da terminologia filosófica, social e econômica, empregando-a em 1819 na obra

Nouveaux Principes d'Économie Politique ou de la Richesse dans Ses Rapports avec la Population. O termo destaca-se também por meio de Pierre Leroux (1797-1871), que busca distinguir o ideário do solidarismo em face do sentido predominante na cultura da caridade cristã (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 42). Nesse campo semântico, a solidariedade é mobilizada em práticas assistencialistas e paternalistas, encerrando na esfera religiosa uma questão bem mais complexa. Na perspectiva solidária então emergente, focalizava-se a necessidade de identificar novas formas de enfrentamento das desigualdades sociais.

O movimento operário organizado no século XIX tem presente o sentido da solidariedade não somente através da consciência de classe, teorizada por Karl Marx e Friedrich Engels. Proudhon, pensador anarquista incluído no rol dos socialistas utópicos, utilizou explicitamente o termo em suas contribuições à organização dos trabalhadores, referindo-se à solidariedade operária.

Mais próximo à linha de pensamento sistematizada por Durkheim, Léon Bourgeois (1851-1925) enfatiza a importância da noção de solidariedade como fundamento para o debate no âmbito da política social. Autor da obra *La Solidarité: essai d'une philosophie de la solidarité*, lançada em 1870, Bourgeois concebeu a solidariedade como fenômeno resultante da divisão do trabalho, da hereditariedade e da história (OLIVEIRA, G. M. C., 2007, p. 24).

Auguste Comte, já citado nesta discussão, também mobiliza a noção de solidariedade no cenário intelectual do século XIX, tomando-a como peça importante na formulação da analogia orgânica que ilustra sua visão positivista da sociedade. Assim, Comte idealiza uma sociedade perfeita, onde a solidariedade e o altruísmo não deixariam espaço para a expressão do comportamento individualista.

Influenciado, em parte, pelas ideias de Comte, Durkheim constrói seu modelo teórico da solidariedade direcionando uma crítica ao individualismo utilitarista que aparece na obra do filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), “para quem a cooperação é o resultado espontâneo das ações que os indivíduos executam visando atender a seus interesses particulares” (QUINTANEIRO, 2000, p. 16). Durkheim, por sua vez, concebe a cooperação como instrumento destinado a uma finalidade maior: a realização do bem comum, como objetivo guiado pela consciência coletiva. Também tocado pelas ideias de Saint-Simon, Durkheim exercerá, ao final do século XIX e no século XX, notável influência teórica no desenvolvimento do espírito de solidariedade e cooperação que servirá de base ideológica para organizações filantrópicas e trabalhistas.

Embora enfatize o ambiente da sociedade industrial, onde predominaria o modelo da solidariedade orgânica, o sociólogo francês não desvaloriza em sua leitura a importância da sociabilidade primária. Pelo contrário, ao conceber as pequenas unidades industriais como espaços onde o trabalho poderia ser desenvolvido com maior cooperação e harmonia, Durkheim ressalta o papel dos laços de proximidade como fundamentais para o equilíbrio da ordem social.

Mas um dos problemas centrais que perpassa sua obra é exatamente essa ênfase na ordem, no equilíbrio, na harmonia. A interpretação do olhar durkheimiano leva, assim, à identificação de uma perspectiva conservadora, em que o conflito não é tratado como categoria sociológica em sua devida importância. Essa crítica ressalta, portanto, que relações conflituais também se manifestam nos processos de sociabilidade e na constituição de consensos.

O pensador alemão Max Weber (1864-1920) discorre sobre a importância do conflito nos processos de socialização. Nesse sentido, compreende que uma comunidade não

se forma puramente por uma força espontânea do consenso, mas pela obediência a uma forma específica de dominação, cuja aceitação materializa-se mediante instrumentos também específicos ou de natureza mista: o uso legal da força e do poder, o poder da tradição e o poder do carisma de um senhor ou líder (WEBER, 1999).

Segundo Georg Simmel (1858-1918), a integração e o conflito são elementos complementares nas formas de socialização. Aqui se destaca a influência de Simmel no pensamento de Weber. Ambos compreendem que os processos de socialização têm, em sua base, estruturas de dominação. Há, portanto, nesse pensamento, uma crítica às concepções contratualistas que enfatizam a dimensão do consenso na análise dos processos de sociabilidade (SIMMEL, [s.d]).

Esta discussão demanda também uma breve comparação entre as perspectivas de análise diferenciadas que se encontram na forma como é percebida a divisão do trabalho social e a solidariedade segundo Marx e Engels, por um lado, e Durkheim, por outro. As diferenças existentes entre esses dois sistemas de pensamento são enormes, a ponto de torná-los incompatíveis. Se Marx e Engels enxergam alguma positividade na solidariedade relacionada à divisão do trabalho, o elemento positivo só poderia estar na formação necessária de uma consciência de classe que conduziria à luta, ao conflito entre classes e não à harmonização da sociedade industrial capitalista.

Segundo as ideias de tais pensadores, compreende-se que não seria possível operar com a dicotomia equilíbrio-crise para explicar as contradições da sociedade capitalista a partir do conceito de anomia, pois estas seriam intrínsecas a um modo de produção fundado na propriedade, na acumulação privada e na concentração de riquezas, sendo, portanto, a luta

de classes um efeito lógico desse processo causal, que conteria em si a positividade de apontar para a transformação revolucionária da realidade social (MARX; ENGELS, 2008 [1848]).

A apropriação conservadora da categoria solidariedade não é observada somente no meio intelectual, tal como transpõe na obra de Durkheim e em outros positivistas. Na doutrina social da Igreja católica essa perspectiva também se desenvolve, em princípio influenciada pela ideologia da caridade e fortalecida nos preceitos cristãos sobre o amor ao próximo, que mobilizam a percepção do outro como irmão, filho de Deus, resultando num senso de responsabilidade entre pessoas que se reconhecem como pertencentes a uma irmandade.

Entre o final do século XIX e até meados do século XX, a noção de solidariedade consolida-se no âmbito da Igreja católica, simbolizando o sentido da ajuda mútua e a responsabilidade dos cristãos diante da necessidade de minimizar as desigualdades sociais (OLIVEIRA, 2007, p. 25). Com a emergência da Teologia da Libertação, a significação da solidariedade desdobra-se em perspectivas de ação distintas, conservando o viés assistencialista entre os defensores das formas ditas tradicionais do *ser igreja* e configurando uma forma politizada e libertária no contexto das CEBs, em que se enfatiza o papel do engajamento cristão na transformação da realidade social.

No ambiente de ação das CEBs, a vivência da solidariedade materializa-se numa aproximação das formas de sociabilidade primária e secundária, articulando o espaço comunitário constituído nas relações de parentesco e vizinhança com o espaço da sociabilidade religiosa e política. Aqui me recordo do relato de uma das lideranças do Conjunto Palmeiras, bairro onde as lutas comunitárias tiveram uma estreita relação com

as CEBs. Penso que a fala transcrita abaixo aponta a materialização da solidariedade como força da sociabilidade primária, mas também como força conflitual, que alcança o plano da sociabilidade secundária, ao expor, publicamente, as carências do espaço local diante da esfera mais ampla da sociedade.

“[...] Morreu uma moça aqui no rio Cocó, naquela época. A moça tinha quatorze anos. Por isso vem a história da Funerária Comunitária. E era uma Semana Santa. [...] E... quando foi já sexta-feira, o corpo chegou em casa. Já vinha assim com uma fedentina horrível. E sábado nós tava almoçando e a mãe dela chegou e disse: ‘Augusto, a minha filha tá podre lá em cima da mesa. O que que vamos fazer?’ Ora, aí eu deixei o almoço, eu e a Toinha [...] e a gente foi lá. [...] E a gente saiu nas casa pidino material, fizemos o caixão com um pedaço de madeira emendado [...]. [...] A gente conseguiu um lençol azul e fizemo mortalha e nós saímo pra Messejana de madrugada, pra enterrar o corpo, porque... aonde a rente passava o pessoal colocava a mão no nariz e só nós mesmo estava aguentando. Mas... tem tudo... tem gente pra tudo, né? E como a gente conseguia levar esse corpo da moça com toda a fedentina, então a rente tinha que assumir mesmo. [...] E... a gente foi. [...] Tinha pessoa que chamava a gente de doido e eu dizia: ‘Olha, também Jesus Cristo levou o nome de doido [...]’. Então eu disse: ‘tá bom, então deixe eles discriminarem a gente’ e a gente foi fazendo o trabalho. Os dois padre daqui muito engajado, padre Eduardo e padre Jacó, superengajado na luta. Eles chegaram a entrar dentro de cacimba, cobria casa de pobre no sol quente mesmo e reforçaram muita gente. [...] E essa Funerária, nós criamos o quê? Veio essa moça, nós medimos o padre, né, depois do enterro dela, pegamos o padre Eduardo e botamos no chão, riscamos e

fizemo um caixão. E nós tinha aqui no Palmeira oitenta caixões comunitários. E quando chegava a falecer uma pessoa a gente levava o caixão pro cemitério e lá ficava. [...]. Nós tinha oitenta. E todos domingo eu fazia dois caixões, todos domingos. [...]” (Entrevista com o líder comunitário Augusto Barros Filho, gravada durante a pesquisa de campo, em 2/11/2007).

O depoimento reproduzido acima revela que o perfil de radicalidade e engajamento religioso-político que se delineou nas lutas comunitárias dos moradores do Conjunto Palmeiras construiu-se como produto de uma experiência local assentada sobre uma base não utilitária. Nesse sentido, a visão de Durkheim sobre o princípio social da cooperação pode ser aqui aplicada à compreensão do fenômeno da sociabilidade comunitária, em que a solidariedade esmaece a expressão do comportamento utilitarista (DOUGLAS, 2007).

A compreensão da dinâmica não utilitária que perpassa os processos associativos alimentados pelo ideal de cooperação induz esta discussão a outra categoria componente da significação socioantropológica da economia solidária. Refiro-me aqui à noção de reciprocidade, analisada inicialmente pela antropologia no âmbito das chamadas “sociedades primitivas” ou “arcaicas”. Uma descoberta histórica surge a partir do interesse antropológico pelas práticas que envolvem a associação de sujeitos em atividades de aparente inutilidade, nas quais se investe tempo e trabalho, sem um retorno manifesto na forma de ganho material, rendimento ou lucro. Assim, a antropologia descobre que o *homo economicus* não existe universalmente; ou seja, o homem utilitarista, movido pela ambição, pela ânsia do lucro e da acumulação privada é uma criação da economia de mercado, exacerbada pelo espírito liberal.

Um importante passo para a emergência do paradigma do dom (CAILLÉ, 2002a; 2002b; 2006) foi dado por Bronislaw Malinowski (1884-1942), antropólogo polonês que se tornou célebre graças ao trabalho que desenvolveu como pesquisador ligado à Antropologia Social inglesa. Um dos precursores da etnografia conceituada como atividade empírica e intelectual desenvolvida através do trabalho de campo, Malinowski realizou importante pesquisa nas ilhas Trobriand, através da qual descreveu e analisou costumes e instituições dos nativos dos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Como resultado do trabalho, publicou em 1922 a célebre obra *Argonautas do Pacífico Ocidental* (MALINOWSKI, 1978).

Tecendo considerações também trabalhadas pelo francês Marcel Mauss (1872-1950), que apresentou argumentos mais sistematizados para a elaboração da Teoria da Dádiva, Malinowski ocupou-se em conhecer a totalidade da cultura dos trobriandeses, analisando em pormenores uma instituição denominada *kula*, cuja simbologia e configuração prática manifestam-se como um cerimonial de trocas rituais, de caráter intertribal, realizado num percurso de navegação em círculo entre as ilhas trobriandesas.

No *kula*, o centro das ações não é a dimensão econômica da troca, mas um ritual em que circulam colares feitos de conchas vermelhas e braceletes produzidos com conchas brancas, símbolos de honra, prestígio, poder e também de pertencimento a um circuito solidário. Trata-se da ritualização de um costume em que se materializa uma espécie de “comércio” não utilitário, mas nem por isso desinteressado. Põe-se em jogo um interesse determinado pela confiança mútua e pela honra comercial, como valores muito mais caros e centrais, em face da importância secundária dispensada

aos bens utilitários. Relativiza-se, portanto, através da análise do *kula*, a noção de comércio primitivo como fenômeno motivado pela ambição material e pelo lucro.

Em 1925, Marcel Mauss publica *Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. Na obra, o autor apresenta conclusões muito próximas das que foram elaboradas por Malinowski em *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Também ocupado em explicar a cultura sob um enfoque de totalidade, Mauss opera com o conceito de fato social total, compreendendo que a realidade social é um fenômeno integrado em um sistema tridimensional, em que se manifestam as dimensões sociológica, histórica e fisiopsicológica.

Apesar de ter trabalhado tão cuidadosamente com categorias analíticas da Sociologia e da Antropologia, Mauss não realizou trabalho de campo. Mas aplicou com clareza a noção de fato social total na descrição e explicação dos fenômenos da dádiva e da troca, que, assim como o *kula*, se caracterizam como sistemas rituais, envolvendo atividades predominantemente simbólicas, normalmente orientadas para a livre obrigação de dar, receber e retribuir ou caracterizadas como sistemas de prestações totais de tipo agonístico.

Uma das variedades de manifestação da troca descritas por Mauss denomina-se *potlatch*. Seu sentido se diferencia do significado do *kula*, em parte, pois configura desde a simples distribuição de bens a modos exacerbados de rivalidade e antagonismo, muitas vezes ritualizados com a destruição de riquezas acumuladas, numa disputa simbólica de honra e prestígio travada entre chefes ou lideranças tribais. Essa particularidade ressalta o elemento econômico utilitário como não determinante das características principais do fenômeno. Mas a troca configura-se aí como um jogo de prestações totais

marcadas por traços notadamente agonísticos, cujo sentido se diferencia, portanto, da reciprocidade amistosa que em outras situações caracteriza a lógica do dom.

Na obra citada, Mauss (2003a) discorre sobre a possível universalidade das características da instituição *potlatch* nas sociedades arcaicas. Como tentativa de provar sua afirmação, analisou registros da presença do fenômeno em diversos ambientes, concentrando-se em referências pertinentes às tribos do noroeste americano e da Melanésia.

As duas obras mencionadas, respectivamente de Malinowski e Mauss, certamente não são as únicas referências no debate que põe em xeque os preconceitos da economia liberal e das teorias contratualistas. Mas os autores citados propiciaram um forte impulso a essa discussão, contribuindo no sentido de mostrar que o suposto homem econômico primitivo, orientado desde cedo por um *ethos* utilitário, não existiu. O suposto homem bestializado ou terrivelmente feroz às soltas num estado de natureza também é exagero ou mesmo ilusão teórica. Um comunismo primitivo, caracterizado pela igualdade absoluta, também não se revela em estado puro na história tribal. O *kula* e o *potlatch* representam a existência de sistemas econômicos não utilitários, a configuração de sociedades políticas fortemente organizadas e a expressão de hierarquias de poder que destacam chefes e nobres, fato que relativiza a ideia de comunidade primitiva igualitária.

Outra importante referência nesse debate é a obra de Karl Polanyi (1886-1964), intitulada *A Grande Transformação*: as origens da nossa época. Nesse livro o autor oferece uma visão interdisciplinar, em que a economia não é tratada como sistema econômico em si, mas como um campo determinado por diferentes fatores: sociais, políticos, culturais, estéticos,

dentre outros. Trata-se de uma abordagem com características históricas e antropológicas, na qual Polanyi compreende o processo de constituição e predomínio da economia de mercado como força assentada numa ruptura decisiva, quando a motivação pelo lucro substitui a motivação pela subsistência.

O autor deixa clara a ideia de que a economia não é, necessariamente, o império da lógica utilitária e que a configuração liberal do mercado não é a única forma possível de materialização da troca. Nesse sentido, a reciprocidade é compreendida como referencial importante para se pensar na economia como sistema mais abrangente, enredado em relações sociais não necessariamente encerradas no campo econômico. Referindo-se ao sistema de trocas intertribal *kula*, Polanyi (2000) destaca a reciprocidade como princípio econômico não utilitário.

O reconhecimento da importância do debate sobre formas históricas já estudadas e sobre a emergência de novas formas de sociabilidade inspiradas nos princípios da cooperação, da solidariedade, da dádiva e da reciprocidade levou à criação de um movimento no âmbito das Ciências Sociais, através do qual se instituiu um novo paradigma, denominado paradigma do dom (CAILLÉ, 2002a; 2002b; 2006). A principal expressão dessa abordagem conceitual foi instituída no projeto *intelectual, ético e político, científico e filosófico* que se materializa através da *Revue du M.A.U.S.S. – Movimento Antiutilitário nas Ciências Sociais*, denominação que rende uma homenagem a Marcel Mauss (CAILLÉ, 2002a, p. 12-13).

Esse movimento compreende que a manifestação multifacetada do trabalho e da política na sociedade hodierna não pode mais ser explicada somente a partir das duas referências paradigmáticas até hoje dominantes: o mercado

e o Estado. A realidade socioeconômica do atual contexto instiga uma atenção acurada às práticas associativas que emergem no seio dos movimentos populares, fortalecendo-se como experiências articuladas em redes de ação cultural, econômica e política. Assim, o M.A.U.S.S. tem inspirado a pesquisa e a contribuição técnica de profissionais que se dedicam a conhecer e fortalecer experiências orientadas pelos princípios da economia solidária (CAILLÉ, 2002a).

Do que foi exposto neste capítulo até aqui, pode-se entender que a economia popular e solidária possui hoje um arcabouço de significação teórico-conceitual que se fundamenta na leitura da configuração histórica das práticas de cooperação e que se reporta também a abordagens clássicas e contemporâneas aplicadas à compreensão dos processos de sociabilidade e ao entendimento dos sistemas econômicos como componentes integrados ao universo complexo onde se desenvolvem tais processos. Feitas essas considerações, trago de volta ao centro desta seção a experiência do Banco Palmas.

Criado como produto mais recente dos processos organizativos protagonizados pela Asmoconp, o Banco Palmas teve a oferta de microcrédito como ponto de partida para alavancar a carteira de projetos que hoje a instituição articula. Essa iniciativa visava contribuir, estrategicamente, para que os moradores do Conjunto Palmeiras enfrentassem a situação de pobreza através da produção econômica direcionada ao ambiente do próprio bairro. Assim, logo no início, destacou-se a confiança oferecida a pessoas que se encontravam sem oportunidade de inserção no mercado formal de trabalho e a confiança reciprocamente creditada à Asmoconp e ao Banco Palmas como autores de uma experiência ousada, arriscada, que, no entanto, parece estar dando certo depois de 14 anos de história.

O Banco Palmas surge então, em 1998, como fruto de um aprendizado coletivo local, como resultado de um capital técnico acumulado ao longo das lutas comunitárias em parceria com atores externos que ali aportaram suas contribuições, seus saberes. Surge também como aplicação de uma metodologia inspirada no caso do Banco Grameen, instituição de microcrédito criada em Bangladesh pelo professor Muhammad Yunus, na década de 1970. O propósito de realizar um trabalho de inclusão solidária com os pobres e a diferenciação de formato em relação aos bancos tradicionais são traços que aproximam ideologicamente a história do Banco Palmas à do Banco Grameen.

O Grameen me ensinou duas coisas: em primeiro lugar, os conhecimentos que temos sobre os indivíduos e sobre as interações existentes entre eles são ainda muito imperfeitos; por outro lado, cada indivíduo é importante. Toda pessoa tem um enorme potencial e pode influenciar a vida das outras no seio das comunidades e das nações durante sua existência, mas também além dela.

No Grameen os clientes não precisam mostrar imunidade geral; eles apenas têm de provar... sua pobreza. Com isso, nossos funcionários não precisam passar um tempo considerável verificando a solvabilidade dos clientes e lhes pedindo garantias.

.....

No Grameen a promoção social – a necessidade de satisfazer as carências das pessoas e garantir seu bem-estar – não é uma aspiração secundária; ela constitui nossa principal ambição. Mais do que os números referentes aos créditos em liquidação ou aos índices de recuperação, que evidentemente precisamos contabi-

lizar em nossos livros, o que nos importa é saber se conseguimos melhorar as condições de vida de nossos financiados (YUNUS; JOLIS, 2006, p. 9, 152-153).

Nosso “atrevimento” em batizar o projeto de Banco Palmas, afirmando-o como o banco dos excluídos, se contrapondo as regras do sistema financeiro nacional, fez com que posteriormente algumas portas se abrissem. Se por um lado isso causaria a impressão de que se trata de uma grande instituição financeira – aumentando as expectativas dos moradores e das instituições em relação ao nosso trabalho –, por outro, ganhamos a visibilidade que o nosso projeto de geração de renda precisava.

.....

A todo o momento chegavam na Associação pessoas desempregadas, alcoólatras, desabrigados, famílias passando fome, jovens drogados, mulheres sem nenhuma formação profissional, analfabetos e outros completamente à margem do mundo do trabalho. Todos à procura de uma alternativa de vida. Sabíamos que tínhamos que enfrentar a situação, com pouquíssimos recursos financeiros e materiais e com uma equipe mínima de trabalho. A convivência propositiva com este cotidiano, buscando soluções quando tudo parece impossível, é um aprendizado que só pode ter quem por ele passa (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003a, p. G16-I16, grifo dos autores).

Como se percebe através dos trechos anteriormente citados, a experiência do Banco Palmas já surge com uma base de significação. Como projeto focado na geração de renda, a instituição foi criada com o objetivo de diminuir os índices de pobreza econômica do bairro, através da inserção de indivíduos

os desempregados em experiências produtivas a serem desenvolvidas ou fortalecidas no espaço local. Assim, a base ideológica e conceitual apresentada inicialmente aproxima-se das diversas leituras históricas e teóricas reunidas neste capítulo.

Sob uma perspectiva ampla pode-se considerar, portanto, que a economia solidária ganha visibilidade no cenário socioeconômico como forma de enfrentamento da crise vivenciada no mundo do trabalho, sob o impacto das reformas neoliberais que fortalecem a economia de mercado e atingem a esfera do Estado como agente condutor de políticas públicas de proteção social. Nesse sentido, a economia solidária representaria um movimento protagonizado no seio da sociedade civil, capaz de disseminar valores significados pela bandeira da cooperação e da ajuda mútua, instituindo-se como possibilidade histórica ou como alternativa ao sistema do capital.

Como os sujeitos que vivenciam cotidianamente a experiência mobilizada pelo Banco Palmas significam a economia solidária? O que pensam sobre o fenômeno? Como o definem? Tentarei encontrar respostas para essas questões nas falas ou nos discursos dos interlocutores com os quais conversei durante a pesquisa de campo. Aqui, não considero as colocações que me foram proferidas como simples opiniões. Considero-as, sim, como representações da realidade social, tal como concebeu Durkheim (2003) na obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, em que o autor ressalta a base social da cognição.

É nesse sentido que entendo as definições da economia solidária manifestadas por cada sujeito, homem ou mulher, que entrevistei. São definições que abarcam a vivência de sujeitos autônomos, como indivíduos racionais que gozam de autonomia na expressão de suas faculdades do ato de pensar, cujas referências simbólicas e conceituais remetem a um processo de construção da realidade social (BERGER; LUCKMANN, 2003).

No livro intitulado *Como as Instituições Pensam*, a antropóloga Mary Douglas (1921-2007) confirma a teoria de Durkheim sobre as representações coletivas quando diz que “toda pessoa é afetada pela qualidade da confiança que a cerca” (2007, p. 15). E, referindo-se aos processos de cognição, acrescenta que “a idéia lógica mais elementar depende da interação social” (p. 66). Reconhecendo a fecundidade desta perspectiva de análise, busco, através das falas que começo a transcrever abaixo, aproximar-me do material que no início deste capítulo denominei significações nativas da economia solidária.

“[...] De economia solidária, eu entendo um pouco assim primeiro da família, né? Por exemplo: no meu lar, se eu procuro a fazer economia solidária no meu lar, eu tenho condições de fazer fora, com a comunidade. Porque primeiro eu tenho que trabalhar a economia solidária. E economia solidária é também um pouco eu ser solidária com você, um com o outro, né? Então parte daí a economia solidária. E aí, não só da vivência, não só da relação, né? Mas também da questão da economia, do poder aquisitivo. [...]. Olha, eu descrevo assim muito bem a economia solidária, porque nós fazia isso antes e não sabia, né? Hoje é que demos o nome, né, que é economia solidária. Mas antes, né, nós já vinha trabalhando a economia solidária e não sabia, né? Quando você bota de lado o capitalista, né, cê bota de lado, você procura a esquecer, embora trabalhando com muito cuidado, então você já está fazendo também a economia. Então eu descrevo a economia solidária dessa forma. E... nós tem uma preocupação da questão do capitalismo, pra que ele não se infiltre, né, dentro das comunidade pra poder explorar mais e mais. Porque a economia solidária não é isso, né, explorar. E sim juntar, né, pra que

se trabalhe todo num sentido só” (Entrevista com Marinete Brito da Silva, diretora da Asmoconp, gravada durante a pesquisa de campo, em 6/11/2007).

“[...] a economia solidária é uma coisa muito baixa. Solidária já tá dizendo: solidário. Butano pro lado popular, é carência, entendeu? Solidário também é carência [...]. Muitas coisa têm que ser perdoadas. [...]. A economia solidária eu acho que é uma coisa que... uma coisa solidária. Tinha que ser... na minha visão, tinha que ser... dispensado muita coisa. [...]. O Banco Palma trabalha com certas coisa que aí muita gente pensa que ele tem lucro. Não tem. Transição de moeda, dinheiro com juro baixo, dinheiro só empatano. Isso é economia solidária. É você ver a comunidade, não ver só você. [...] É você não se enxergar, é enxergar a comunidade [...]” (Entrevista com Francisco Erisvaldo Bezerra, presidente da Associação de Empreendedores Solidários do Conjunto Palmeiras, gravada durante a pesquisa de campo, em 5/11/2007).

“Economia solidária é você não ganhar em cima do outro, ganhar junto com o outro. Porque na economia lá do capitalismo, o patrão ganha em cima de você. E na economia solidária, você ganha junto com o outro. É como um balde de caranguejo, que tem... você coloca muitos caranguejo dentro dum balde, aí um sobe e o outro vem e sobe na perna do outro, o outro vem e sobe, o outro vem e sobe, aí daí a pouco todos saíram fora lá do fundo do balde; tão todos fora. Então a economia solidária eu acredito que é isso aí. E... no capitalismo não. Quem quer subir empurra o outro... pra descer. [...]” (Entrevista com Maria Dacília de Lima e Silva, coordenadora da PalmaFashion – empreendimento de costura do vestuário ligado à rede Banco Palmas –, gravada durante a pesquisa de campo, em 1º/11/2007).

Os trechos de entrevista supracitados revelam formas de perceber a economia solidária que se expressam de modo simples, no sentido de que não se materializam através de uma linguagem rebuscada e dão significados a um fenômeno percebido a partir do cotidiano e de dentro deste. A metáfora do balde de caranguejos que minha interlocutora apresentou em sua fala demonstra, de modo preciso, que, para quem não lança mão de definições teóricas ou de construções científicas para significar a economia solidária – talvez até mesmo por possuir um grau de escolaridade distante da formação universitária –, o fenômeno em foco é significado a partir de símbolos bem próximos do cotidiano de pessoas que se sentem como membros de uma comunidade, onde a vivência da solidariedade é percebida como prática simbolizada no dia a dia.

Nesse sentido, surge aqui a possibilidade de se pensar o conceito de razão simbólica ou razão cultural elaborado pelo antropólogo Marshall Sahlins (2003) na obra *Cultura e Razão Prática*, em que o autor discorre sobre a primazia do campo simbólico como fonte de cognição e definição da realidade prática.

Aqui Sahlins constrói uma crítica a diversas abordagens antropológicas e sociológicas que tratam a cultura sob o enfoque utilitário e/ou funcional, tecendo negações a sistemas de ideias que começam a tomar corpo desde Lewis Morgan (1818-1881), passando também pela perspectiva estruturalista que se manifesta na teoria da práxis em Karl Marx e pelo funcionalismo que se faz presente, com delineamentos específicos, na sociologia de Durkheim e no conceito de cultura apresentado por Malinowski.

Num esforço epistemológico impressionante, Sahlins passa em revista um universo plural de abordagens teóricas, focalizando um ponto crítico comum: a ideia de que a

significação ou simbolização da realidade é produto das necessidades humanas fundamentais. No caso de Durkheim, Sahlins reconhece a importância da crítica que ele empreendeu contra o economicismo e a importância do conceito de representações sociais para a compreensão dos processos de cognição e entendimento da realidade social. Todavia, a ênfase na função que uma instituição simbólica desempenha no que tange à primazia da consciência coletiva como força que rege a coesão social termina por se caracterizar, na interpretação elaborada por Sahlins, como um elemento utilitário e funcional presente no pensamento de Durkheim.

Como alternativa ao reducionismo do conceito de cultura a uma razão prática ou utilitária, Sahlins apresenta sua defesa da razão simbólica, quando afirma que “o significado é a propriedade específica do objeto antropológico” e que “as culturas são ordens de significado de pessoas e coisas” (2003, p. 9).

Tomando como referência essas ideias de Sahlins, seria possível considerar que a interpretação das falas nativas anteriormente citadas leva a compreender que a economia solidária é um projeto de construção prática de uma realidade cujo desenvolvimento se faz num mundo já simbolizado; no caso da Asmoconp e do Banco Palmas, num território já significado pela noção de pertencimento a uma comunidade, portanto, a um ambiente solidário.

Mas é preciso ter cuidado ao considerar a leitura proposta por Sahlins. A ênfase no universo simbólico como instância determinante dos processos de cognição da realidade pode negligenciar a importância que também se revela na ação prática quando da construção de um sistema de ideias que aporta significados e assim nomeia um determinado fenômeno. A fala nativa que apresento a seguir revela, enfática-

mente, que a economia solidária é um projeto em construção, cujos significados muitas vezes são técnica e pedagogicamente mobilizados, embora também possam manifestar-se espontaneamente nas vivências práticas do que se convencionou denominar economia solidária.

“[...] quando eu comecei a ouvir falar de economia solidária eu achei que era um movimento que ia mudar tudo da noite pro dia, né, que ia ser agora, ontem. E hoje eu compreendo que economia solidária [...] são os primeiros passos, que hoje nós estamos dando, do movimento de economia solidária pra fazer parte [...] de uma história bem mais ampla [...] que... as nossas... meus... bisnetos, tataranetos irão contar dessa nova economia. Então, fazer economia solidária na prática... teoricamente ela é muito linda, belíssima, né? [...]. É muito difícil você construir a economia solidária com a educação que hoje a gente tem, de que é mais importante é o ter, não é o dividir. [...]. ‘Eu quero ter algo meu, só meu’. [...]. Não, somos todos donos do mesmo empreendimento. [...]. Então, assim, fazer economia solidária na prática com todas essas questões é muito difícil. E inda mais a questão também do mercado hoje: ter um empreendimento e você ter que disputar [...] com uma grande indústria [...] é muito complicado. A concorrência é desleal, né? Os imposto são [...] desleais. [...]. As pessoas... ‘não, eu quero o mais barato’, sendo que... produzir dentro da economia solidária não é simplesmente você comprar mais barato, é você comprar [...] uma ideia [...]. Quando você compra um produto da economia solidária, você tá sabendo que aquela pessoa tem um longo trabalho com o meio ambiente, tá preocupada. Não vai tirar uma coisa do meio ambiente que não seja renovável [...]. Então, hoje a economia solidária tem esse desafio a ser seguido [...]”

(Entrevista com Emanuela Matias, jovem produtora da PalmaNatus – empreendimento de cosméticos ligado à rede Banco Palmas –, gravada durante a pesquisa de campo, em 1^o/11/2007).

Na fala da jovem Emanuela, fica claro que o esforço de construção comunitária da economia solidária põe em cena a complementaridade entre as dimensões simbólica e prática do fenômeno. Trata-se de um fazer cotidiano que aponta para um vir a ser, mas que já se anuncia como uma ideia, como uma visão de mundo orientada por valores, dentre os quais, nesse caso, Emanuela ressalta a preocupação com a sustentabilidade do ambiente como princípio importante no contexto da economia solidária. Percebo, assim, que a dimensão simbólica do projeto economia solidária nem antecede a prática nem aparece apenas como consequência das atividades práticas, configura-se, na verdade, como um entrelaçamento da ação com a significação, constituindo, portanto, um mesmo sistema.

A análise e interpretação das falas nativas levam também a entender que a percepção do fenômeno economia solidária faz-se através da vivência em um contexto de proximidade, onde os sujeitos se reconhecem como próximos e pertencentes a um território, a uma comunidade. Nessa perspectiva, os sentidos da individualidade se relativizam em face da noção e da prática da solidariedade, da importância revelada na relação entre o “eu” e o “outro”, entre o “ser” e o “ter” e na materialização da ajuda mútua. Esses valores revelam-se com certo grau de espontaneidade, de modo notadamente distinto de uma significação conceitual elaborada a partir de referências que se aplicariam a uma fala mais especializada no assunto em questão.

“Economia solidária é justamente pensar mais no ser do que no ter [...]. Colocar que tudo que a gente fizer é justamente pra suprir [...] nossa necessidade, pra suprir a necessidade de uma pessoa. Então, não precisa fazer mais que o que essa pessoa precisa; fazer uma coisa que uma pessoa não precisa e depois fazer essa pessoa pensar que ela precisa disso. [...]. Simplesmente, a economia solidária é prover o essencial pro ser, pra pessoa” (Entrevista com Elias Lima dos Santos, jovem produtor da PalmaLimpe – empreendimento de produtos de limpeza ligado à rede Banco Palmas –, gravada durante a pesquisa de campo, em 1º/11/2007).

“[...] eu acho que é aquilo que nós fazemos em termos financeiros, né, e é aquilo que nós desenvolvemos pra que num todo, a comunidade, ela venha a ser beneficiada com isso, né? Eu acho que é isso, economia solidária é isso que... quando você... trabalha em prol de que a sua comunidade ela seja beneficiada com aquilo que você tá fazendo, né? Eu acho que é isso” (Entrevista com Mário da Silva Nascimento, jovem egresso do Projeto Bairro Escola de Trabalho e costureiro da PalmaFashion – empreendimento de costura do vestuário ligado à rede Banco Palmas –, gravada durante a pesquisa de campo, em 1º/11/2007).

[“Você sabe o que é a economia solidária?” – pergunta feita por mim à entrevistada]. Sei, assim, é ajudar um ao outro, né? É? Eu acho que é. [...]. Ajudar um aos outros, né? Pra mim eu... é assim, né? Quando eu tava na máquina, quando uma costureira que não sabia assim nem... eu já... assim um pouquinho a noção, ela, né, eu ajudava a ela já, né? Pra mim, eu acho que é assim” (Entrevista com uma egressa do Projeto Incubadora de Mulheres e costureira da PalmaFashion

– empreendimento de costura do vestuário ligado à rede Banco Palmas –, gravada durante a pesquisa de campo, em 5/11/2007).

Para compreender melhor o caráter espontâneo e a dimensão subjetiva dessas falas que se distinguem de declarações elaboradas a partir de referências organizacionais, técnicas ou teóricas, recorro ao pensamento do antropólogo Clifford Geertz (1926-2006), especificamente ao ensaio intitulado *Do Ponto de Vista dos Nativos: a natureza do entendimento antropológico*. Aqui o autor considera que a possibilidade de que os antropólogos vejam o mundo sob o ponto de vista dos nativos não depende de que eles venham a imbuir-se dos sentimentos nativos. É necessário, sim, considerar que as referências de significação nativas são vivenciadas e sentidas pelos nativos, nas relações de proximidade com seu próprio universo simbólico. Para ilustrar essas ideias, Geertz lança mão dos conceitos de “experiência-próxima” e “experiência-distante”, que foram sistematizados pelo psicanalista Heinz Kohut.

Um conceito de “experiência-próxima” é, mais ou menos, aquele que alguém – um paciente, um sujeito, em nosso caso um informante – usaria naturalmente e sem esforço para definir aquilo que seus semelhantes vêem, sentem, pensam, imaginam etc. e que ele próprio entenderia facilmente, se outros o utilizassem da mesma maneira. Um conceito de “experiência-distante” é aquele que especialistas de qualquer tipo – um analista, um pesquisador, um etnógrafo, ou até um padre ou um ideologista – utilizam para levar a cabo seus objetivos científicos, filosóficos ou práticos [...].

.....

[...]. As pessoas usam conceitos de experiência-próxima espontaneamente, naturalmente, por assim dizer, coloquialmente; não reconhecem, a não ser de forma passageira e ocasional, que o que disseram envolve “conceitos”. Isto é exatamente o que experiência-próxima significa – as ideias e as realidades que elas representam estão natural e indissolúvelmente unidas [...] A meu ver, o etnógrafo não percebe – principalmente não é capaz de perceber – aquilo que seus informantes percebem. O que ele percebe, e mesmo assim com bastante insegurança, é o “com que”, ou “por meios de que”, ou “através de que” (ou seja lá qual for a expressão) os outros percebem. [...] (GEERTZ, 2003, p. 87 e 89, grifos do autor).

Nas citações de falas nativas que vêm a seguir nesta seção, revela-se uma percepção mais elaborada ou especializada acerca do fenômeno economia solidária, no sentido de que se manifestam como compreensões referenciadas num saber formal que se institui sobre uma realidade em processo de construção. Como caracterizei no início deste capítulo, o que considero aqui como falas nativas não diz respeito somente ao universo circunscrito à Asmoconp e ao Banco Palmas. Esse universo recebe também influências conceituais do ambiente das articulações existentes entre a experiência local e as redes de movimentos sociais que integram atores diferenciados em torno de determinados objetivos comuns.

Ressalto, entretanto, que nesses discursos os conteúdos técnicos, teóricos ou focados nos formatos organizacionais não se caracterizam como elaborações afinadas a uma “experiência-distante”. São, sim, manifestações nativas de outra ordem, proferidas por sujeitos que ocupam, no esforço de construção da economia solidária, um espaço que também demanda a

contribuição de saberes especializados e os conhecimentos de atores que, historicamente, têm acumulado uma experiência substancial nos processos de organização e mobilização comunitária. Esses atores são peças fundamentais num sistema simbólico e prático que também se constrói pedagogicamente, através da disseminação de conceitos e saberes.

“[...] pra mim a economia solidária, é... até a nossa mentalidade tem que ser mais partilhada. [...]. Pra mim, a economia solidária, ela se torna mais socializada com o povo [...]. O conhecimento ajuda na economia solidária. [...]. [...] eu não tenho assim muitos conhecimentos, mas pra mim a economia solidária é tudo aquilo que faz a pessoa se desenvolver [...]. Mas é o desenvolvimento das pessoas em busca de uma melhoria futura. A economia solidária parte pra o homem diferente e parte pra uma sociedade diferente e um Estado diferente, desde quando as pessoas aceitem a organização na capacitação. [...]. E a economia solidária está aí. A economia solidária vem pra organizar as pessoas, vem desenvolver, ela vem fazer uma coisa diferente na comunidade. Ela vem fazer um trabalho de articulação, um trabalho de ensinamento, de conhecimentos [...]” (Entrevista com o líder comunitário Augusto Barros Filho, gravada durante a pesquisa de campo, em 2/11/2007).

“Economia solidária é uma nova forma de se pensar. É a economia pautada nos valores da colaboração e da cooperação. É reorganizando a produção, reorganizando o consumo, reorganizando o financiamento, dentro de uma lógica de que as pessoas podem colaborar e cooperar para poder ter resultados econômicos e não simplesmente competir e concorrer. [...]. Em uma frase, é uma nova forma de organizar a economia pautado nos valores da cooperação e da colaboração.

Isso porque a economia solidária entende que é muito mais viável economicamente colaborar do que competir. Principalmente quando se fala de economia adotada pelos segmentos mais pobres, né? [...]. Eu acho que nós tamo tentando. Eu acho que é um embrião, é uma tentativa, há um esforço muito grande pra que isso aconteça, quer dizer, não só internamente, nós com nós, os nossos produtos, mas com o território. Quando a gente implanta um cartão de crédito, a gente implanta uma moeda, quando a gente implanta um sistema de crédito que o aval é de vizinhança, é uma forma ainda de se organizar o território, não só nós internamente, mas o bairro, né, num espírito de colaboração. [...]” (Entrevista com Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas e coordenador geral do Instituto Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 5/11/2007).

A partir da leitura de falas especializadas, a economia solidária aparece significada como um fenômeno cuja materialização não diz respeito apenas à percepção dos sentidos da solidariedade e da ajuda mútua, embora isso seja essencial em sua significação. É importante perceber que aqui se manifesta uma compreensão mais aprofundada de referências conceituais que identificam a economia solidária como um processo de transformação dos sentidos do trabalho, da produção, da distribuição e do consumo.

Aqui a economia solidária é significada também como um processo de construção política de novos valores e práticas no que concerne à organização social do trabalho. Nesse sentido, a experiência do Banco Palmas – que se materializa em ações locais como o sistema de crédito comunitário implantado, a moeda social circulante, a rede de empreendimentos so-

lidários que funciona no bairro, as atividades de capacitação e disseminação de conceitos e práticas de autogestão – representa a configuração de uma tecnologia social concebida dentro de uma comunidade e para a comunidade, podendo também ser aplicada e testada em outros contextos.

“Nós, inclusive, participamos do Fórum Brasileiro de Tecnologia Social, né, que agora tem uma secretaria do Nordeste, né? E aí, dentro dessa discussão tem o entendimento de que o que a gente desenvolveu aqui foi... é uma tecnologia social, né? E mais ainda quando essa tecnologia ela começa a ser, digamos assim, testada, né, em outros lugares; porque essa é uma das condições, digamos assim, da tecnologia e da tecnologia social, né? É a replicabilidade da metodologia. Não a replicação, né, assim, de você sair por aí criando outros bancos e tudo, mas do que foi desenvolvido aqui, ele poder ser aproveitado, né, as bases do que foi desenvolvido aqui, da metodologia dos bancos comunitários, tá sendo desenvolvido em outros lugares. Então, tem um diálogo bem afinado dentro dessa história da rede. E o palmas é reconhecido pela Fundação Banco do Brasil, pela Rede Brasileira de Tecnologia Social como uma tecnologia social. [...]” (Entrevista com Sandra Magalhães, coordenadora de Projetos do Sistema Asmoconp/Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 6/11/2007).

Como sistema voltado para a organização do trabalho pautada em valores não competitivos, que apontam para a perspectiva da economia estruturada na apropriação coletiva dos meios e das formas de produção, e como modelo que possibilita a distribuição da renda em contraponto à acumulação privada, a economia solidária é também compreendida como

economia política. Assim, a forma técnica e pedagógica de expressar essa ideia no contexto nativo muitas vezes se manifesta pela denominação socioeconomia solidária⁶². Trata-se de uma apropriação terminológica também utilizada no ambiente de organização em rede onde o Banco Palmas atua.

[...] Isso nasceu quando da criação da própria Rede Brasileira, né, que a gente fez essa discussão nacionalmente e depois trouxe pra cá; que a ideia era a gente tá fortalecendo o pensamento de que a economia ela deve tá a serviço do homem, né? Então, pra fortalecer isso, a gente chamar de socioeconomia solidária, né? [...]

[...] Economia solidária é uma outra forma de você organizar o trabalho, né? A partir de princípios autogestionários, né, de princípios de solidariedade, de princípios de equidade, né? Aí tem todos os elementos que a gente trabalha aqui, que é a história do crédito solidário, da produção sustentável, do comércio justo e do consumo ético. Então, todas essas questões têm por base o trabalho livre, o trabalho autônomo, né? Que eu acho que isso é uma coisa que caracteriza muito a economia solidária. É você... é o trabalho livre, mas associado, né? Ele é livre do capital, ele é livre do sistema capitalista de dominação, mas ele é associado, ele é compartilhado, ele é cogestionado, né? Eu vejo dessa forma [...] Tem um exercício que a gente sempre faz nas oficinas aqui, que é assim: 'o que vem na sua cabeça quando você escuta a palavra solidariedade e o que vem na sua cabeça quando você escuta a pa-

⁶² A expressão socioeconomia solidária nomeia uma atividade de capacitação direcionada aos movimentos populares, conduzida pelo Banco Palmas, intitulada *ABC da Socioeconomia Solidária: construindo redes a partir dos bairros*. A *PalmaTech* (Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária) é o órgão responsável pelas ações de capacitação desenvolvidas pelo Banco Palmas.

lavra economia'. É... muitas vezes, na cabeça das pessoas essas coisas não se juntam, né? Que solidariedade é uma coisa e economia é outra, né? E a gente tem tentado... vem tentando ao longo desse tempo juntar essas duas coisas, né? Que o fato dela ser solidária não deixa de ser economia. [...]" (Entrevista com Sandra Magalhães, coordenadora de Projetos do Sistema Asmoconp/Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 6/11/2007).

"[...] não adianta fazer moeda social se a gente não aprofunda a democracia [...]. Isso é superimportante. Pra mim, que sou meio uma mãe, avó da moeda na Argentina, no Brasil e em vários países da América Latina onde eu tive o prazer e a coragem, né, de introduzir essa ideia [...]. Agora, qual é a evolução pro mundo das moedas sociais? É... onde não tem processo de desenvolvimento local e de aprofundamento da democracia, não cresce, tá certo? [...]. Nos lugares onde a moeda não é associada à toma de decisão, [...] não cresce. [...]. Porque em todos os lugares onde a gente não conseguiu implantar moedas associadas à democratização dos espaços territoriais, dos locais, dos bairros, o projeto ou não cresce ou cai. [...]. A iniciativa formulada de baixo pra cima, eu acho que esses são os processos que têm as condições de crescer. [...]. A economia solidária é um projeto econômico? Não, é um projeto político. É um projeto político, porque a gente não pode implantar a economia solidária só mudando o jeito de produzir. [...]. E então, o que eu queria aqui colocar pra vocês é isso: é que nós devemos ver a economia solidária como um projeto político. Não é dar um jeitinho em arrumar a economia dos pobres [...]. É um projeto de distribuir a riqueza e não de melhorar a pobreza. Não tem nada que ver com a pobreza. Por isso não é um projeto que tem que fi-

car nos bairros pobres. De jeito nenhum. A gente tem que dar uma sacudida nessas ideias pra mudar isso, tá? [...]. A ideia primeira é mostrar que quando a gente faz economia, o primeiro que a gente tá fazendo é... é política. Não existe economia que não seja política. [...]. Então o que nós queremos é discutir a essência dessas palavras, mas assim no cotidiano. Como é que eu faço pra eu fazer a micropolítica, a política pequenininha de cada dia, ela ser também parte dessas atitudes de vida. [...]" (Trechos da fala de Heloísa Primavera, membro da Rede Latinoamericana de Socioeconomia Solidária/Redlases, gravada em 3/8/2006, durante debate sobre moeda social realizado na sede do Sindicato dos Comerciantes, em Fortaleza-CE, com a presença de membros de entidades integrantes da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e de representantes de bancos comunitários. O evento foi organizado em parceria com o Banco Palmas).

Ao defender a ideia de que a economia solidária se constrói como economia política, a autora do discurso supracitado enfatiza a questão do empoderamento comunitário como fator imprescindível na sustentabilidade de experiências focadas no microcrédito e na circulação de moedas sociais locais. Fica claro em sua fala que a economia solidária é um projeto político, cuja concepção deve apontar não somente para a amenização dos impactos resultantes da situação de pobreza. É um projeto a ser construído na radicalidade democrática, no sentido de impulsionar o desenvolvimento local a partir da distribuição de renda.

Para concluir este capítulo, entendo ser necessário fazer agora uma distinção entre a forma de percepção da economia solidária como projeto político democrático – compreendendo aqui a democracia sob suas diferentes e complementares

vertentes: política, cultural, econômica, ambiental e jurídica – e a idealização filantrópica da solidariedade como meio de combate à situação de pobreza.

Em determinadas manifestações organizacionais denominadas sob a expressão economia solidária, a possibilidade de ruptura com a economia do sistema do capital torna-se esmaecida diante da formatação religiosa de práticas que não possibilitam o avanço rumo à construção democrática de experiências realmente marcadas pelo desejo e pelo propósito do empoderamento comunitário visto como projeto político concreto, realizando-se no cotidiano. Refiro-me aqui ao formato conservador de experiências que reproduzem o risco de degenerar os princípios da socioeconomia solidária em meio às amarras do imobilismo filantrópico ou na restrição das ações ao campo produtivo, instituindo-se como práticas não pautadas pela consciência da emancipação política.

Pode ser incluída nessa leitura crítica a modalidade que se denomina economia de comunhão. Trata-se de um projeto surgido no interior da Igreja católica, através do Movimento dos Focolares. Esse movimento foi fundado em 1943 por Chiara Lubich (1920-2008), em Trento, Itália. Apresenta características bastante diferenciadas do movimento da Teologia da Libertação, haja vista o perfil conservador que se revela na vivência da espiritualidade como prática desvinculada da relação entre fé e inserção política.

Lançado no Brasil em 1991, o Projeto Economia de Comunhão foi reproduzido em outras comunidades do Movimento dos Focolares, alcançando projeção internacional. A distinção que se faz aqui entre a chamada economia de comunhão e a economia solidária refere-se ao fato de que a primeira concentra suas ações na vivência espiritual orientada

prioritariamente para um grupo específico, o Movimento dos Foculares. A economia solidária, por sua vez, expande-se em redes de movimentos que têm um papel político fundamental na construção de práticas focadas na emancipação econômica e política, como instrumentos que possibilitam pensar em alternativas ao modelo econômico do sistema do capital.

Na economia de comunhão, a ênfase na perspectiva religiosa desse movimento pode, em certo sentido, esmaecer as possibilidades de avanço rumo à emancipação política das populações empobrecidas, não obstante seu sistema de ideias manifeste o propósito de configurar experiências produtivas pela distribuição do lucro (PINHEIRO, 2003).

Ao fazer a distinção de perfil entre a economia de comunhão e a economia solidária, não pretendo assumir uma posição maniqueísta ou afirmar categoricamente que determinadas experiências são portadoras de um potencial de ruptura com o sistema do capital e outras não o são. Desejo ressaltar, todavia, que determinadas práticas, como, por exemplo, a experiência desenvolvida pela Asmoconp e pelo Banco Palmas, revelam um grau mais avançado de conscientização política, que se materializa com notável substância no ambiente das redes de movimentos sociais que hoje se colocam como forças de peso na construção de uma cultura política direcionada ao processo de transição para uma economia política emancipadora.

Não obstante, algumas questões permanecem em aberto no contexto da economia solidária percebida como prática que se constrói em meio às crescentes investidas do ideário neoliberal, impregnando o Estado, o mercado e a sociedade civil com formas distorcidas de se perceber a ideia de responsabilidade social. Nesse sentido, o cenário em que se ergue o

chamado terceiro setor torna-se um ambiente favorável ao risco de degeneração de práticas que apontam para a distribuição de renda e poder (SANTOS, 2006).

A discussão sobre a vulnerabilidade da economia solidária em face da penetração do ideário neoliberal no terceiro setor será retomada em parte da seção seguinte e no sexto capítulo. No momento, ao discorrer sobre as significações teóricas e nativas que se constroem em torno do fenômeno economia solidária, minha leitura não poderia negligenciar o caráter complexo e muitas vezes ambíguo que delineia o perfil político do terceiro setor. Trata-se de um cenário que põe em cena forças políticas nem sempre convergentes a uma contra-hegemonia que possa fazer valer a força dos princípios da solidariedade e da participação como instrumentos focados na transição de uma economia da acumulação privada para uma economia política cidadã, distributiva e inclusiva.

Sob os olhares dos que defendem e impulsionam no seio da sociedade civil o ideário neoliberal, em determinadas situações a economia solidária nada mais representa do que um capital social a serviço de processos amortecedores dos efeitos de empobrecimento dos trabalhadores que a acumulação do capital financeiro e privado reproduz constantemente. Sob outro ponto de vista possível, a economia solidária é também pejorativamente rotulada como nova representação do socialismo utópico ou como mecanismo de reprodução da precarização do trabalho.

Não aprofundarei essa discussão agora, pois, como afirmei, pretendo retomá-la em momento oportuno. Mas cabe observar, por enquanto, que a significação da economia solidária é uma tarefa complexa e inacabada; está em processo de construção. E, nesse contexto, um arcabouço conceitual tam-

bém complexo forma-se com pontos de convergência e tensão entre definições teóricas, terminologias conceituais nativas e concepções emergentes da iniciativa de diversos segmentos, instigando interlocuções que se realizam no cruzamento da esfera pública ocupada pela sociedade civil com diferentes instâncias do poder não governamental.

O universo simbólico da economia solidária configura-se, portanto, como um campo semântico plural, polissêmico. Os processos de significação das experiências em curso produzem conceitos que emergem nos territórios locais, influenciados pelo arcabouço teórico que articula sujeitos e agentes diversos no espaço das redes de movimentos sociais. Sob essa lógica materializada em laços de comunicação e articulação de parcerias, os significados da economia solidária despontam num ambiente polifônico.

Como diria James Clifford (2002, p. 59), a compreensão da cultura é vivenciada hoje num mundo em que diferentes vozes e sons se manifestam. Nesse sentido, entendo que a significação do fenômeno economia solidária é construída num contexto de *heteroglossia*, onde as linguagens não se excluem. Produzem interseções, complementam-se ou geram tensões fecundas.

Assim, na experiência que se engendra através do trabalho da Asmoconp e do Banco Palmas, marcos conceituais possíveis são produzidos e mobilizados para orientar processos de construção simbólica e prática, como empreendimento pedagógico que se desdobra na esfera da comunidade e na perspectiva do desenvolvimento local, alcançando também poder de influência na institucionalização de políticas públicas instigadas pelo signo da solidariedade e do empoderamento comunitário.

4

“ACEITAMOS PALMAS”: CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA E PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ESPAÇO LOCAL

“Manhã de domingo (26/6/2005), aproximadamente às 9h40min chegamos à sede da Asmoconp. Havia, ainda em formação, uma fila de automóveis, dentre eles várias topics, um carro distribuidor de gás de cozinha e alguns carros de passeio. Todos estavam identificados por grandes adesivos onde se lia: ‘Aceitamos palmas’. Esse comunicado em caráter publicitário anuncia para a comunidade, para os diferentes veículos midiáticos presentes, a ampliação do uso local da moeda palmas. Logo de chegada, pude perceber no local (calçada da sede da Asmoconp) a presença de repórteres com seus aparatos de entrevista, fotografia e filmagem. [...] Fui recebido com alegria quando encontrei Sandrinha e outros membros ligados à direção ou a projetos do palmas. É importante registrar que essas duas categorias de atores desempenharam, desde antes da saída da carreata até o retorno desta, as funções de organização, animação e registro (fotos, gravações). [...] Havia um carro de som puxando a animação do evento. Quando Joaquim chegou, assumiu a condução do uso do microfone, dando abertura oficial à carreata, ressaltando em suas palavras a ampliação do aceite da moeda palmas, que a partir de então seria utilizada nas topics, com preço de passagem abaixo do convencional, ou seja, de R\$ 1,60 por R\$ 1,45. [...] Em seguida, Joaquim anunciou o trajeto da carreata e passou à assinatura do con-

vênio com os novos parceiros da moeda palmas. Nessa ocasião, Joaquim configura como um típico animador de público, solicitando aplausos, ao que os membros mais ligados à direção e aos projetos do palmas respondem também de forma acentuadamente animada, como se estivessem estimulando os demais presentes a assumirem também o tom de festejo. A carreata seguiu então pelas principais ruas do Conjunto Palmeiras. [...]. Durante a passagem da carreata, havia pessoas, famílias nas calçadas, rodas de vizinhos e também pessoas que saíam de dentro de casa naquele momento para ver o cortejo passar. [...]. Para mim, a carreata assumiu tanto um caráter de animação e lazer – inclusive com a presença de um palhaço interpretado por um ator local –, quanto um tom cerimonial e ritualístico. Havia funções definidas e, dentre elas, destacava-se a animação feita principalmente por Joaquim [...]” (Trechos do meu diário de campo, datados de 26/6/2005).

Iniciar este capítulo reportando-me a um evento que tive a oportunidade de vivenciar durante a pesquisa de campo é um ato que visa ressaltar meu objetivo de compreender a experiência do Banco Palmas como processo de construção simbólica e prática da economia solidária no espaço do Conjunto Palmeiras. Destaco aqui uma marca dessa experiência: o caráter “espetacular”, cerimonial e ritualístico que, quebrando a rotina do ritmo diário de trabalho na Asmoconp e no ambiente do banco, configura uma ação local caracterizada pela visibilidade pública, pelo esforço de legitimar interna e externamente as atividades e os projetos desenvolvidos e pela disseminação pedagógica dos valores morais que dão significados a um fenômeno que a comunidade passa a identificar sob a denominação de economia solidária.

O foco nas cerimônias que produzem a aura de um ambiente solene e ao mesmo tempo descontraído e jocoso de vez em quando quebra a rotina local, fato que também se torna quase cotidiano, haja vista a dinamicidade que se observa na captação de novos projetos e, conseqüentemente, na ampliação do leque de ações protagonizadas pelo sistema Asmoconp/Banco Palmas.

Sempre que um novo projeto é lançado, toda vez que uma nova atividade ou empreendimento do banco e agentes parceiros entram em operação, a comunidade organizada festeja, celebra o acontecimento como marco de mais uma conquista. E também como forma de provocar olhares, atrair novos parceiros e legitimar a experiência em curso. Assim, a expressão “Aceitamos palmas” parece ganhar um duplo significado: informa que naquele território circula uma moeda local e também ilustra os aplausos que o Banco Palmas tem recebido com intensidade e constância, revelando a força de uma imagem que ocupa cada vez mais espaços no contexto mais amplo da sociedade, instigando diversas instâncias: mídia, instituições da sociedade civil, agentes governamentais, pesquisadores universitários, estudantes, curiosos, visitantes...

No caso específico do evento mencionado no início desta seção, a observação que realizei ao acompanhar todo o cerimonial posto em movimento naquela manhã de domingo fez-me perceber com clareza o teor simbólico, “espetacular” e pedagógico que caracteriza a *performance* do Banco Palmas, sobretudo quando a instituição busca reforçar a legitimidade de seus projetos perante a comunidade e a sociedade em sentido mais abrangente. Nesses momentos em que se põe em ação um jogo ritual, o Banco Palmas investe, também, no objetivo de ampliar

o horizonte de relações entre a população local e os projetos desenvolvidos pela instituição, buscando atrair novos adeptos e beneficiários.

“[...] A gente quer dizer pra você morador: quem paga em moeda palmas, paga mais barato, paga só R\$ 1,45, a um preço diferenciado na moeda social palmas. Então, a partir de hoje, nós vamos tá ampliando o sistema da moeda, gerando mais trabalho, gerando mais renda, gerando mais emprego aqui na comunidade. E nós vamos iniciar a nossa carreata. Como é que nós vamos fazer? Tem um carro colorido, que é o carro da Sandra; vai na frente, o carro abre-alas. E nós vamos lentamente atrás do microfone e vamos dar a volta normal. A volta é o percurso do asfalto. Vai: Val Paraíso, Iracema, Silvinha Teles, Castelo de Castro e volta pra cá pra Val Paraíso. Vamos devagarzinho. O objetivo dessa grande carreata de hoje é anunciar pra todos os moradores que a partir de agora... Ah, sim, vamos assinar o convênio. [...] A partir da hora agora, da assinatura do termo de convênio, as topics estão aceitando a moeda social [...]. É a Associação dos Moradores, é o Banco Palmas, é o Sindivans, é a Associação dos Comerciantes do bairro fazendo um amplo convênio pra circulação da moeda palmas aqui no Conjunto Palmeiras. [...] Se associe na Associação dos Comerciantes. Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras! É o Banco Palmas! [...]” (Trechos da fala de Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas, gravada antes e durante a carreata que marcou a ampliação da rede de circulação local da moeda palmas, evento realizado em 26/6/2005).

Considerando as reflexões que teci durante e após o evento aqui mencionado, a carreata pode ser tomada como objeto de interpretação do poder local, numa *per-*

formance que beira à dramatização do real. No caso desse evento ritualizado pela Asmoconp e pelo Banco Palmas, pôs-se em cena a atualização de uma consagração já histórica do empoderamento comunitário construído ao longo de três décadas pelos moradores organizados do Conjunto Palmeiras, bem como a legitimação do poder de uma nova instituição – o Banco Palmas – que, de certa forma, exerce controle sobre a socioeconomia local, principalmente através de uma moeda criada para fazer circular no próprio bairro as forças de produção, distribuição e consumo, retendo no território da comunidade as “riquezas” ali geradas.

Compreendo, nesse sentido, que a Asmoconp e o Banco Palmas constituem um centro e são portadores de um carisma legitimado na esfera comunitária. Quando esse carisma é posto em movimento através de um cortejo como a carreata, atesta-se que a força do poder de organização da comunidade é produto de uma história social, de uma construção simbólica e prática, vivenciada no cotidiano, mas também ritualizada, dramatizada em momentos especiais. Essas reflexões encontram fundamento nas ideias do antropólogo Clifford Geertz (2003), no ensaio intitulado *Centros, Reis e Carisma*: reflexões sobre o simbolismo do poder, em que o autor discorre sobre a função do ritual na dramatização do poder da realeza, observada em cortejos reais, vistos como cerimônias reveladoras de que a majestade resulta de processos socioculturais.

A experiência histórica da Asmoconp e do Conjunto Palmeiras é portadora de um espírito do poder pertinente à esfera da organização e da participação comunitária, portanto distante de uma lógica afinada ao *ethos* pomposo da realeza.

Entretanto, as considerações de Geertz (2003) são férteis para se pensar sobre o simbolismo do poder como força também presente no seio dessa história local e, numa perspectiva mais ampla, na *performance* dos movimentos sociais.

Uma comparação direta entre os cortejos reais e as caminhadas, passeatas e carreatas realizadas pelos movimentos populares, dentre outras manifestações protagonizadas por estes, seria aqui um exercício forçado. É claro que nos movimentos sociais de bairros não se percebe a marca da suntuosidade e da pompa que se faz presente nos ritos de legitimação do carisma da realeza. Mas na história de tais movimentos, lideranças se destacam pela força do carisma e os lugares das lutas sociais configuram-se, simbolicamente, como centros, como marcos da criação de um mundo; são centros que se tornam sagrados em virtude de uma identidade coletiva que neles reconhece territórios de pertença e de materialização dos desejos de ver a realidade social transformada.

As lideranças da Asmoconp e do Banco Palmas que desfilaram pelas ruas do Conjunto Palmeiras na carreata aqui evocada puseram em marcha um cortejo carregado de simbolismo. Nele a Associação dos Moradores configurou-se como centro de uma história que está sempre presente na memória das lutas locais. De lá o cortejo partiu e para lá retornou.

No percurso, o carisma de lideranças historicamente reconhecidas também desfilou e, assim, teve sua legitimidade ritualizada, atualizada. A carreata não teve apenas a função de reavivar um centro como símbolo do poder da Asmoconp e do carisma de suas lideranças, por onde passava, punha também em cena uma marcha pedagógica que espalhava e atraía a eficácia simbólica de um projeto comunitário em permanente processo de legitimação perante a comunidade e a sociedade.

Para aprofundar esta discussão sobre o caráter simbólico e ritual que se faz presente nos eventos e nas cerimônias realizados pela Asmoconp e pelo Banco Palmas, recorro a uma parte do vasto referencial teórico acumulado pelas Ciências Sociais, enfatizando determinadas referências produzidas no campo da Antropologia. Inicialmente, convém ressaltar o avanço hoje observado no que tange à compreensão dos rituais como expressão da vivência coletiva. Já não se tem mais esse objeto de interpretação como fenômeno circunscrito ao âmbito da religiosidade. As leituras contemporâneas dos rituais abrangem uma pluralidade de espaços e práticas em que a ritualização se manifesta.

Diante da abordagem que ora tento desenvolver, percebo que os espaços ocupados por experiências associativas comunitárias, instituídos no contexto dos movimentos sociais, revelam situações que se destacam no cotidiano das práticas locais como eventos marcados por um perfil cerimonial, através do qual é possível observar a organização de ritos portadores de uma função simbólica. Tais ritos são também sistematizados como formas de expressar e legitimar publicamente os propósitos e as ações que um determinado grupo protagoniza na esfera pública.

A obra do sociólogo Émile Durkheim contém uma importante referência para se pensar sobre a função do rito como força que mobiliza representações sociais no sentido de orientar a conduta prática dos indivíduos sob a expressão de crenças coletivas. Refiro-me aqui ao livro *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*, em que o autor entende o processo de cognição e organização da realidade social como produto histórico e expressão de representações coletivas. As religiões “primitivas” (destaque meu) seriam a primeira forma de representar e conhecer a realidade. E no processo de evolução dos sistemas religiosos, uma característica

teria permanecido em todas as sociedades: a presença dos ritos como mecanismos de demarcação e ordenação simbólica do mundo, ou seja, como forças de mediação das atitudes práticas do indivíduo e da coletividade perante as instâncias do sagrado e do profano (DURKHEIM, 2003 [1912], p. 315-455).

Essa abordagem clássica influenciou expressivamente o campo dos estudos dos rituais, inspirando diversas análises também focadas no raciocínio por dualidades ou pares antagônicos: puro, impuro; formal, informal; proibido, permitido; bem, mal; ordinário, extraordinário; natural, sobrenatural; tempo de festa, tempo rotineiro, dentre outras tipologias de opostos. Seguindo essa lógica binária, normalmente a leitura clássica dos fenômenos rituais aplica-se aos ritos que se configuram em experiências religiosas ou orientadas pela crença em seres e objetos místicos.

Nessa perspectiva, Victor Turner (2005) fornece ricas contribuições ao estudo dos rituais. Mesmo sendo contemporânea, sua abordagem privilegia o viés religioso ou espiritual na interpretação de fenômenos rituais. Mas sua proposta pode ser ampliada para que se possa pensar sobre a manifestação da experiência ritual em outros campos da realidade social. Por considerar os símbolos rituais como elementos mobilizados no contexto do processo social, o referido antropólogo apresenta, na verdade, uma proposição teórica que não se restringe ao campo da mística e da religiosidade. Sua definição de ritual encontra-se estreitamente ligada ao conceito de símbolo e ressalta o caráter extrarrotineiro de eventos cerimoniais.

A obra de Victor Turner apresenta outro conceito também fértil para a interpretação do processo ritual em diversos contextos e situações de sociabilidade. Trata-se da categoria drama social. Recorro aqui às considerações sistematizadas

pela antropóloga Lea Rodrigues (2001) no ensaio intitulado *Mudanças no Banco do Brasil Analisadas como Dramas Sociais*, em que a autora revela um esforço de ampliação da proposta teórica de Vitor Turner⁶³ para compreender acontecimentos observados no âmbito de uma instituição econômica e financeira. O conceito de drama social é evocado, nesse caso, para auxiliar na compreensão de um processo social marcado por conflitos e perturbações da vida cotidiana, instigando a mobilização de mecanismos de ajustamento e equilíbrio, dentre os quais se encontra o comportamento ritual.

Não posso afirmar que no cotidiano da Asmoconp e do Banco Palmas situações conflituais materializam-se de modo exacerbado, a ponto de comprometer o funcionamento das regras que controlam as relações sociais na comunidade. Em meu trabalho de campo nunca observei um acontecimento marcado por tais características. Todavia, noto que há um conflito sempre latente, capaz de perturbar o campo interinstitucional do Conjunto Palmeiras, bairro onde há um universo plural de organizações comunitárias, constituindo um campo de interesses nem sempre convergentes.

Ademais, trata-se de um bairro cujo contingente populacional é bastante expressivo – mais de 30.000 moradores (como já informei em capítulos anteriores) –, de forma que se torna impossível ao Banco Palmas abranger, em seu leque de ações, toda a população local como beneficiária de seus produtos e ações. Entendo, portanto, que a *performance* cerimonial frequentemente acionada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas atende à função de tornar

⁶³ Ver TURNER, V. “Social Dramas and Ritual Metaphors”. In: _____. *Dramas, fields and metaphors*. New York: Cornell University Press, 1974a.

mais visível no espaço local e externamente a importância do trabalho desenvolvido a partir da operacionalização de seus projetos e atividades.

Nesse sentido, realizar uma carreata pelas ruas do bairro, convocar a mídia sempre que um novo projeto é lançado, destacar a conquista de um novo projeto como acontecimento a ser celebrado, comemorado, são também formas de apaziguar ânimos descontentes e mostrar que o trabalho ali desenvolvido, de certo modo, pode beneficiar a comunidade como um todo, pelo fato de que a rede local de economia solidária faz com que a movimentação econômica gerada no bairro permaneça circulando no ambiente interno, fortalecendo-o.

Em diversas situações, pude constatar a indiferença ou a atitude de menosprezo que moradores não vinculados à Asmoconp ou não diretamente beneficiados pelos produtos e serviços do Banco Palmas manifestam em relação a essa experiência local de economia solidária. Quais as causas desse comportamento? Talvez quem aja dessa forma sintam-se excluído do campo da referida experiência. Mas é importante considerar, também, que talvez os indivíduos portadores de sentimentos e atitudes de indiferença ou descontentamento em relação ao Banco Palmas encontrem-se vinculados a interesses de outras esferas associativas. Talvez não manifestem, na verdade, interesses associativos e comunitários e, assim, ficam distantes dos processos organizativos locais.

Portanto, os eventos cerimoniais funcionam, também, como mecanismos de neutralização de possíveis forças de conflito, ao mesmo tempo que representam oportunidades de atrair a população local para o espaço da Associação dos Moradores e de fazê-la perceber que determinadas ações podem, num certo sentido, beneficiar toda a comunidade.

“[...] *Pagando com a moeda palmas, você paga mais barato nas topic. É só um e quarenta e cinco (R\$ 1,45). Só um e quarenta e cinco (R\$ 1,45). Sindivans, a Associação dos Moradores, a Associação Comercial do bairro, a Associação dos Moradores do Palmeiras ampliando a moeda social palmas. A partir de hoje você pode adquirir seus palmas e pagar mais barato na topic; é apenas um e quarenta e cinco (R\$ 1,45). Vamo lá, moradora, moradores do bairro, vamo aderir à moeda Palma. [...]. E como é que você consegue palmas? Lá na Associação de Moradores. Vá lá, adquira seus palmas e pague mais barato na topic. A partir de hoje, morador do Conjunto Palmeiras vai pagar mais barato nas topic, vai custar apenas um e quarenta e cinco (R\$ 1,45). [...]*” (Trechos da fala de Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas, gravada durante a carreata que marcou a ampliação da rede de circulação local da moeda palmas, evento realizado em 26/6/2005).

O discurso supracitado parece-me revelador de uma característica central na *performance* de Joaquim de Melo. Ele age como um animador de público. Observei essa atitude não somente no dia da carreata aqui mencionada, mas em todos os eventos e cerimônias que pude observar e descrever durante o trabalho de campo. Joaquim demonstra uma forma de se apresentar em público notadamente carismática e jocosa. Sua fala diverte, distrai, atrai a atenção de plateias.

Não sou eu quem assim classifica o comportamento de Joaquim no que se refere aos momentos em que ele aparece como animador de eventos locais. Tive a oportunidade de ouvir, diversas vezes, outras pessoas comparando sua figura com a de um animador de público. Percebo, também, que sua *performance* tem uma importante linha estratégica num

ambiente onde a animação revela-se como traço marcante, mas onde também é possível observar atitudes de apatia, indiferença, descontentamento.

“Na área de entorno à concentração do evento, circulavam pessoas desde as mais diretamente envolvidas com o mesmo até moradores que passavam demonstrando atitudes de contentamento, curiosidade ou indiferença, como no caso de uma senhora a qual entrevistei. Ela falou que não conhece bem o Banco Palmas, embora habite defronte ao mesmo, e que ela e seu marido nunca conseguiram nada com o citado banco.

Havia um carro de som puxando a animação do evento. Quando Joaquim chegou, assumiu a condução e uso do microfone, dando abertura oficial à carreata, ressaltando em suas palavras a ampliação do aceite da moeda palmas, que a partir de então seria utilizada nas topics, com preço de passagem abaixo do convencional, ou seja, de R\$ 1,60 por R\$ 1,45. [...]. Nessa ocasião, Joaquim configura-se como um típico animador de público, solicitando aplausos, ao que os membros mais ligados à direção e aos projetos do palmas respondem também de forma acentuadamente animada, como se estivessem estimulando os demais presentes a assumirem também o tom de festejo.

A carreata seguiu então pelas principais ruas do Conjunto Palmeiras. [...]. O dia de domingo no bairro parece dar lugar ao lazer vivenciado nas ruas, em rodas de conversa nas calçadas, mercearias, botecos e bares, campo de futebol etc. Durante a passagem da carreata, havia pessoas, famílias nas calçadas, rodas de vizinhos e também pessoas que saíam de dentro de casa naquele momento para ver o cortejo passar. Podiam-se perce-

ber atitudes de contentamento, curiosidade, expressão apática, de aceno para o pessoal do Banco Palmas e até mesmo de demonstração de ironia ou reprovação, como no caso de um moço que se encontrava no alpendre de um bar e, ao passar o cortejo, fez um gesto obsceno [...] e resmungou algo que não deu pra escutar.

.....

Para mim, a carreata assumiu tanto um caráter de animação e lazer, inclusive com a presença de um palhaço interpretado por um ator local, quanto um tom cerimonial e ritualístico. Havia funções definidas e, dentre elas, destacava-se a animação feita principalmente por Joaquim [...]” (Trechos do meu diário de campo, datados de 26/6/2005).

O traço performático, quase teatral e espetacular que pude observar na carreata em análise e também em outros eventos promovidos pela Asmoconp e pelo Banco Palmas remete à ideia de drama social teorizada por Victor Turner (1974a *apud* RODRIGUES, 2001). As citações que apresentei acima, extraídas das minhas anotações de campo, sinalizam características de uma esfera comunitária onde a rotina do dia a dia nem sempre torna perceptíveis fatos reveladores de tensões muitas vezes tácitas ou latentes. No cotidiano local, as atividades institucionais ali desenvolvidas tomam um ritmo fluente, equilibrado, mobilizado no curso de uma normalidade funcionalmente conhecida.

Nos momentos cerimoniais, a breve suspensão da aura rotineira parece suscitar uma espontaneidade para essas tensões nem sempre confessadas ou não exacerbadas na vida diária. Não quero dizer que tais ânimos se aceleram em situações cerimoniais. Apenas manifestam-se como reações expressivas diante de

um “espetáculo” que determinados sujeitos, por razões nem sempre declaradas, não desejam aplaudir. Ao mesmo tempo, tensões e conflitos latentes podem ser neutralizados pela força simbólica de um processo ritual que intensifica os ânimos necessários ao equilíbrio cotidiano de uma experiência comunitária desenvolvida num campo complexo, num contexto plural. Ou seja, uma experiência que tem abrigo num bairro cuja população não pode ser homoganeamente classificada como portadora de interesses, desejos e olhares sempre convergentes ou consensuais.

Diante de um mundo plural e de um cotidiano marcado por diversidade, ambiguidades e tensões, as cerimônias especiais, os ritos, materializam-se como estratégias discursivas que funcionam como mecanismos de mediação entre a realidade concreta e um mundo possível, imaginado, desejado. Assim, para Roberto DaMatta (1997), o comportamento ritual assume também características de dramatização ao mobilizar recursos que realçam a transmutação de algo que parece natural em coisa social.

O antropólogo citado busca superar as dicotomias clássicas que percebem o comportamento ritual como mecanismo de separação entre o formal e o informal, o sagrado e o profano, o puro e o impuro, dentre outros pares de opostos. Embora uma situação ritual demarque a configuração de um momento especial, que cria uma aura de ruptura com a rotina do dia a dia, sua matéria-prima é extraída do cotidiano, do contexto onde os processos sociais fazem parte de uma estrutura. Tal estrutura é realçada através de eventos cerimoniais que, no entanto, são acontecimentos dinâmicos, nem sempre rigidamente formais. O mais importante é saber “que em todos os ritos sempre encontramos um centro, uma zona focal, geralmente controlada por um sacerdote ou quem faz a vez dele” (DAMATTA, 1997, p. 31).

A ideia de centro identificada no pensamento do antropólogo Roberto DaMatta parece-me ser uma fonte inspiradora no esforço de interpretar o processo de ordenação de símbolos que se manifestam com intensidade no ambiente da Asmoconp e do Banco Palmas, como peças fundamentais de um jogo em que a simbolização movimentada todo um instrumental discursivo.

No primeiro capítulo deste livro, afirmei que um dos objetivos da pesquisa por mim realizada no Banco Palmas era interpretar as estratégias discursivas mobilizadas no contexto nativo como parte do processo de construção simbólica e prática da economia solidária no território local. Devo esclarecer aqui que, ao pensar em estratégias discursivas, não me refiro apenas às falas ou aos discursos proferidos pelos sujeitos pesquisados em ocasiões cerimoniais ou durante a concessão de entrevistas. Entendo, fundamentado em Roberto DaMatta, que diversas formas de comunicação simbólica materializam-se como discursos (1997, p. 67). Assim, em *Carnavais, Malandros e Heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro, o autor argumenta acerca do fato de que eventos cerimoniais e/ou festivos, tais como procissões de santos padroeiros, festas carnavalescas, paradas militares, dentre outras situações de ritualidade, representam discursos simbólicos sobre uma determinada estrutura, processo ou realidade social.

Nesse sentido, concordo com o autor e evoco, novamente, a ideia de centro. No caso da experiência protagonizada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas, os eventos frequentemente promovidos por essas instituições são estratégias discursivas que se colocam em pleno movimento no processo de construção simbólica e prática da economia solidária na comunidade local, sedimentando valores culturais que conseguem respingar efeitos para além do ambiente interno, alcançando tam-

bém o universo de agentes parceiros, colaboradores, visitantes e estudiosos, dentre outros sujeitos que fazem crescer a visibilidade pública dos projetos ali desenvolvidos.

E o espaço físico da Asmoconp parece ser, nesse contexto, o centro de onde tais valores ganham projeção interna e externa. Desde o primeiro momento em que estive ali, percebi que o ambiente da Asmoconp e do Banco Palmas é decorado, ornamentado com símbolos que, de imediato, remetem aos processos históricos da comunidade, às lutas travadas e às conquistas alcançadas através da mobilização dos moradores organizados. Há, portanto, a intenção de registrar uma história que está permanentemente se refazendo e galgando patamares mais abrangentes e complexos.

Em cada evento realizado e apresentado pelas instituições aqui focadas é muito comum a ocorrência de um ritual que sempre se repete. O coordenador do Banco Palmas, Joaquim de Melo – ou outra liderança comunitária local –, apresenta os avanços de projetos em execução ou anuncia novos projetos. Nessas ocasiões, o lúdico é trabalhado de modo a projetar a realidade revestida num ambiente de festa, celebração e partilha. E a história dos processos organizativos locais que antecederam a criação do Banco Palmas é mostrada geralmente com o auxílio de imagens fotográficas ou de vídeos. Normalmente esse ritual ocorre num grande salão onde há uma espécie de palco edificado para a realização de eventos como espetáculos teatrais, assembleias ou reuniões com a presença de público ou plenário. Atualmente, tais eventos ocorrem também em um novo salão construído para abrigar a PalmaTech (escola popular destinada à disseminação de princípios e práticas da economia solidária).

É interessante ressaltar que mesmo no dia a dia, o espaço físico da Asmoconp e do Banco Palmas permanece decorado com cartazes e outros veículos de imagens que remetem a eventos consagrados na historicidade local e a projetos já realizados ou que estão em andamento. Assim, o ambiente interno parece assumir ares de um espaço sagrado. Parece ser uma espécie de templo onde se reverencia a memória de uma história local, uma história que se encontra em pleno movimento. Ousando ampliar ainda mais essa metáfora, digo que a decoração do prédio da Asmoconp parece configurá-lo quase como um santuário ou como um centro onde frequentemente são realizados eventos cerimoniais capazes de mobilizar uma intensa força simbólica, materializada na celebração de avanços e conquistas e focada num esforço permanente de atualização da legitimidade da experiência local.

Pensar o espaço da Asmoconp e do Banco Palmas através da noção de centro é uma atividade que me remete a outra categoria teórica, sintetizada na expressão lugares-eventos. Na obra *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*, essa categoria é empregada como recurso para mediar o processo de compreensão das trajetórias de moradores urbanos que ocuparam ou “invadiram” terrenos no Distrito Federal, com o objetivo de se tornarem proprietários de lotes legalmente reconhecidos pelo governo distrital. O estudo dessas trajetórias foi realizado pela pesquisadora Antonádia Borges (2003), que empregou a categoria lugares-eventos inspirada no antropólogo E. V. Daniel (1996)⁶⁴.

⁶⁴ DANIEL, E. V. *Charred lullabies: chapters in an anthropology of violence*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

Segundo a autora, a expressão lugares-eventos aplica-se apropriadamente à significação de “lugares ou objetos que se manifestam como ações” (BORGES, 2003, p. 11). Nesse sentido, entendo que determinados espaços marcados pela sociabilidade comunitária ou organizacional apresentam a característica de se configurarem como centros de acontecimentos e arranjos sociais notadamente importantes para uma dada população. Penso, portanto, que o espaço físico ocupado pela Asmoconp e pelo Banco Palmas valoriza-se para além de suas características imobiliárias que, na verdade, são bastante simples, sem sofisticação arquitetônica e tecnológica.

Há, todavia, um grande valor simbólico materializado nesse ambiente. De lá se expandem os fios de uma rede que articula ações focadas na construção de uma experiência local de economia solidária. É lá que se localiza o centro de uma moeda social circulante. É lá onde os moradores organizados na Asmoconp realizam suas assembleias ordinárias e encontram-se para celebrar a conquista dos projetos desenvolvidos pelo Banco Palmas. É lá que os moradores procuram obter crédito para financiar seus empreendimentos populares. Naquele espaço também se realizam atividades de formação educacional para o exercício do trabalho e da cidadania. E é lá onde os moradores podem pagar suas contas públicas mensais, buscando atendimento, inclusive em horários alternativos, nos caixas do Banco Palmas, que funcionam em parceria com o Banco Popular do Brasil⁶⁵.

Mas é lá que se encontra, principalmente, o centro da memória dos processos organizativos locais. Como já afirmei, vejo esse centro, metaforicamente falando, como um santuário,

⁶⁵ O Banco Popular do Brasil é uma instituição de crédito popular criada pelo Governo Lula durante seu primeiro mandato, exercido entre 2003 e 2006. O Banco Palmas é um dos correspondentes do Banco Popular do Brasil.

decorado com objetos sagrados, que são lembranças de diversas conquistas alcançadas pelos moradores através do trabalho da Asmoconp e do Banco Palmas. Por todas essas razões aqui mencionadas, compreendo que ali se configura um lugar-evento que se revela como espaço-ação.

Retomando a abordagem sobre a carreata que marcou a ampliação do sistema da moeda local palmas, destaco agora a necessidade de relativizar a polarização entre as fronteiras do formal e do informal, do sagrado e do profano, que se constituiu como referência comum em diversos estudos dedicados à interpretação dos rituais. No caso da experiência da Asmoconp e do Banco Palmas, a estratégia cerimonial manifestou-se como marca cuja presença quase já não se destaca mais do cotidiano. Há no contexto dessas instituições uma mobilização intensa no que concerne à formação de contatos com agentes parceiros, esforço do qual resulta uma visível criatividade e uma frequente inovação de projetos. Cada novo projeto lançado tem como marco uma cerimônia pública.

Essa característica torna problemática a distinção rígida entre tempo cotidiano e tempo especial, típica da classificação do comportamento ritual como ação que marca uma ruptura momentânea com o ritmo do dia a dia. De fato, a realização de um evento cerimonial assinala essa distinção. Todavia, a vivência experimentada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas assinala para a flexibilidade dessas fronteiras, haja vista que a matéria-prima dos eventos e das cerimônias ali protagonizados é extraída do próprio cotidiano e da estrutura local.

No que tange à carreata como evento específico aqui focado, também me parece clara a flexibilidade que se manifesta entre as características do formal e do informal. Na verdade, a carreata, assim como outros eventos que tive a oportunidade

de observar durante a pesquisa de campo, configurou-se como um momento marcado por ações formais, hierárquicas e também pelo tom lúdico, jocoso, descontraído. Busco aqui, novamente, inspiração no antropólogo Roberto DaMatta (1997) para tentar entender os componentes de mediação fronteiriça que se configuram em situações cerimoniais e no comportamento ritual compreendido como discurso.

Com essa reflexão tento sistematizar o esforço de entender a dimensão tênue que observei em determinados eventos e cerimônias protagonizados pela Asmoconp e pelo Banco Palmas. Por um lado, tais situações reforçam uma estrutura social, dando visibilidade a uma hierarquia existente entre lideranças comunitárias e a base do movimento local composta pelos cidadãos comuns, assim como realçam uma aura de formalidade que muitas vezes se reforça com a presença de autoridades e agentes institucionais convidados para a composição de mesas solenes. Por outro lado, nesses momentos também entram em cena elementos de jocosidade e descontração, reforçados pela presença de alguma liderança que assume o papel de animador do público e atua no sentido de estimular a emoção e neutralizar distâncias, rompendo, portanto, as fronteiras entre o formal e o informal, entre o sagrado e o profano.

As noções de liminaridade e *communitas* apresentadas por Victor Turner (1974b, p. 116-159) também me auxiliam aqui na caracterização da zona fronteiriça que assegura a flexibilidade entre as estruturas formais e o campo jocoso que se configura nas cerimônias e nos eventos por mim observados na pesquisa de campo.

Os atributos de liminaridade, ou de *personae* (pessoas) são necessariamente ambíguos, uma vez que esta condição e estas pessoas furtam-se ou escapam à rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural. As entidades liminares não se situam aqui nem lá; estão no meio e entre as posições atribuídas e ordenadas pela lei, pelos costumes, convenções e cerimonial. Seus atributos ambíguos e indeterminados exprimem-se por uma rica variedade de símbolos [...].

O que existe de interessante com relação aos fenômenos liminares no que diz respeito aos nossos objetivos atuais é que eles oferecem uma mistura de submissão e santidade, de homogeneidade e camaradagem. Assistimos, em tais ritos, a um “momento situado dentro e fora do tempo”, dentro e fora da estrutura social profana [...]. É como se houvesse nesse caso dois “modelos” principais de correlacionamento humano, justapostos e alternantes. O primeiro é o da sociedade tomada como um sistema estruturado, diferenciado e frequentemente hierárquico [...]. O segundo, que surge de maneira evidente no período liminar, é o da sociedade considerada como um “comitatus” não-estruturado, ou rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado, uma comunidade, ou mesmo comunhão, de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciãos rituais.

[...] A distinção entre estrutura e “*communitas*” não é apenas a distinção familiar entre “mundano” e “sagrado”, ou a existente por exemplo entre política e religião. Certos cargos fixos nas sociedades tribais têm muitos atributos sagrados; na realidade toda posição social tem *algumas* características sagradas. Porém este componente “sagrado” é adquirido pelos beneficiários das posições

[...]. Algo da sacralidade da transitória humildade e ausência de modelo toma a dianteira e modera o orgulho do indivíduo incumbido de uma posição ou cargo mais alto. [...] A liminaridade implica que o alto não poderia ser alto sem que o baixo existisse, e quem está no alto deve experimentar o que significa estar em baixo. [...] (TURNER, 1974b, p. 117-119, grifos do autor).

Penso que a aplicabilidade desse exercício de distinção e aproximação feito pelo autor em torno das noções de estrutura e *communitas* não deve se restringir ao estudo dos ritos de passagem nem aos rituais vivenciados nas sociedades tribais. Trata-se de uma abordagem notadamente fértil para a compreensão da zona de flexibilidade que se configura entre o formal e o informal, como instâncias que, ao mesmo tempo, separam-se e complementam-se em determinados ritos ou cerimônias que têm lugar nas chamadas sociedades de larga escala. Pude perceber esse fenômeno nos diversos eventos ou cerimônias que observei no ambiente da Asmoconp e do Banco Palmas.

Como já afirmei, ali o formal e o informal misturam-se, rompendo protocolos, etiquetas e hierarquias através de atitudes jocosas que realçam o perfil de uma esfera comunitária marcada por relações de proximidade, ainda que se estabeleçam graus de hierarquia no plano político, nas ações institucionais e no âmbito da estrutura organizacional da Asmoconp. Insisto, portanto, em dizer que cada novo projeto lançado é recebido como uma conquista alcançada, comemorada, celebrada, festejada. E assim, o ato de festejar configura-se também como discurso dramatizado, numa sequência ritualística que intercala momentos de maior seriedade, formalidade e concentração com momentos de brincadeira, inversão hierárquica, espontaneidade e descontração.

Para afunilar esta discussão, considero importante ressaltar a relação que se institui entre o comportamento ritual e a categoria poder. A presente abordagem já vem assinalando a força dessa relação desde quando me referi aos eventos cerimoniais compreendendo-os como instrumentos de legitimação de projetos e grupos sociais perante o espaço comunitário e a sociedade numa perspectiva mais ampla. Assim, uma situação ritualística é portadora de símbolos e elementos cênicos que remetem a uma dramatização ou teatralidade do poder, ainda que se fale aqui do poder que se manifesta na esfera da organização comunitária.

A proximidade que se observa entre o comportamento ritual e o campo do poder revela-se, muitas vezes, de modo tácito, através de situações cerimoniais que se constituem como ações de afirmação, transmissão e reprodução de valores, num processo em que também se afirmam e se demarcam posições tanto no plano particular quanto na tentativa de projeção em face de um contexto universal (DAMATTA, 1997).

Na obra *O Poder em Cena*, Georges Balandier (1999) aborda a relação existente entre o campo da política e as apresentações discursivas da dramatização ou da teatralidade. Suas ideias instigam uma inquietação: por que se fala em categorias da linguagem teatral em referência à vida social? Ora, as Ciências Sociais têm trabalhado com diferentes categorias que aludem aos sentidos da dramaticidade: representação, palco, cena, cenário, atores, espetáculo. Entende-se, assim, que o social funciona também através de códigos que nem sempre se encontram formalmente inscritos. Há, portanto, uma teatralidade na vida social, que se manifesta no processo de interação entre os sujeitos de uma dada realidade, na dialética que se materializa entre tensões e consensos possíveis.

Convém distinguir, entretanto, a teatralidade da vida rotineira daquela teatralidade que se manifesta como espetáculo quando, por exemplo, mediado por atitudes performáticas, o poder entra em cena. É interessante ver o poder em sua face espetacular, em situações rituais ou cerimoniais que, de certa forma, põem em suspenso práticas e relações nem sempre visíveis na normalidade do cotidiano.

O imaginário ilumina assim o fenómeno político; sem dúvida do interior porque lhe é, em parte, constitutivo. Todo o sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos nomeadamente aqueles que se comparam às ilusões criadas pela maquinaria do teatro. [...].

.....

O poder estabelecido só pela força, ou sobre a violência não domesticada, teria uma existência constantemente ameaçada; o poder iluminado apenas pela luz da razão teria pouca credibilidade. Não consegue manter-se nem pela autoridade brutal, nem apenas pela justificação racional. Não se faz nem se mantém senão pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização num quadro cerimonial. [...]. Outras vezes o passado colectivo, elaborado numa tradição ou num costume, torna-se a fonte da legitimação. É uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de acção; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, ao serviço do poder actual. Este último gere e assegura os seus privilégios pela enunciação de um património (BALANDIER, 1999, p. 20-22).

Percebo nessas considerações apresentadas pelo autor um material teórico fecundo para pensar sobre momentos marcantes que pude observar durante a pesquisa de campo. Devo res-

saltar, antes, que não analiso a experiência da Asmoconp e do Banco Palmas como manifestação de um poder marcado por atitudes cerimoniais pomposas, tampouco desejo aplicar um olhar normativo aos mecanismos locais de poder. Utilizo aqui a categoria poder, mas num sentido diferenciado da forma como o mesmo é percebido na alta política. Falo aqui de uma política do cotidiano, cujo processo evolutivo revela sinais de avanço rumo ao empoderamento comunitário. Trata-se, portanto, de moradores de um bairro popular assumindo seu poder histórico de organização e conquista de melhorias internas.

Desejo enfatizar, também, que mesmo considerando as características de um poder que se manifesta na organização coletiva da esfera comunitária, constituindo-se, portanto, como poder popular, estão presentes em seu contexto sinais de dramatização e teatralidade; em outras palavras, de espetacularização do real. Mas a dimensão do espetáculo aqui se diferencia do cinismo e da centralidade do simulacro que frequentemente se observa no campo da alta política.

Na experiência protagonizada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas, o que se põe em cena é uma *performance* simbólica e prática que transforma em espetáculo um processo de construção local da economia solidária, ao mesmo tempo que se atualiza a legitimidade pública da história passada e presente do movimento comunitário representado por tais instituições.

A citação de Balandier (1999) reproduzida anteriormente facilita a compreensão desse fenômeno ao destacar a importância da produção de imagens, da mobilização de símbolos e da situação cerimonial como elementos que compõem a teatralidade do poder, associados às lembranças de um passado coletivo, histórico, que tem a memória como patrimônio de legitimação de um poder que se materializa no presente.

No esforço de interpretar dados que coletei em campo, pude perceber a aplicabilidade dessas ideias acerca do processo de publicização do real que é posto em cena nos eventos cerimoniais realizados pela Asmoconp e pelo Banco Palmas. Pude constatar isso durante a já citada carreata que assinalou a ampliação do sistema local da moeda palmas. O evento foi acompanhado e registrado por uma equipe de reportagem ligada a um canal de televisão. Trata-se de um fato comum nos eventos realizados pela Asmoconp e pelo Banco Palmas: a presença da mídia como agente importante no que concerne à visibilidade pública alcançada pela experiência local.

Em outra ocasião, durante a solenidade de lançamento oficial do projeto Bairro Escola de Trabalho, a coordenadora financeira do projeto apresentou *slides* que destacavam os antecedentes históricos do mesmo. Na ocasião, rememorou momentos marcantes do processo de organização da comunidade local, ação que também se revela comum nos eventos e nas cerimônias promovidos pela Asmoconp e pelo Banco Palmas.

Diante das considerações que venho tecendo com o auxílio das abordagens teóricas que dão suporte aos argumentos até aqui apresentados, arrisco fazer uma interpretação acerca da força simbólica acionada pela expressão “Aceitamos palmas”. Sua função imediata é remeter a um dos principais signos da experiência local focada no desenvolvimento da economia solidária. Nessa perspectiva, “Aceitamos palmas” é peça fundamental de um processo de construção simbólica e pedagógica dos valores culturais que preenchem de sentido o espaço da rede local de produtos e serviços, denominada rede solidária ou Rede palmas. Mas, a meu ver, “Aceitamos palmas” é, também, elemento importante nos eventos rituais em que a experiência local do Banco Palmas reforça sua eficácia sim-

bólica, configurando cada momento solene como um “espetáculo didático” (GEERTZ, 2003, p. 188). Assim, ressaltando as qualidades significantes da marca palmas, os agentes do Banco Palmas recebem frequentemente aplausos que reforçam a legitimidade interna e externa de sua história.

A antropóloga Mariza Peirano acrescenta ricas contribuições à discussão sobre a eficácia simbólica dos ritos no artigo intitulado “A Análise Antropológica de Rituais”⁶⁶. A autora alude a abordagens clássicas da Sociologia e da Antropologia que tiveram influência determinante no pensamento sobre a eficácia das ideias e crenças coletivas como forças atuantes no processo de movimento e reprodução da sociedade.

Inicialmente, cita Durkheim (2003 [1912])⁶⁷ como referência clássica importante, responsável pela disseminação da *ideia-mãe* de que “o movimento e o dinamismo das sociedades derivam da eficácia de forças sociais ativas” (PEIRANO, 2002, p. 23). Em seguida, nessa mesma página citada, aponta o esforço anterior de Marcel Mauss (2003b [1904])⁶⁸ na consolidação dessa ideia quando, ao explicar a teoria da magia, ele destaca as noções de crença, força e poder mágicos como partes integrantes de um sistema cultural denominado *mana*, o qual concentra a capacidade de assegurar a eficácia da magia como fenômeno social.

Essa alusão aos dois grandes nomes da Escola Francesa de Sociologia serve como ponto de partida para que Peirano (2002) desenvolva sua argumentação em torno da

⁶⁶ Ver também PEIRANO, M. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003. (Passo-a-Passo; v. 24).

⁶⁷ Esta referência já foi citada nesse capítulo. Trata-se da obra *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*.

⁶⁸ MAUSS, Marcel. “Esboço de uma Teoria Geral da Magia”. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003b [1904]. p. 47-181.

ideia de que os ritos constituem sistemas de comunicação simbólica que atuam como mediadores entre o pensamento e a ação, tornando-se, portanto, eficazes na afirmação e reprodução de valores de uma determinada cultura ou de um grupo social. Nesse sentido, ressalta-se a dimensão performativa do comportamento ritual.

A abordagem sobre a eficácia simbólica dos sistemas rituais de comunicação pode ser ilustrada através de um exemplo específico referente à análise do comportamento ritual no campo da política. No ensaio denominado *A Marcha Nacional dos Sem-Terra*: estudo de um ritual político, a pesquisadora Christine Chaves analisa uma manifestação pública de um movimento social brasileiro, esforçando-se por compreender a força de eficácia simbólica sintetizada em um conjunto de ritos focados na “fabricação do social” (2002, p. 143).

O evento etnografado pela autora teve seu ápice na cidade de Brasília, lugar que representou o cenário simbólico para a chegada de uma caminhada que, durante dois meses, passou por vários estados do Brasil. No dia 17 de abril de 1997, a Marcha Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) chegou ao seu destino, selando um ritual cujo percurso caracterizou-se pelo empenho coletivo em conquistar reconhecimento e legitimidade pública em face das bandeiras defendidas pelo movimento e, assim, somar possíveis ganhos sociais em torno de um projeto político. Obviamente, esses ganhos não se materializaram em resultados concretos imediatos favoráveis à causa da reforma agrária, mas o MST, como peregrino em marcha, beneficiou-se com o capital simbólico acumulado pelo evento ao longo do percurso.

O estudo de eventos rituais relacionados ao campo da política encontra também importante referência empírica em artigo publicado pela socióloga Irllys Barreira (1996), sob o tí-

tulo “Ritual e Símbolo na Política”. Assim como se procedeu na análise da Marcha Nacional dos Sem-Terra mencionada acima, no caso do ensaio ora em foco a autora dedicou-se a compreender, articulando os temas da cultura e da política, processos de legitimação de símbolos e imagens que se põem em cena durante eventos marcados por uma estrutura cerimonial, capaz de suspender, momentaneamente, o ritmo cotidiano.

Antes de comentar as contribuições específicas identificadas nesse ensaio para a abordagem que estou desenvolvendo acerca dos processos de construção simbólica e prática da economia solidária na experiência da Asmoconp e do Banco Palmas, devo ressaltar, novamente, que não considero aqui os eventos rituais como momentos em que ocorre uma clara ruptura com o cotidiano. Assim como afirma Roberto DaMatta (1997), as situações rituais destacam-se como parte de um tempo especial, mas se constituem de elementos encontrados no próprio cotidiano. Assim, é possível dizer que eventos solenes, cerimônias e ritos marcam uma breve ruptura com o cotidiano, no sentido de que as pessoas param suas atividades rotineiras para ver, ouvir ou fazer algo especial.

No caso da relação entre ritual e política observada por Barreira (1996), a autora analisa a Caravana da Cidadania, que se constituiu por uma série de eventos realizados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no ano de 1994, antes da oficialização da campanha eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva, liderança que assumiu a posição de centro nas incursões realizadas pelo interior do Brasil e nas imagens produzidas para divulgar os trajetos percorridos por ele e sua comitiva.

O objetivo estratégico do PT com a realização da caravana era mostrar os recantos do país onde a população se encontrava “esquecida”, à margem das políticas públicas e sem

acesso aos direitos humanos fundamentais, vivendo, portanto, em condições muito precárias. O PT desejava, assim, acumular capital simbólico que o projetasse como partido aglutinador de sujeitos conhecedores das faces da pobreza de grande parte do povo brasileiro. Nesse sentido, propunha, também, outra estratégia de troca política, configurada como troca simbólica. A caravana deveria ter a força de conquistar eleitores adeptos de um projeto de transformação das condições de vida da população, rompendo com a conhecida cultura política da troca ou compra de votos, que é mediada por interesses e favores pessoais.

A interpretação da Caravana da Cidadania como evento que reúne características de um ritual político e, ao mesmo tempo, revela-se como cenário itinerante onde interesses específicos estão em jogo inspira-me a pensar sobre meu campo de pesquisa. Durante a campanha eleitoral de 2006, tive a oportunidade de acompanhar uma visita de candidatos ao espaço da Asmoconp e do Banco Palmas, ocasião em que também foi realizada uma caminhada pelas principais ruas do Conjunto Palmeiras, tendo como centro das atenções a figura de Cid Gomes, então candidato ao Governo do Estado do Ceará pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Naquele momento, percebi que ali, na sede da Asmoconp e do Banco Palmas, bem como no cortejo dos candidatos que então recebiam o apoio de lideranças do movimento comunitário local, configurou-se um ritual de mobilização da eficácia de um capital simbólico, qual seja, o signo *palmas*. Observei, então, um duplo movimento, marcado pela troca de interesses. Lideranças locais manifestavam adesão à campanha de políticos que naquele momento se comprometiam a defender o projeto da economia solidária. A promessa do voto fez-se, assim, mediante a afirmação consciente de um projeto político.

Depoimentos que registrei durante a pesquisa de campo ressaltam o entendimento de que o esforço de construção da economia solidária passa também pela tentativa de abrir espaços nas políticas públicas governamentais para a operacionalização de projetos solidários. Isso implica o reconhecimento e a legitimação dessa demanda no plano da política partidária. Nesse sentido, a visita dos candidatos à sede da Asmoconp e do Banco Palmas configurou um duplo acúmulo de capital simbólico. Cid Gomes e os demais candidatos presentes projetaram-se no espaço local como políticos interessados no projeto da economia solidária, comprometendo-se em viabilizar, como política pública, a criação de bancos comunitários. A Asmoconp e o Banco Palmas reforçaram a legitimação do capital simbólico que detêm como atores experientes no campo da economia solidária e do domínio técnico da metodologia de bancos comunitários. Assim, parece ter ocorrido uma troca de interesses firmada em torno de intenções políticas, diferenciando-se, segundo a versão nativa, da mera barganha eleitoral.

Naquela ocasião, Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas, apresentou em *slides* um projeto de criação de bancos comunitários como proposição de política pública para o estado do Ceará. A apresentação foi direcionada aos candidatos que ali se encontravam em visita à instituição por ocasião da campanha eleitoral de 2006, como já informado. Após a reunião com lideranças do Banco Palmas, os candidatos deslocaram-se da Asmoconp para a realização de uma caminhada no bairro. O evento compôs a intensa agenda dos ritos da campanha de Cid Gomes (candidato ao Governo do Estado do Ceará) e de outros nomes que o apoiaram (registrados no pleito eleitoral para a disputa por cargos parlamentares). Os candidatos percorreram as principais ruas do bairro na com-

panhia de lideranças comunitárias, moradores e “figurantes”⁶⁹. A caminhada realizou-se com o apoio e a participação de lideranças ligadas à Asmoconp e ao Banco Palmas.

Os depoimentos inseridos a seguir auxiliam na compreensão dos aspectos simbólico e prático identificados na visita dos candidatos e na caminhada dos mesmos pelas ruas do bairro, sinalizando a qualificação ritualística de um duplo evento em que se ressaltou, através da troca simbólica e material focada em interesses específicos, a dimensão do poder político na esfera partidária e no espaço local visitado.

Esses depoimentos também enfatizam a opção política pelo apoio declarado a determinadas candidaturas como estratégia mobilizada pelo movimento comunitário local na perspectiva de influenciar políticas públicas governamentais em favor do desenvolvimento da economia solidária e em defesa de outros projetos que lhe são pertinentes. Aqui o discurso nativo revela que o espaço da política amplia-se para além da esfera local, afetando e sendo afetado pelo campo de interesses que se configura

⁶⁹ Denomino aqui como “figurantes” indivíduos que prestam serviço durante campanhas eleitorais, atuando na formação de contingentes que acompanham candidatos ou veículos de propaganda, reforçando a animação em eventos como caminhadas, comícios e carreatas. Grupos de “figurantes” também costumam agitar bandeiras de partidos e candidatos em semáforos ou esquinas movimentadas. Trata-se de um trabalho precário, em que os prestadores desse tipo de serviço recebem pagamento na forma de diária e geralmente não têm atendidos seus direitos trabalhistas. Nem sempre tais indivíduos são recrutados entre eleitores declarados de um determinado candidato. Quando a declaração de voto ocorre, na linguagem típica de campanhas eleitorais, normalmente esses indivíduos são tratados como “militantes”. Mais recentemente, entrou em cena o termo “ativista”, que na divisão do trabalho em campanhas eleitorais identifica o indivíduo que realiza um trabalho não puramente “militante”, haja vista a configuração de compra e venda temporária de força de trabalho e de uma relação não necessariamente duradoura com as forças políticas do candidato para quem trabalha.

no âmbito das organizações partidárias cujos atores ocupam ou têm o potencial de ocupar os cenários onde são concebidas, planejadas e executadas as políticas públicas governamentais.

“[...] Então cara, acho que duas questões são importante: uma foi essa questão da discussão, que eu acho que a gente nunca tinha encarado essa discussão de frente, assim que tem que transformar a luta social em luta política [...]. E depois... num primeiro momento a gente conseguiu unificar os candidatos, né? Como geralmente têm tendências e partidos diferentes, né, mas nós conseguimos unificar a chapa toda, do presidente a senador, governador, estadual e federal; o que possibilitou de você trazer mais os candidato, porque não tem divergências, né? [...]. Nos outros anos, era muito liberado. Então cada qual apoiava a quem quisesse. Aí ficava difícil, porque cê não podia trazer ninguém pra cá, porque tinha um outro que era d'outro candidato. Como é que ficava a situação, né? E como esse ano unificou todo mundo, há um consenso geral dos candidatos, aí dá pra... digamo, ter uma posição mais clara. [...]. Eu acho que o governo do Lula, ele... trouxe isso muito forte. Quer dizer, de uma forma ou d'outra o pessoal vota. E se posiciona e as coisa se decide. E a gente, eu acho que mais do que nunca, a gente vive muito com o dinheiro público aqui. Dinheiro que vem de política pública, que vem dos governos. Que passa pelos governos, que passa pela aprovação dos candidato, pela indicação dos candidatos. Então eu acho que hoje houve um salto mais crítico com relação a essa nossa posição de se manter independente completamente da campanha. Se bem que independente nunca a gente se manteve. O que a gente fazia era liberar as bases, pra cada qual apoiar a quem quisesse, o que levava uns pra votar na direita, outros pra votar na esquerda, outros votar por interesse

financeiro, enfim. [...]. [‘E assim, qual é a bandeira que unifica e que garante esse consenso?’ – pergunta feita por mim, como pesquisador, ao interlocutor]. Eu acho que em cima do candidato federal, Eduardo, essa história do campo-cidade, que houve uma grande discussão aqui. Porque o Eduardo foi um cara do INCRA, que me levou pro interior, que entrou em contato com os assentamentos. Então, essa relação que a gente tá tendo muito com os assentados, comprando, vendendo produtos, foi um foco muito determinado. A Raquel... que é deputada estadual, durante todo o apoio que ela fez em relação à economia solidária, os pronunciamentos na assembleia durante todo esses quatro ano de mandato, o projeto de lei de economia solidária que ela encaminhou. [...]. E é claro que na hora de uma campanha essa discussão vem também pra mesa e essa visão também se projeta muito claramente, né? Tanto é que hoje tamo entregando um documento pro Cid Gomes [...] e a proposta é trezentos bancos comunitários para o Ceará. [...]. A grande força hoje, a centralidade, é colocar isso enquanto uma política pública. [...].” (Entrevista com Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, no dia 26/7/2006, quando candidatos vinculados ao PT, PSB e PC do B, inscritos no pleito eleitoral daquele ano, visitaram a Asmoconp e o Banco Palmas).

“[...] até bem pouco tempo atrás, por exemplo, a gente não conseguia nem unificar num candidato numa determinada eleição. Então a gente sempre respeitou muito as opções de todo mundo aqui, né? Tem pessoas aqui que têm uma relação maior com um partido, né? A maioria das pessoas não tem uma relação partidária, embora tenham pessoas, né, tenham propostas que a gente vem apoiando e que a gente se identifica. Mas assim, com a

vida partidária mesmo, nós não temos. [...] Veja bem, por exemplo, pra pegar um exemplo bem concreto, né? Quando a gente apoia a Raquel pra deputada estadual, né, tinha toda uma discussão por dentro com ela, com o pessoal todo, que era, por exemplo, a necessidade da gente ter uma lei que favorecesse e que promovesse a economia solidária no estado, né? E isso era uma coisa, porque nós temos uma relação com a Raquel e com essa história toda, né, desde a criação do Banco Palmas. Então [...] essa relação mais política, ela se dá com base nessas propostas, né? [...] E aí, inclusive, nesse momento a gente tá até discutindo exatamente esse projeto. Um projeto de apoio e fomento a políticas públicas de economia solidária. Eles fizeram lá no gabinete uma primeira versão e agora a gente vai colocar na rede pra poder fazer isso. [...]” (Entrevista com Sandra Magalhães, coordenadora de projetos do Sistema Asmoconp/Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 6/11/2007).

Os fios que se tecem entre o espaço da organização comunitária e a esfera da política partidária materializam um esforço de construção da economia solidária que não se encerra na esfera local. Trata-se de um projeto que se ergue, também, sobre bases externas e com alcance mais amplo do ponto de vista de uma política pública. Assim, outra ponta dessa relação com o ambiente externo pode ser percebida através do processo de mediação que se ressalta como uma das características marcantes da experiência protagonizada pela Asmoconp e pelo Banco Palmas.

Como já informei, os eventos e as solenidades promovidos por essas instituições são geralmente acompanhados pela presença de câmeras e repórteres da mídia local, o que tem contribuído enormemente para a visibilidade

pública que tal experiência alcançou, tornando-se uma referência de peso no que se refere à temática da economia solidária. Sem dúvida, a veiculação midiática de notícias sobre os projetos do Banco Palmas tem projetado a instituição e o Conjunto Palmeiras como atores de um “espetáculo” assistido por espectadores que veem “um bairro pobre que dá certo” (destaques meus).

O que aqui considero como espetáculo não apresenta, necessariamente, a face cínica do simulacro que monta e mobiliza imagens com a mera intenção de fazer crer, de formar opinião ou mesmo de projetar como hiper-real uma experiência que, em sua concretude, é vivenciada num território marcado por dificuldades, mas, também, por uma história de lutas e conquistas que é rememorada, celebrada. Nesse sentido, o espaço da mídia é ocupado também como instrumento de registro da memória das lutas e conquistas locais e como cenário de celebração, quando se mostra para o bairro e para a cidade os resultados de um projeto comunitário bem-sucedido. E, assim, o sistema Asmoconp/Banco Palmas parece ser uma “vitrine” da economia solidária, frequentemente visitada.

Nesse jogo midiático, a expressão “Aceitamos palmas” parece projetar-se simbolicamente para além da referência significativa à circulação local de uma moeda. Atrai, na verdade, aplausos de diversos sujeitos e atores institucionais que, conseqüentemente, contribuem para aquecer a legitimidade da experiência local, ampliando também o leque de parceiros que podem aportar recursos para as ações ali desenvolvidas ou solicitar a reprodução de metodologias já testadas e aprovadas no que concerne à organização de práticas da economia solidária. Assim, o Banco Palmas também se expande para além do território de ação da Asmoconp, o Conjunto Palmeiras. E

esse processo de expansão, realçado no espaço midiático, mobiliza apreciações diferenciadas na esfera nativa, chegando, em determinadas situações, a dividir opiniões.

Por um lado, há discursos que ressaltam a necessidade de manter a experiência local como um fenômeno visível na mídia e que defendem a expansão das metodologias ali testadas para outros espaços e comunidades. Por outro lado, há interpretações que ressaltam a dimensão espetacular da visibilidade alcançada pelo sistema Asmoconp/Banco Palmas como um dos fatores responsáveis pela transformação do perfil de radicalidade das lutas locais vivenciadas em décadas passadas. Esta última perspectiva de análise concebe que a radicalidade poderia estar dando lugar a um foco de ação mais específico nas demandas por geração de trabalho e renda e na expansão do Banco Palmas, enquanto outros processos reivindicativos também importantes para o bairro estariam ficando à margem do poder de pressão do movimento comunitário local.

Outro fato também importante a ser destacado é que a visibilidade pública do signo palmas nem sempre se revela na espontaneidade das ações locais que dão movimento à rede interna de economia solidária que funciona no bairro. Ora, a mídia costuma reproduzir imagens sobre o Banco Palmas normalmente nos lançamentos de novos projetos ou em cerimônias onde se faz presente o tom solene e ritual que caracteriza a *performance* da instituição quando a mesma mobiliza a eficácia de seu capital simbólico na esfera pública. Assim, muitas vezes as imagens são realçadas ou montadas para dar a conhecer situações que, na verdade, são vivenciadas no cotidiano do espaço local. Nesses momentos, sujeitos que estão diretamente ligados à operacionalização de projetos e atividades do Banco Palmas entram em cena ou figuram como componentes de

imagens captadas pelas câmeras de veículos midiáticos que, com ou sem intenção explícita, contribuem expressivamente na projeção da eficácia simbólica do signo palmas.

Não pretendo afirmar que os sujeitos articulados nessas situações figuram como meros atores, interpretando uma situação irreal, puramente montada. Não se trata disso. Trata-se, na verdade, de um trabalho técnico, que oportuniza os momentos em que a imprensa se dirige à Asmoconp e ao Banco Palmas para ressaltar, mediante a comunidade local e o público externo, a importância dos projetos e das ações ali desenvolvidos. Convém não esquecer, também, que os sujeitos que posam em fotografias produzidas para notícias ou divulgação vivem e trabalham na comunidade e que, embora atuem no corpo funcional da Asmoconp e/ou do Banco Palmas, são também usuários dos produtos e serviços que se encontram disponíveis na Rede palmas de economia solidária. Assim, suas aparições em imagens tecnicamente montadas não devem ser vistas como meras representações simuladas.

O processo de inserção da experiência do Banco Palmas no circuito midiático pode ser compreendido como uma estratégia de empoderamento do espaço local, haja vista que a visibilidade pública dos projetos de economia solidária desenvolvidos pela instituição reforça a eficácia simbólica da marca palmas, potencializando também a legitimidade do capital técnico e dos conhecimentos acumulados ao longo de 14 anos de trabalho na construção de ações focadas na economia solidária. Assim, estar na mídia é, também, uma forma de atrair mais investimentos internos e conquistar espaços onde o Instituto Banco Palmas, criado para disseminar em outras comunidades as metodologias aplicadas no Conjunto Palmeiras, tem encontrado oportunidades de ampliar seu horizonte de atuação.

Os trechos de discursos nativos reproduzidos a seguir proporcionam uma compreensão mais clara sobre como esse processo de midiaticização e alargamento do campo de ação do Banco Palmas é significado. Aqui as opiniões se dividem entre diferentes interpretações, configurando um conflito de ideias expresso nas posições assumidas por lideranças comunitárias locais. Por um lado, ressalta-se a importância estratégica do recurso midiático na divulgação e legitimação da experiência local no âmbito da comunidade e no contexto externo. Por outro lado, critica-se a ênfase que é dada à esfera midiática e o consequente processo de expansão do campo de ação do Banco Palmas para além do território local, configurando-se também uma visão analítica segundo a qual a Asmoconp estaria distanciando-se do conjunto das reivindicações sociais demandadas pela realidade do bairro, ao centralizar suas atividades no eixo temático da economia solidária.

“[...] desde o começo, assim, a gente sempre tentou aproveitar, né, muito bem o poder da mídia pra divulgar o que a gente tava fazendo aqui dentro. Por quê? Existe, na verdade, um senso comum de... e que assim nos incomoda, eu posso te dizer assim, eu acho que é generalizado, que é assim: a favela, ela sempre aparece nas páginas policiais ou nos programas policiais. Então, nós fazemos um esforço grande pra mostrar que não é só isso, que tem muita gente fazendo muita coisa muito boa, né? Então, é importante que a comunidade testemunhe isso, porque muitas vezes, de tanto se falar nos meios de comunicação de que o Palmeiras só tem problemas, o Palmeiras só tem violência, que as pessoas passam a não enxergar o que existe dentro da própria comunidade. Então nós fazemos um esforço grande pra que as pessoas percebam o que é que tem

de bom aqui dentro, né? Por isso, esse trabalho todo com o Projeto de Arte-Educação, com essa coisa toda, tem nos ajudado muito, né, a falar disso de uma outra forma. E nós temos um programa de rádio, que é uma hora toda quinta-feira, onde a gente tá... chama Banco Palmas Informa. Tem o jornal que tá saindo a cada mês, né? Mas aí a gente tá sempre procurando outras formas de mostrar pras pessoas isso. E nas solenidades, nos momentos onde a gente tá comemorando... Porque quando você vai inaugurar alguma coisa aqui dentro, isso foi resultado de muito trabalho, de muita luta, de ir atrás e conseguir. Então, é importante que a comunidade veja e reconheça isso, né, e incorpore e se aproprie disso, senão não faz sentido. E é importante também a gente mostrar pra cidade que na periferia, né, existem outras coisas e que... e pra outras periferias de que é possível fazer as coisas diferentes, né, que nem tudo tá perdido, né, que nós podemos mudar as coisas, que nós não temo que ficar só esperando pelo governo e reclamando que o posto de saúde não funciona, que... Enfim, temos que continuar dizendo isso também. Mas nós podemos fazer muita coisa, com a nossa força, com a nossa organização, né? Eu acho que tem essa coisa de mostrar pra dentro, mostrar pra fora e mostrar pros iguais, pros nossos pares, pros nossos companheiros das outras associações, dos outros bairros que é possível a gente fazer as coisas” (Entrevista com Sandra Magalhães, coordenadora de projetos do Sistema Asmoconp/Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 6/11/2007).

“[...] Eu defendo a Associação dos Moradores, também pelo trabalho da economia, mas critico porque fastou-se das reivindicações sociais. [...]. Então o Banco Palmas é visto lá fora como uma entidade que ajuda

em todos os setores o Palmeiras. E ele não ajuda. Nós, por acaso, já chamamos o Banco Palmas quatro vez pra fazer parceria com a ABVV e nunca foi aceitado. A gente não queria ter o porte que o Banco Palmas tem assim, no momento. Mas o Banco Palma podia trabalhar numa parceria também pra ajudar a desenvolver as outras associações que têm um trabalho bom na comunidade. Nós temos trabalho com criança, com jovens, com adolescente e tudo e ele também podia fazer essa parceria. Nós gostamo e defende o Banco Palmas. Mas era pra ele fazer um trabalho muito melhor em parceria com as pessoas que apoia ele, com os movimentos que apoiam o Banco Palmas. [...]. Sempre alertamos com a questão da fantasia. E muita gente que vem de fora começa a observar: 'Ai, por que que o Augusto falou na questão da fantasia?'. Porque a fantasia às vezes atrapalha bastante. Às vezes atrapalha. [...]. É a divulgação acima do limite. É... muitas vezes a pessoa vai atrás de você porque você aumentou a sua fantasia tão grande que o povo tá acreditando mais na fantasia do que no projeto. Se expandiu através da fantasia, mas em termo de projeto não é tudo aquilo que a fantasia mostra. Então alguém vai em busca mais é da fantasia, por ali. A fantasia chama muito a atenção. E quando chega lá, a questão da prática é menos do que a fantasia, então... [...]. Eu sou a favor que o Banco Palmas apareça mais na comunidade do que internacionalmente. Eu sou a favor disso. [...]" (Entrevista com o líder comunitário Augusto Barros Filho, gravada durante a pesquisa de campo, em 2/11/2007).

"[...] A memória, nós temos isso muito forte. A memória faz parte do sucesso, da luta. Quando cê perde a memória, cê perde a identidade, você se acaba. Então o nosso maior orgulho aqui é que nós éramos uma favela e

nos urbanizamos, criamos um banco e agora somos um bairro, né? E agora sou até bairro. Então, quando cê perde sua memória desse passado, cê se enfraquece completamente no seu processo de luta. Então, registrar tudo o que faz é muito importante pra registrar a memória. É... Se eu penso na linha tecnológica, na nossa tecnologia, vamos chamar assim, a tecnologia do Banco Palmas, nós criamos tecnologias, é fundamental também registrar. Por dois motivos é fundamental registrar. Primeiro, pra poder ser difundido. Se eu não registro isso, não permito que outra pessoa possa replicar. Segundo, pra ser respeitado. A gente acha que o conhecimento é coletivo. O conhecimento não tem dono. O conhecimento é pra ser... não pode ser apropriado, né? Porque nunca o conhecimento é só seu. Quem criou esse pen drive, criou porque alguém um dia criou o plástico, o outro criou não sei o que, até que ele criou o pen drive. Então o conhecimento é pra ser socializado. Mas tem que ser reconhecido. Quando eu digo assim que o Banco Palmas criou uma tecnologia social e isso tá escrito... E não é pra poder ficar como proprietário. É pra ser disseminado. Mas tem que ser reconhecido. Eu não acho que nós somos donos. Senão vem um picareta por aí e diz que ele que fez e deforma a tecnologia. Temos que registrar. Isso é importante, por dois motivos. Outra coisa é a mídia. Outro lado é a comunicação, explorar a mídia, jornal, rádio, televisão. Isso é fundamental também. Isso a gente aconselha que os movimentos façam isso. Nós tentamos fazer isso de forma... melhor possível. Por que a mídia? Porque, primeiro, porque divulga, legítima, abre portas, dá credibilidade. A gente tem certeza que muitas coisas a gente consegue porque nós estamos na mídia. Os próprios editais hoje em dia pedem isso, recorte de jornal, televisão e tal. Então a gente não pode dispensar isso enquanto uma ferramenta de luta, enquanto uma fer-

ramenta que abre porta. Tem toda uma ciência pra isso, né? Tem todo um cuidado, toda uma estratégia que a gente utiliza pra ter uma forte presença de mídia. Claro, eu digo sempre que mídia é muito bom e deve ter. Só não basta. Não basta ter mídia, porque você não fica. [...]. Ninguém fica na mídia por mais de dois, três anos sem ter nada pra mostrar. Porque aquilo se acaba, isso vai embora. Então nós tamos com dez anos na mídia. E mídia boa, mídia boa que eu falo é assim, mídia grande, né, de grandes veículo de comunicação. Ninguém enrola a mídia durante dez anos. Então alguma coisa tá acontecendo. Pode ser até pouco, mas alguma coisa tá acontecendo. [...]. Esse jogo... o pessoal diz que o Palmeira mente na mídia. Não... Não tem uma mentira lá dentro. Agora, nós capitalizamos, mostramos e reforçamos o lado bom da coisa, né, com muito mais proporção do que o lado ruim. Eu digo sempre que no Palmeira vai pra televisão por dois motivos. Ou vai pra mostrar desgraça ou vai ao Banco Palmas. É impressionante! E não é nem verdade que temos só nós de bom aqui. Tem trabalho belíssimo no Centro de Nutrição. A igreja faz trabalho interessante com as mulheres, as escolas têm horta, mas só se relaciona com a imprensa pra mostrar desgraça. Ou é o Banco Palmas ou é desgraça. Pode pegar a história da mídia nesse bairro, né. Porque as pessoas têm uma relação ruim com a mídia e eu acho que tem que... É possível evoluir nesse sentido” (Entrevista com Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas e coordenador geral do Instituto Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 5/11/2007).

Pelo que pude perceber durante a pesquisa de campo e considerando também os dois discursos anteriormente citados que defendem a visibilidade do sistema Asmoconp/Banco Palmas

na esfera midiática, as situações rituais e solenes que são organizadas por essas instituições – geralmente por ocasião do lançamento de um novo projeto ou em caráter comemorativo –, bem como a ocupação do espaço da mídia como estratégia de divulgação e legitimação do trabalho desenvolvido, representam peças fundamentais no processo de construção simbólica e prática da experiência local de economia solidária.

Convém ressaltar, no entanto, que na ordem prática das situações vivenciadas no cotidiano, o esforço de materialização da economia solidária como proposição cultural que aos poucos vai abrindo caminhos no contexto do Conjunto Palmeiras revela-se concretamente na mobilização de uma rede local de empreendimentos, produtos e serviços diferenciados pelo capital simbólico do signo palmas. Assim, a expressão “Aceitamos palmas” unifica os fios de uma teia simples, dado o caráter popular dos empreendimentos que nela se entrelaçam, e, ao mesmo tempo, complexa, em função da pluralidade de projetos e ações que são protagonizados pelo sistema Asmoconp/Banco Palmas.

Como afirmei anteriormente, a sentença “Aceitamos palmas” tem, também, um sentido e uma função subjacentes: atrai aclamações, olhares, parceiros, moradores do bairro e de outros lugares... Enfim, sujeitos diversos que encontram na Rede palmas um conjunto de empreendimentos e projetos realçados em momentos solenes e em situações rituais. Uma rede que se destaca no espaço midiático como espetáculo bem-sucedido, montado em um bairro pobre constantemente visitado, onde o sistema Asmoconp/Banco Palmas apresenta-se como “vitrine” de produtos e serviços identificados sob a marca da economia solidária. Na seção seguinte, descrevo os principais fios dessa rede, seus objetivos e linhas de ação.

4.1 Rede Palmas: Ações e Projetos Desenvolvidos na Experiência Local

Em janeiro de 2008, o Banco Palmas completou dez anos de atividade. Desde 1998, seu leque de projetos, produtos e serviços vem-se ampliando de forma expressiva. As ações desencadeadas com a abertura do banco não se restringem à oferta de crédito para produtores do bairro, embora seja seu foco de atuação.

No espaço sede da Asmoconp, diversos produtos e serviços foram incorporando-se à experiência, integrando uma rede de economia solidária que auxilia na produção e no consumo local. Não se trata de negócios criados para gerar lucro para o banco. Neles, a lógica da rede começa a transparecer basicamente em torno da declaração de três princípios que se agregam ao crédito solidário: estratégias de produção sustentável e autogestão, comercialização justa e consumo ético. A prática fundamentada em tais princípios configura o que na linguagem nativa é denominado “rede de prosumidores”. O termo dá significado a uma situação em que todos aqueles que se articulam a uma rede de solidariedade formada por produtores e consumidores são, na verdade, “prosumidores” que mobilizam um círculo virtuoso de produção, consumo e geração de trabalho e renda (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003a)⁷⁰.

As ramificações da Rede Palmas não funcionam somente na esfera produtiva de bens de consumo material. Constituem também referência na esfera simbólica e con-

⁷⁰ Em reportagem divulgada em um veículo da mídia cearense no dia 21/4/12, Joaquim de Melo referiu-se à rede de economia solidária do Conjunto Palmeiras denominando-a “rede de prosumidores”, para enfatizar que nessa rede seus participantes são produtores, consumidores e atores sociais de um processo de transformação voltado para o desenvolvimento da comunidade.

ceitual (SAHLINS, 2003), haja vista que na experiência do Banco Palmas as situações práticas de educação/capacitação, produção, comercialização e consumo formam um espaço privilegiado para a manifestação de representações e valores referentes à economia solidária.

Em junho de 2001, foi instituída a logomarca do Banco Palmas, criada para certificar todos os produtores integrados à rede. Seu signo é representado pela imagem de uma palmeira de carnaúba (*Copernicia prunifera*), símbolo do Conjunto Palmeiras e de sua história. Os principais produtos e serviços que veiculam a marca palmas compõem a relação apresentada abaixo, em que descrevo parte da estrutura formal sobre a qual se assenta a experiência de economia solidária aqui focalizada.

Sistema Integrado de Microcréditos: abrange uma linha de crédito que financia a produção e outra que oferece crédito para quem quer comprar dos produtores e para comerciantes do bairro. Tem como objetivo fomentar o desenvolvimento local de modo sustentável, através da organização dos agentes econômicos em uma rede de economia solidária. As linhas de crédito são acessadas com base em três critérios: ser morador do bairro; ser uma pessoa responsável, reconhecida como tal pela vizinhança, mesmo que esteja em situação irregular com os sistemas de crédito convencionais; e assinar um contrato social com o banco.

Desde 2005, foi ampliada a oferta de crédito⁷¹ a partir de um convênio estabelecido com o Banco Popular do Brasil, que mantém quiosques funcionando na sede do Banco Palmas.

⁷¹ Segundo informações fornecidas pela coordenação do Banco Palmas no dia 5/11/2007, àquela data a instituição contava com R\$ 270.000,00 em sua carteira de crédito.

Com esse convênio, aumentou o fluxo de moradores à procura de produtos e serviços do banco e deixou de prevalecer o critério que exigia vínculo com a Asmoconp.

Cartão PalmaCard: é o cartão de crédito do Banco Palmas, instituído para estimular o consumo local, com circulação apenas nos comércios do bairro. O proprietário do cartão paga a fatura de suas compras ao banco, sem juros. Não há cobrança de anuidade, mas os custos operacionais são cobertos com a arrecadação de 3% do valor de todas as vendas realizadas pelos comerciantes cadastrados. A ênfase no uso da moeda palmas como estratégia para fazer a renda gerada no bairro circular internamente despertou a necessidade de desestimular o uso do cartão, haja vista que a dinâmica desse instrumento pode tornar lento o processo de circulação do dinheiro no espaço local, se comparado ao movimento imediato que se produz quando as compras são efetuadas com a moeda circulante.

Mapeamento da Produção e do Consumo Local: trata-se do estudo ou levantamento das formas de produção e consumo praticadas no bairro, incluindo os insumos empregados nas atividades produtivas. Essa ação específica coaduna-se com o Plano Local de Investimento Estratégico (Plies), que se caracteriza como metodologia de planejamento participativo, criada no ano de 2003, cujo produto apresentado sintetiza-se numa carteira de projetos estratégicos focados na geração de trabalho e renda para o bairro. A metodologia pode ser adaptada e transferida a outros bairros pobres (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003b). Ainda reforçando o conhecimento e o planejamento da economia do bairro, foi instituído o Fórum Econômico Local (Fecol), instância propositiva que também opera com metodologias de participação comunitária.

Feira do Banco Palmas: criada para dar visibilidade aos produtos locais e potencializar o estímulo ao consumo interno. É um espaço de integração e sociabilidade, onde os feirantes comercializam produtos fabricados no bairro e se busca incentivar o diálogo entre produtores e consumidores. É também um ambiente de encontro dos moradores.

Loja Solidária e Central de Comercialização palmas: fortalecem o trabalho de comercialização impulsionado pela feira, ampliando o potencial de venda dos produtos locais. Formam um espaço misto, onde também são postos à venda produtos de parceiros de assentamentos de reforma agrária e de outras experiências relacionadas à economia solidária, à agricultura orgânica e ao consumo responsável.

Moeda Circulante Local: trata-se de uma moeda social com valor correspondente ao do real. Foi instituída como instrumento de um Clube Trocas, sob as denominações de palmares e palmarins. Hoje, a moeda social denomina-se palmas (P\$). Circula na rede de economia solidária do bairro, em diversos estabelecimentos comerciais e de serviços – dentre os quais alguns oferecem descontos no ato do pagamento com a moeda local – e nas *topics* que fazem linhas de transporte urbano entre o Conjunto Palmeiras e outros bairros da cidade.

A moeda palmas tem um lastro em moeda nacional, o real, fato que permite a comunicação entre as duas moedas, assegurando também a liberdade de escolha aos moradores. Para cada moeda palmas emitida, o Banco Palmas mantém sob seu controle um valor correspondente em reais⁷².

⁷² Segundo informações que coletei em entrevista com o coordenador do Banco Palmas no dia 5/11/2007, àquela data havia um lastro de R\$ 20.000,00 cobrindo valor correspondente de moeda palmas em circulação no Conjunto Palmeiras.

Entre os desafios enfrentados para garantir a viabilidade do circulante local, destaca-se a necessidade de manter e ampliar esse lastro. Tal demanda é atendida pelas seguintes fontes:

i) Através de doações de pessoas físicas, jurídicas ou da cooperação internacional; ii) Através do pagamento de serviços. Todos os profissionais que prestam algum tipo de serviço para a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira, por exemplo, recebem 10% de seu pagamento em circulante local (PALMAS); iii) As organizações locais, empresas e instituições não governamentais, trocam reais por PALMAS para pagarem parte do salário dos seus trabalhadores (5% a 10%) em PALMAS; iv) Os moradores lastreiam a moeda por conta própria. Isto é, os moradores se dirigem ao Banco Palmas para trocarem Reais (R\$) por PALMAS. Isso acontece porque com PALMAS eles podem adquirir diversos produtos e serviços a preços mais baixos no bairro. Essa é a maior fonte de lastro (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2005a, p. 27).

Esse conjunto de estratégias promove a circulação da moeda palmas e, conseqüentemente, estimula a movimentação de renda e a geração de trabalho dentro do próprio bairro. Com a realização do Projeto Bairro Escola de Trabalho, do qual falei adiante, surgiu mais uma forma de assegurar o lastro para o circulante local. Parte da remuneração destinada aos bolsistas do programa social é recebida em moeda palmas. Os alunos recebem 20% da bolsa de R\$ 50,00 em moeda palmas e os empreendedores/capacitadores recebem 28,5% do pagamento de R\$ 70,00 também em moeda local. Trata-se de uma ação que promove um duplo efeito: o estímulo à circulação da moeda social e a conscientização de alunos e capacitadores no que concerne ao fortalecimento da rede de economia solidária do bairro.

É interessante considerar aqui a dupla função que a moeda circulante local apresenta. Além do alcance material que envolve o sistema monetário, a moeda palmas tem uma função simbólica e pedagógica. É um símbolo de pertencimento ao bairro e de filiação a um projeto. É, portanto, um instrumento importante no processo de construção cultural de uma experiência denominada economia solidária. Essa construção passa por um esforço pedagógico, através do qual a comunidade é estimulada a abraçar a causa desse projeto, a sentir-se parte do mesmo e a ser constantemente instigada a compreender seus princípios e vivenciar, na prática, a crença de que “uma outra economia é possível”⁷³.

O sistema Asmoconp/Banco Palmas é o centro de onde se irradia todo esse processo de construção simbólica e prática da economia solidária no espaço local. A moeda palmas é um elemento de peso nesse contexto. Percebendo a função desse símbolo no que concerne ao fortalecimento da rede local de economia solidária, arrisco-me aqui a fazer uma interpretação. Através do controle da circulação da moeda, o Banco Palmas assemelha-se, em certo sentido, a uma espécie de centro, onde a economia e a movimentação financeira do bairro são, em parte, mapeadas. Esse mapeamento permite ao Banco Palmas planejar, projetar-se na rede com mais conhecimento e propriedade técnica. Assim, o circulante local funciona como um fio condutor de diversas ramificações de uma teia que, em termos nativos, é denominada rede de socioeconomia solidária; expressão que ressalta o caráter social de um projeto cuja capilaridade abrange práticas produtivas, comerciais, de serviços, de microcrédito e de formação profissional, cultural, econômica e política.

⁷³ A expressão aparece como título de uma obra já citada neste trabalho (SOUZA *et al.*, 2003).

Após essa explanação sobre a moeda circulante local, apresento a seguir informações sobre outras ações, empreendimentos e projetos ligados à Rede Palmas.

Laboratório de Agricultura Urbana: é um espaço situado na sede da Asmoconp, onde as famílias aprendem técnicas agrícolas para aplicarem nos quintais de suas casas. Fundamenta-se nos princípios da agricultura orgânica e da segurança alimentar e nutricional, operando também com o cultivo de plantas medicinais.

Incubadora Feminina: é um projeto destinado a acolher mulheres em situação de risco, que beneficia, prioritariamente, vítimas da violência doméstica, oferecendo-lhes, por aproximadamente nove meses, atendimento médico e psicológico e atividades de formação para o trabalho. As estratégias mobilizadas pela incubadora consistem em (re)integrar essas mulheres ao circuito produtivo, buscando assegurar-lhes o acesso à cidadania e à geração de renda. Algumas das egressas do projeto encontram oportunidade de inserção profissional na PalmaFashion, dentre outros espaços produtivos vinculados à Rede Palmas (PAIVA, 2005).

Empreendimentos Produtivos da Rede: caracterizam-se como pequenas unidades produtivas autogestionárias, formais e informais, que geram oportunidades de trabalho para mulheres e jovens do bairro. Inicialmente, foram financiadas pelo Banco Palmas e ainda contam com o apoio da instituição. A Rede Palmas é composta pelos seguintes empreendimentos: PalmaFashion (confeções do vestuário), Palmart (artesanato com técnicas de “fuxico”⁷⁴ e estamparia), PalmaLimpe (pro-

⁷⁴ O “fuxico” é feito a partir de um pequeno retalho, recortado em formato redondo, que depois de costurado ganha forma de flor.

dutos de limpeza), PalmaCouro (artesanato em couro), PalmaNatus (cosméticos e medicamentos fitoterápicos) e Palmas Limpeza de Ambientes (serviços de limpeza).

Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária (PalmaTech): localizada na sede da Asmoconp, desenvolve oficinas e cursos variados com diversas finalidades: formação profissional, gestão de empresas solidárias, criação de redes e instrumentos de economia solidária, difusão dos princípios da cooperação, dentre outras. A PalmaTech é o centro de referência da gestão do conhecimento produzido ou trabalhado pelo Banco Palmas, sendo responsável pela elaboração de materiais pedagógicos, publicações e relatórios. Possui uma lista de diversas atividades de capacitação já oferecidas, focadas na formação para empreendimentos solidários e no desenvolvimento local. Destaca-se entre os produtos da escola o Seminário ABC da Socioeconomia Solidária, já realizado em outros bairros periféricos da cidade de Fortaleza e em outros municípios onde foram implantados bancos comunitários.

Sistema de Compras Coletivas: trata-se de uma estratégia de organização das famílias para a compra de insumos da produção e/ou produtos da cesta básica com custos mais baixos do que os praticados nas compras individuais. O sistema aplica-se também à aquisição de produtos da agricultura familiar, provenientes de áreas de assentamento de reforma agrária. Segundo informações que coletei em campo em 1º de novembro de 2007, àquela data o sistema encontrava-se desativado, provavelmente devido à condição sazonal de produtos cuja demanda não estava sendo satisfatoriamente atendida.

Projeto Bairro Escola de Trabalho: iniciado em 2006, direciona-se à capacitação profissional e à geração de trabalho e renda para jovens com idade entre 16 e 24 anos. O projeto tem

o objetivo de reforçar a lógica da rede interna de socioeconomia solidária e busca incentivar os produtores, comerciantes e prestadores de serviços do bairro a capacitarem e empregarem jovens da comunidade, visando fortalecer o campo de trabalho local. O objetivo está vinculado também ao propósito de estimular a abertura de novos espaços de negócio no bairro. A capacitação baseia-se em conteúdos focados nos princípios da socioeconomia solidária. É importante lembrar que os empreendedores/capacitadores e os alunos recebem uma bolsa ou remuneração mensal, cujo pagamento é feito, em parte, em moeda social palmas, conforme já foi referido.

O projeto funciona em parceria firmada com a Inter-American Foundation (IAF). O planejamento dessa ação local previa que em três anos, a partir de 2006, 1.000 jovens do Conjunto Palmeiras e adjacências estariam capacitados em alguma modalidade profissional.

Em 5 de novembro de 2007, conversei com a coordenadora do projeto, que demonstrou seu contentamento em face dos resultados alcançados. Àquela data já se somavam 18 turmas formadas, cada uma com uma média de 33 alunos, projetando o total de mais de 500 jovens qualificados para o trabalho. Já se estimava também a inserção de aproximadamente 50% dos egressos dos cursos em atividades produtivas na economia do Conjunto Palmeiras e do Conjunto São Cristóvão, bairro vizinho. A informante referiu-se ainda ao fato de que o projeto tem contribuído para estreitar os laços do Banco Palmas com o comércio e os empreendimentos locais, proporcionando mais dinamismo à moeda social.

Além de preparar jovens para o trabalho, o projeto também atua na formação para o exercício da cidadania e na valorização dos princípios do consumo responsável e da

responsabilidade socioambiental. No primeiro módulo, antes de entrarem em contato com a aprendizagem profissional específica, os jovens acessam conteúdos referentes à memória do movimento social protagonizado no bairro, bem como tomam conhecimento acerca de definições fundamentais pertinentes à socioeconomia solidária. À época da conclusão desta pesquisa, o sistema Asmoconp/Banco Palmas pretendia dar continuidade à experiência e instituí-la como metodologia que poderia ser multiplicada em outros espaços, comunidades e municípios.

Projeto Jovens Consultores Comunitários: esse projeto preparou jovens para atuarem no trabalho de ampliação da rede de circulação da moeda palmas, no sistema de microcrédito comunitário e também para auxiliarem na reprodução da metodologia dos bancos comunitários em outros municípios atendidos pelo Instituto Banco Palmas. As atividades de formação incluíram aulas de conteúdo conceitual e técnico, bem como aulas práticas realizadas em campo.

Academia de Moda Periferia: espaço de formação e produção na área de moda, surgido a partir da visibilidade alcançada pelo trabalho da PalmaFashion. Trata-se de uma escola destinada a mulheres e jovens da periferia da cidade de Fortaleza e Região Metropolitana, com atuação fundamentada nos princípios da socioeconomia solidária. O espaço teve como impulso de sua criação o projeto palmas Fashion Weeks, realizado através de parceria entre a Fundação holandesa Strohmalm e o Banco Palmas, no período de 24 de julho a 20 de agosto de 2006. As atividades foram desenvolvidas com a participação direta de jovens holandeses, da comunidade do Conjunto Palmeiras e de outras organizações locais que apoiaram o projeto.

A Academia de Moda funciona com o apoio financeiro da instituição Cordaid e do Instituto Strohalm de Desenvolvimento Integral (Instrodi), que atua no Brasil com o apoio técnico e operacional da citada Fundação Strohalm. O trabalho desenvolvido pela Academia de Moda conta também com a participação de diversos parceiros, dentre instituições empresariais e acadêmicas.

Projeto Bate palmas: centrado na perspectiva da arte-educação, o projeto funciona como um eixo a partir do qual o Banco Palmas busca fortalecer o espaço da produção artística e cultural no Conjunto Palmeiras, investindo no protagonismo juvenil. São diversas linhas de ação que incluem a formação de crianças, adolescentes e jovens, principalmente no campo da música. Através do projeto são desenvolvidas oficinas de produção de instrumentos musicais rústicos, bem como a formação nas áreas de canto e percussão musical.

Está também ligado a essa experiência o Estúdio do Banco Palmas, espaço onde são gravadas produções musicais criadas no bairro, músicas do Projeto Bate palmas e de grupos culturais que visitam o Banco Palmas. O estúdio funciona com o apoio da Fundação Strohalm e trabalha com o grupo Banda Mudança, formado por músicos holandeses e do Conjunto Palmeiras. Destaca-se ainda no âmbito do projeto o Bloco Bate palmas, que anima o pré-carnaval local com desfiles realizados pelas ruas do bairro nos finais das tardes de sábado que antecedem o carnaval.

Após a apresentação do rol dos principais produtos e serviços vinculados à marca palmas, devo salientar que não é fácil acompanhar o ritmo de trabalho do sistema Asmo-comp/Banco Palmas, onde se observa um dinamismo intenso, que resulta num frequente surgimento de novidades e

novas ações no cotidiano local. Assim, é possível que a lista aqui apresentada tenha deixado de fora projetos em andamento que até a conclusão da pesquisa de campo eu não tive a oportunidade de conhecer ou que foram implantados depois que encerrei minhas atividades de observação no início do mês de dezembro de 2007.

Devo ressaltar, ainda, que a relação de produtos e serviços do Banco Palmas aqui apresentada pode estar incompleta ou mesmo desatualizada não somente em função de novos projetos que eventualmente estejam surgindo. Tão logo comecei a realização da pesquisa de campo, percebi que não teria condição viável para acompanhar presencialmente todas as ações desenvolvidas pelo sistema Asmoconp/Banco Palmas. Esta afirmação justifica-se, sobretudo, pelo fato de que a esfera de ação do Banco Palmas desde 2003 já não se restringe ao ambiente do Conjunto Palmeiras, muito embora permaneça centrada nos produtos e serviços locais.

O ritmo intenso e o aumento da visibilidade pública do Banco Palmas atraíram mais parceiros, mais recursos e mais trabalho. As lideranças mais capacitadas em termos de escolaridade e experiência no contato com instituições de apoio externo passaram a ter suas agendas ocupadas com palestras e seminários em outras comunidades, organizações, cidades, estados e até mesmo fora do Brasil. Conforme já mencionei, foi criado então o Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, cuja função principal é transferir a metodologia dos bancos comunitários para outras comunidades ou municípios.

Além de gerir o conhecimento e a difusão das práticas de economia solidária experimentadas no Conjunto Palmeiras, o Instituto Banco Palmas assume atualmente a função de

articulador nacional da Rede de Bancos Comunitários e tem parceria firmada com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), atuando na transferência de metodologia de enfrentamento da situação de pobreza através da implantação de sistemas econômicos denominados alternativos.

Os chamados Bancos Comunitários de Desenvolvimento são concebidos para promover ações de inserção social nas esferas da produção, do comércio e do consumo com base nos princípios da economia solidária e na perspectiva de fortalecer espaços associativos locais. Nesse sentido, podem operar com as seguintes modalidades de produtos e serviços financeiros: moeda social circulante local; crédito solidário ofertado através de parcerias articuladas com agentes financeiros (Banco Popular do Brasil – BPB, Caixa Econômica Federal – CEF, por exemplo); crédito para financiar empreendimentos solidários; crédito para consumo pessoal e familiar, sem juros; cartão de crédito popular solidário; abertura e extrato de conta corrente; depósito em conta corrente; saque avulso ou com cartão magnético; recebimento de títulos; recebimento de convênios (água, luz, telefone etc.); e pagamento de benefícios (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2006, p. 10)⁷⁵.

A Rede de Bancos Comunitários atendida pelo Instituto Banco Palmas abrangia em 2008 as seguintes unidades: Banco Bassa (Banco Comunitário de Santana do Acaraú–CE), Banco dos Assentados de Beberibe (Banco Comunitário de Beberibe–CE), Banco Paju (Banco Comunitário de Maracanaú–CE), Banco Par (Banco Comunitário de Paracuru–CE), Banco Serano (Banco Comunitário de Palmácia–CE), Bancart (Banco

⁷⁵ Ver também MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de & MAGALHÃES, Sandra. *Banco comunitário e cooperativa de crédito: uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005b.

Comunitário de Missi/Irauçuba-CE), Banco Bem (Banco Comunitário do Espírito Santo) e Banco Terra (Banco Comunitário de Vila Velha-ES).

A Rede Cearense de Bancos Comunitários encontra-se em processo de expansão, em virtude de parceria estabelecida entre o Instituto Banco Palmas, o Governo estadual, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e o Banco Popular do Brasil. Têm prioridade na implantação das ações os municípios que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Trata-se de uma política pública denominada Projeto Bancos Comunitários do Ceará, que vem sendo operacionalizada com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop).

Segundo informações que obtive em campo, o Instituto Banco Palmas estimulou, à época, sistemas de moeda social local também nos estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Acre, dentre outros. É importante destacar ainda que a disseminação da metodologia dos bancos comunitários e dos circulantes locais é estimulada pela entidade também na Venezuela, constituindo mais um fato indicador da relação que o referido instituto tece entre o espaço local e a esfera global.

O processo de expansão do campo de ações do Banco Palmas para além do território do Conjunto Palmeiras evidencia a repercussão e notoriedade do trabalho local. E resulta também na ampliação do reconhecimento e da legitimidade social dessa experiência protagonizada no âmbito da economia solidária. Menciono aqui um sinal que evidencia essa afirmação: em 2005, o sistema Asmoconp/Banco Palmas concorreu como finalista do Prêmio Fundação Ban-

co do Brasil de Tecnologia Social. Como produto da participação no concurso, o Banco Palmas foi agraciado com um vídeo que conta a história do bairro e apresenta a instituição como um espaço onde se engendrou uma tecnologia social a serviço dos pobres.

Como já foi dito, em janeiro de 2008, o Banco Palmas completou dez anos de funcionamento. É interessante saber, então, como foi avaliado o impacto das ações desenvolvidas em território local. Como fonte dessa avaliação, cito aqui um trabalho de pesquisa realizado por ocasião do aniversário da instituição, intitulado *Avaliação de Impactos e de Imagem: Banco Palmas – 10 anos* (SILVA JR., 2008)⁷⁶.

O estudo foi desenvolvido através da articulação entre recursos quantitativos⁷⁷ e qualitativos, oferecendo como resultado um conjunto de apreciações manifestadas por moradores e lideranças do bairro, além de números referentes às ações realizadas pelo Banco Palmas em 2007.

⁷⁶ A instituição responsável pela realização da pesquisa foi o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (Liegs), da Universidade Federal do Ceará, Campus do Cariri. Os trabalhos foram coordenados pelo professor Jeová Torres Silva Jr. (mestre em Administração e colaborador do Banco Palmas em outras atividades já realizadas), que também se encarregou da elaboração do relatório final.

⁷⁷ Em relação aos dados quantitativos, a amostra da pesquisa foi calculada sobre um conjunto de 2.649 moradores do bairro, usuários dos serviços ofertados pelo Banco Palmas, assim distribuídos: 219 tomadores de crédito; 359 usuários da moeda social circulante (consumidores e empreendedores); 771 indivíduos ligados ao Projeto Bairro Escola de Trabalho (alunos e empreendedores) e 1.300 usuários do sistema bancário correspondente (Banco Popular do Brasil). A aplicação de questionários incidiu sobre uma amostra de 9,55%, com margem de erro estimada em 5%.

Destacarei aqui apenas alguns dados que a pesquisa revela. A atuação do Banco Palmas foi muito bem avaliada entre os entrevistados. O índice de 91,30% corresponde aos que atribuíram nota entre 9 a 10 e 7 a 8 para a instituição. A validação desses dados confirma-se com a atribuição de conceitos. A grande maioria dos informantes, 98,81%, considerou a atuação do Banco Palmas como boa e ótima.

Foi apresentada a seguinte pergunta aos entrevistados: “O Banco Palmas tem ajudado no desenvolvimento do Conjunto Palmeiras?”. A maioria absoluta, 98,02%, respondeu de modo afirmativo. Os demais, apenas 1,98%, não souberam responder a essa questão. Os dados revelam também que a avaliação feita pelos usuários consultados nessa pesquisa indica pontos positivos na atuação do Banco Palmas diretamente relacionados às linhas de ação prioritárias da instituição.

Em resposta à pergunta de múltipla escolha “Como o Banco Palmas melhorou a vida do pesquisado?”, foram registradas, dentre outras, as seguintes considerações: “aumentou minha renda” (25,25%); “consegui trabalho” (20,20%); “conheci outras pessoas” (23,23%); “trouxe outros projetos para minha vida” (12,12%).

Em relação à moeda palmas, as razões indicadas quanto ao uso desse instrumento foram as seguintes: para ajudar o comércio do bairro (43,00%); pelos descontos oferecidos no comércio (22,00%); por receber parte da remuneração em palmas (18,00%); por receber empréstimo em palmas (10,00%); outras (7,00%).

No que tange às vantagens do financiamento oferecido pelo Banco Palmas, os informantes emitiram considerações que revelam a perspectiva de inclusão social trabalhada pela instituição. Dentre as respostas registradas, destacam-se: ju-

ros baixos (43,93%); atendimento rápido (27,27%); não exige garantias (15,90%); não faz consulta às restrições cadastrais (9,09%). O “valor do empréstimo muito baixo” foi apontado por 39,53% dos entrevistados como a principal desvantagem do serviço de financiamento avaliado.

No que concerne aos dados qualitativos, é interessante destacar algumas considerações coletadas através de entrevistas (SILVA JR., 2008, p. 20-22). As falas reproduzidas abaixo revelam aspectos positivos da atuação do Banco Palmas, bem como pontos que, segundo as opiniões dos informantes, devem ser melhorados, dentre os quais se destacam a ampliação dos serviços de crédito e a circulação da moeda social.

“O palmas é o esqueleto de sustentabilidade de uma série de outros projetos que beneficiam o bairro. O palmas deixou de ser só um banco. Ele se preocupa, além da parte econômica, com a parte social e cultural” (Henrique).

“É complicado avaliar, não conheço profundamente. Eu acredito que da minha parte falta uma disposição maior para o trabalho em rede, embora eu instigue as ações de mobilização. Bem, eu não conheço profundamente. Eu falo o que eu escuto, mas tenho interesse de conhecer” (padre Lauri).

“O Banco Palmas é uma referência de alto nível para o bairro; tá na mídia. Dá palestra em capitais. Eu fico orgulhoso por isso. Nasceu pequeno e hoje tem um grau de conhecimento avançado. Dá oportunidade a quem quer. A maior conquista foi a comunidade ser levada pela própria comunidade! A comunidade passa a fazer algo por ela mesma” (Irã).

“O bairro melhorou muito. As pessoas têm obrigação de defender o Banco Palmas. As pessoas que trabalham lá são muito competentes. Hoje é o bairro com o maior número de escolas públicas. O Banco Palmas trabalha pelo coletivo” (Augusto Barros).

“O palmas é uma entidade criada aqui, ideia discutida com o grupo. Faz parte da história. Não dá pra imaginar a história do Palmeiras sem o palmas. O palmas se centraliza na ideia de que a economia solidária é viável” (Benevaldo).

“O banco é fruto da luta dos moradores; se o banco não existisse, os moradores teriam criado outro mecanismo” (Cirilo).

“A moeda social representa crescimento, acessibilidade ampla. Não conheço o financiamento da moeda, mas as pessoas falam bem. Ela promove o desenvolvimento, pois circula dentro do Palmeiras, e se é gasta dentro da comunidade, gera renda pra ela” (Henrique).

“Eu não uso a moeda, mas acho que ela contribui para o desenvolvimento do comércio do bairro; eu vejo que muitos estabelecimentos aceitam a moeda social. Há muitos que não aceitam e talvez se precisasse fazer um trabalho de reforço do fator informação, credibilidade, não sei” (padre Lauri).

“A circulação da moeda é legal, pois possibilita que as compras e as vendas sejam efetuadas no próprio bairro, além de sua praticidade” (Rafael).

“Acho que o banco, pela projeção que adquiriu, poderia ter uma incidência política maior, de pressão política. Apesar das melhorias já conseguidas, os cantões do Palmeiras são completamente abandonados” (padre Lauri).

“Poderia intensificar as ações voltadas para a infraestrutura do bairro. Tentar conseguir calçamento, segurança. Isso fortaleceria ainda mais o banco, porque não adianta ele crescer se a estrutura do bairro não cresceu junto. Espero que ele possa aumentar o volume do empréstimo e leve também a moeda para as áreas vizinhas para dar oportunidade a outro bairro” (Irã).

“O Banco Palmas precisa melhorar revendo a forma de concessão de créditos; os excluídos dos excluídos: como o banco pode atender outros públicos ainda mais excluídos; existem pessoas que não têm condição de pedir R\$ 100,00. Poderia organizar reuniões nas ruas: já que o povo não vai ao banco, este deve ir ao povo; um desafio a mais. O alvo do Banco Palmas deve ser a juventude. Sempre gostei de trabalhar com a juventude” (Augusto Barros).

“Falta um trabalho mais intensivo com relação à moeda. O Banco Palmas deveria chamar mais atenção para este serviço. O Banco Palmas é um meio de transformar o bairro através da cultura e da economia solidária” (Rafael).

Dentre as considerações supracitadas, percebe-se que alguns entrevistados apontam também a necessidade de uma retomada do perfil de pressão política e reivindicação social nos processos organizativos do bairro. No entanto, essa tarefa é atribuída ao Banco Palmas. Mas na verdade, esse papel caberia à Asmoconp. É importante considerar que essa crítica faz parte do campo de tensões e conflito de ideias que pude observar no que diz respeito ao processo de ampliação do escopo de ação do Banco Palmas e a forma como determinadas lideranças do bairro enxergam a política do movimento local.

Hoje, o sistema Asmoconp/Banco Palmas e o Instituto Banco Palmas parecem, para algumas lideranças, ser uma única entidade. O campo de ação ocupado pelos três entes confunde-se com uma única esfera, não obstante a ênfase de ação da Asmoconp e do Banco Palmas no território local e o papel do instituto como disseminador das metodologias ali engendradas para outros espaços e comunidades.

O que se destaca aqui como um campo tenso e conflitual é o fato de surgirem críticas que apontam para um possível desvio de foco no perfil da Asmoconp como entidade aplicada aos interesses sociais e políticos do bairro, enquanto nesse percurso o Banco Palmas se expande e estaria centralizando suas ações na esfera econômica. Assim, outros processos reivindicativos pertinentes à infraestrutura e à segurança pública do bairro não estariam mais instigando o poder de mobilização outrora demonstrado pela principal organização comunitária local.

Diante de tais críticas, lideranças da Asmoconp e do Banco Palmas ressaltam a dimensão infraestrutural que está presente na focalização do campo econômico como estratégia importante para fortalecer um bairro cujo processo de urbanização já foi alvo de atenção na década de 1990. Essa visão não é inválida, segundo diálogos que tive com essas lideranças, as lutas por melhorias na educação, na saúde, na segurança, na qualidade das vias públicas, dentre outras demandas. Nesse sentido, embora o sistema Asmoconp/Banco Palmas hoje centralize suas ações no âmbito da economia solidária, não se encontra ausente de outros fóruns de mobilização protagonizados no espaço local. E como reforço ao reconhecimento e à legitimação do trabalho desenvolvido, apresenta os resultados alcançados através dos projetos e serviços oferecidos à comunidade no ano de 2007, de acordo com a relação reproduzida adiante.

Foram concedidos 250 créditos produtivos, perfazendo o valor total emprestado em reais de R\$ 358.697,45. Em relação aos créditos de consumo emprestados em moeda social palmas, foi concedido um total de 609, somando P\$ 3.647,00. O serviço de câmbio de palmas por reais movimentou o valor total de R\$ 85.000,00. O valor movimentado na utilização do cartão de crédito solidário PalmaCard foi de R\$ 15.000,00. Foram cadastrados 215 comerciantes para receber a moeda palmas e 254 pessoas receberam crédito⁷⁸ (em palmas e reais). Na escola PalmaTech, 350 alunos foram capacitados. Foram realizadas 18 feiras solidárias (SILVA JR., 2008, p. 13).

Essas informações foram originalmente veiculadas no jornal comunitário *Banco Palmas na Rede*⁷⁹ por ocasião do aniversário de dez anos da instituição. Os mesmos dados foram repassados ao Jornal O Povo – mídia impressa com produção e circulação no estado do Ceará – para divulgação no caderno Economia, em 28 de fevereiro de 2008, com a manchete “A multiplicação do palmas”. O texto anunciou também um *link* onde se encontrava disponível a programação do Seminário Banco Palmas 10 Anos, evento organizado de forma aberta à participação de diversas entidades.

Compreendo que a movimentação desses dados no cenário local e no espaço midiático, bem como a ênfase dada aos eventos e solenidades comemorativas dos dez anos do Banco Palmas representaram oportunidades férteis para dar visibilidade ao capital simbólico que se mantém agregado ao signo palmas.

No território do Conjunto Palmeiras e adjacências, a esfera midiática é oportunizada através de informativos e eventos que são realizados geralmente seguindo a perspectiva ritual

⁷⁸ Uma família pode solicitar e receber vários créditos durante o ano.

⁷⁹ Informativo Popular da Rede Cearense de Bancos Comunitários. Ano 2, n. 5. Jan. 2008.

abordada na seção anterior. Um dos veículos importantes no espaço local é o Programa Banco Palmas Informa, que vai ao ar às quintas-feiras, no horário entre 14h e 15h, pela Rádio Morió FM, frequência 105,3.

Projetando-se para além do espaço local, o sistema Asmoconp/Banco Palmas veicula sua imagem também no chamado espaço virtual, no sítio <www.bancopalmas.org.br>, onde estão disponíveis informações sobre a história e a memória das lutas sociais protagonizadas pelos moradores do Conjunto Palmeiras, o histórico da criação do Banco Palmas, a relação dos produtos e serviços desenvolvidos pela instituição e a divulgação de eventos e solenidades promovidos pela mesma.

Um dos eventos divulgados no sítio do Banco Palmas foi a Caravana dos Bancos Comunitários do Ceará, realizada entre os dias 28 de abril e 31 de maio de 2008, em virtude da inauguração de dez bancos populares de microcrédito no interior do estado. A caravana durou quatro dias, numa viagem que percorreu dez municípios classificados entre os que apresentam baixo IDH-M e que se beneficiam pelo já citado Projeto Bancos Comunitários do Ceará.

Não pude acompanhar a realização da caravana, pois já havia encerrado minha pesquisa de campo e estava comprometido com a redação da tese. Mas fui informado sobre o evento através da mídia e de uma colega que também pesquisa o Banco Palmas e observou de perto o cortejo. Essa pesquisadora, em diálogo comigo, ressaltou o teor solene, ritualístico e performático que caracterizou a caravana. Segundo ela, por onde o pessoal do Banco Palmas passou, a história da instituição foi relembrada, mobilizando a força de um capital simbólico que legitima o poder do signo palmas por onde ele passa e chega. Mais uma vez, percebo aqui, a importância das

caminhadas, das marchas e dos cortejos como instrumentos de construção da eficácia simbólica de experiências que não se encerram na realização de projetos sociais, mas que projetam imagens também nos campos da política e da cultura (CHAVES, 2002; PEIRANO, 2003).

A forma como o sistema Asmoconp/Banco Palmas conduz o registro midiático de suas experiências também reforça essa perspectiva espetacular que a experiência local alcança. No acervo sistematizado até 2008, destacavam-se os seguintes produtos em DVD: *Banco Palmas – uma Prática de Economia Solidária*; *PLIES – A Economia Solidária Construindo a Sustentabilidade Local*; *A Revolução do Consumo*. O acervo possui também uma peça teatral intitulada *Consumir para o Bem Viver* e uma fotonovela veiculada sob o título *Santo de Casa Também Faz Milagre*, ambas em formato impresso.

O que percebo ainda, diante desse contexto, é que o sistema Asmoconp/Banco Palmas investe esforço, recursos midiáticos e performáticos na produção de um espetáculo através do qual se mostra ao público a experiência de um bairro pobre, sofrido, cujos moradores organizaram-se e fizeram uma história de sucesso acontecer. É um bairro pobre mostrado à cidade, à sociedade local e aos parceiros e colaboradores sob outra perspectiva. Se os bairros pobres figuram na mídia em manchetes sobre violência e precariedade de infraestrutura – e o Conjunto Palmeiras também aparece assim nos meios de comunicação –, por que não mostrar outra face, a que apresenta a mobilização organizacional e a conquista de melhores condições de vida?

Respondendo a essa pergunta, recordo agora de um desses momentos espetaculares em que o Conjunto Palmeiras, a Asmoconp e o Banco Palmas revelam-se para a comunidade

local, para a cidade e para o mundo como uma experiência popular que deu certo e faz do bairro pobre um lugar onde acontecem projetos que devem ser mostrados, divulgados, celebrados. Foi assim com o projeto palmas Fashion Weeks, concluído em agosto de 2006, em alto estilo, literalmente na passarela onde crianças, jovens, homens e mulheres do bairro e de instituições parceiras desfilaram, mostrando seus talentos e produções realizadas no campo do estilismo e da moda. A passarela foi montada primeiramente numa rua do bairro, de frente à sede da Asmoconp. No dia seguinte, o desfile aconteceu no espaço do Centro Cultural Dragão do Mar, na Praia de Iracema, com a presença de moradores do Conjunto Palmeiras, parceiros do projeto e uma plateia composta por pessoas de diversos bairros da cidade de Fortaleza.

Após a realização do desfile no Centro Cultural Dragão do Mar, Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas, discursou. E ressaltou em sua fala que naquele momento o Conjunto Palmeiras mostrava à cidade seu outro lado: um bairro que não se caracteriza somente pela pobreza e violência urbana, mas também pela organização de seus moradores, que lutam e conquistam projetos para promover o desenvolvimento local.

É assim que o sistema Asmoconp/Banco Palmas mostra o Conjunto Palmeiras à sua comunidade, à cidade de Fortaleza e aos parceiros que apoiam seus projetos e atividades. Faz-se, nesse sentido, um *link* entre o espaço local e a sociedade mais ampla; entre o local e o global, haja vista a presença de parceiros vinculados a instituições de atuação internacional. Nesse cenário espetacular, o signo palmas configura-se como capital simbólico de um bairro e de uma experiência cujo propósito básico é fomentar uma “rede de prosumidores”. Ou seja, incentiva a produção dentro da comunidade e estimula os mora-

dores a consumirem os produtos locais, criando e fortalecendo uma rede de economia solidária. Mas, como diz o sítio virtual da instituição, essa proposta dimensiona-se numa perspectiva mais ousada: *Banco Palmas – um sistema integrado de crédito, produção, consumo e felicidade humana*.

Concluo aqui esta seção anunciando para o capítulo seguinte o objetivo de compreender a experiência do Banco Palmas a partir de considerações sobre a relação entre as categorias público e privado, focando o sistema de microcrédito e a rede local de economia solidária como um campo onde tais categorias interpenetram-se. Buscarei também analisar a configuração dessa experiência como fenômeno que instiga e materializa a articulação do território local com uma esfera pública mais ampla, suscitando debates, reflexões e apreciações que colocam sob o olhar relacional a economia solidária como projeto voltado para a felicidade humana e como possibilidade histórica engendrada no contexto do capitalismo.

5

BANCO PALMAS: AS CATEGORIAS PÚBLICO E PRIVADO NA EXPERIÊNCIA LOCAL

“Saímos em caminhada pelas ruas do bairro. Antes de chegarmos ao primeiro ponto/cliente, falamos com Bezerra (da Associação de Empreendedores), que estava em seu mercadinho e chamou Mariana. [...]. Vi quando ele perguntou a Mariana sobre visitas de análise de crédito a pessoas que ele indicou. Vi depois quando ele perguntou ao Jônatas sobre o número de sócios. Jônatas, aluno do projeto Jovens Consultores Comunitários, respondeu que há mais ou menos sessenta sócios. [...]. Bezerra estava referindo-se aos sócios da Associação dos Empreendedores Solidários do Conjunto Palmeiras [...]. Na primeira visita, Mariana explicou para a cliente e para os alunos como se procedia e qual o objetivo da visita. Em seguida, preencheu um formulário, fazendo perguntas à cliente, cujo negócio é confecção do vestuário/roupas. Após preencher o formulário, Mariana enfatizou o objetivo da visita. Disse que o pedido de crédito seria encaminhado ao Comitê de Aprovação de Crédito (CAP). Em seguida, despedimo-nos e saímos. No caminho, Mariana explicou por que naquela ocasião não fizemos também uma visita aos vizinhos da esquerda e da direita da cliente visitada, cujo objetivo seria sondar sobre a conduta da pretendente ao crédito. [...]. Mariana ‘representava’ também o papel de professora daqueles jovens alunos de consultoria comunitária. [...]. Na visita seguinte, ao Sr. Sebastião, quando este foi chamado à porta, encontrava-se jogando baralho em uma calçada do outro lado da rua. Fomos até lá. Ele pediu desculpa

por não ter ido atender, pois pensava que era 'negócio de politicagem' [...]. Fomos ao local onde funciona o seu negócio (conserto de geladeiras), conjugado com sua residência. Mariana repetiu os mesmos procedimentos das visitas anteriores. [...]. Chegamos ao Banco Palmas. Mariana estava explicando-me como se procede a visita ao vizinho do solicitante de crédito. Lembro que bem antes, Mariana havia feito um esclarecimento sobre o fato de Bezerra ter perguntado acerca de visitas a pessoas que ele havia indicado. Não se trata de favoritismo ou privilégio. A indicação é um procedimento normal, que faz parte de uma sistemática orientada pela lógica da proximidade, do conhecimento, das relações de vizinhança, da solidariedade, do pertencimento. [...]" (Trechos do meu diário de campo, datados de 22/8/2006).

Meu propósito ao iniciar este capítulo reproduzindo passagens do diário de campo é dar ênfase à lógica da proximidade e do pertencimento a um espaço social vivido como uma das marcas que caracterizam o território onde o sistema Asmoconp/Banco Palmas protagoniza sua experiência de economia solidária.

Ora, em primeiro lugar, devo destacar o perfil de um lugar em cujo espaço físico as edificações de estrutura horizontal sobressaem expressivamente, muitas vezes conjugadas umas às outras, ou seja, construídas sem terreno livre que proporcione o mínimo de isolamento entre uma casa e outra. Penso que essa característica influi no sentido de favorecer a proximidade entre vizinhos, dificultando uma demarcação rígida entre relações sociais de âmbito público e privado. Mas o entrelaçamento dessas categorias não se determina, obviamente, por esse fator arquitetônico.

A experiência das lutas e conquistas acumuladas pelos movimentos sociais locais e a solidariedade de vizinhança formam, na verdade, uma estrutura determinante da tenui-

dade que se observa na fronteira entre os domínios público e privado em comunidades caracterizadas pela situação de pobreza, fato que ilustro aqui em alusão à história específica dos moradores do Conjunto Palmeiras, todavia sem a pretensão de idealizar o bairro como campo onde a cooperação social engendra-se livre de conflitos e tensões.

Os trechos do meu diário de campo citados na página anterior revelam um pouco dessa lógica da proximidade. Ao acompanhar visitas de análise de crédito realizadas por uma funcionária do Banco Palmas e alunos do projeto Jovens Consultores Comunitários, percebi diversas situações reveladoras da imbricação que se manifesta entre o espaço público e a esfera privada. Logo de início, nota-se que o sistema de microcrédito comunitário, que é uma política pública estruturada pelo Banco Palmas, está relacionado ao âmbito das relações privadas. O ponto de partida de um processo de concessão de crédito é a indicação de um morador ou moradora, feita por alguém que já goza de confiança perante a instituição cedente. A pessoa indicada faz parte do campo de conhecimento e relacionamento do indicador e goza da confiança deste.

Para ter acesso ao sistema de crédito, a pessoa indicada deve ser publicamente reconhecida, pelo menos no espaço de vizinhança que cerca sua residência, como alguém responsável com seus compromissos, de conduta reconhecida e aprovada por seus vizinhos, os quais devem saber, inclusive, se tal indivíduo possui ou não envolvimento em práticas de violência doméstica. Homem que espanca sua esposa, por exemplo, não tem solicitação de crédito aprovada.

Como informam as passagens do diário de campo transcritas no início desta seção, quando Bezerra, na condição de presidente da Associação de Empreendedores Solidários e, so-

bretudo, como comerciante e morador do bairro, pergunta à analista de crédito sobre as pessoas que ele havia indicado, certamente estava enfatizando a confiança que deposita em tais pessoas, esperando que as mesmas fossem beneficiadas. Mas o processo nem sempre para aí. Após visitar a casa do candidato ao empréstimo, a analista de crédito poderá também investigar sobre a conduta do solicitante, pesquisando nas residências de seus vizinhos da esquerda e da direita.

“A visita ao vizinho, George, é mais pra eu atestar que a pessoa mora naquela casa, naquele empreendimento, se ele conhece a pessoa, se ela é uma pessoa de boa índole pra ele. Não é uma visita muito minuciosa, pra não entrar na intimidade do cliente. Mas sim só uma visita mesmo pra constatar de que ele mora naquele local, que ele é uma boa pessoa, pra criar um pouco mais de confiança” (Entrevista com Mariana, analista de crédito do Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 22/8/2006).

A oportunidade de acompanhar a realização de visitas para análise de crédito foi para mim muito importante do ponto de vista etnográfico. Ao caminhar com a equipe pelas ruas do bairro com o objetivo de visitar diferentes residências e estabelecimentos, pude gravar abordagens, questões apresentadas à analista de crédito em forma de entrevista e observar procedimentos pedagógicos que a mesma aplicou a alunos do projeto Jovens Consultores Comunitários. Destaco, sobretudo, o fato de ter observado alguns detalhes referentes à lógica da proximidade que se manifesta entre as esferas pública e privada no cotidiano do bairro.

Como exemplo desse fenômeno, evoco um trecho do meu diário de campo já citado, que se refere ao momento em que um dos moradores visitados se encontrava no outro lado

da rua onde reside, jogando baralho com outros homens em uma calçada. Esse fato revela uma característica comum do cotidiano do Conjunto Palmeiras e de outros bairros pobres da cidade de Fortaleza. Diante da ausência e precariedade de equipamentos públicos de lazer e também em virtude da solidariedade que se institui no espaço da vizinhança, moradores reúnem-se em calçadas e vias públicas para vivenciarem momentos de descontração, conversas, jogos, brincadeiras, consumo de bebidas, dentre outras atividades em que o público e o privado aproximam-se e interpenetram-se.

Apesar das formas de cooperação que se engendram no espaço da vizinhança, o cotidiano local é marcado por tensões e conflitos, que variam desde ocorrências mais contundentes – materializadas na violência urbana que também é comum em outros bairros da cidade – até manifestações de baixo impacto, ocorridas muitas vezes em espaço público, tais como bate-bocas, fofocas, xingamentos etc. Em outras situações, é possível observar tensões que se configuram no campo da política, como, por exemplo, a disputa – nem sempre explícita – por espaços de poder que ocorre entre entidades comunitárias diversas atuando num mesmo território. Assim, o espaço local não se configura como um cenário de harmonia predominante, idealizado na lógica da solidariedade, embora essa categoria seja expressiva.

Como mostra uma passagem do meu diário de campo já reproduzida neste capítulo, tensões políticas também se revelam no cotidiano da comunidade em períodos de campanha eleitoral, quando se torna comum a presença de candidatos e militantes de partidos realizando visitas a residências. Trata-se do chamado “tempo da política”, definido pelo caráter sazonal das disputas por cargos públicos

eletivos (PALMEIRA; HEREDIA, 1995, p. 34). Nesse tempo, há moradores que demonstram ânimo e envolvimento com atividades de campanha, assim como há aqueles que rejeitam e evitam o contato direto com tais atividades, vistas pejorativamente como atos de politicagem. Foi assim que Sebastião manifestou-se quando batemos à sua porta para a realização de uma visita de análise de crédito e ele se encontrava do outro lado da rua jogando baralho. Então ele pediu desculpa por não ter ido logo atender-nos, pois pensou tratar-se de “negócio de politicagem”.

A relação de proximidade que se observa entre as categorias público e privado no cotidiano dos moradores do Conjunto Palmeiras manifesta-se também no sistema de cobranças que o Banco Palmas mobiliza para combater a inadimplência entre os tomadores de crédito. Trata-se de um modelo fundado em bases morais, que remete, ao mesmo tempo, à esfera do pertencimento social e à força da coercitividade. Antes de contar com o trabalho de agentes preparados através dos projetos Bairro Escola de Trabalho e Jovens Consultores Comunitários, o Banco Palmas realizava suas cobranças contando com um recurso ousado. Os nomes dos devedores eram jocosamente divulgados em uma rádio comunitária do bairro.

A estratégia dava certo, pois o índice de inadimplência mantinha-se sempre expressivamente baixo. Há aqui sinais de que se manifestam no lugar traços de uma “solidariedade mecânica” (DURKHEIM, 1995, p. 39-83), não obstante o grau de complexidade das relações sociais ali vivenciadas. Considerando-se que na vizinhança quase todos se conhecem, não seria, portanto, desejável ter má fama diante do vizinho. Assim, os apelos transmitidos pela rádio eram atendidos. E a força da sociabilidade primária ressaltava-se num sistema de

cobranças notadamente diferenciado do modelo convencional que prevalece no mercado, o qual preserva, de certo modo, a identidade e a esfera privada dos indivíduos devedores.

No caso do comércio e do crédito popular é diferente: quem deve pode vir a ter fama de velhaco, mal pagador, a quem não se deve depositar confiança. As pessoas são facilmente identificáveis em rodas de conversa formadas em boteco, bodegas, mercearias, bares etc. Nesses lugares marcados por relações de proximidade, muitas vezes ainda se usa a velha caderneta onde são registradas as contas de quem compra fiado ou a prazo. Vejo nessas características práticas remanescentes de uma lógica fundada na solidariedade mecânica, que tem determinados traços conservados em espaços onde se vivencia a sociabilidade primária.

Segundo considerações apresentadas por lideranças do Banco Palmas, a utilização desse modelo não era praticada de modo arbitrário. Há um contrato social firmado entre a instituição e o tomador de crédito, como recurso que assegura a realização do ato de cobrança, no sentido de proteger a rotatividade do crédito comunitário através do recebimento pontual das prestações. Revela-se, portanto, um fenômeno que não se caracteriza simplesmente como invasão da vida privada de indivíduos e famílias, mas como mecanismo ético de proteção a um serviço utilizado pela comunidade. Configura-se nessa prática a lógica da reciprocidade. O Banco Palmas deposita confiança no tomador de crédito, que, por sua vez, retribui pagando com pontualidade suas prestações, legitimando-se também perante a vizinhança como alguém confiável, responsável e honrado, pronto para obter nova concessão de empréstimo.

A sistemática de cobranças do Banco Palmas não realiza mais a divulgação de nomes de inadimplentes na rádio comunitária. Considera-se que essa prática tornou-se desne-

cessária, em virtude do trabalho desenvolvido por uma equipe capacitada para cadastrar novos empreendimentos na rede de circulação da moeda palmas e auxiliar na operacionalidade do sistema de crédito comunitário.

A formação dessa equipe indica um dado importante. O sistema Asmoconp/Banco Palmas tem sido alvo de determinadas críticas que surgem em torno do fato de que a instituição de microcrédito não teria capacidade para atender a todas as famílias do Conjunto Palmeiras. Realmente, não há como atender direta e totalmente um contingente populacional que ultrapassa o número de 30.000 moradores. Em face dessa realidade, emergem interpretações que acusam o Banco Palmas de beneficiar apenas uma “panelinha”, favorecendo interesses privados.

Mas não se trata de uma experiência cujos protagonistas pretendem massificá-la, o que comprometeria seu componente pedagógico como veículo de novos valores sobre a economia e a política. Ademais, a moeda social palmas é, em si, um instrumento capaz de contribuir para o desenvolvimento do bairro, fazendo a riqueza produzida internamente circular e manter-se dentro do território, estimulando a geração de trabalho e renda. Vejam-se os números divulgados por ocasião do aniversário de dez anos do Banco Palmas, referentes a 2007 – citados no capítulo anterior –, para que se perceba como a extensão dos resultados alcançados atinge bem mais do que uma “panelinha”. Esses resultados demonstram sinais de que lideranças locais investem numa articulação expressiva entre os projetos operacionalizados pelo sistema Asmoconp/Banco Palmas e os interesses da comunidade do Conjunto Palmeiras.

Vejo esse fato expressar-se também através de projetos como o Bairro Escola de Trabalho e Jovens Consultores Comunitários. Promovendo a formação de jovens para atuarem

no campo de trabalho local e no fortalecimento da rede de economia solidária do bairro, tais projetos podem estimular, também, ainda que lentamente, a descentralização do empoderamento das lideranças do sistema Asmoconp/Banco Palmas, à medida que investem na valorização da memória dos movimentos sociais do bairro, instigando os jovens a assumirem um espírito de liderança e envolvimento político diante dos interesses da comunidade. Ou seja, são incentivados a contribuir na construção de um futuro político e cultural seguro para o sistema Asmoconp/Banco Palmas.

A equipe de jovens agentes do Banco Palmas citada anteriormente foi constituída a partir da capacitação proporcionada no âmbito desses projetos. Sua formação ampliou o grupo de trabalho que atua diretamente na instituição e contribui, na prática, para o desenvolvimento do protagonismo juvenil, despertando nesses jovens o espírito de liderança e a valorização do empoderamento da comunidade. Assim, novamente percebe-se que a experiência de economia solidária local ilustra com propriedade a articulação entre as esferas pública e privada.

Outro fator que favorece a interação entre essas esferas é a presença de um banco comunitário no bairro, que representa, em certo sentido, um eixo de atração dos moradores à Asmoconp, uma das entidades mais representativas no território local. É interessante conhecer, através das ideias sistematizadas por sujeitos diretamente ligados à aplicação e reprodução da metodologia dos bancos comunitários, quais são os objetivos, a estrutura de gestão e os mecanismos de manutenção desse tipo de experiência. Nessa perspectiva, um banco comunitário é instituído sob o propósito de estimular uma cultura e um conjunto de relações que busquem superar a lógica mercantil concorrencial, fortalecendo as esferas organizativas locais

e estreitando os laços solidários que se fundam no pertencimento a um espaço socialmente vivido. Assim, ressaltam-se os seguintes objetivos e características:

Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, Ongs, igrejas). Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica, desse modo, numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social baseado em mecanismos de democracia direta.

Sua manutenção se dá através da captação de recursos públicos e da constituição de um fundo solidário de investimento comunitário. Este fundo constitui-se de múltiplas fontes de recursos, entre doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados (pessoas físicas e/ou jurídicas), prestações de serviços mercantis não-concorrentiais e outros tipos de prestação de serviços (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2006, p. 8-9).

Se o Banco Palmas é uma referência de peso no espaço público local, os empreendimentos associativos e privados que estão ligados à Rede Palmas também o são. A rede

local de economia solidária é formada por unidades que se articulam sob um símbolo notadamente expressivo, a moeda social circulante palmas. Através desse instrumento, microempresas do comércio e do segmento de serviços atuam economicamente no sentido de atender a seus interesses particulares, ao mesmo tempo que contribuem para que o espaço produtivo e comercial do bairro se fortaleça, fazendo os valores ali gerados circularem internamente, impulsionando o movimento de um círculo virtuoso formado na produção, no comércio e no consumo. Ainda que o consumidor faça suas compras em moeda convencional (o real), se der preferência ao sistema econômico do bairro, estará fortalecendo a rede local.

Quando um morador do bairro, ainda que não seja sócio da Asmoconp, adquire a moeda palmas para pagar com desconto suas passagens nas *topics*, comprar gás de cozinha ou combustível para automóvel; quando faz seu lanche no Hamburgão, compra roupa na PalmaFashion, leva para casa produtos de limpeza da PalmaLimpe ou fitoterápicos da PalmaNatus; quando corta ou trata seus cabelos no salão de beleza do Naza, compra produtos alimentícios na Loja Solidária ou na Feira do Banco Palmas, no Mercadinho e Frigorífico Aurineide ou no Mercadinho Bezerra; quando adquire material de construção no Depósito o Amigão ou compra medicamentos nas farmácias vinculadas à moeda local circulante; quando leva para casa o pão da Padaria Pão Quentinho, compra sapatos na Sapataria Raimundo ou manda consertar seu veículo na Oficina de Carro – Bom Jesus; quando contrata serviços de eletricitas, carpinteiros, pedreiros e diaristas do Conjunto Palmeiras, certamente está

contribuindo de modo significativo para o fortalecimento da economia solidária no bairro, estimulando a geração de trabalho e renda no espaço local.

Esse movimento do círculo virtuoso da economia solidária⁸⁰ reforça no território do Conjunto Palmeiras a presença de uma esfera pública que há décadas se ergue em nome do desenvolvimento e do bem-estar da comunidade, produzindo, portanto, ganhos materiais e outro significado para a noção de riqueza. Quando sujeitos contextualizados em situação de pobreza percebem a força da sociabilidade primária, podem juntos encontrar a riqueza da dádiva, da ajuda mútua, da reciprocidade. Assim, os ganhos sociais projetam-se para além do plano puramente material. Se ganha também no plano simbólico, quando a cultura da solidariedade é estimulada em contraponto ao *ethos* da competitividade e do individualismo.

Aqui se configura o que Robert Castel (2003, p. 47-60) denomina zona de “proteção próxima”. Segundo essa noção, entende-se que os territórios marcados pela pobreza têm na força da sociabilidade primária e também na solidariedade fundamentada em laços secundários importantes recursos para minimizar riscos e impactos de rupturas que resultam em processos de “desfiliação” social.

A solidariedade firmada em laços de pertencimento a um espaço socialmente vivido não se restringe ao campo de vivências compartilhadas entre moradores vizinhos. Projeta-se,

⁸⁰ A importância do círculo virtuoso da economia solidária encontra-se criativamente ilustrada numa fotonovela produzida e publicada pelo sistema Asmoconp/Banco Palmas em 2004. A fotonovela foi intitulada *Santo de Casa Também Faz Milagre*: uma alegre história de amor e solidariedade de um casal que descobre a força do consumo solidário. O material faz parte da Série Mudança de Atitude (v. 1), que integra a Campanha Compre do Bairro.

também, para o campo da política, para a esfera da dádiva associativa. A relação entre dádiva e associação já é experimentada pelos moradores do Conjunto Palmeiras desde o início de sua história, na década de 1970, tal como expus no segundo capítulo. Com a abertura e expansão do Banco Palmas, essa relação se fortaleceu, haja vista a criação da Associação dos Empreendedores Solidários do bairro e a instituição do Fórum Econômico Local (Fecol). Trata-se de instâncias associativas que visam ao fortalecimento da economia no território da comunidade, buscando afinidade com os princípios da economia solidária.

Em princípio, aos empreendedores associados e aos participantes do fórum nenhum ganho material é prometido ou mesmo esperado por eles. Há na disposição em associar-se e participar um espírito de doação e gratuidade que almeja mais do que o alcance de vantagens individuais. Assim, o envolvimento com a política a partir de um movimento social local revela-se como fruto da reciprocidade que se materializa na relação “um por todos e todos por um”, no propósito de contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas do bairro.

Como diz a definição sociológica proposta por Alain Caillé, a dádiva manifesta-se como “qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social. Na relação de dádiva, o vínculo é mais importante do que o bem”. Nesse sentido, “o paradigma da dádiva insiste sobre a importância, positiva e normativa, sociológica, econômica, ética, política e filosófica desse tipo de ação e prestação” (2002b, p. 192).

Não se deve considerar, no entanto, que o fato de indivíduos associarem-se livremente, sem interesses particulares diretos e imediatos, projeta a dádiva como um sistema de gratui-

dade desinteressada. Ora, a relação entre dádiva e associação política é fundada sobre o propósito da aliança. E toda aliança se faz em torno de interesses, sejam particulares ou coletivos. Quando prevalecem os fins coletivos, entende-se que

entrar em associação é, antes de tudo, disponibilizar seu tempo e sua pessoa; portanto, existe um vínculo evidente entre a questão da significação da dádiva e a do estatuto da ação associativa. [...] (CAILLÉ, 2002b, p. 191).

Obviamente, quando indivíduos associam-se para defender determinados interesses (moradia, urbanização, desenvolvimento local, direitos humanos, trabalhistas, políticos, étnicos ou ambientais, dentre outras bandeiras), estão articulando-se em torno de interesses instrumentais. Todavia, trata-se de interesses de um grupo, de uma coletividade. Nessa perspectiva, a dádiva da associação faz com que os interesses instrumentais sejam balizados por aspirações não instrumentais.

Não se deve, contudo, crer ingenuamente que toda forma de associação política funda-se no paradigma do dom. Ora, como foi discutido no primeiro capítulo deste livro, no âmbito dos movimentos sociais de bairro observa-se, em determinados casos, o fenômeno do clientelismo político, prática que favorece aos interesses privados de lideranças comunitárias e de partidos políticos cuja retórica anuncia uma suposta atuação gratuita e em defesa do bem comum. Essa situação é típica de espaços associativos cujo quadro de lideranças políticas não se renova e onde as pautas reivindicativas normalmente encontram-se atreladas a barganhas eleitoreiras.

O que observo no território local é uma configuração da dádiva em diferentes perspectivas: na sociabilidade primária que se caracteriza nos laços de vizinhança e pertencimento ao lugar; na sociabilidade secundária que se configura

no plano da associação política; no jogo de trocas materiais e simbólicas que se materializa no movimento da rede de economia solidária do bairro; e nas relações tecidas entre o Banco Palmas, instituições parceiras e entidades que se organizam no âmbito dos chamados novos movimentos sociais, compartilhando interesses e bandeiras comuns.

A metáfora da rede torna-se coisa concreta quando indivíduos e famílias doam-se livremente ao bairro, valorizando-o como território de vivências comunitárias, onde moram, produzem e consomem. Assim, a comunidade ergue-se como um ente de vida própria, representando para os moradores um lugar bom para se viver, produzir e consumir responsabilmente. Como fruto dessa troca livre, mas que também se faz como obrigação moral de quem pertence a um lugar socialmente vivido, tem-se a disseminação de uma semente simbólica, projetada para fazer germinar uma cultura econômica e política inspirada nos significados da solidariedade, da cooperação.

Esse espaço associativo que dá sustentabilidade social à rede de economia solidária do Conjunto Palmeiras institui uma esfera pública local, de bases populares. Em outras palavras, uma “esfera pública plebeia” em processo de construção (ARAÚJO, 2004, p. 38). A formação dessa esfera foi impulsionada ainda na década de 1970, quando os moradores do bairro protagonizaram lutas radicais para superar a situação de abandono social em que se encontravam, reivindicando a urbanização do lugar que construíram, tal como demonstrei no segundo capítulo.

Ao final da década de 1990, esse espaço político formado por indivíduos livremente associados e organizados ampliou-se para além do campo reivindicatório, fazendo emergir um projeto local de desenvolvimento econômico, protagonizado pela

Asmoconp e por lideranças técnicas que já contribuíam para o processo histórico do bairro. Assim surgiu o Banco Palmas. E em torno da instituição, indivíduos, famílias, unidades produtivas, estabelecimentos comerciais e de serviços, que são entes privados, proporcionam mobilidade e sentido a uma esfera pública que se articula em função de um objetivo comum: criar oportunidades de trabalho e de consumo que façam os valores produtivos circularem no próprio bairro, fomentando, assim, práticas e significados orientados sob os princípios da economia solidária.

O Banco Palmas alcançou, em 14 anos de existência, expressiva visibilidade pública e legitimidade social; fato que o projeta como importante agente no desenvolvimento da economia solidária, produzindo articulações diversas com instituições parceiras e outras entidades que atuam em cooperação no contexto das redes de movimentos sociais. No âmbito dessas redes há uma dinâmica da troca de conhecimentos, experiências e ações. Constitui-se, portanto, uma esfera de ação embasada em interesses e valores culturais muitas vezes comuns, resultando no compartilhamento de políticas sociais diretamente relacionadas ou pertinentes à estimulação de práticas econômicas alternativas à lógica do capital.

É importante enfatizar aqui que a dádiva é vivenciada também no plano da sociabilidade secundária. Mais uma vez remeto esta discussão ao pensamento de Alain Caillé, autor cujas reflexões teóricas são referências de peso para a compreensão do fenômeno da dádiva nas sociedades modernas.

[...]. Seria falso julgar que a descoberta de Mauss só diz respeito às sociedades arcaicas e que, atualmente, a dádiva antropológica já não existisse senão como sobrevivência. Designamos por *sociabilidade primária* o tipo de relação social em que a personalidade das pessoas

é mais importante do que as funções que elas desempenham (sem impedir a existência e a importância de tais funções); e por *sociabilidade secundária*, o tipo de relação submetido à lei da impersonalidade (como no mercado, no direito ou na ciência), em que as funções desempenhadas pelas pessoas são mais importantes do que sua personalidade. [...]. A modernidade assiste ao desenvolvimento de uma forma inédita de dádiva, ou seja, a dádiva aos estrangeiros [...], em que já não é suficiente fazer surgir ou consolidar relações interpessoais estáveis, quase comunitárias, mas torna-se necessário alimentar redes abertas potencialmente ao infinito, muito além do interconhecimento concreto.

[...] digamos que o fato associativo se desenrola na interface da primariedade e da secundariedade, da comunidade orgânica (*Gemeinschaft*) e da sociedade contratual (*Gesellschaft*); ou, melhor ainda, que ele opera uma mistura e uma transformação de lógicas opostas, permitindo a execução de tarefas funcionais sob a forma da personalização, ou a formação de alianças em grande escala, alianças próprias da grande sociedade, sem renunciar à forma da pequena sociedade. [...] A associação abre o que poderíamos designar por *espaços públicos primários* (baseando-se no interconhecimento); em suma, espaços públicos privados (CAILLÉ, 2002b, p. 195-198, grifos do autor).

As ideias supracitadas são férteis contribuições para se pensar sobre o campo das redes de trocas em que se faz presente o sistema Asmoconp/Banco Palmas, onde a relação entre o dom e o espaço da associação política transcende o território local. Considerando-se a Rede de Bancos Comunitários estimulada pela instituição, os *links* que são formados com entidades parceiras, movimentos e eixos temáticos afins e a influ-

ência que a experiência local exerce na formação de políticas governamentais e não governamentais aplicadas à economia solidária, é possível dizer que em torno do referido sistema institui-se uma esfera pública mais ampla, que se forma para além do espaço público praticado no bairro.

Considerando-se, ainda, que nesse ambiente associativo se ergue a bandeira da solidariedade – entre indivíduos, famílias, moradores de comunidades específicas, grupos populares, produtores solidários, parceiros locais, regionais, nacionais e internacionais, movimentos sociais, dentre outras categorias –, é possível pensar que a economia solidária não se encerra no campo econômico; projeta-se também como economia política e sistema cultural.

No caso brasileiro, o campo de atuação política da economia solidária amplia-se na perspectiva de instituir um marco legal que regulamente e legitime políticas públicas de crédito, produção, comércio, serviços e consumo solidários. Trata-se de um movimento que ganha força mediante o processo de expansão de experiências focadas na economia solidária no cenário brasileiro. Um documento elaborado pela Senaes, intitulado *Atlas da Economia Solidária no Brasil*, mapeia o quadro de organizações produtivas solidárias existentes no país. E revela que, em 2006, os estados do Acre, Tocantins, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás destacavam-se, em suas respectivas regiões, na concentração de empreendimentos econômicos solidários (BRASIL, 2006, p. 15).

Para melhor compreender o funcionamento da esfera pública em que a economia solidária representa um agente de peso nas perspectivas política e cultural, faz-se necessário atentar para a ampla rede de instituições à qual se vinculam diversas

experiências associativas no Brasil. Há referências importantes que contribuem para o conhecimento e a análise desse cenário organizacional. Cito aqui apenas algumas: *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego* (SINGER; SOUZA, 2003); *Sentido e Possibilidades da Economia Solidária Hoje* (GAIGER, 2000); *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil* (GAIGER, 2004); *Uma outra Economia É Possível: Paul Singer e a economia solidária* (SOUZA et al., 2003); *Economia Popular e Solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável* (ARROYO; SCHUCH, 2006).

A leitura dessas obras e a observação realizada durante a pesquisa de campo proporcionaram-me identificar um campo plural de empreendimentos e entidades de apoio e fomento à economia solidária, que abrange instituições não governamentais e governamentais e parceiros vinculados a movimentos diversos. Assumindo o risco de não citar todas as entidades ligadas ao movimento que se fortalece em prol da economia solidária, relaciono abaixo as seguintes organizações:

Redes Cearense e Brasileira de Economia Solidária; Rede Latinoamericana de Socioeconomia Solidária (Redlases); Redes Nacional e Cearense de Bancos Comunitários; Movimento de Finanças Solidárias; Redes de Comércio Justo; Rede de Turismo Solidário; Rede Brasileira de Tecnologia Social; Fórum Brasileiro de Economia Solidária; Fórum Social Mundial; Cáritas, movimentos pastorais e outras instituições ligadas a igrejas; movimento sindical (Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS; Central Única dos Trabalhadores – CUT); Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag); Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP); Fundação

Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho); Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), dentre outras organizações governamentais; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), dentre outras ONGs; Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária e Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária (Fundesol), dentre outras OSCIPs; empreendimentos econômicos populares e solidários; clubes de trocas, dentre outras.

A história do Banco Palmas é marcada por momentos de aproximação, intercâmbio ou atuação direta com várias das organizações supracitadas. É importante ressaltar que a instituição é um agente ativo nesse espaço político plural, em que mobilizações já ocorreram e acontecem com o propósito de construir um marco legal e institucional para a economia solidária no Brasil. Dentre as ações já desenvolvidas, destaca-se a participação no esforço empreendido por diversas entidades com o objetivo de provocar a formação do Conselho Nacional de Economia Solidária – criado no Governo Lula e onde o Banco Palmas tem assento – e a presença marcante no processo de construção da I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006⁸¹.

⁸¹ O evento foi realizado através de convocação conjunta oficializada pelos Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Sua preparação antecedeu-se por conferências estaduais ocorridas em todas as unidades da federação, onde foram eleitos delegados conforme os critérios de proporcionalidade determinados pela Portaria Interministerial de Convocação, assegurando a representatividade de três segmentos: empreendimentos econômicos solidários e suas entidades de representação (50% dos delegados), entidades e organizações da sociedade civil (25% dos delegados) e poder público (25% dos delegados). Além dessas três categorias de delegados estaduais, participaram, com direito a voz e voto, delegados nacionais (membros do Conselho Nacional de Economia

A conferência marcou a história recente do movimento da economia solidária no Brasil, constituindo-se como espaço de interlocução entre Governo e sociedade civil. Na ocasião, a economia solidária foi reconhecida como linha política de desenvolvimento, destacada nos debates realizados e nas proposições de princípios, diretrizes, estratégias e prioridades para as políticas públicas aplicadas ao seu fortalecimento.

As discussões e os processos de votação foram orientados por três eixos temáticos: (I) os fundamentos da economia solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo; (II) o balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas; (III) os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social⁸².

Segundo informações que registrei em meu diário de campo em 3 de maio de 2006, o Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária exerceu importante influência na concretização do evento supracitado, haja vista a incumbência de elaborar uma proposição para o marco conceitual dos bancos comunitários, além de haver estado à frente da organização da Conferência Estadual realizada na cidade de Fortaleza, Ceará.

Solidária e outros representantes indicados pela Comissão Organizadora Nacional). Participaram também convidados com direito a voz.

⁸² Essas e outras informações sobre a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária foram acessadas no sítio eletrônico <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_default.asp>, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Percebo aqui que o sistema Asmoconp/Banco Palmas/Instituto Banco Palmas representa uma referência de expressividade e legitimidade reconhecida no âmbito das organizações que atuam no campo da economia solidária. Sua presença nesse cenário destaca-se pelas práticas e metodologias desenvolvidas no Conjunto Palmeiras e já reproduzidas em outras comunidades. Assim, institui-se como agente importante nos processos históricos de construção política de uma cultura econômica que se propõe como caminho alternativo possível ao *ethos* do capital, atuando, inclusive, na produção de saberes aplicáveis e dissemináveis em seu espaço de origem e em outros contextos.

Após apresentar essas considerações, devo acrescentar, ainda, que o espaço plural no qual se articulam diversas organizações e entidades em busca do fortalecimento político e cultural da economia solidária não se caracteriza somente pela formação de consensos possíveis. Trata-se, também, de um ambiente tenso e, em certo sentido, conflitual. A tensão muitas vezes revela-se no plano das ideias e das feições ideológicas, que se manifestam formando tendências pertinentes, por um lado, à radicalidade da proposta socialista e, por outro lado, à flexibilidade de arranjos nem sempre capazes de romper com a lógica da reprodução do capital. Revela-se, também, no sentido de que, muitas vezes, instituições portadoras de interesses comuns ou aproximados, disputam, num mesmo terreno, apoios e recursos direcionados a políticas públicas, oriundos de instituições de cooperação bilateral ou multilateral e de organizações não governamentais ou vinculadas ao poder público.

É possível afirmar que o Banco Palmas, em meio a esse contexto que se configura ao mesmo tempo como solidário e competitivo, alcança uma *performance* exitosa no que concer-

ne à composição do seu amplo quadro de parcerias, fato que o identifica por um crescente dinamismo. Em 2008, a instituição contava com o apoio de diversas organizações governamentais e não governamentais, as quais serão relacionadas a seguir.

No quadro de parceiros governamentais figuravam: Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF); Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci), órgão ligado à PMF; Sistema Nacional de Emprego (Sine-CE) e Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT); Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes); Banco do Nordeste; Banco Popular do Brasil; Petrobras; Fundação Banco do Brasil. No âmbito dos parceiros não governamentais: Ashoka Empreendedores Sociais⁸³; Cooperação Alemã; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará (Sebrae-CE); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese); Oxfam; Strodin/Strohalm; Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (Negif) e Núcleo de Psicologia Comunitária (Nucom), ambos vinculados à UFC; Redes Cearense e Brasileira de Economia Solidária.

No que concerne ao território local, é importante considerar que a esfera de sociabilidade primária e secundária do bairro ganha fortalecimento na “rede de prosumidores” (relação entre produção, comércio e consumo) impulsionada através da experiência de economia solidária que o sistema Asmocomp/Banco Palmas protagoniza. Assim, uma comunidade cuja história política remete aos laços de vizinhança e

⁸³ À época, o Banco Palmas destacava-se entre os ícones disponíveis no sítio eletrônico da Ashoka, através da figura de Joaquim de Melo, coordenador do banco e *fellow* da organização mencionada. Sua imagem aparece destacada no *link* que informa: “Conheça Empreendedores Sociais que estão mudando o mundo”. Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br>>. Acesso em: 13 set. 2008.

aos apoios institucionais diversos que marcaram seu processo inicial de organização e mobilização mostra-se como um ambiente fértil para a disseminação de valores e significados pautados nos princípios da associação solidária.

Entendo que essa característica do espaço comunitário revela sinais instigantes para se pensar a categoria bairro no que diz respeito à sua relação com um fenômeno mais amplo, a cidade; especificamente, a cidade encravada num cenário de metrópole em permanente processo de crescimento, como é o caso de Fortaleza. O olhar direcionado ao Conjunto Palmeiras me faz refletir sobre a realidade de bairros pobres e populares, onde o ritmo acelerado das cidades que se inserem na dinâmica de tempo-espaço influenciada pelos processos globais não produziu em todos os lugares, de forma homogênea, uma face urbana supostamente distinguida pela impessoalidade ou pela indiferença típica da “atitude blasé” (SIMMEL, 1967, p. 18).

Olhar para a cidade de Fortaleza hoje é, mais do que no passado, ver uma cidade fragmentada, onde determinados espaços, especialmente os verticalizados e mais valorizados no mercado imobiliário, conectam-se diretamente ao ritmo do mundo global, em arranjos arquitetônicos, produtivos e turísticos voltados para a compressão do tempo-espaço e para a aceleração do “tempo de giro do capital” (HARVEY, 2001, p. 140). Em outras áreas, notadamente as que se caracterizam como territórios de pobreza, zonas periféricas, ainda que se faça presente o acesso a novas tecnologias da comunicação do mundo global, reproduz-se de modo mais visível a lógica da horizontalidade, da proximidade vivida no espaço de vizinhança, das vivências comunitárias.

Penso que o ritmo da vida cotidiana experimentado em um bairro popular como o Conjunto Palmeiras, por exemplo, instiga um processo de reflexão que leva a relativizar a ideia de que o ambiente metropolitano reproduziria, necessariamente, a lógica da impessoalidade e da atitude *blasé*.

Se fosse dada uma câmera fotográfica a um morador do Conjunto Palmeiras que vivencia uma relação de proximidade com a experiência do Banco Palmas, intuo que ele retrataria a cidade sob duas dimensões: a Fortaleza que aparece nos cartões-postais oferecidos ao mercado turístico e a Fortaleza desigual, pobre, agredida pela injustiça, violência urbana e fragmentação social. Mas penso que ele aproveitaria também para mostrar à cidade o poder de organização dos moradores do seu bairro e os símbolos reveladores do sentimento de pertença ao território onde habita. Acho que ele mostraria, por exemplo, a moeda circulante local, o palmas, como símbolo de um lugar onde a força hegemônica da economia do dinheiro pode ser relativizada mediante a força da solidariedade e do pertencimento a um território cujo processo de urbanização movimenta-se, sobretudo, em torno do poder de organização comunitária dos seus habitantes.

Assim, compreendo que, mesmo contextualizado numa metrópole, o Conjunto Palmeiras instiga o olhar de quem pesquisa na cidade a relativizar a ideia de que os moradores das grandes cidades viveriam sob o domínio de um “estilo metropolitano de vida” (SIMMEL, 1967, p. 20). Há, sim, no meu entender, diferentes estilos de vida possíveis numa metrópole, dentre os quais se destaca, por um lado, o modo de viver determinado pela pressa, intimidade do indivíduo, impessoalidade e efemeridade de relacionamentos. Por outro lado, conserva-se um espírito provinciano, passível de observação em diferentes

espaços populares da cidade, onde famílias e vizinhos põem cadeiras nas calçadas para formar rodas de conversa, mantendo vivo um ambiente de proximidade. Nesses espaços, o público e o privado são categorias que se imbricam. Nem sempre predomina a pressa, o isolamento íntimo e, muito menos, a efemeridade das relações.

Busco ressaltar, portanto, que a metrópole constitui-se, também, como cenário de vivências solidárias possíveis. A atitude *blasé*, caracterizada como fenômeno psíquico produzido pela aceleração metropolitana, não alcança, necessariamente, todos os espaços e práticas. Trata-se, contudo, de uma tendência intuída por Georg Simmel (1967) ainda muito antes da cultura do efêmero, que se torna cada vez mais concreta desde as últimas décadas do século XX, através da compressão tempo-espaço que acelera os processos globais, intensifica estímulos à sede de prazer e potencializa a economia do dinheiro.

Perceber a tendência de que a vida na metrópole torna-se a cada dia mais vulnerável à efemeridade das relações e ao isolamento do indivíduo na intimidade do eu não deve levar à formação de um olhar fatalista, que vê a história a partir de características que já estariam predeterminadas ou que teriam o poder de conduzir as forças da realidade para um caminho já traçado.

Ora, a economia solidária, dentre inúmeras outras práticas que aproximam pessoas e grupos, demonstra claros sinais de que nem tudo nem todos se movimentam em função da economia do dinheiro. Ademais, processos simbólicos e práticos como os que são mobilizados no âmbito da história do sistema Asmoconp/Banco Palmas têm em sua base uma intelectualidade que constrói e aplica saberes; mas não se trata aqui de uma intelectualidade *blasé*. Ao contrário, desenvolve-se uma inte-

lectualidade portadora de escolhas que constroem o fazer econômico e a política sob um olhar capaz de discriminar o *ethos* competitivo do espírito solidário, mesmo quando se trata de ações que envolvem interesse material, monetário e produtivo.

Acredito ser necessário relativizar leituras focadas na percepção de que o individualismo isolador tende a tornar-se uma força dominante e capaz de esvaziar ou retraindo espaços de proximidade que, em certo sentido, também caracterizam a esfera pública. Assim, ao observar os espaços de sociabilidade que se fortalecem através da experiência de economia solidária protagonizada no Conjunto Palmeiras, vejo que não é possível generalizar a ideia de que a cidade torna-se cenário onde se representaria uma espécie de fim da cultura pública (SENNETT, 2002), tampouco concebo que para que a cidade venha a tornar-se um lugar propício ao resgate da civilidade pela via da política, os indivíduos devam estar condicionados a um modo de agir impessoal.

Penso que a experiência de economia solidária estimulada pelo sistema Asmoconp/Banco Palmas configura uma significação de esfera pública notadamente distinta da que se idealiza conforme a tese do autor supracitado. A gênese do Banco Palmas, como já afirmei, deu-se num ambiente marcado pela sociabilidade de vizinhança, pela proximidade de moradores que se uniram por pertencerem a um espaço vivido como comunidade, onde se organizaram e lutaram em torno de interesses comuns. Portanto, fazendo a mediação entre a sociabilidade primária e a secundária, os sujeitos que instituíram a Asmoconp não fizeram uma ruptura em seus laços interpessoais. Mas isso não significa que não tenham individualidade, que o sistema Asmoconp/Banco Palmas seja dominado pela lógica da personalidade ou que invada a vida íntima de seus sócios e tomadores de crédito.

Além disso, a rede de economia solidária local não faz com que o Conjunto Palmeiras se feche dentro de si, produzindo uma espécie de bairrismo que poderia funcionar como barreira ao espaço cívico da cidade. Pelo contrário, desde o início da história do bairro, os moradores mantêm articulações com a esfera pública mais ampla da sociedade local, com diferentes instâncias da sociedade civil e do poder público. O Banco Palmas tem contribuído para alargar essa relação com o ambiente externo, atraindo diversos parceiros e marcando presença no processo de construção da economia solidária também fora do bairro, integrando diversas redes de movimentos sociais. O bairro não se distancia, portanto, da cidade. E frequentemente lhe mostra exemplos de que a sociabilidade local é capaz de produzir espaços de civilidade pautados em interesses públicos, ainda que sejam engendrados na esfera da proximidade e do pertencimento a um território onde os sujeitos organizados se conhecem e se reconhecem como partícipes de uma comunidade.

Fundamentando-me nessas considerações, afirmo que as grandes cidades devem ser pensadas não somente sob as perspectivas da aceleração e efemeridade. Importa, sim, pensar as cidades como cenários que abrigam espaços de intensa sociabilidade, de vivências cotidianas praticadas em espaços concretamente vividos e que não representam apenas territórios de passagem, áreas de consumo ou objetos por onde se deslocam transeuntes apressados, passageiros em trânsito, trabalhadores anônimos em meio à multidão e turistas consumidores de imagens postais. Nem tudo nas cidades submete-se de forma homogênea ao “signo do não-lugar” (AUGÉ, 2003, p. 94). É necessário atentar, portanto, para a importância do espaço concreto, vivido, praticado (CERTEAU, 2003).

Pensar sobre a condição urbana no contexto da globalização do capitalismo é, sobretudo, esforçar-se por compreender processos que projetam virtualmente a unidade imagética de uma *aldeia global*, quando, na verdade, as urbes configuraram-se como cenários de fragmentação concretamente sentida pelos usuários de espaços desiguais e excludentes, ao mesmo tempo que encontram possíveis zonas de pertencimento e inclusão em territórios locais. A leitura do espaço urbano deve ser, portanto, perspicaz no sentido de captar os interstícios de uma semiótica que transita entre o ilusório e o real.

Essa reflexão proposta por Lucrécia Ferrara (2000) instiga a presente discussão ao destacar a relevância da esfera pública onde se desenvolvem as relações e práticas que os movimentos sociais urbanos protagonizam no cenário hodierno. A lógica sedutora e virtualista que reproduz a metáfora da *aldeia global* e os mecanismos que impulsionam a “redução drástica de barreiras espaciais” (HARVEY, 1996, p. 177) constituem fenômenos que dificultam a percepção da realidade objetiva vivenciada em bairros pobres ou populares, onde movimentos sociais específicos também projetam uma realidade desejada: uma urbanização ambientalmente justa, democrática e voltada para o desenvolvimento local. Nesse sentido, é preciso enfatizar que “o espaço importa” (ARANTES, 2000, p. 13) e que a globalização ressalta a importância do conceito de território (SANTOS, 2007), não obstante o esforço de banalização de seus significados empreendido pela ideologia da *aldeia global*.

Coloco novamente no centro desta abordagem a referência ao Conjunto Palmeiras como ilustração empírica interessante para pensar sobre a relação entre o espaço local e a dimensão global a partir de um movimento social específico. Nesse caso, a Asmoconp e o Banco Palmas inserem-se num

campo de ação em que as categorias local e global revelam-se sob uma lógica não dicotômica. Ou seja, sem perder as características de espaço vivido territorialmente na esfera comunitária, o bairro apresenta-se, também, como importante elo de processos históricos que transcendem a lógica da territorialidade, haja vista sua inserção numa esfera pública que o conecta, através das experiências organizativas locais, a movimentos e instituições situados na cidade e a organizações articuladas em redes de abrangência regional, nacional e internacional.

Lembro aqui a apresentação já realizada neste capítulo acerca do cenário plural de instituições que apoiam e fomentam o desenvolvimento simbólico e prático da economia solidária, constituindo uma esfera pública onde a Asmoconp e o Banco Palmas marcam presença influente e de onde também recebem influências. Na seção seguinte, busco canalizar essa discussão para o esforço de compreender a dinâmica das redes de movimentos sociais, referenciando a experiência do Banco Palmas como fenômeno através do qual é possível perceber relações que se manifestam entre as dimensões do local e do global.

6

METÁFORA DA REDE: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO MOVIMENTO CULTURAL E POLÍTICO

As ações, os projetos e os serviços que se desenvolvem no cotidiano do Conjunto Palmeiras através do sistema Asmoconp/Banco Palmas constituem um terreno fértil para se perceber a materialização da metáfora da rede. O termo “rede” vem sendo empregado por diversas organizações da sociedade civil para significar a ação articulada de grupos que defendem interesses comuns ou que compartilham de um mesmo campo de compreensão simbólica, interligando práticas convergentes nos campos da cultura e da política. Em relação à economia solidária, identifiquei durante a pesquisa de campo um texto que significa por analogia a ideia de organização em rede.

Quando o pescador estende sua rede no chão ou na água, ela se deita horizontalmente, espalhada para alcançar o espaço mais amplo que puder. Nenhum nó está acima dos outros, nem é mais importante do que os outros. Nenhum nó pode pensar os outros nós como competidores, adversários ou inimigos. Cada nó sabe que, fazendo parte da rede, está indissolivelmente ligado a quatro nós ao seu redor, que por sua vez estão ligados cada um a quatro outros nós, numa progressão exponencial... para formar a rede. Portanto, cada nó tem consciência de sua responsabilidade por si próprio, pela sua ligação com os quatro nós seus vizinhos, e pela integridade da rede inteira. Cada nó sabe que é único e que os outros nós também são únicos. É esta diversidade de nós que forma a unidade da rede. [...].

Assim é a Economia Solidária. Ela trata de muito mais do que a mera atividade de produzir para sobreviver. Ela é uma arte da vida. Ela nos desafia à gestão e ao cuidado das diversas casas que habitamos (o corpo, a moradia da família, a comunidade, o município, o ecossistema, o país, o planeta). Ela convoca cada habitante a empoderar-se para ser sujeito do desenvolvimento dos seus potenciais individuais e coletivos. A atividade econômica é meio para tornar viável o desenvolvimento humano e social. Este é o verdadeiro fim a almejar. Um fim em contínuo movimento, sempre mais além, pois nossos potenciais são infinitos! [...] ⁸⁴.

No meu entender, a metáfora apresentada nessa citação é sugestiva de que a economia solidária é um fenômeno que se encontra em processo de construção. Não está posto nem se programa por uma fórmula pronta. Condiciona-se, portanto, a um processo de significação simbólica. E a metáfora da rede é portadora de um importante capital simbólico para potencializar esse processo através do qual se vinculam categorias que se complementam: economia, cultura e política. E é exatamente na confluência entre as perspectivas da cultura e da política que as chamadas redes de movimentos sociais são tomadas como objeto de análise (GOHN, 2004; SCHERER-WARREN, 2005).

⁸⁴ Os trechos citados foram extraídos do texto *Redes que tecem democracia e liberdade*, de autoria de Marcos Arruda, socioeconomista e educador, membro da equipe internacional de animação do Polo de Socioeconomia Solidária, da Aliança por um Mundo Responsável e Solidário. Não tomei conhecimento do texto através de publicação, mas, sim, por meio de cópia distribuída na PalmaTech/Banco Palmas aos alunos do Projeto Bairro Escola de Trabalho, em 6 de janeiro de 2006. A cópia entregue tinha como referências apenas o título do texto e o nome do autor.

Tendo em vista essa característica das redes organizacionais, entendo a experiência de economia solidária aqui focada como esforço de uma esfera associativa que investe numa lógica econômica notadamente diferenciada do *ethos* capitalista. Nesse sentido, a Asmoconp e o Banco Palmas fazem-se presentes na rede tecida em torno do Fórum Social Mundial, movimento que propõe e defende formas alternativas e solidárias de articulação entre os povos do mundo que são atingidos mais diretamente pelos efeitos perversos da globalização do capital.

Os projetos operacionalizados no ambiente de ação do Banco Palmas contam com o apoio de organizações sediadas em outros países, que aportam recursos ao espaço local, materializando a transnacionalidade de interesses e práticas focadas na luta contra a pobreza urbana. Todos os projetos aplicados ao desenvolvimento social do Conjunto Palmeiras que são protagonizados pela Asmoconp e pelo Banco Palmas ancoram-se numa proposta que não se encerra no campo econômico. A economia solidária é, portanto, um projeto socio-cultural e político em processo de construção num contexto plural, onde diversas instituições tecem significados e práticas afeitos à valorização de formas de pensar e viver pautadas nos princípios da cooperação e da reciprocidade.

Ademais, esse esforço construtivo muitas vezes perpassa o ambiente de redes de governança, articulando sociedade civil e governos locais na formatação de experiências de combate à situação de pobreza, instituindo metodologias e saberes que podem ser compartilhados por redes de cidades que vivenciam, num certo sentido, demandas sociais semelhantes ou próximas, identificadas na dimensão da regionalidade, como é o caso, por exemplo, de determinados movi-

mentos que se cruzam no cenário latino-americano e, numa perspectiva mais ampla, materializam diálogos também com organizações do continente europeu.

Conforme já fiz referência, em 2003 tive uma oportunidade muito importante para conhecer de perto uma experiência de trabalho organizada em rede. Naquele ano, o Banco Palmas foi escolhido para realizar um estudo sobre políticas sociais de combate à pobreza, no âmbito de um projeto desenvolvido pelo Programa de Gestão Urbana para a América Latina e o Caribe (PGU/ALC).

O PGU/ALC mantinha vínculo com a União Internacional das Autoridades Locais (Iula) e a Federação Latinoamericana de Municipios, Ciudades y Asociaciones (Flacma) e foi apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Contou também com a parceria da Cities Alliance – *Cities Without Slums*. Sob o título de Proyecto de Gestión del Conocimiento en Pobreza Urbana, empreendeu-se um intercâmbio entre dez municipalidades onde foram concretizados estudos acerca de políticas públicas locais focadas na inclusão social de populações empobrecidas. Como resultado desse processo, promoveu-se um seminário para a socialização dos trabalhos, que ocorreu na cidade de São Paulo, entre os dias 21 e 23 de julho do citado ano.

Participaram dos estudos locais e do evento supra-mencionado as seguintes cidades: Montevideu – Uruguai, La Pintana – Chile, Camilo Aldao – Argentina, São Paulo, Porto Alegre e Icapuí – Brasil, Loja – Equador, Barranquilla – Colômbia, Cienfuegos – Cuba e Ciudad Juárez – México. Trabalhando com a equipe do Banco Palmas, atuei como pesquisador, facilitador e relator de um estudo local, cujo

resultado foi sistematizado no documento *Cidadania Participativa: um espaço em construção – Políticas sociais de combate à pobreza em Icapuí (Ceará, Brasil)*⁸⁵.

Todas as pesquisas apresentadas naquela ocasião foram desenvolvidas sob um eixo conceitual comum: a busca de novas significações para a compreensão da pobreza, partindo da apreciação de práticas de gestão orientadas por uma visão multidimensional do fenômeno. No caso brasileiro, os municípios de São Paulo, Porto Alegre e Icapuí representaram modelos de gestão alinhadas a essa perspectiva, institucionalmente vinculadas à política partidária esquerdista, sob a legenda do Partido dos Trabalhadores (PT).

Foi também nesse seminário realizado em São Paulo que o Banco Palmas pôde travar um contato mais estreito com a URB-AL Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana, uma rede de cidades formada em parceria com a EuropeAid – Serviço de Cooperação, instituição ligada à União Europeia. A coordenação dessa rede esteve a cargo da Prefeitura Municipal de São Paulo, cujos trabalhos conjuntos foram iniciados em 28 de outubro de 2002, com duração prevista de 36 meses.

As ações desenvolvidas pela URB-AL Rede 10 valorizaram e aproveitaram o acúmulo de conhecimento teórico e experiência prática de organizações do terceiro setor que atuam em contextos locais no combate à situação de pobreza urbana. Nessa perspectiva, o Banco Palmas destacou-se como condutor

⁸⁵ A sistematização dos resultados da pesquisa foi apresentada em relatório (MELO NETO SEGUNDO; PAULINO, 2003), sendo posteriormente disponibilizada em publicação virtual, no CD-R URB-AL REDE 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana, mídia que contém os demais trabalhos realizados pelas municipalidades participantes do projeto. O CD-R foi elaborado pela URB-AL 10, rede de cidades que à época era coordenada pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

do trabalho de pesquisa realizado na cidade de Icapuí e também pelo *marketing* institucional estrategicamente mobilizado com determinados atores presentes no evento. Posteriormente, a cidade de Fortaleza recebeu visita da coordenação da URB-AL Rede 10 num evento articulado pelo Banco Palmas, ocasião em que este atuou como mediador no cadastramento da Prefeitura Municipal de Maranguape, Ceará, como sócia da citada rede.

A partir desse contato, em 2005 o Instituto Banco Palmas atuou em parceria com a Prefeitura de Maranguape na execução local do projeto Pobreza Extrema y Hambre: respuestas participativas desde los gobiernos locales, realizado pela URB-AL Rede 10 e por instituições parceiras: Promoción del Desarrollo Sostenible (Ipes) e Centro Internacional de Gestión Urbana. Com formato semelhante ao da experiência de estudo concretizada na cidade de Icapuí, Ceará, esse projeto foi sistematizado como ação de intercâmbio entre diferentes municipalidades: Maranguape – Brasil, Neiva – Colômbia, Margaritas – México, Vila Maria del Triunfo – Peru, Saint Guilles – Bélgica, e Vila Franca de Xira – Portugal. Os estudos locais foram concluídos em 2006 e apresentados em seminário ocorrido na Bélgica, no mesmo ano, na perspectiva de atrair recursos para a operacionalização de projetos sociais nas cidades participantes.

Nessa ocasião também tive a oportunidade de participar diretamente das atividades como colaborador no processo de pesquisa e na redação dos documentos produzidos pela equipe local, formada por representantes do Instituto Banco Palmas, da Prefeitura de Maranguape e da União das Entidades Comunitárias de Maranguape (Unecom).

Por limitações de ordem pessoal, não pude comparecer ao seminário de conclusão realizado na Bélgica. Mas pude, nessa experiência e, em 2003, durante o estudo realizado no

âmbito do Proyecto de Gestión del Conocimiento en Pobreza Urbana, perceber que os movimentos sociais urbanos podem buscar nas redes de ação conjunta um importante referencial para a significação multidimensional do fenômeno da pobreza e para a construção de uma nova identidade política, também pautada em elementos simbólicos e conceituais que transcendem a lógica reivindicatória e apontam para a intervenção concreta na realidade, mediante a articulação com governos locais e outras instituições, operacionalizando políticas públicas que abrem caminhos possíveis para o empoderamento dos espaços de organização comunitária.

Tenho hoje plena consciência de que as redes de movimentos sociais constituem um ambiente de construção de valores socioculturais capazes de fortalecer o *ethos* da solidariedade e o ideário de outra lógica de globalização: a luta por justiça social e ambiental e pela erradicação da pobreza. Nesse sentido, as organizações solidárias que atuam em rede podem contribuir significativamente para fortalecer o combate à reprodução simbólica e prática do *ethos* do capitalismo, sistema que fragmenta, seleciona espaços competitivos e oportunos para o enriquecimento financeiro e concentrado, reproduzindo também a exclusão e a inclusão precária das populações empobrecidas no que concerne ao mundo do trabalho e aos sistemas de proteção social.

No que tange ao conceito de pobreza compreendido sob um enfoque multidimensional, os trabalhos realizados através dos dois projetos que mencionei acima ressaltam que é necessário pensar na superação desse fenômeno sob a ótica do desenvolvimento humano local, na perspectiva da sustentabilidade socioambiental e do empoderamento das esferas comunitárias. Assim, o processo de erradicação da pobreza é deter-

minado por diferentes e interligadas dimensões da vida social: economia, política, cultura, justiça, segurança alimentar e nutricional, ambiente, relações de gênero, trabalho, habitação, saúde, educação, afeto, segurança pública e proteção, dentre outras. Fundamentadas nessa visão, as redes de movimentos sociais contribuem na construção de novos referenciais para as políticas públicas, projetando também novos significados que passam a alcançar destaque na história da evolução conceitual do fenômeno da pobreza.

Revisitando-se essa história no contexto da sociedade ocidental, percebe-se que o século XVIII foi um marco no início de algumas transformações que passaram a modificar a relação entre pobreza e proteção social. Um elemento importante nesse processo foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que, inspirada nos ideais iluministas e no movimento revolucionário francês, projetou a noção de cidadania para o campo da discussão sobre direitos fundamentais, destacando a igualdade como princípio que, supostamente, seria assegurado perante a lei.

Durante o lento processo de transição do sistema feudal para o capitalismo, a pobreza foi conceitualmente definida em torno de categorias morais e teológicas, numa visão formada por representações e práticas sociais que baniam os proscritos do seio da sociedade, que então se caracterizava como espaço de reconhecimento e repulsão, donde se gerava, por um lado, o desprezo e a perseguição a andarilhos e vagabundos que não tinham vínculo comunitário estabelecido geograficamente. Por outro lado, essa lógica assegurava o acolhimento disciplinar aos desfiliaados e miseráveis que mantivessem relações legitimadas com alguma localidade ou instituição paroquial (CASTEL, 2003).

Nesse contexto, as instituições de assistência aos pobres aplicaram a prática da caridade disciplinar e civilizadora, que manifestava um duplo efeito: servia como sistema de compensação ao pobre que devotasse à fé sua condição de pobreza, garantindo-lhe um lugar no céu; para o rico caridoso, o pobre representava um objeto de redenção, pois quem na Terra viveu na riqueza, se exercitasse a caridade cristã, estaria também construindo sua morada celestial. Havia, portanto, uma lógica moral instituída sobre um sistema simbólico e prático que projetava no pobre o sentimento de culpa e aceitação de um suposto destino, acomodando as autoridades públicas numa atitude omissa e indiferente às verdadeiras causas da pobreza.

A crítica filosófica a essa percepção moralista da pobreza foi muito bem trabalhada no polêmico pensamento de Friedrich Nietzsche (1844-1900) em *Genealogia da Moral*. O autor aporta interessantes reflexões acerca da força simbólica do ascetismo cristão e de seus respingos na configuração histórica de uma atitude humana ressentida, que inibe, enfraquece ou anula na pessoa “a essência da vida, sua vontade de poder” (NIETZSCHE, 1999, p. 67).

Com a consolidação da sociedade industrial, a bandeira do liberalismo projeta-se como força simbólica mais expressiva do que o moralismo cristão. As proposições liberais deslocam o real sentido da noção de direitos humanos para o campo de uma ideologia da igualdade, fundamentada na ideia de isonomia ou igualdade jurídica. Assim, focada apenas no aspecto legal, a igualdade não se configura concretamente e tal ideologia mascara as contradições existentes entre as classes sociais, agravando o fenômeno da pobreza. Os proscritos são considerados como incapazes de adaptarem-se ao ritmo acelerado da sociedade moderna e de inserirem-se no sistema

produtivo. Tornam-se, portanto, objeto de uma prática higienizadora e disciplinar centrada em instituições como hospitais, manicômios, asilos e prisões (FOUCAULT, 1996).

A sociedade disciplinar passa a enfrentar, todavia, as pressões exercidas pelas lutas operárias e sindicais e as ameaças de explosão de uma onda revolucionária socialista, levando a inteligência liberalista a implantar bases de seguridade social e práticas assistenciais de forma profissionalizada, abrindo caminho para a posterior edificação do chamado Estado de Bem-Estar Social. Esse, apesar de promover reformas voltadas para a atenção aos direitos sociais básicos do cidadão, não se configurou como sistema amplamente inclusivo e nem sequer chegou a instituir-se concretamente no contexto das nações pobres.

No século XX, a retórica liberal intensifica a significação do fenômeno da pobreza e as estratégias de sua superação sob a ótica do crescimento econômico, concebido como vetor de inclusão e nivelamento de oportunidades. Sob a influência desse ideário, critérios quantitativos e estatísticos sobressaem na composição de metodologias aplicadas a sistemas de indicadores e classificação das populações pobres. A noção de desenvolvimento é, nessa perspectiva, pensada de forma reducionista e equivocada, projetando, na verdade, a lógica do crescimento econômico. Conforme tal lógica, a realidade socioeconômica de um país vai bem quando o seu Produto Interno Bruto (PIB) está elevado ou em crescimento. Sabe-se, no entanto, que esse indicador nivela as desigualdades de modo ilusório, prestando-se mais a orientar o planejamento estratégico de grandes investidores e concentradores de capital do que possibilitar o auxílio na elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local equitativo e sustentável.

Seguindo o viés quantitativo, a análise da renda *per capita* e a chamada linha de pobreza funcionam como referências para a elaboração de políticas assistenciais. O ponto de partida para identificar os beneficiários de um dado programa social é, nesse caso, a classificação de famílias de um dado território ou área demográfica segundo indicadores de renda e consumo. Incluem-se na linha de pobreza famílias cujos membros sobrevivem com uma renda *per capita* insuficiente para a compra de uma cesta básica de alimentos crus, ou seja, indivíduos que ganham menos de US\$ 1,08 por dia, conforme critérios definidos pelo Banco Mundial. Embora se reconheça que as famílias que se encontram nessa situação vivem em estado de pobreza extrema, essa forma de classificação faz com que não sejam percebidas diversas variáveis socioeconômicas nem os indicadores subjetivos da pobreza, produzindo, portanto, análises incompletas e niveladoras de especificidades.

Como proposta para superar o reducionismo dos indicadores economicistas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) passou a utilizar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como recurso para classificar países, estados e municípios de acordo com indicadores quantitativos que sinalizam a percepção da qualidade de vida de um determinado contingente populacional a partir das categorias educação, longevidade e renda. Não obstante os avanços alcançados em planejamentos e ações de enfrentamento da situação de pobreza que se fundamentam no IDH, faz-se necessário refletir acerca das limitações desse recurso, sobretudo pelo fato de que o mesmo também nivela diferenças, não identificando etnias e desigualdades de gênero e excluindo importantes variáveis relacionadas às condições de vida e de trabalho das populações pobres, bem como no que

concerne a práticas de associação e organização comunitária. Nos espaços locais onde tais práticas inexistem, agrava-se significativamente a vulnerabilidade de famílias que vivem em estado de pobreza ou miséria absoluta.

No que diz respeito ao contexto brasileiro, é interessante destacar aqui a importância das ações de solidariedade e combate à fome que tiveram impulso durante a década de 1990 (século XX), período em que se ampliou a participação das ONGs na esfera não estatal. Trata-se da presença de novos atores em cena, atuando com organizações bilaterais e multilaterais, com o objetivo de estimular o fortalecimento de experiências comunitárias e populares nos espaços locais. Observou-se também a valorização do enfoque analítico sobre as condições de vida dos pobres e a busca pela redefinição de conceitos e variáveis concernentes ao fenômeno da pobreza, produzindo-se uma tendência de abertura para a elaboração de estudos em que se complementam indicadores objetivos e subjetivos.

Nesse processo de evolução conceitual da compreensão da realidade da pobreza, tornou-se fundamental conhecer como os pobres percebem e significam suas condições de vida. Assim, as Ciências Sociais são instigadas à relativização do conceito de exclusão, no sentido de evitar os erros da simplificação e da generalidade (MARTINS, 1997). Acredita-se que conceitos já estabelecidos como esse e como o de marginalidade não dizem muita coisa sobre a complexidade do que é ser pobre se não forem particularizados em função de realidades locais estudadas também através dos pontos de vista daqueles que vivenciam inúmeras dificuldades cotidianas em ambientes marcados pela miséria e abandono social (SAWAIA, 2001).

Considerando novamente o caso brasileiro, é interessante notar que as diversas configurações históricas dos movimentos sociais têm mostrado que a cidadania não é uma dádiva jurídica simplesmente estabelecida por decreto, mas que se trata de um processo de construção coletiva focado no acesso aos direitos humanos fundamentais (DIÓGENES, 1992). Nessa perspectiva, os movimentos sociais têm mostrado que as populações pobres organizadas não se enquadram generalizadamente no esquema conceitual elaborado no âmbito da chamada teoria da cultura da pobreza, cujos pressupostos foram definidos por Oscar Lewis⁸⁶ na década de 1950.

Segundo o antropólogo Ruben Oliven (1987), Lewis adotou uma perspectiva culturalista que reduz os processos de sociabilidade dos sujeitos pobres que migram para o espaço da cidade à estreita função de resposta adaptativa. Na verdade, a citada teoria resulta numa simplificação insustentável de processos que, superando funções adaptativas, criam espaços de integração em meio a conflitos e consensos, evidenciando demandas por desenvolvimento local e instigando a elaboração de políticas públicas.

Inspirado no pensamento de Michel de Certeau (2003), reforço aqui a crítica à ideia de que a cultura engendrada a partir das experiências cotidianas dos pobres nas cidades teria uma função adaptativa. Ora, a noção de pobreza como fatalidade deve ser superada de uma vez por todas, haja vista que os pobres são sujeitos de astúcia, que inventam o cotidiano, significam e redefinem condições e possibilidades de vida. Apesar das limitações impostas pela situação de pobreza, inú-

⁸⁶ LEWIS, Oscar. "The Culture of Poverty". In: *Anthropological Essays*. Nova Iorque: Random House, 1970.

meras famílias pobres conseguem agir como guerreiras da esperança e da luta cotidiana, inventando, muitas vezes do nada e do vazio, astúcias e estratégias de sobrevivência. Tais astúcias materializam-se, por exemplo, em ocupações de terras e em processos de resistência a ordens de despejo ou expulsão, instituindo práticas organizativas orientadas para o acesso aos direitos fundamentais de cidadania.

Dentre as múltiplas variáveis socioeconômicas, políticas e culturais que caracterizam o estado de pobreza, a categoria trabalho configura como fator de elevada significância. No atual contexto, marcado pelos impactos da reestruturação produtiva que se processa no âmbito das relações mundializadas de produção, o fenômeno da pobreza redefine-se em face das revoluções tecnológicas e do desemprego estrutural, que geram efeitos de empobrecimento em populações situadas na classe média e agravam, em determinadas situações, a realidade dos mais pobres (SCHWARTZMAN, 2004). Na verdade, o atual cenário que contextualiza o mundo do trabalho transforma os desempregados e não qualificados em sujeitos desnecessários e desfiliaados do sistema de produção e reprodução do capital (CASTEL, 2003). Consequentemente, crescem o subemprego e a informalidade, bem como se acirram formas ilícitas de sobrevivência e amplia-se a esfera de um poder paralelo que se constitui em torno da contravenção, da violência e do crime organizado.

Nesse cenário, os organismos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial) apresentam-se como entes preocupados com a lógica competitiva da globalização, que tem acelerado o crescimento econômico em diferentes nações, ao mesmo tempo que produz efeitos de fragmentação, diferenciação, concentração de riquezas e desigualdade social. De modo paradoxal, tais organismos

aportam empréstimos tanto para o fomento ao crescimento econômico concentrador, quanto para o desenvolvimento de projetos de combate à situação de pobreza e de busca por um crescimento equitativo (BANCO MUNDIAL, 2003).

É importante considerar, todavia, que determinadas iniciativas políticas, como as que se concentram em processos de interiorização da indústria (BAR-EL, 2002), não representam a possibilidade efetiva de incluir pela via do emprego aquelas populações que não tiveram oportunidade de acesso à qualificação para o trabalho. Ademais, outras dimensões de empobrecimento são sinalizadas em processos de industrialização e investimento turístico que aceleram a degradação do meio ambiente e produzem novas formas de risco ocupacional e socioambiental, acrescentando-se ainda a esse processo a atração exercida ao investimento de capital em regiões onde a oferta de mão de obra desqualificada e, portanto, de baixo custo reduz os gastos com a produção e eleva os lucros (RIGOTTO, 2001).

Essas reflexões ilustram com propriedade o caso brasileiro. A realidade local instiga pesquisadores e planejadores a compreenderem que a definição do fenômeno da pobreza deve abarcar um conjunto de variáveis e indicadores capazes de alcançar a complexidade do que é ser pobre e, em determinadas situações, sobreviver em meio a condições de vida miseráveis. Há que se considerar, sobretudo, famílias e indivíduos que não aparecem nas estatísticas oficiais pelo fato de não possuírem cidadania formalizada em documentos de identificação e pertencimento a uma esfera de jurisdição. Há que se pensar, também, naqueles que, mesmo possuindo cidadania territorial reconhecida, não dispõem de recursos para acessar serviços e equipamentos públicos, permanecendo excluídos, por exemplo, da assistência jurídica quando dela necessitam (RAMOS, 2000).

Esse quadro resulta de processos cujas raízes remetem à história da formação da sociedade brasileira. O Brasil ainda sofre os efeitos de uma cruel herança histórica, no seio da qual se produziram representações sociais equivocadas sobre o fenômeno da pobreza. Durante muito tempo, ainda até as primeiras décadas do século XX, tentou-se explicar a realidade dos pobres no Brasil através de teorias afeitas ao determinismo biológico e geográfico, enfatizando-se a mistura racial como força propulsora do suposto atraso econômico e político do país.

Essas representações deterministas ocultaram questões estruturais e aplicaram-se como base ideológica na tentativa de reforçar e legitimar a exploração da mão de obra de escravos e, posteriormente, de indivíduos livres, porém destituídos de bens patrimoniais e de conhecimentos especializados para o exercício do trabalho (FREYRE, 2001; HOLANDA, 1995; SPRANDEL, 2004).

Os processos de urbanização e industrialização no Brasil foram marcados pela emergência de uma classe livre, mas sem posses, vulnerável às manobras do poder centralizado e a políticas assistencialistas e clientelistas que, de fato, reproduziram quadros de pobreza e a miséria rural e urbana em diferentes regiões do país. É sabido, também, que tal industrialização ocorreu, inicialmente, de forma concentrada em termos regionais, produzindo diferenciações internas que favoreceram o eixo Sul-Sudeste e deixaram à margem da chamada modernização, durante várias décadas, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, notadamente as duas primeiras.

A concentração regional do crescimento econômico impulsionou processos migratórios que também estão associados a outros fatores, tais como as condições climáticas que prevalecem no semiárido nordestino, provocando desloca-

mentos impactantes no que concerne ao inchaço populacional dos grandes centros urbanos. Nesse contexto, chega-se ao século XXI com um cenário preocupante nas cidades brasileiras: desemprego, subemprego, fome, desagregação social, violência e outras mazelas que contrastam com o avanço tecnológico observado em áreas valorizadas por processos de especulação do capital⁸⁷.

Destaca-se ainda uma característica de expressão determinante no conjunto de desvantagens sob as quais vivem as populações pobres: a vulnerabilidade política e a concentração de poder que se mantém atrelada à concentração de renda e da

⁸⁷ É importante ressaltar que o cenário onde se contextualiza a realidade socioeconômica brasileira nesse início de século não pode ser visto apenas sob a ótica unilateral dos graves problemas sociais que se manifestam no país. É preciso considerar dados positivos que revelam o relativo êxito de políticas públicas que têm contribuído para promover uma mobilidade social – ainda que tímida – não observada desde a década de 1980. No mês de setembro do ano 2008, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundamentando-se no documento intitulado *Pobreza e mudança social* (Comunicado da Presidência, nº 09), elaborado a partir de dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Pnad/IBGE (2007), divulgou na mídia a seguinte informação: 13,8 milhões de brasileiros ascenderam socialmente no período de 2001 a 2007. Detalhando esse dado, o Ipea afirma que 10,2 milhões de brasileiros passaram, no referido período, da classe de renda mais baixa (até R\$ 545,66) para a faixa de renda média (de R\$ 545,66 a R\$ 1.350,82); 3,6 milhões saltaram da renda média para a classe superior (acima de R\$ 1.350,82). A pesquisa revela ainda que, no período focado, o Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil aumentou 23,8% e a renda familiar *per capita* cresceu 15,6%. Estima-se que a mobilidade detectada nos extratos mais baixos recebeu influência mais forte da valorização do salário mínimo e de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Para a renda maior, acredita-se que houve um claro impacto de um mercado de trabalho melhor e mais forte que vem se configurando no país. Considera-se, todavia, que os movimentos ascendentes não ocorreram de forma homogênea em todas as regiões. As desigualdades regionais continuam expressivas. O Nordeste, por exemplo, concentra 49% de sua população vivendo com renda familiar inferior a R\$ 545,66. Este percentual corresponde a um contingente de 25,3 milhões de brasileiros. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2008.

terra rural e urbana. Assim, o fenômeno da pobreza é compreendido não somente como produto de carências materiais, mas também como pobreza política, cuja superação condiciona-se à participação efetiva dos canais da sociedade civil nos espaços de decisão, planejamento e efetivação das políticas públicas estatais (DEMO, 1991). Destaca-se aqui, também, o esforço empreendido por diversas organizações e movimentos sociais do Brasil e da América Latina, que vêm abrindo caminhos possíveis para a construção de uma cultura política pautada na democracia participativa e no empoderamento (*empowerment*) de atores da sociedade civil organizada (OAKLEY; CLAYTON, 2003; GOHN, 2004; DAGNINO *et al.*, 2006).

Com essas considerações, penso que eu tenha sistematizado aqui a definição multidimensional do fenômeno da pobreza que embasou o marco conceitual elaborado pelo Banco Palmas quando da participação nos projetos promovidos pelo PGU-ALC e pela URB-AL Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana, mencionados neste capítulo. Analisando a situação específica de cidades como Icapuí e Maranguape, ambas no Ceará, o Banco Palmas e os demais atores envolvidos nos estudos locais tentaram compreender as condições de vida que contextualizam as populações pobres, focalizando determinantes históricos engendrados na realidade brasileira e identificando elementos comuns no que se refere ao cenário socioeconômico da América Latina.

Um dos principais frutos dessa experiência de pesquisa e proposição de ações trabalhadas em torno da organização em rede foi a confluência e o intercâmbio de saberes que podem apontar para a construção de novas formas de perceber e significar a pobreza, suscitar novas possibilidades de gestão do conhecimento em pobreza urbana e instigar a redefinição de práticas a

partir dos governos locais. No meu entender, o espaço de trocas que se configura no entrelaçamento de atores mobilizados para a atuação em rede projeta-se também no plano da cultura. Trocam-se não somente informações e propostas de ação. Valores, símbolos e elementos conceituais são intercambiados em torno de eixos temáticos comuns que têm sua significação ancorada num jogo de comunicação entre as esferas local e global.

Esse fato sugere aqui uma reflexão acerca das categorias cultura e identidade no contexto da globalização. Talvez seja possível pensar que há um caminho positivo despontando-se no ambiente das relações que transcendem as fronteiras dos territórios locais. Não que se deseje ou defenda aqui a homogeneização de símbolos e práticas políticas para que se possa pensar na possível unificação de movimentos sociais em torno de um projeto global comum. De fato, a onda global que se agita sob o ideário do neoliberalismo ameaça culturas nacionais, impulsiona novas reflexões sobre a dialética que se configura entre as identidades e as diferenças e instiga também o ressurgir ou o fortalecimento de manifestações do fundamentalismo (HALL, 2005).

Seria possível pensar, então, em práticas cosmopolitas que, emergindo das relações tecidas entre os movimentos comunitários locais e as redes de movimentos sociais translocais, apontassem para a elaboração de significados e práticas que possam construir *outra globalização*? Poderíamos pensar em processos de hibridação numa perspectiva pós-colonial, em que valores e saberes se complementem, sem produzir o aniquilamento de identidades que desejam resguardar-se na diferença?

A globalização é um processo histórico. Talvez não tenha alcançado ainda o seu ápice, tampouco se ergue como último e inexorável fenômeno da história. Nesse sentido, parece válido pensar acerca de vantagens e desvantagens que o

hibridismo cultural⁸⁸ pode engendrar numa época em que a globalização hegemônica tenta massificar as consciências em torno do *ethos* do capital. Mas que se trata também de uma época em que diversos movimentos e experiências da sociedade civil materializados nos espaços locais buscam oportunizar características positivas de uma identidade cosmopolita. Assim, o intercâmbio cultural pode representar uma força importante na construção de uma globalização contra-hegemônica (SANTOS, 2005a).

Há no cenário das relações internacionalizadas implantes de outra cultura política, pautada na solidariedade de grupos e povos que se comunicam e se mobilizam em favor da construção de valores libertários. O Fórum Social Mundial é, nesse sentido, visto como uma rede em que se articulam fios diversos de um internacionalismo solidário, cujos princípios ancoram-se numa proposta cultural aberta ao pluralismo e não numa perspectiva homogênea, como a que é investida pelo receituário do neoliberalismo ou como pretendia, com objetivos anti-imperialistas, o clássico movimento revolucionário, que centrava suas bases de ação na esfera classista e na defesa da revolução via luta armada (SANTOS, 2005b).

Segundo as observações que realizei durante a pesquisa de campo, penso ser possível afirmar que a experiência da Asmoconp e do Banco Palmas afina-se em vários aspectos com a tendência de construção de um novo internacionalismo, como

⁸⁸ Sobre a noção de hibridismo cultural, ver: BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003. (Coleção Humanitas); HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005; CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

define Boaventura de Sousa Santos⁸⁹. A participação em eventos relacionados ao FSM e em projetos conduzidos em escala internacional, através do formato da organização em rede, a exemplo das já citadas pesquisas conduzidas no âmbito do PGU/ALC e da URB-AL Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana, ilustra muito bem o esforço de instituições que se dedicam a fomentar o desenvolvimento local em comunidades específicas, oportunizando a comunicação com outros espaços e grupos para dinamizar um movimento social de alcance global.

Entendo que essa característica do sistema Asmoconp/Banco Palmas manifesta-se também no relacionamento mantido com a Rede Latinoamericana de Socioeconomia Solidária (Redlases), organização que tem aportado significativas contribuições simbólicas, conceituais e práticas para o desenvolvimento local da metodologia focada na moeda social circulante e no crédito comunitário. Através desse laço de parceria, diversos projetos focados no desenvolvimento econômico, cultural e político dos moradores do Conjunto Palmeiras foram deslanchados. Em contrapartida, o espaço local configura-se como um centro de referência de mobilização comunitária e de dinamização de práticas solidárias que alcança visibilidade, destacando-se como elemento de motivação e estímulo a outras esferas organizacionais que se comunicam culturalmente no âmbito da rede supramencionada.

O *link* estabelecido entre o Banco Palmas e a Redlases tem importância fundamental no processo de criação de novos bancos comunitários no estado do Ceará e em

⁸⁹ Para um aprofundamento desta discussão, ver também: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos, v. 3).

outros espaços do solo brasileiro. Assim, os fios dessa teia estendem-se às Redes Nacional e Cearense de Bancos Comunitários, ligando-se também à esfera governamental, através dos subsídios aportados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e por governos estaduais e municipais. Configura-se, portanto, um movimento amplo, de pluralidade institucional e cultural, que realiza a fluência de símbolos e práticas entre as dimensões local e global, instituindo uma esfera pública que transcende a lógica da localidade.

Além da atuação em redes temáticas e no âmbito do FSM, o sistema Asmoconp/Banco Palmas mantém, como já afirmei, parcerias com organizações de cooperação bilateral e multilateral. Através desses laços, diferentes segmentos envolvidos em práticas de cooperação colocam-se, ao mesmo tempo, como atores e beneficiários de processos de troca simbólica e intercâmbio de conhecimentos e práticas. Nessa perspectiva, o espaço local não é um mero sujeito passivo que se limita a receber recursos aportados por organismos estrangeiros. Representa também um importante papel ativo ao acolher em seu território colaboradores que ali encontram oportunidades de aprendizagem e de alargamento de seus horizontes culturais.

Acredito, portanto, que nesse jogo também se configura a lógica da reciprocidade, materializada no fluxo de ações e saberes que operam entre as dimensões do local e do global. Trata-se de experiências que podem apontar caminhos possíveis para a construção de práticas emancipatórias rumo a uma “globalização da solidariedade” (ROUILLÉ D’ORFEUIL, 2002, p. 131-152) e que devem passar, neces-

sariamente, pela sociabilidade democrática como ponto de equilíbrio nos diálogos de cooperação que se estabelecem entre os países do Norte e os do Sul (ABONG, 2003)⁹⁰.

As possibilidades de intercâmbio cultural que surgem a partir das relações que se tecem entre o local e o espaço externo no âmbito dos movimentos sociais que atuam em rede devem ser pensadas e trabalhadas com responsabilidade política, no sentido de assegurar a autonomia e respeitar as manifestações de identidade das instituições e culturas locais. Portanto, as trocas culturais só podem ser consideradas como instrumentos de emancipação se forem concretizadas em processos democráticos, equilibrados.

Essa questão surge no contexto das redes de movimentos sociais, demandando um olhar crítico e relacional, remetendo a discussão para outros aspectos também problemáticos. Destaca-se aqui o fato de que a sociedade civil torna-se cada vez mais um espaço de proposição e prática de políticas públicas, assumindo responsabilidades que muitas vezes situam-se entre o terreno de ação do Estado e da esfera privada, configurando, assim, o campo do chamado terceiro setor. Trata-se de um ente ambíguo, constituído sob uma pluralidade de práticas que, por um lado, reforçam experiências de organização comunitária, contribuindo no processo de enfrentamento do fenômeno da pobreza, por outro lado, podem, em determinados casos, reforçar o *ethos* neoliberal, supervalorizando um espírito filantrópico acrítico e assumindo responsabilidades cabíveis ao Estado. Este, por

⁹⁰ Para uma discussão crítica sobre práticas de cooperação internacional, ver a publicação: *Outro diálogo é possível na cooperação Norte-Sul*. São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2003. (Cadernos da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG; 31).

sua vez, afinando-se às políticas globais de ajuste econômico, é reformado e se retrai como ente provedor de políticas de proteção social (NOGUEIRA, 2005).

Na obra intitulada *Terceiro Setor e Questão Social*: crítica ao padrão emergente de intervenção social, o assistente social Carlos Montaña (2007) apresenta uma análise cuja perspectiva enquadra de modo determinista a sociedade civil como instância que estaria direcionando-se ao debate hegemônico que dá sustentação ao projeto neoliberal. Não obstante as contribuições sóbrias que sua crítica fornece ao debate, o autor enxerga no terceiro setor, de forma generalizada, um instrumento que facilita a hegemonia do capital.

Também preocupado em entender o contexto estrutural do terceiro setor, Boaventura de Sousa Santos (2006) constrói uma leitura crítica que se diferencia claramente da engessada abordagem proposta por Carlos Montaña. Nessa outra interpretação do fenômeno, percebe-se a presença de um olhar relacional que motiva a qualificação do que realmente vem a ser o chamado terceiro setor, para que então seja possível conhecer experiências associativas que podem contribuir no processo de emancipação econômica, cultural e política das esferas comunitárias, distinguindo-as de práticas que convergem ao fortalecimento do projeto neoliberal.

Boaventura de Sousa Santos (2006) ressalta a complexidade característica do amplo espaço ocupado pelo terceiro setor. Nesse cenário plural, outro fenômeno se avulta, atingindo também de forma ideológica a sociedade civil. Trata-se da ênfase que atualmente é aplicada ao conceito de capital social, cuja apropriação presta-se a diversas interpretações e interesses. Num sentido amplo, a expressão é utilizada para significar processos de organização comunitária e associati-

va capazes de fomentar a condução de soluções locais para problemas que demandam uma intervenção do Estado, mas que são resolvidos ou administrados a partir de ações protagonizadas por entidades da sociedade civil, configurando formas diversas de participação social.

O conceito de capital social é aplicado com o objetivo de explicar práticas sociais pautadas por normas e relações de confiança que são vivenciadas entre cidadãos de uma dada sociedade ou grupo de pessoas. Acredita-se, segundo o ideário de tal conceito, que onde há sistemas de participação social capazes de estimular a cooperação e onde é elevado o número de experiências associativas é também expressivo o volume de capital social.

Não se trata de um conceito novo. A discussão sobre os sentidos da solidariedade, percebida como elemento forte do contrato social, remete, indiretamente, à noção de capital social. Durkheim (2005), por exemplo, atentou para a importância dos sistemas de cooperação na busca pelo equilíbrio da ordem social. Outro intelectual francês, Alexis de Tocqueville (1805-1859), é apontado como importante referência para a compreensão do conceito de capital social, embora não tenha empregado essa expressão para expor suas ideias acerca das experiências associativas que lhe chamaram a atenção nos Estados Unidos da América, quando de sua visita ao país na década de 1830.

Em seu livro *A Democracia na América*⁹¹, publicado em meados do século XIX, Tocqueville entende que a democracia americana, com seu sistema de governo então considera-

⁹¹ A obra supracitada foi publicada em dois livros. Ver edições em língua portuguesa: TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Livro 1. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005; do mesmo autor, *Democracia na América: sentimentos e opiniões*. Livro 2. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

do democrático, haja vista que limitava os poderes dos governantes, funcionava com êxito porque os americanos tinham desenvolvido um espírito voluntário cuja expressão cultural materializou-se na configuração de práticas associativas diversas (RIFKIN, 1995, p. 266-267).

Em obra intitulada *Capital Social*, a cientista política Maria Celina D'Araujo (2003) ressalta que essa observação feita por Tocqueville em relação à chamada cultura cívica americana teve significativa importância na elaboração de uma teoria do associativismo e na definição do conceito aqui abordado. A autora faz uma reconstituição histórica do processo de difusão do conceito de capital social. Segundo as informações por ela sistematizadas, a expressão foi mencionada pela primeira vez há, aproximadamente, um século, dando significado a práticas associativas de caráter comunitário e cooperativo. Já na segunda década do século XX, o conceito aparece como recurso de fundamentação de uma abordagem explicativa que então defendia o associativismo como instrumento de combate ao fenômeno da pobreza em áreas rurais.

Embora a aplicação desse ideário já tenha diversos percursos trilhados, sua notoriedade é recente. Um marco histórico que impulsionou a disseminação do conceito de capital social na atualidade foi um estudo publicado em 1993 pelo cientista político Robert Putnam, no livro *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*⁹². A obra apresenta os resultados de uma pesquisa iniciada em 1970, que tinha entre os objetivos planejados acompanhar a sistemática de implantação da descentralização administrativa no contexto ita-

⁹² Ver PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

liano, na perspectiva de avaliar o impacto dessa mudança na redução das desigualdades ou disparidades de desenvolvimento observadas entre o norte e o sul daquele país. Dentre as conclusões apresentadas pelo organizador da pesquisa, destaca-se a constatação de que o capital social materializa-se em relações de confiança mútua, reciprocidade e associação cívica.

A identificação de espaços que apresentam um histórico organizacional reconhecido e legitimado, tipificando comunidades onde se desenvolveu com expressividade o chamado capital social, não configura somente na análise empreendida por Putnam e sua equipe de pesquisa. Tornou-se também um critério importante utilizado pelo Banco Mundial para apreciar possibilidades de investimento em ações locais (D'ARAÚJO, 2003).

Falar aqui sobre o Banco Mundial como entidade que se destaca no âmbito institucional onde se movimentam diferentes ideólogos do conceito de capital social oportuniza o esboço de uma crítica. O referido conceito, como já foi dito, é apropriado em diversas interpretações e interesses distintos às vezes divergentes. No caso de sua utilização pelo Banco Mundial, há que se atentar para o fato de que essa instituição tem representado de modo expressivo os interesses da globalização neoliberal, fortalecendo a lógica da eficiência econômica e da competitividade que mobiliza o processo de reestruturação do capital. Portanto, faz-se necessário qualificar com discernimento as formas de manejo da expressão capital social.

Nessa perspectiva, o filósofo e sociólogo colombiano Silvio Higgins (2005) ressalta que o conceito de capital social não faz sentido se as práticas associativas locais não apontarem caminhos de uma ruptura possível ou de emancipação em face da economia dominante. Cumpre, portanto, distinguir a ideia de sustentabilidade da significação que lhe é dada sob a lógica

da eficiência econômica e compreender os significados do desenvolvimento através do conhecimento de práticas que promovam ações distributivas, de desconcentração de riquezas. Assim, entende-se que pensar no desenvolvimento local e humano é, sobretudo, reconhecer a plenitude da liberdade como força a ser mobilizada em relação direta com outras instâncias – economia, política, direito, dentre outras (SEN, 2007).

Pensar sobre a relação entre liberdade e desenvolvimento remete a uma categoria crucial: a noção de empoderamento comunitário. Nessa direção, faz-se necessário compreender que o conceito de capital social ganha centralidade nos processos de reforma do Estado que se contextualizam nos ajustes estruturais da globalização do capital. Portanto, é preciso construir caminhos alternativos, em que o capital social se configure como empoderamento concreto da sociedade civil, com vistas a instituir e fortalecer espaços de expressão da democracia direta, participativa (REILLY, 1999). É preciso, sobretudo, que as esferas locais de associação comunitária vivenciem, de fato, seu poder organizativo como força capaz de desafiar as adversidades que se configuram em cenários de pobreza, transformando a capacidade de mobilização e as práticas bem-sucedidas de desenvolvimento local numa espécie de riqueza, significada não sob os sentidos do dinheiro e do mercado, mas sob a ótica da liberdade, da emancipação.

Durante a realização da pesquisa de campo, percebi que os elementos conceituais reunidos nesta discussão compõem debates provocados a partir de olhares diversos que se direcionam sobre a experiência do sistema Asmoconp/Banco Palmas, suscitando convergências e tensões de opiniões que demandam um posicionamento crítico das lideranças técnicas mais diretamente envolvidas e participantes nos processos de ligação entre o es-

paço local e as instâncias articuladas em redes de movimentos sociais e parcerias interinstitucionais. Assim, é interessante conhecer apreciações nativas acerca do conceito de capital social.

“[...] Nós temos uma categoria de dizer que a gente não quer crescer, a gente quer se desenvolver, né? Tem até um jogo que a gente faz das oficinas e a gente mostra duas fotos: uma da Beira Mar, e os prédios todos, e uma foto do Palmeiras. E eu pergunto pras pessoas: qual é o bairro mais desenvolvido? Geralmente todo mundo vai dizer: tá aqui, é a Beira Mar, né? Então a gente começa a questionar: mas então, qual é o conceito de desenvolvimento? Ele pode até ser mais crescido, né, economicamente. Então, daí vem o conceito de desenvolvimento que é o que a gente busca em nosso trabalho, que requer aqueles quatro... que a gente chama de quatro capitais: o capital social. Cê tem que ter uma comunidade organizada. Se tem uma comunidade organizada, então é possível ter um desenvolvimento sustentável, então não é preciso ter riqueza. A gente tem que ter comunidade organizada, ter um capital social nesse sentido. Cê tem que ter um capital humano, ter pessoas capacitadas, né, em todos os sentido. Desde capacitada pra fazer roupas, sapatos, como capacitada pra animar as reuniões, como capacitada pra elaborar os documentos que vai ser entregue pro poder público. Tem o capital social, o capital humano, o capital natural e tem que ter uma preocupação ambiental muito forte, né? Como é que cê tá tratando o bairro, né, cê tá fabricando, produzindo, consumindo, toda uma preocupação ecológica, que tem que ter, que é do capital natural. E o capital financeiro, mas é o capital financeiro aí que a gente chama da economia solidária, né? Ter uma economia solidária. Então pra nós o conceito de desenvolvimento, ele tem esses qua-

tro capital: o capital social, o capital humano, o capital natural e a economia solidária. Então, pra se ter o desenvolvimento e se considera a riqueza como desenvolvimento nesse sentido, né, não só a riqueza monetária, né, o acúmulo de dinheiro, porque também era insustentável e aí já não é desenvolvimento, então o capital social, a comunidade organizada é um componente indispensável nesse quadro, digamos, indispensável de você ter riqueza. Aqui a riqueza como sinônimo de desenvolvimento, é que tenha pessoas organizadas. [...] (Entrevista com Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas e coordenador geral do Instituto Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 5/11/2007).

“Olhe, eu, particularmente, assim, eu não gosto muito dessa expressão capital social, né? Mas dentro do que a gente considera desenvolvimento local, essa coisa toda, né, é fundamental essa... esse... eu não sei como dizer isso de outra forma, né? Mas toda essa riqueza que a gente tem de conhecimento, das pessoas, que é considerado como o tal do capital social, né? Pra que os territórios sejam desenvolvidos, um dos pressupostos que sempre é colocado... Inclusive, a gente também trabalha um pouco isso quando da metodologia dos bancos comunitários, que é o chamado capital social. Aquela riqueza que existe ali em termos de mobilização social, em termos de conhecimento, né, em termos de acúmulo de experiências e de lutas, isso é o que é chamado de capital social. Talvez fosse melhor dito mesmo a riqueza social, né, de um território; considerando não só os aspectos financeiros, mas toda essa parte do desenvolvimento mesmo, né, do desenvolvimento social e do desenvolvimento humano. Por que muitas vezes você pode até ter o capital financeiro. Mas se você não tem esse

outro acúmulo, né, de experiências, de organização, de participação, de gestão social, esse capital financeiro, ele pode ser bem ou mal aproveitado, né? Então, eu acho que a noção de riqueza dum território, ela tem que tá associada a essas coisas. Por que às vezes a gente considera riqueza o patrimônio, ou o dinheiro, mais especificamente, né? Talvez um senso comum, você pense que você tá rico quando você tem muito dinheiro, quando você tem muitos bens. Mas eu acho que se você não tem esse outro acúmulo, esses bens... Se você tem esse acúmulo, você pode conseguir os bens materiais e os bens financeiros. Agora, por outro lado, você pode ter esses bens financeiros e você perdê-los se você não tiver essa parte muito forte. Eu acho que isso sempre foi uma grande riqueza aqui, né? Financeiramente, o Palmeiras sempre foi... Eu acho que a gente pode considerar, né, um bairro muito pobre. Mas se você olha por esse lado, você sempre teve muita riqueza aqui, cê sempre teve muitas pessoas, né, com muitos sonhos, com muita disposição, com muita doação, né, com muita experiência, com muita força pra lutar e pra conseguir tudo. Se não, como é que você justifica o bairro, por exemplo, ter chegado, né, em 97, com todos esses serviços assim, se não fosse todo esse outro lado? [...]. Eu acho mais fácil você conseguir essa parte material tendo essa riqueza social de organização assim. [...]" (Entrevista com Sandra Magalhães, coordenadora de Projetos do Sistema Asmoconp/Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 6/11/2007).

Analisando os trechos de entrevistas inseridos acima, percebo que a própria linguagem nativa (re)significa o conceito de capital social sob um olhar relacional. Aqui os componentes ideológicos aplicados à força da economia globalizada que lan-

çam mão do conceito de capital social são relativizados. Contextualizado no campo da economia solidária, o conceito ganha outros sentidos. Remete à ideia de que no espaço local, a força da organização e da mobilização comunitária representa uma riqueza, mesmo manifestando-se em meio à pobreza econômica. Assim, a história do Conjunto Palmeiras, além de condensar um importante capital simbólico – como demonstrei no segundo capítulo –, tem como marca essa riqueza social do poder organizativo, materializado na capacidade de ir à luta e conquistar ganhos materiais. Nesse sentido, na experiência do sistema Asmoconp/Banco Palmas a noção de capital social, embora nem sempre expressa nessa terminologia, focaliza o empoderamento comunitário em sua relação com a economia como força oportunizada e direcionada ao desenvolvimento local.

“[...] A gente sempre investiu nessa metodologia de que a grande estratégia pra gerar trabalho, pra gerar renda em territórios empobrecidos é você estimular produção e consumo local. A nossa tese hoje é que não existe bairro pobre, não existe município pobre. O que existe são territórios, bairros, municípios, vilas que se empobrecem, porque eles perdem suas poupanças internas. Onde é que vem essa certeza? Porque se você faz uma pesquisa de mercado em qualquer um bairro, em qualquer município, pegando tudo que as pessoas consomem – essa é a nossa grande estratégia, que a gente chamou de mapa do consumo –, sim, vai dar cifras gigantescas. Aqui no Palmeiras, por exemplo, este ano deu três milhões por mês. Porque as pessoas compram. Por mais pobres que sejam, elas compram. Não interessa de onde vem o dinheiro. Pode ser da Bolsa Família, pode ser de escola, pode ser do tráfico de drogas, pode ser... Ou do

trabalho. Mas as famílias, as pessoas conseguem dinheiro de alguma forma. E gastam. Elas consomem. O grande problema é porque elas consomem produtos e serviços das grandes corporações, das grandes empresas. [...]. É como fosse um aspirador de pó. A gente tem muito trabalhado, essa figura do aspirador de pó, que vem assim na comunidade, chupa todos os ativos financeiros. Então esse dinheiro vai todo pra fora. Ele roda, roda, vai pro bolso ou dos bancos ou das grandes corporações, das grandes empresas. Então esses territórios não são pobres. Eles se empobrecem, porque eles perdem toda a sua poupança. Então, qual é o papel dum banco comunitário? É fazer com que o dinheiro, pouco ou muito – mas que geralmente é muito –, o dinheiro fique rodando na própria comunidade. [...]. A saída é o local. Não tem como pensar numa economia globalizada, porque essa economia globalizada ela só globaliza pra alguns, né? [...].” (Entrevista com Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas e coordenador geral do Instituto Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 5/11/2007).

É importante ressaltar que o processo de empoderamento comunitário protagonizado pelo sistema Asmoconp/Banco Palmas tem reforçado o poder de uma esfera pública que transcende o espaço local. Já propus esta discussão na seção anterior. Mas cumpre aqui enfatizá-la. Esse *capital social* mobilizado em um território específico alcançou visibilidade e poder de instigar o espaço mais amplo da política, aproximando a esfera pública local de instâncias partidárias que, também próximas da sociedade civil, exercem influência nos entes governamentais, impulsionando o campo de políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento da economia solidária. Nesse

contexto, as redes de movimentos sociais assumem uma posição propositiva que rebate no âmbito da política partidária, com expressivo poder de pressão.

Hoje o movimento da economia solidária conta com duas importantes instâncias de mobilização com o poder público: as Frentes Nacional e Estadual de Apoio à Economia Solidária, lançadas, respectivamente, em 16 de maio de 2007 e 29 de junho do mesmo ano. Não se trata de um fato de configuração espontânea. A Frente Nacional foi mobilizada por iniciativa do deputado federal Eudes Xavier, do Partido dos Trabalhadores (PT), figura política que tem um caminho já traçado no apoio a práticas organizativas focadas na economia solidária. Em relação à Frente Estadual, destaca-se o esforço de mobilização articulado pela deputada Raquel Marques, também do PT, nome que figura no histórico das forças políticas que têm apoiado a experiência do Banco Palmas desde sua fundação.

Há nesse campo de ação uma via de mão dupla em que políticos apoiam experiências comunitárias de desenvolvimento local e recebem apoio em processos eleitorais que asseguram a presença de propostas do movimento da economia solidária nos espaços de poder vinculados à esfera governamental. O trabalho das frentes parlamentares supracitadas destaca-se nessa esfera através da tentativa de construir um marco legal e aprovar projetos de lei que favoreçam a economia solidária. Ressalta-se, ainda, que a Frente Estadual vem instigando o governo local a fomentar a ampliação da Rede Cearense de Bancos Comunitários e acompanha o trabalho da Frente Nacional com vistas a provocar a elevação do orçamento anual da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes).

A capacidade de articulação demonstrada pelo movimento da economia solidária, no âmbito do qual destaco aqui a presença do sistema Asmoconp/Banco Palmas, não inibe, contudo,

a formação de um espaço gerador de críticas, debates e reflexões acerca do referido movimento. Um dos pontos centrais dessa tensão configura-se na constatação, muitas vezes determinista, de que a economia solidária estaria reproduzindo práticas que não apontam para rupturas necessárias com a lógica do capital. Em primeiro lugar, as experiências associativas focadas na economia solidária surgem no contexto do chamado terceiro setor; um ente ambíguo, notadamente plural e portador de interesses diversos, suscetível, portanto, a manobras ideológicas da retórica neoliberal. Em segundo lugar, questiona-se o potencial concreto do movimento da economia solidária no que tange à sua capacidade de contribuir para a emancipação do trabalho. Observa-se, por exemplo, que determinadas experiências associativas focadas na produção econômica, sobretudo as que permanecem na informalidade, reproduzem processos de precarização do trabalho.

Como pensar sobre esse debate tenso e conflitual que surge em torno da economia solidária? É possível apresentar, de modo determinista, respostas ou conclusões acerca de um fenômeno que se encontra em plena efervescência histórica e em processo de construção? Entendo que essa crítica não deve partir para considerações generalizantes, sem que se façam as devidas leituras de experiências particulares e concretas, buscando ouvir os sujeitos que protagonizam ações associativas denominadas sob o signo da economia solidária. Compreendo, também, que o fenômeno da economia solidária condensa em seu entorno não somente a força da solidariedade, o conflito também se faz presente ao seu redor, no seu meio, manifestando-se em tensões de ideias e argumentos.

Penso aqui na experiência da Asmoconp e do Banco Palmas, focando novamente sua visibilidade pública e seu poder de inserção em debates que transcendem sua territoriali-

dade. Percebi durante a realização da pesquisa de campo que a história e os projetos do Banco Palmas são levados ao conhecimento do público em diversas oportunidades de eventos que acontecem dentro e fora do ambiente do Conjunto Palmeiras. Observei também que faz parte da rotina local a presença de visitantes, pesquisadores, parceiros, mídia e membros de redes organizacionais diversas, com o objetivo de conhecer a experiência local, de aprender e até difundir para outros espaços práticas ali iniciadas e testadas. Dentre tais visitantes, é comum a categoria do intelectual interessado em reunir material para suas reflexões e pesquisas. É comum também a visita de grupos diversos que, através do chamado turismo social⁹³, buscam na história do movimento local uma referência para fortalecer suas práticas em seus territórios de ação.

É notório, portanto, que o sistema Asmoconp/Banco Palmas é um espaço gerador de debates. Assim, as visitas que os sujeitos locais recebem projetam cada vez mais esse sistema no contexto da esfera pública, provocando a captação de parceiros e investimentos, mas atraindo, além de elogios e aplausos, críticas que são processadas como material de reflexão não apenas pelos atores que as propõem ou que as elaboram, mas também pelos principais agentes de mobilização conceitual da experiência de economia solidária protagonizada no Conjunto Palmeiras, que manifestam sua explicação acerca dos elementos da crítica direcionada ao trabalho desenvolvido em torno do Banco Palmas.

⁹³ A prática do turismo social, que também pode ser denominada turismo solidário, é realizada em torno de atividades que, dentre outros objetivos, visam mostrar experiências desenvolvidas por comunidades organizadas, como, por exemplo, as ações e os projetos de economia solidária que acontecem no Conjunto Palmeiras através do sistema Asmoconp/Banco Palmas.

A forma como percebem e analisam a crítica relativiza considerações pertinentes às ideias de utopia e de precarização do trabalho. Ou seja, rebatem também com criticidade a ideia de que a economia solidária produziria uma nova configuração de aspectos ideológicos e práticos do socialismo utópico, além de não apontar saídas substanciais para a emancipação do trabalho. Mesmo reconhecendo que a economia solidária é um projeto histórico que acontece dentro do capitalismo, os sujeitos locais compreendem, com otimismo e pés no chão, que sua proposta incide sobre um processo de construção de uma cultura não capitalista, pautada em valores de cooperação, solidariedade e pertencimento a um território onde se busca significar a economia como instrumento de inclusão e emancipação social. Os discursos transcritos a seguir sinalizam a percepção nativa diante de críticas que emergem em face do sistema Asmoconp/Banco Palmas.

“Olhe, eu acho que são leituras assim, equivocadas, das experiências, entendeu? E da realidade das coisas. De como as coisas realmente acontecem, né? Dizer que a economia solidária ela é precarização do trabalho, é desconhecer todo o esforço que a gente faz num sentido de que as pessoas possam trabalhar e possam trabalhar da melhor forma possível. E da oportunidade que isso, que a economia solidária significa, pra que as pessoas tenham trabalho e que tenham dignidade. Obviamente que não é o objetivo da economia solidária e nem nosso que as pessoas não tenham os seus direitos, por exemplo, de aposentadoria, que não tenham direito a férias, né, que trabalhem de dia e de noite, de madrugada, que se matem pra poder realizar essas atividades. Não é isso que a gente quer. A gente da economia solidária tá trabalhando muito pra mudar esse processo. Essa é a questão. E o que a gente tem feito e eu

acho que a gente tem conseguido assim grandes parceiros e grandes avanços, é tentar fazer com que mais pessoas entendam isso, né? A gente tem aqui a PalmaLimpe e se mais pessoas comprarem os produtos da PalmaLimpe, mais pessoas a PalmaLimpe vai poder tá empregando e mais... menos horas o pessoal vai precisar tá trabalhando, entendeu? Então eu acho que essas pessoas, assim, do meu ponto de vista, elas precisariam fazer um esforço de entender melhor essas práticas, né? E não simplesmente fazer uma leitura a partir de leituras, né? Nós aqui temos feito assim um esforço grande pra receber alunos, pesquisadores, né, pra fazer com que as pessoas entendam isso, conheçam isso, coloquem as suas observações também, né, sobre isso, mas que possam chegar mais perto do que tá acontecendo. Na verdade todo esse movimento, que no Brasil não é pouca coisa e que temos pessoas assim incontestáveis que tão defendendo esse movimento, que tão promovendo essas atividades, como o professor Paul Singer – não dá pra você dizer que é um alienado, que é uma pessoa, né, sem base, sem fundamento; não é isso, né? Eu acho que a economia solidária é passível de críticas, tem muitas coisas que a gente precisa ir melhorando cada vez mais; as práticas, os desafios dos empreendimentos são muito grandes dentro do sistema que a gente vive e que a gente precisa de cada vez mais pessoas pra gente tá nesse debate, nesse diálogo e nessa construção. Mas a convicção é de que no sistema capitalista não tem jeito. Não tem jeito pra essas pessoas, não tem trabalho pra essas pessoas, não tem alternativa pra essas pessoas. E o que a gente tá fazendo com o movimento da economia solidária é criar essas alternativas, acreditando que existe um outro caminho. [...]" (Entrevista com Sandra Magalhães, coordenadora de projetos do Sistema Asmoconp/Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 6/11/2007).

“A crítica talvez mais central, mais contundente, é que essa experiência ela é uma experiência que nasce dentro... É uma experiência capitalista, que tem um viés capitalista e que, portanto, ela reproduz as relações capitalistas de exploração, de dominação e tal. Isso não é uma experiência socialista. Essa experiência de economia solidária do Banco Palmas ela se dá dentro de todo um mercado e de toda uma lógica da sociedade capitalista. Mas ela busca relações diferenciadas daquilo que é o coração do capitalismo, que é a exploração, que é a apropriação da riqueza, que é a mais-valia, né? Então eu acho que essas características de mais-valia nas empresas não existe. Não tem um patrão, um dono que fica com toda a riqueza. Há uma tentativa de que a riqueza seja socializada quando se implanta um sistema de moeda social, que circula localmente e, portanto, divide as riquezas com os pobres. Há um sistema de autogestão. O que se produz aqui é da organização da comunidade, né? A moeda, o cartão, o dinheiro, os crédito, é de uma organização comunitária. Então, portanto, não é apropriação. É uma apropriação coletiva, não é uma apropriação privada. Então há uma enorme... eu acho que até ignorância do ponto de vista teórico do que é o capitalismo, né, quando cê relacionar essa experiência com o capitalismo. Agora, ela tem elementos, ela se relaciona com o mercado, ela compra e vende produtos dentro de uma relação capitalista? É claro que sim, porque não temos uma sociedade socialista. [...]. Aí uma outra incompreensão é que nós somos uma associação de moradores ou uma ONG, se quiser; nós não somos o Governo, não somos uma política pública. Então nós não temos dinheiro. [...]. Então cê não quer que eu faça uma revolução de empresa e produção, de consumo, sem ter recurso, sem ser uma política pública, né? É por isso

que nós não abrimos mão de ter políticas pública que possa alavancar, que possa dar escala nisso. [...]. E nós somos uma pequena experiência localizada dentro de um bairro, que tem princípio, que tem lógica, tem metodologia numa outra perspectiva; que tem prática numa outra perspectiva. Mas tamos de longe sem ter pretensão de que nós somos resposta para o problema da fome, da miséria e do desemprego. Agora, eu acho uma incompreensão teórica muito grande do que é essa experiência aqui, né? [...].”

“[...] Veja bem. Eu entendo a utopia... Meu conceito de utopia é: a utopia é algo que você almeja [...], mas que não seja não realizável. A utopia não é algo que não possa ser realizado. Eu vejo a utopia como uma construção. Quer dizer, eu tenho uma utopia de uma sociedade livre, sem exploração, desiguais. Então é uma utopia? Ela é. Agora, ela já caminha nesse sentido. Tem aquela analogia que eu gosto muito, do barquinho, né? Que nós somos um barquinho, navegando no oceano capitalista, mas já navegando, né, e de forma diferente. Então é uma utopia que tá sendo aos poucos realizada. A precarização do trabalho... Tem que ter muita calma pra fazer uma análise mais profunda. E quando uma família tá passando fome, por exemplo, porque não tem renda nenhuma. Eu peguei uma mulher da Incubadora que não tem renda nenhuma, né, tá passando fome, tá na miséria total. [...]. Ai de repente ela consegue uma profissão, faz um curso de costura e começa a trabalhar na PalmaFashion e vai ganhar por mês cento e cinquenta reais. Eu posso chamar isso de precarização? Se eu for chamar isso de precarização, eu tenho que perguntar o que que era antes, quando ela passava fome, né? Ou então eu tenho que fazer um paralelo. Quer dizer, há uma precarização das condições de trabalho? Há condições de trabalho não satisfatórias. Mas bem melho-

res do que era antes. Estamos satisfeitos com isso? Não. Nós estamos caminhando numa direção e tamo fazendo alguma coisa pra que isso possa melhorar. Quer dizer, isso não é o desejável. O desejado é que a PalmaFashion seja uma grife grande, boa, grande. [...]. Aí é outra ignorância que tem do pessoal, porque eles colocam a economia solidária como uma economia pequena. Não imaginam que a economia solidária pode ser uma fábrica... um milhão de trabalhadores, com uma maior tecnologia de ponta. O que define de economia solidária é se o trabalho é apropriado... O resultado do trabalho, o lucro, é apropriado de forma coletiva ou privatizada como é no capitalismo. Então, a PalmaFashion, como exemplo concreto de nossas empresas, ela hoje tá no ponto que a gente queria? Não. Tá tentando. Ela gera emprego pra doze, treze, quatorze, quinze mulheres que antes tavam desempregada, tavam passando fome. É o resultado que nós queremos, é o desejado, é o buscado? Não. Não. Queremos que ela seja muito maior. [...]" (Entrevista com Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas e coordenador geral do Instituto Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 5/11/2007).

Entendo que as apreciações nativas supracitadas apresentam uma percepção com fundamentos, bem argumentada, sem incorrer num otimismo fatal e míope. Os sujeitos locais percebem que há inúmeros desafios postos à economia solidária, dentre os quais se destaca a necessidade de avançar rumo a uma concreta emancipação do trabalho e ao fortalecimento das territorialidades. Mesmo reconhecendo dificuldades e limites que o processo de construção da economia solidária revela, o ponto de vista nativo crê que algo já se faz. E propõe que se pense no possível equacionamento das categorias: economia, trabalho, produção, consumo e felicidade. Propõe, assim,

que sejam relativizados os conceitos de pobreza e riqueza, haja vista que, no contexto do empoderamento comunitário, outra noção de riqueza se ergue: a riqueza materializada no poder de construção coletiva de um projeto social.

Não é à toa que em seu sítio eletrônico (<www.banco-palmas.org.br>) a instituição local apresenta-se com um lema assaz instigante: “Banco Palmas: um sistema integrado de crédito, produção, comércio, consumo e felicidade humana”. Por diversas vezes, durante a realização do trabalho de campo, ouvi a categoria felicidade ser mencionada no âmbito de atividades desenvolvidas pelo Banco Palmas. Percebi que lideranças locais enfatizam o termo felicidade como capital simbólico que significa a ideia do bem viver. Ou seja, a ideia de que é preciso construir outra cultura econômica, em que as pessoas devem-se solidarizar para produzir, trocar, distribuir, consumir responsabilmente, defendendo e fortalecendo o território onde vivem, fazendo com que as riquezas ali geradas circulem, distribuam-se e cresçam internamente.

Mas como a felicidade, categoria tão carregada de elementos subjetivos e, em certo sentido, abstratos, projeta-se da ordem privada, ou seja, do campo dos desejos e sentimentos do sujeito, para a esfera comunitária? Ora, penso que o equacionamento que a economia solidária possibilita produzir entre a economia e a política pode ser capaz de promover uma projeção da ideia de felicidade do plano individual para uma esfera coletiva. Mas entendo que não há um posicionamento conclusivo para essa questão.

Felicidade é um estado de espírito. Portanto, pode ser definida em diferentes e relativos pontos de vista. Assim, compreendo que há diversos fatores de motivação que podem contribuir para que uma pessoa sinta-se contemplada

nesse estado de espírito, como, por exemplo: a relativização das noções de pobreza e riqueza; ter acesso ao trabalho e ao poder de consumo; gostar do trabalho que desenvolve, ainda que as condições sob as quais o mesmo se realiza não sejam plenamente satisfatórias; organizar-se politicamente como sujeito de sua história...

Enfim, evoco novamente as considerações nativas para afunilar esta discussão através da qual busco compreender a economia solidária como movimento social que se projeta não somente como campo de amortecimento dos efeitos perversos do capitalismo, mas, sobretudo, como sistema simbólico que visa fortalecer e disseminar o *ethos* da cooperação e do pertencimento comunitário, como forças voltadas para a felicidade humana.

[...]. Talvez a gente tivesse que... falando de riqueza em que sentido? Econômica, de valores, de ética... Pra mim, eu não tenho nenhum debate e nenhum acúmulo nessa discussão de conceito de riqueza. Mas eu considero que você... a riqueza é você ter, digamos, as condições mínimas necessárias pra o bem viver. Por que nós temos que padronizar o que que é o bem viver, né? Talvez se perguntar pra uma pessoa o que é o bem viver, ela vai dizer que é ter três carro de luxo, é poder ir em Nova Iorque toda semana, é ter um perfume de Paris e tal. E pra nós o bem viver é você ter as condições humanas de relacionamento, de amorosidade, de tá bem com as pessoas, de ter, evidentemente, o necessário de alimentação pra poder viver, com a sua saúde preservada. Então, a riqueza ela é as condições necessárias e o necessário aqui pra nós é o necessário mesmo, é o básico, o necessário, o mínimo. Não é mínimo porque é pouco, é mínimo porque é o suficiente. [...]. É o suficiente pra você ter uma vida de qualidade,

né? Daí vem toda a nossa ideia de que, pra mim, ter qualidade de vida é usar uma roupa da PalmaFashion. Ou é usar um sabonete da PalmaNatus. Ou cortar o cabelo na barbearia do bairro, né? [...]. Mas o conceito de riqueza que se pode produzir, que seria o contrário de pobreza, eu digo que é o suficiente para ter uma boa qualidade de vida, né?” (Entrevista com Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas e coordenador geral do Instituto Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 5/11/2007).

Na prática, ou seja, na observação concreta de uma dada atividade de produção e na percepção de pessoas envolvidas com essa atividade, nem sempre condições insatisfatórias de trabalho são vistas sob a ótica da precarização, tal como definem determinadas proposições teóricas focadas na emancipação do trabalho e tal como se percebe no âmbito dos ideários que defendem projetos de emancipação. Muitas vezes a necessidade de ter acesso ao trabalho e ao consumo parece ser algo mais urgente do que pensar sobre as condições de realização do trabalho. Em outras situações, por exemplo, ter acesso a uma profissão, ainda que seja como aprendiz, trabalhar perto de casa, não ter patrão e distribuir os rendimentos diretos da produção podem ser fatores que, de certa forma, parecem compensar, pelo menos em parte e circunstancialmente, a ausência de direitos trabalhistas.

“[Como é que está a sua vida após a passagem pela Incubadora?]. Tá bom. Assim... [Em que sentido? Mudou alguma coisa?]. Mudou muito. Mudou muito. Mudou muita coisa, né? [Mudou o que, por exemplo?]. Assim... Na costura? Sobre ganhar dinheiro? [O que foi que melhorou na sua vida?]. É, foi a profissão que eu

aprendi. Aí eu tô trabalhando nesse lado aí. Tô ganhando meu dinheiro, né? Que eu não trabalhava, ficava só em casa. E agora hoje eu tenho o meu dinheiro. [...]. [Como é o trabalho aqui na PalmaFashion?]. [...]. Ah, o ganho? [...]. Eu trabalho numa máquina, que é duas agulha, né? O tanto que eu fizer o serviço, eu ganho aquele meu preço. Eu ganho oitenta reais por semana. Todo mundo aí tem um preço. [Cê tem carteira assinada?]. Assinei... Quando eu saí daqui, aí eu fui... Assim, acho que não dá pra mim costura não. Aí eu fui atrás de pra mim... um emprego. O meu primeiro emprego que eu assinei a carteira foi num motel. Aí eu saí com um mês, porque o homem lá tava com desaforo pro lado de mim e eu saí, né? Aí eu vim pra cá, que eu não tava bem treinada, né? Eu vim pra cá, fiquei treinando, treinando até... Assim, eu vou ter que aprender essa profissão, porque... Eu saí, porque... durante... foi quatro mês o curso da cubadora, né? Aí mas eu não fiquei pra mim ficar estagiando. Não fiquei de jeito nenhum. Aí assim, então, se não dá pra mim, eu vou procurar outro jeito. Aí eu fui. Aí também não deu. Aí eu vim pra cá de novo. Não, eu vou ficar treinando, treinando. Aí eu fiquei treinando aí... [Mas cê tem carteira assinada aqui na PalmaFashion?]. Não, tem não. [E como é o tempo de descanso de vocês?]. Aqui é assim: você chega sete e meia, aí tem a hora da merenda nove e meia, aí cê larga de doze hora. Aí doze hora você vai pra casa. Eu chego em casa dá um tempo pr'eu fazer... Deixar os menino no colégio. Aí eu venho pra cá e aqui entra de uma e meia e sai de seis hora. [Cês trabalham no fim de semana]. Trabalha. Só o sábado. Até o meio dia. [Feriado também?]. Feriado. [Mas todo feriado?]. Todo feriado, todo que tiver feriado, nós trabalha. Eu trabalho. [Por que, se feriado é dia de descanso, por que que cês trabalham no feriado?]. É porque assim,

por exemplo, se eu não trabalho num dia de feriado, eu já não ganho, eu não tenho. A gente trabalha com... Assim, por exemplo, se a rente faltar hoje, hoje a rente não ganha. É assim. E carteira assinada, não. Você trabalha, se você tiver um problema com uma doença, assim... Igual a minha cunhada. Ela trabalha na [...], mas ela veio pra casa hoje com um problema no olho, mas aí o dia dela já é ganho e já mandou pra casa, né? Aqui não. Se você ficar doente, você não ganha. É e tem isso também, né?” (Entrevista com uma egressa do Projeto Incubadora de Mulheres e costureira da PalmaFashion – empreendimento de costura do vestuário ligado à rede Banco Palmas –, gravada durante a pesquisa de campo, em 5/11/2007).

“Bem, meu trabalho... Eu trabalho costurando, né, no ramo de costura. Aí, eu não tenho uma máquina fixa, né? Eu não tenho uma máquina fixa, assim. Eu trabalho em diversas máquinas, né? Com exceção de algumas. É é isso. Assim, quando eu não tô fazendo uma coisa, eu tô fazendo outra, né? Sempre assim. Sempre revezando, pra que no final de tudo saia... Dê a produção exata. [...]. De uma certa forma, é mais interessante, assim, ter esse rodízio de máquinas, porque aí eu vou me habituando aos diversos trabalhos. Aí nisso... Isso melhora pra mim, isso tem uma melhora pra mim, um benefício, traz um benefício pra mim porque me dá mais flexibilidade ao trabalho. Por exemplo, tem uma vaga pra máquina de cós, né, tem uma vaga pra travete ou caseador ou orveloquista ou interloquista. Aí eu sabendo manusear bem todas essas máquinas, eu vou ter diversas áreas, né, diversos setores, assim, vamos dizer assim, pra eu trabalhar, né, em diversas funções. Me dá mais amplitude, né, pra trabalhar, né? [...]. [Como é o tempo de descanso de vocês?]. A gente tira quinze minutos pela manhã, né, e quinze minutos pela

tarde. Pela manhã, nove e meia às quinze pras dez a gente tem aquela pausa, né, pra que a gente venha lanchar, né, descansar um pouco, tomar um café, lá fora, respirar um pouco, né, sair da rotina, né? Aí, quando chega quinze pras dez a gente volta pra máquina, né, e começa tudo de novo até às doze. Então, das doze até uma meia, como a gente, todos nós aqui que trabalhamos lá na Palma-Fashion, a gente mora aqui no Conjunto Palmeiras mesmo, aí nós vamos pra casa, né? Quando dá doze horas, né, meio dia, né, a gente vai pra casa, almoça, descansa. Uma e meia a gente tá aqui de novo, né, pra pegar no batente de novo, né? Aí quando é três e meia, aí a gente dá uma pausa, mais quinze minutos, né, pra gente lanchar, né, o lanche da tarde, né? Aí quando dá quinze pras quatro, aí a gente volta de novo pras máquinas e até seis da tarde, às dezoito horas, né, até seis da tarde. E aí encerra o expediente. [...]. No sábado a gente trabalha só até meio dia. No sábado. [...]. Quando é assim, por exemplo, nessa época, né, de final de ano, né, as coisas são mais puxadas no ramo de moda, né? [...]. E aí, sempre há necessidade. Ou seja, toda semana a gente trabalha até sábado. Não é o ano todo que a gente trabalha até sábado. Mas a gente trabalha principalmente nessa época do ano, final de ano, começo de ano, carnaval, né? Aí o negócio puxa, né, fica mais puxado, aí a gente tem que trabalhar ao sábado pra dar a produção, né, necessária, pra que a gente venha a ganhar o nosso salário. [...]. Não é carteira assinada, né, mas a gente tem o nosso salário, né, a gente trabalha pra manter, né, o nosso salário, né? Mas não é carteira assinada. [...]" (Entrevista com Mário da Silva Nascimento, jovem egresso do Projeto Bairro Escola de Trabalho e costureiro da PalmaFashion – empreendimento de costura do vestuário ligado à rede Banco Palmas –, gravada durante a pesquisa de campo, em 1º/11/2007).

“O serviço é terceirizado. A gente ainda não trabalha com a nossa marca. [...]. Inda não temos um produto final, assim, que vá com a marca daqui não. [...]. Facção é um sistema terceirizado, né, pegando de outra empresa. Eles já mandam todo cortado e aqui a gente faz a montagem da peça. [...]. [A senhora pode me dizer como é que está a sua vida após a participação na PalmaFashion? A senhora percebe alguma mudança na...?]. É, tem mudanças porque a gente continua... Tá trabalhando dentro do próprio bairro, trabalhando com o que a gente gosta, trabalhando com uma coisa que a gente mesmo é que tá administrando, é nosso. A gente é que faz o nosso salário, entendeu? Não dependendo de ninguém. E a gente trabalha na facção, né? Se a gente produzir bastante, a gente ganha. Se não produzir, também não ganha. [Tem sido satisfatório o resultado?]. Tem. Até agora tem sido. Tem dado pra colocar a panela no fogo todo dia. [Falta trabalho, assim, em alguns períodos ou vocês sempre estão em atividade?]. Não. Sempre a gente tem. Agora, no início do ano, janeiro e fevereiro, diminui um pouco a produção. Mas não falta. [...]. O Joaquim, ele faz um marketing muito belo da PalmaFashion. Só que a gente ainda não conseguiu alavancar assim, entrar no mercado mesmo, com nosso produto, né, da nossa marca. Mas é o que a gente sonha. A gente tá até aqui com umas peça de uma loja lá da Bahia, que eles tão montando uma loja e eles querem uns produto com a nossa marca. A gente mandou modelar essa peça, é uma calça masculina. Fizemos, né? [...]. O que eles falaram é que eles tão inaugurando uma loja e que eles tão querendo colocar vários produto e produtos de cooperativa, né? E uma das que eles conhece pela internet e que já está bem divulgada, a nossa marca, então eles pediram pra que a gente mandasse umas

duas peça, uma masculina e uma feminina – aí tem uma calça feminina –, pra que eles pudessem ver realmente o trabalho da gente e saber se realmente eles podem colocar na loja deles lá. [...]. Eles tão querendo comercializar a marca. Então a gente fez aqui a peça, vamos mandar pra ver se eles aprovam a qualidade, o trabalho, né? Porque com certeza eles querem vender um bom produto. E como a marca tá bem divulgada e eles querem ver se o produto também é bom, como a marca está sendo divulgada, né? [...]. Aí já vai ser nosso tecido. E aliás, a gente já tem o tecido. O tecido já está todo ali. Que é o jeans, né? Aí a gente vai só mandar pra ver o que é que vai rolar e se tudo der certo, aí a nossas peças vão estar sendo comercializada e quem quiser comprar vai ter que ir na Bahia. Por enquanto, né? Enquanto a gente não entra pro comércio daqui, né? Mas por enquanto, vai pra Bahia. Primeiro estado que, né, quer comercializar nossas peça. A gente tá torcendo pra isso. Já teve várias tentativa, né, de outros estado, mas assim, que a gente pudesse trabalhar pra eles em sistema de facção. [...]. E como era uma coisa assim muito dependiosa de lá pra cá, que eles queriam; mandava o tecido, cortava aqui e era aquele negócio todo, então, não. Facção por facção eu já tenho aqui no Ceará. Bem pertim, né? [...]. Eu tenho fé em Deus, se Deus quiser que... Esse ano ainda não engajou não, mas no próximo ano a gente engata no mercado. Porque o Joaquim tá aí, fazendo a propaganda. Pra onde ele vai, né? A camisa, a etiqueta, a marca PalmaFashion. E vai dar tudo certo, se Deus quiser!” (Entrevista com Maria Dacília de Lima e Silva, coordenadora da PalmaFashion – empreendimento de costura do vestuário ligado à rede Banco Palmas –, gravada durante a pesquisa de campo, em 1º/11/2007).

Outro fator capaz de apaziguar os ânimos em face da ausência de instrumentos de proteção trabalhista é a esperança de que um negócio fundado em laços associativos venha a crescer e a melhorar as condições de trabalho e de vida daqueles que investem tempo, dedicação e envolvimento pessoal em um projeto. A crença de dona Dacília, citada anteriormente, na evolução do negócio da PalmaFashion é reveladora desse sentimento de esperança que a faz trabalhar com prazer e fé num futuro promissor. Observei, ainda, que a inserção em espaços de formação profissional e de produção vinculados à Rede Palmas não representa somente um caminho de acesso ao trabalho e ao poder de consumo, mas significa também uma oportunidade de promover o desenvolvimento pessoal e de aproximar-se de valores morais contrapostos ao *ethos* da competitividade capitalista. Os trechos de entrevistas transcritos a seguir ilustram essa percepção.

“[...] a experiência do Bairro Escola foi, pra mim, né, marcante, assim, né? Tanto na questão de me dar oportunidade de emprego, quanto na questão de me manter mesmo assim como pessoa, né? Porque às vezes o jovem, ele fica meio assim, né, atordoado com esse negócio de emprego, né, de procurar emprego, né? E isso foi uma porta que se abriu, né? Graças a Deus, isso foi uma porta que se abriu e uma oportunidade que eu tive e que eu agarrei, né, e tô segurando até hoje, né? E tô colhendo os benefícios, né, que eu tive com esse projeto, né? Hoje eu tô colhendo aquilo que eu plantei, né, que foi plantado na época do projeto” (Entrevista com Mário da Silva Nascimento, jovem egresso do Projeto Bairro Escola de Trabalho e costureiro da PalmaFashion – empreendimento de costura do vestuário ligado à rede Banco Palmas –, gravada durante a pesquisa de campo, em 1º/11/2007).

“Quando eu entrei na PalmaLimpe eu tinha vinte anos, então, anteriormente, não tinha arrumado emprego nenhum. Eu trabalhava, fazia bicos, fazia cursos com bolsas, mas trabalhar mesmo, ter uma responsabilidade maior, ter uma renda garantida, desde que você desempenhe as suas funções que é designada. Eu não tinha, então... Arranjar um emprego, pra todo mundo é bom. Não importa se ele é em uma ideologia nova ou se é no mercado capitalista. Porque em uma sociedade capitalista, ter o seu dinheiro pra poder consumir, torna-se um direito, já torna-se um direito. Então, isso já adiantou o meu lado, porque eu já passei a ter esse direito de consumir. Claro, que consumir conscientemente. Aí, arranjar um emprego já é bom de qualquer forma, porque você vai ter responsabilidade, vai ter a sua fonte de renda. Só que, quando isso vem agregado a outros valores, a uma ideologia, a uma utopia, você se sente que tá dando a sua contribuição pra mudar o mundo, embora seja muito difícil. Então, esse foi o meu primeiro emprego, tá sendo meu primeiro emprego, onde eu tô aprendendo muito, errando muito, né? Mas é realmente muito significativo. E eu não conseguiria mais ficar em casa sem fazer nada. [...]” (Entrevista com Elias Lima dos Santos, jovem produtor da PalmaLimpe – empreendimento de produtos de limpeza ligado à rede Banco Palmas –, gravada durante a pesquisa de campo, em 1º/11/2007).

Chegando agora à conclusão deste capítulo, gostaria de ressaltar que a Asmoconp e o Banco Palmas, diante da visibilidade que têm alcançado no contexto da esfera pública, possuem algo muito maior para mostrar à sociedade do que os elementos que o projetam como objeto de crítica sob um ponto de vista normativo. Falo aqui do processo de construção simbólica e pedagógica da economia solidária que é protago-

nizado no Conjunto Palmeiras e que transcende o espaço local, afetando de modo propositivo e criativo o ambiente onde atuam diversas redes de mobilização popular. Considero que a experiência do Banco Palmas contribui, de fato, para a construção de uma cultura alternativa e de valorização dos territórios locais, navegando, assim, contra a maré totalizadora e globalizante que dissemina o pensamento hegemônico neoliberal⁹⁴. Mas não se trata de um processo de construção fácil, como se pode perceber através do olhar nativo.

“[...] a parte mais difícil do nosso trabalho, mais desafiadora, é exatamente criar a cultura de valorização do local. Porque toda a maré é voltada para a valorização da cultura predominante, né? E quando eu falo a cultura predominante, não só da música, das grandes empresas, das grandes corporações, dos grandes bancos, tudo junto vão valorizar o que é grande, o que tá na mídia, o que tá na propaganda, né? Então você redesconstruir isso e dizer pra pessoa que ela é mais importante se ela vestir PalmaFashion, do que se ela vestir Bunny's ou Nike ou não sei o que, é um trabalho muito inglório, mas nós temos certeza que isso é construir uma nova lógica da economia, né? Uma lógica de você comprar e produzir de forma coletiva, com a renda sendo distribuída no social. Há sempre de se perguntar isso na economia, né? Quando se cria um programa, um projeto, quem se beneficia com tudo isso? Onde... pra onde vai o dinheiro, pra onde vai a riqueza. É isso que determina, né? Então, o que se produz aqui, o que se consome aqui e o que se... Os instrumentos

⁹⁴ Sobre a necessidade de fortalecimento dos espaços locais e da dimensão comunitária como estratégia de defesa contra a globalização hegemônica, ver DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: tecnologia, globalização e governabilidade*. v. I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

que nós criamos aqui, o dinheiro fica é na comunidade, não fica com uma pessoa. Fica com a comunidade, fica distribuído, né? Mas isso é uma lógica. Isso é uma proposta de mudança de mundo, que exige uma mudança de mentalidade das pessoas. Então essa mudança de mentalidade é a parte mais difícil de tudo isso. Eu não tenho nenhuma dúvida disso, né?” (Entrevista com Joaquim de Melo, coordenador do Banco Palmas e coordenador geral do Instituto Banco Palmas, gravada durante a pesquisa de campo, em 5/11/2007).

Compreendo que esse esforço de construção de uma outra cultura econômica e política é a parte mais substancial do trabalho desenvolvido pelo sistema Asmoconp/Banco Palmas. E aqui volto a pensar na relação entre o bairro Conjunto Palmeiras e a cidade e nos laços que o movimento local mantém com redes de movimentos sociais. Penso que, através da Asmoconp e do Banco Palmas, o território local mostra à cidade e à sociedade que é possível enfrentar a situação de pobreza com coragem, dignidade e criatividade. O processo de construção simbólica que mobiliza na prática a materialização do fenômeno da economia solidária projetada na esfera pública uma outra face do Conjunto Palmeiras, que já não se destaca mais apenas como bairro estigmatizado pela pobreza e violência urbana.

Devo ressaltar também que o Banco Palmas não é o instrumento responsável, por excelência, da visibilidade alcançada pelo espaço local. A instituição vem, aos seus 14 anos de existência, dar destaque a uma história notadamente substancial, já conhecida no âmbito dos movimentos sociais e na cidade de Fortaleza desde a década de 1970. A história de uma comunidade formada por moradores corajosos, conscientes de que são sujeitos ativos, cidadãs e cidadãos que lutaram com

força e radicalidade para construir um bairro onde nada existia quando tudo começou. Hoje, o Banco Palmas é mais uma prova que o Conjunto Palmeiras oferece à sociedade no sentido de atestar que suas lutas sociais foram e são legítimas. É mais uma amostra de que o empoderamento comunitário é possível e tem potencial para muitas e significativas realizações nos territórios locais.

Considerações Finais

Chego ao fechamento deste trabalho, que agora apresento na forma escrita, como resultado de um longo processo de pesquisa, cuja realização estendeu-se por quatro anos e nove meses, desde fevereiro de 2003 a novembro de 2007. Lembro neste momento que, em meados daquele ano de 2003, os moradores do Conjunto Palmeiras estavam comemorando o aniversário de 30 anos do bairro. A festa aconteceu em grande estilo. Na ocasião o sistema Asmoconp/Banco Palmas apresentou ao público um grande e ousado projeto: o Plano Local de Investimento Estratégico (Plies), concebido como metodologia para gerar trabalho e renda em territórios de baixa renda.

Mostrando esse projeto à cidade e à sociedade, os atores locais festejaram o aniversário do bairro em diferentes espaços, na comunidade, sobretudo, no Sebrae-CE e no Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Foram cerimônias muito bonitas, com apresentação do coral da UFC, palestras, debates e uma intensa mobilização dos moradores, que realizaram uma alvorada festiva antes de chegarem ao BNB do Passaré. A estrela de maior brilho nesse evento ritual, depois do Conjunto Palmeiras em si, foi o Plies, cujo formato de elaboração participativa condensou uma série de proposições nas áreas de produção e serviços.

Àquela época, como um dos produtos do Plies, o sistema Asmoconp/Banco Palmas formatou uma proposta de atuação no campo do turismo social ou solidário, planejando criar a PalmaTur para gerar trabalho e renda, com a intenção de oportunizar o intenso fluxo de visitas que o Conjunto Palmeiras recebe em função da experiência de economia solidária ali

desenvolvida. Esse projeto foi concretizado em 2010. Mas antes disso, pude perceber, durante todo o trabalho de observação por mim realizado, que ali o turismo social acontece sim, haja vista a grande fluência de pessoas interessadas em conhecer a comunidade que criou um banco comunitário e utiliza uma moeda circulante local. A expressão “Aceitamos palmas” realmente atrai olhares, aplausos, parceiros e é um importante capital simbólico focado na construção da economia solidária no território local.

O estudo etnográfico desta experiência deu-me uma certeza. A economia solidária não acontece por decreto nem por intenções apenas declaradas. Nem se materializa somente por ter um nome, por ter sido “batizada”. Trata-se de um processo histórico de construção simbólica, pedagógica, que alcança substância onde existe terreno fértil para seu desenvolvimento. Onde a comunidade local tem um histórico de lutas sociais consolidado. Onde o sentimento de pertença é capaz de reforçar laços de confiança, reciprocidade e cooperação, suscitando também a construção do empoderamento comunitário.

Esse processo de construção simbólica faz-se na prática cotidiana. Portanto, os significados da economia solidária, embora se manifestem em abordagens conceituais, são pensados, debatidos, mobilizados em atividades de ensino-aprendizagem, na rede local de empreendimentos e nos projetos que ali acontecem. É assim que o ideário da economia solidária vai tomando corpo e tornando-se, concomitantemente, conceito e prática, na concretude das ações.

Enfatizo neste momento que a economia solidária é um fenômeno que se produz na historicidade como proposta cultural e política. Não se trata simplesmente de um caminho

estratégico para tornar os pobres menos pobres ou para lhes permitir sobreviver em meio ao capitalismo e suas expressões excludentes. É uma proposta de construção de um outro *ethos* econômico, fundado na solidariedade, na reciprocidade e na opção política pela cidadania participativa, pelo empoderamento dos espaços locais.

Compreendo que a opção pelo olhar etnográfico foi fundamental na realização deste trabalho. Observando uma experiência particular em que se materializa esse esforço de construção simbólica e prática de um fenômeno cultural, busquei sair do lugar comum da discussão sobre economia solidária, que muitas vezes tem-se restringido a pensá-lo, por um lado, como instrumento aplicado à necessidade de aliviar as consequências do capitalismo neoliberal. Por outro lado, abordagens diversas permanecem no impasse teórico-conceitual de afirmar ou negar a economia solidária como possibilidade histórica alternativa ao capitalismo.

Busquei, assim, acrescentar uma contribuição a essas leituras e às reflexões que se centram nos aspectos históricos da economia solidária e remetem suas raízes ao socialismo utópico e aos cenários dos séculos XX e XXI, quando o movimento toma forma e expansão com o apoio de diversas instituições ligadas a sindicatos, igrejas, cooperativas, dentre outras. Minha intenção, nesse sentido, foi somar ao debate a leitura interpretativa de uma experiência localizada, descrevendo-a e analisando-a a partir de um conjunto de categorias que proporcionam não encerrar a discussão proposta no enfoque sobre o território estudado.

O objeto de estudo exigiu um esforço de imaginação sociológica que pudesse captar a dinâmica que liga o projeto de economia solidária do Conjunto Palmeiras a redes de

movimentos sociais diversas. Empenhado em compreender uma experiência marcada por um ritmo intenso de trabalho interno e de confluência com outros espaços, percebi que no sistema Asmoconp/Banco Palmas manifesta-se expressivamente a metáfora da rede, aproximando as dimensões do local e do global.

Procurei, durante a realização da pesquisa, tratar em complementaridade os aspectos sincrônicos e diacrônicos da realidade estudada. Nessa perspectiva, a história do bairro não poderia passar despercebida. Pelo contrário, é nessa história que se encontra a gênese das formas de sociabilidade que engendraram o Banco Palmas e as ações de economia solidária no espaço local. Busquei tratar também de modo complementar as dimensões micro e macro que contextualizam o objeto estudado. Assim, percebi que o sistema Asmoconp/Banco Palmas revela-se como ente histórico que afeta e é afetado por diversos espaços, provocando reflexões, tensões e encontros possíveis no cenário dos novos movimentos sociais articulados em rede.

A experiência local configura-se, portanto, numa esfera pública que não se encerra num território específico, pois alcança e é alcançada por uma pluralidade interinstitucional que se manifesta no seio da sociedade civil. A leitura interpretativa desse movimento que ganha força no âmbito das lutas sociais contra a globalização hegemônica me fez perceber que o fenômeno da economia solidária tem uma enorme importância no processo de construção de uma contra-hegemonia. Nesse sentido, entendo que a incursão em campo e no material teórico aqui trabalhado proporcionou olhar atentamente uma experiência particular, a partir da qual também foi possível ariscar considerações de ordem mais geral acerca do formato

organizacional em rede que então se configura no âmbito dos novos movimentos sociais.

Não posso deixar de manifestar aqui o meu sentimento de pertença à experiência protagonizada pelo sistema Asmoconp/Banco Palmas. Não sou morador nem nunca morei no Conjunto Palmeiras. Mas tive a oportunidade e o prazer de me aproximar do trabalho ali desenvolvido. Assim, em alguns momentos pude colaborar na realização de determinadas atividades, o que me fez chegar ainda mais perto do cotidiano da instituição. Não considero, no entanto, que o envolvimento e a paixão que sinto pela riqueza desse projeto em construção tenham afetado minha capacidade de crítica. Procurei, em todos os diálogos que estabeleci com os sujeitos locais, discutir questões relacionadas às possibilidades e aos limites pertinentes ao desenvolvimento da economia solidária no contexto do capitalismo. E penso que nossas conversas foram frutíferas, esclarecedoras, pautadas por olhares críticos e relacionais.

Através desses diálogos e da duradoura observação que realizei, sinto-me à vontade para afirmar, como diz o próprio falar nativo, que o sistema Asmoconp/Bancos Palmas está mobilizando um ousado projeto. Esse projeto tem múltiplas faces que se afinam numa proposta multidimensional, alcançando os campos da economia, da cultura, da política e do desenvolvimento socioambiental com ênfase na territorialidade, na sociabilidade comunitária. Enfim, o Conjunto Palmeiras abriga hoje muito mais do que uma experiência econômica popular. É cenário da construção simbólica e prática de uma socioeconomia solidária, concebida como movimento cultural e político capaz de disseminar novos valores éticos no território local e no contexto mais amplo das redes de movimentos sociais.

Bibliografia Consultada

ABONG. *Outro diálogo é possível na cooperação Norte-Sul*. São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2003. (Cadernos da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG; 31).

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Mundo do Trabalho).

ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. “Sob os SELs de França: uma esfera pública plebéia desponta”. Estado, cidadania e esfera pública. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, UFC, v. 35, n. 1, 2004. P. 31-44.

ARENDT, Hannah. *O que é política?* Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. Tradução de Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARRETCHE, Marta T. S. “Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?”. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, n. 31, ano 11, 1996. p. 01-23.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá & SCHUNC, Flávio Carmargo. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. (Coleção Brasil Urgente).

ARRUDA, Marcos. *Redes que tecem democracia e liberdade*. [s.d.]. (Mimeo).

ASSOCIAÇÃO dos Moradores do Conjunto Palmeiras – Asmoconp. *Favela do Conjunto Palmeiras: habitando o inabitável*. Fortaleza: Asmoconp, 1990. (Mimeo). (Coleção Memória de Nossas Lutas, v.1).

_____. *Conjunto Palmeiras: o canal de drenagem – A história de um povo que se organiza, busca parcerias e urbaniza seu bairro*. Fortaleza: Asmoconp; Expressão Gráfica Digital, 1998. Coleção Memória de Nossas Lutas, v.2.

_____. *Desenvolvimento local sustentável: o exemplo da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras com o Banco Palmas*. Fortaleza: Asmoconp; PRORENDA, 2000.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 3. ed. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 2003. (Coleção Travessia do Século).

AUSTIN, J. J. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1990.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Tradução de Ana Maria Lima. Coimbra: Minerva, 1999.

BANCO MUNDIAL. *Brasil: estratégias de redução da pobreza no Ceará – O Desafio da Modernização Inclusiva*. Fortaleza: IPLANCE/SEPLAN; Banco Mundial – Departamento do Brasil, Região da América Latina e Caribe, 2003.

BAR-EL, Raphael. “Promovendo o desenvolvimento do interior do Ceará”. In: BAR-EL, Raphael (Org.). *Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará*. Fortaleza: Edições Iplance, 2002. p. 23-52.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. “Ritual e símbolo na política”. *Cadernos CERU*, Série 2, n. 7, 1996. p. 9-35.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 23. ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003. (Coleção Humanitas).

BITTENCOURT, Luciana. “A Fotografia como Instrumento Etnográfico”. *Anuário Antropológico*, n. 92. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003. (Antropologia da Política n. 21).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

_____. BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Tradução de Lucy Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2003. (Coleção Estudos).

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 5. ed. Tradução de Mariza Corrêa. São Paulo: Papirus, 2004.

BRAGA, Elza Maria Franco. *Os labirintos da habitação popular: conjunturas, programas e atores*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

_____. “A ocupação de terras urbanas: espaço de sociabilidade e de resistências”. Projeto de Pesquisa. Fortaleza: Departamento de Ciências Sociais e Filosofia/UFC, 1999. (Mimeo).

_____. “O local e a construção de uma nova cultura política”. In: BRAGA, Elza Maria Franco (Org.). *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza: Editora UFC, 2003. p. 69-90.

_____. “Socioeconomia solidária e a questão democrática: desvendando caminhos e utopias”. *Estado, cidadania e esfera pública. Revista de Ciências Sociais*, v. 35 n. 01, Fortaleza: Imprensa Universitária, UFC, 2004. p. 57-67.

BRASIL. *Atlas da economia solidária no Brasil – 2005*. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

CAILLÉ, Alain. *Antropologia do Dom: o terceiro paradigma*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a.

_____. “Dádiva e associação”. In: MARTINS, Paulo Henrique (Org.). *A Dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b. p. 191-205.

_____. “O Dom entre interesse e desinteressamento”. In: MARTINS, Paulo Henrique & CAMPOS, Roberta Bivar (Orgs.). *Polifonia do dom*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 25-66.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. “O Estado no percurso do ajuste: a arquitetura de um desmonte no ‘Brasil Real’”. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny (Orgs.). *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na Universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001. p. 220-230.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 4. ed. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. v. 1: Artes de fazer. 9. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____, GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do cotidiano*. v. 2: Morar, cozinhar. 5. ed. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena. “Sobre o medo”. In: CARDOSO, Sérgio *et al.* *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 35-75.

CHAVES, Christine de Alencar. “A Marcha Nacional dos Sem-Terra: estudo de um ritual político”. In: PEIRANO, Mariza (Org.). *O Dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 131-148.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves; Tradução de Patrícia Farias. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Capital social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

DAGNINO, Evelina *et al.* (Orgs.). *A Disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; 2006.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANIEL, E. V. *Charred lullabies: chapters in an anthropography of violence*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002. (Outras Histórias, v. 12).

DEMO, Pedro. *Pobreza política*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 27).

DIÓGENES, Glória. “Direitos, cidadania e movimentos sociais”. *Nomos. Revista do Curso de Mestrado em Direito da UFC*, 11/12. Fortaleza: Edições UFC, 1992. p. 155-123.

_____. “Ciro Gomes: há algo de novo na modernidade? Ritos inaugurais do ‘mudancismo’ no Ceará”. In: RIGOTTO, Raquel M. (Org.). *As tramas da (In)sustentabilidade: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará*. Fortaleza: INESP, 2001. p. 315-337.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: tecnologia, globalização e governabilidade*. v. 1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Ed. USP, 2007.

DURHAM, Eunice Ribeiro. “Movimentos sociais: a construção da cidadania”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, CEBRAP, n. 10, 1984. p. 24-30.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995. (Coleção Tópicos).

_____. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totemico na Austrália*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Tópicos).

ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2000. (Coleção Estudos).

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

_____. & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro; Tradução do posfácio à edição alemã: Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. (Coleção Estudos).

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Os significados urbanos*. São Paulo: Ed. USP; Fapesp, 2000. 192p. (Acadêmico; 31).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FOURIER, Charles. “O Novo Mundo Industrial e Societário”. In: *O Socialismo Pré-Marxista*: Babeuf, Blanqui, Fourier, Saint-Simon. 2. ed. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1986. [1829]. p. 59-85.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de & LAVILLE, Jean-Louis. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil* – 1. 43. ed. São Paulo: Editora Record, 2001.

GAIGER, Luís Inácio. “Sentido e possibilidades da economia solidária hoje”. In: KRAYCHETE, G. *et al.* (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000. p. 167-198.

_____. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2004.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989. (Coleção Antropologia Social).

_____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6. ed. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. 2. ed. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GELLNER, Ernest. “Cultura, limite e comunidade”. In: _____. *Antropologia e política: revoluções no bosque sagrado*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997. p. 56-72.

GENRO, Tarso & SOUZA, Ubiratan de. *Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre*. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora Perseu Abramo, 2001. (Coleção Ponto de Partida).

GOHN, Maria da Glória. “Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas”. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 13-32.

_____. GOHN, Maria da Glória. *O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 123).

GOLDMAN, Marcio. “Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões”. In: ANUÁRIO ANTROPO-LÓGICO, n. 93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GOMES, R. “A análise de dados em pesquisa qualitativa”. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 67-80.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. (Biblioteca Tempo Universitário, v. 76). (Série Estudos Alemães).

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. “Espaços urbanos na ‘aldeia global’: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX”. In: *Cadernos Arquitetura e Urbanismo*, n. 4. Belo Horizonte – MG: 1996. p. 171-189.

HIGGINS, Silvio Salej. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRAYCHETE, Gabriel. “Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia”. In: KRAYCHETE, G. *et al.* (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, RJ: Vozes; 2000. P. 15-37.

KUSCHNIR, Karina. “Uma pesquisadora na metrópole: identidade e socialização no mundo da política”. In: VELHO, Gilberto & KUSCHNIR, Karina (Orgs.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003. p. 20-42.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

LEWIS, Oscar. “The Culture of Poverty”. In: _____. *Anthropological Essays*. Nova Iorque: Random House, 1970.

MAGNANI, José G. C. “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole”. In: MAGNANI, José G. C. & TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Ed. USP, 2000. P. 13-53.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MARTINEZ, Paulo. *Poder e cidadania*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) – 1857-1858*. 10. ed. Argentina: Siglo Veintiuno, 1985.

_____. & ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. [1848].

_____. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. [1848].

MATTOS, Geísa. “A voz do bairro: um candidato fora do mundo da política”. In: CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de (Org.). *A Produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. Campinas, SP: Pontes; 2003. P. 191-209.

MATTOS, Geísa *et al.* (Orgs.). *Palmeiras: registros de cidadania*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.

MATTOS, Romulo Costa. “Aldeias do mal”. In: *Cidades feridas – Dossiê. Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, ano 3, n. 25, 2007. P. 28-33.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003a [1925]. P. 183-314.

_____. “Esboço de uma Teoria Geral da Magia”. In: *Sociologia e Antropologia*. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003b [1904]. P. 47-181.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de & MAGALHÃES, Sandra. *Bairros pobres, ricas soluções*: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003a.

_____. *PLIES – Plano Local de Investimento Estratégico*: uma metodologia para gerar trabalho em territórios de baixa renda. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003b.

_____. *O poder do circulante Local*: a moeda social no Conjunto Palmeira. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2005a.

_____. *Banco comunitário e cooperativa de crédito*: uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005b.

_____. *Bancos comunitários de desenvolvimento*: uma rede sob controle da comunidade. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de & PAULINO, Antonio George Lopes. *Cidadania participativa*: um espaço em construção – Políticas sociais de combate à pobreza em Icapuí (Ceará, Brasil). Fortaleza: Ágora XXI; Programa de Gestão Urbana – PGU, 2003. (Mimeo).

MILLS, C. Wrigth. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social*: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NAVARRO, Zander. “Democracia e controle social de fundos públicos – o caso do ‘orçamento participativo’ de Porto Alegre (Brasil)”. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & GRAU, Nuria Cunill (Org.). *O Público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. P. 293-334.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NÖTH, Winfried. *Panorama da semiótica: de Platão a Peirce*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1998. (Coleção E v. 3).

OAKLEY, Peter & CLAYTON, Andrew. *Monitoramento e avaliação do empoderamento*. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo: Instituto Pólis, 2003.

OLIVEIRA, Alves de Oliveira. “O Processo de Qualificação-Desqualificante da Força de Trabalho: elementos de uma transição para além do capital”. In: ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira & RODRIGUES, Léa Carvalho (Org.). *Transformações no mundo do trabalho: realidades e utopias*. Fortaleza: Editora UFC, 2005. p. 161-198. (Série Percursos; 6).

OLIVEIRA, Gerciane Maria da Costa. *AMA: representações sociais da solidariedade*. Associação das Mulheres em Ação (Novo Mondubim, Fortaleza). Monografia [Curso de Ciências Sociais]. Fortaleza, CE: UFC, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. *O Surgimento do anti-valor*. São Paulo: Estudos CEBRAP, 1989.

OLIVEN, Ruben George. *A Antropologia de grupos urbanos*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

PAIVA, Victoria Régia Arrais de. “Um projeto de inclusão social na perspectiva do trabalho autogestionário”. In: ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira & RODRIGUES, Léa Carvalho (Orgs.). *Transformações no mundo do trabalho: realidades e utopias*. Fortaleza: Editora UFC, 2005. p. 223-238. (Série Percursos v. 6).

PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz. “Os comícios e as políticas de facções”. In: Anuário Antropológico, n. 94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

PEIRANO, Mariza. “A Análise Antropológica de Rituais”. In: PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

_____. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003. (Passo-a-passo v. 24).

PINHEIRO, Márcia Baraúna. “Economia de Comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária”. In: SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Economia). p. 333-351.

POLANYI, Karl. *A Grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PAULINO, Antonio George Lopes; SOUZA, Maria Auxiliadora Vasconcelos de; ALVES, Zilda Maria Rodrigues. “Ocupações de terras urbanas em Fortaleza: o legal e o legítimo em questão”. Relatório de Pesquisa. Fortaleza: UFC/PIBIC; CNPq, 1996. (Mimeo).

PUTNAM, Robert. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

QUINTANEIRO, Tania. “Émile Durkheim”. In: QUINTANEIRO, Tania *et al.* *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 15-61.

RAMOS, Glauco Gumerato. “Realidade e perspectivas da assistência jurídica aos necessitados no Brasil”. In: *Cadernos Adenauer 3: Acesso à justiça e cidadania*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p. 31-52.

REILLY, Charles A. “Redistribuição de direitos e responsabilidades: cidadania e capital social”. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & GRAU, Nuria Cunill (Orgs.). *O Público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 407-52.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

RIGOTTO, Raquel M. (Org.). *As tramas da (in)sustentabilidade: trabalho, meio ambiente e saúde no Ceará*. Fortaleza: INESP, 2001.

RODRIGUES, Léa Carvalho. “Mudanças no Banco do Brasil analisadas como dramas sociais”. Porto Alegre: CD ROM *Organizações e Sociedade*, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. *La nouvelle question sociale*. Paris: Éditions Le Seuil, 1995.

ROUILLÉ D'ORFEUIL, Henri. *Economia cidadã: alternativas ao neoliberalismo*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Petrópolis – RJ: Vozes, 2002.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.

SAINT-SIMON, Henri de. “Parábola de Saint-Simon”. In: BECKERMAN, Olinto (Trad.) *O socialismo pré-marxista: Babeuf, Blanqui, Fourier, Saint-Simon*. 2. ed. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1986 [1819]. p. 35-38.

SAMPAIO, Inês Silvia Vitorino. *Das fraquezas a força: o sentido do comunitário na ação popular*. Dissertação Curso de Mestrado em Sociologia. Fortaleza, CE: UFC, 1991.

SANTAELLA, Lucia. *A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Pioneira, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos, v. 3).

_____. *A globalização e as ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fórum social mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. (Para um Novo Senso Comum, v. 4).

SANTOS, Milton. “A Aceleração Contemporânea: tempo mundo e espaço mundo”. In: SANTOS, Milton *et al.* (Orgs). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1993. P. 15-22.

_____. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SCHERRER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium Editora, 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA JR., Jeová Torres. *Avaliação de impactos e de imagem: Banco Palmas 10 anos*. [Relatório de Pesquisa]. Juazeiro do Norte – CE: LIEGS/UFC, 2008. Mimeo.

SIMMEL, George. *A Metrópole e a Vida Mental*. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. P. 13-28.

_____. *Estúdios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Universidad, [s.d.].

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000a.

_____. “Economia socialista”. In: SINGER, Paul & MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000b. (Coleção Socialismo em Discussão). p. 11-50.

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. “Economia solidária: um modo de produção e distribuição”. In: SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 11-28. (Coleção Economia).

_____. “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-129.

SINGER, Paul & MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. (Coleção Socialismo em Discussão).

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Economia).

SOUZA, André Ricardo de *et al.* (Orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.

SPRANDEL, Marcia Anita. *A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

TAMBIAH, Stanley J. "A Performative Approach to Ritual". In: _____. *Culture, thought and social action*. Harvard, Cambridge, 1985.

TEIXEIRA, Francisco J. S. & OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1996.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América: sentimentos e opiniões*. Livro 2. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *A democracia na América*. Livro 1. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOSCANO, Idalvo. "Histórias e lutas: da remoção ao bairro Conjunto Palmeira". In: MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim de & MAGALHÃES, Sandra. *Bairros pobres, ricas soluções*: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003. p. 07-14.

TURNER, Victor. "Social Dramas and Ritual Metaphors". In: _____. *Dramas, fields and metaphors*. New York: Cornell University Press, 1974a.

_____. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974b. (Antropologia; 7).

_____. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual ndembu*. Tradução de Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto e Arno Vogel. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2005. (Antropologia e Ciência Política; v. 35).

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v. 1. Brasília, DF: Editora da UnB, 1999.

YANUS, Muhammad & JOLIS, Alan. *O banqueiro dos pobres*. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Ática, 2006. (Economia e Sociologia, v. 74., Série Temas).

ZALUAR, Alba. “Cidade de Deus e condomínio do diabo”. *Cidades feridas – Dossiê. Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, ano 3, n. 25., 2007. p. 34-35.

OUTROS DOCUMENTOS CONSULTADOS

“A PELEJA da Brisa da praia para sair da lama: ontem a lama, hoje a brisa”. Cordel. [s.d.].

“PALMEIRA – 30 anos de história em cordel”. Autor: Antônio Marcos Bandeira. Cordel. Fortaleza: Asmoconp/Banco Palmas. [s.d.].

“A LUTA dos catadores de lixo do Jangurussu”. Autor: Antônio Marcos Bandeira. Cordel. Fortaleza: Associação Comunitária de Habitação Popular do Bairro Jangurussu; Associação Comunitária Dom Aloísio Lorscheider, 2001.

“SOCIOECONOMIA solidária: uma outra economia é possível”. Autor: Antonio José Alves Ferreira. Cordel. Fortaleza: Instituto Florestan Fernandes; Grupo de Socioeconomia Solidária da Comunidade do Dendê, 2001.

URB-AL REDE 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana. CD-R. São Paulo: URB-AL Rede 10; EuropeAid; Prefeitura Municipal de São Paulo. [s.d.].

“CONSUMIR para o bem viver: uma peça de teatro popular que mostra o poder transformador do consumo solidário”. Cartilha. Fortaleza: Asmoconp; Banco Palmas, [s.d.].

“SANTO de Casa também Faz Milagre: uma alegre história de amor e solidariedade de um casal que descobre a força do Consumo Solidário”. Fotonovela. Fortaleza: Asmoconp/Banco Palmas, 2004. (Série Mudança de Atitude; Campanha Compre do Bairro, v. 1).

“BANCO Palmas. Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras – Asmoconp”. Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2005. DVD. Produção: Abravídeo, 2005.

“UMA HISTÓRIA diferente”. Criação coletiva. Cordel. Fortaleza: Fórum de Arte e Cultura – Banco Palmas, 2007.

INFORMATIVO Deputado Eudes Xavier – Pra Nossa Gente Brilhar. ano 1, n. 2. Fortaleza, agosto/setembro 2007.

Banco Palmas na rede. Informativo popular da rede cearense de bancos comunitários. v. 2, n. 5. Fortaleza, jan. 2008.



Impressão e Acabamento Imprensa Universitária da
Universidade Federal do Ceará – UFC
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica
Fone/Fax: (85) 3366.7485 / 7486 – CEP: 60020-181
Fortaleza – Ceará – Brasil
iu.arte@ufc.br – www.imprensa.ufc.br

*A*o longo de toda sua existência, a Universidade Federal do Ceará (UFC) vem contribuindo de modo decisivo para a educação em nosso país. Grandes passos foram dados para sua consolidação como instituição de ensino superior, hoje inserida entre as grandes universidades brasileiras. Como um de seus avanços, merece destaque o crescimento expressivo de seus cursos de pós-graduação, que abrangem, praticamente, todas as áreas de conhecimento e desempenham papel fundamental na sociedade ao formar recursos humanos que atuarão na preparação acadêmica e profissional de parcela significativa da população.

A pós-graduação brasileira tem sido avaliada de forma sistemática nas últimas décadas graças à introdução e ao aperfeiçoamento contínuo do sistema nacional de avaliação. Nesse processo, o livro passou a ser incluído como parte importante da produção intelectual acadêmica, divulgando os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção no formato livro, com destaque para aqueles das áreas de Ciências Sociais e Humanas. Em consonância com esse fato, a *Coleção de Estudos da Pós-Graduação* foi criada visando, sobretudo, apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC. Os objetivos da coleção compreendem:

- Implantar uma política acadêmico-científica mais efetiva para viabilizar a publicação da produção intelectual em forma de livro;
- Oferecer um veículo alternativo para publicação, de modo a permitir maior divulgação do conhecimento, resultante de reflexões e das atividades de pesquisa nos programas de pós-graduação da UFC, considerando, principalmente, o impacto positivo desse tipo de produção intelectual para a sociedade.

Em 2012, ano de sua criação, a *Coleção de Estudos da Pós-Graduação* apoiou a edição de 21 livros, envolvendo diversos cursos de mestrado e doutorado.

